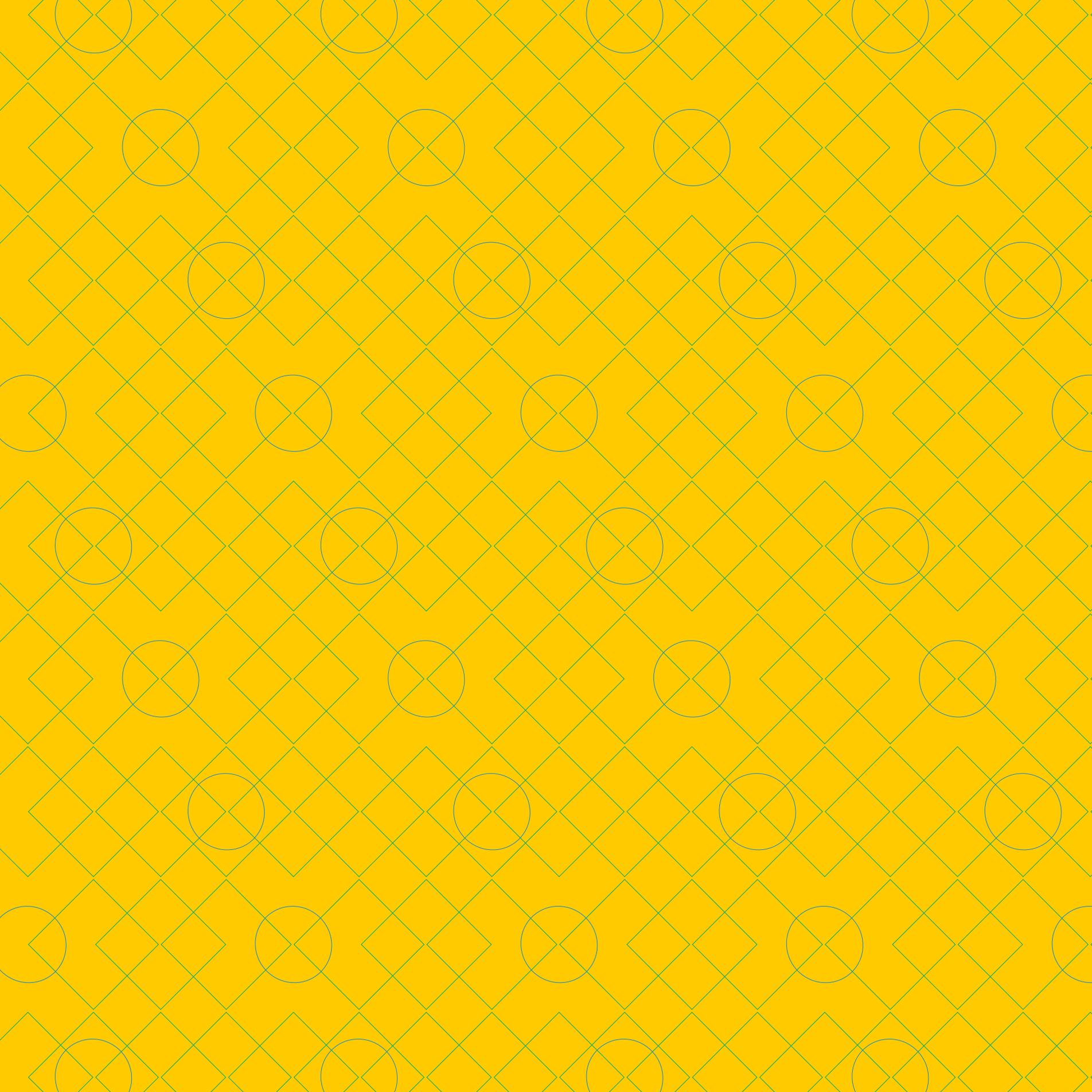




MENSAGEM
AO
CONGRESSO
NACIONAL
2021



Copyright © 2021 – Presidência da República do Brasil

Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citada a fonte e/ou sítio da Internet no qual pode ser encontrado o original (<https://www.gov.br/planalto/pt-br/mensagempresidencial/2021>).

Publicação em formato digital.

Produzido no Brasil.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Brasil. Presidente (2019 - Jair Messias Bolsonaro)

Mensagem ao Congresso Nacional, 2021 [recurso eletrônico]: 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura. – Brasília: Presidência da República, 2021. – (Documentos da Presidência da República).

Modo de acesso: World Wide Web.

<<https://www.gov.br/planalto/pt-br/mensagempresidencial/2021>>

1. Mensagem Presidencial – Brasil, 2021. 2. Desenvolvimento econômico – Brasil. 3. Política social – Brasil. 4. Infraestrutura – Brasil. 5. Relações exteriores – Brasil. 6. Soberania nacional – Brasil. 7. Relacionamento institucional – Brasil. 8. Eficiência do Estado – Brasil. I. Bolsonaro, Jair, 1955. II. Título. III. Série.

CDD 352.2380981



Escaneie o **QR Code** e acesse a versão completa da Mensagem ao Congresso Nacional 2021.



República Federativa do Brasil

Presidente da República

Jair Messias Bolsonaro

Vice-Presidente da República

Antônio Hamilton Martins Mourão

Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

Walter Souza Braga Netto

Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública

André Mendonça

Ministro de Estado da Defesa

Fernando Azevedo

Ministro de Estado das Relações Exteriores

Ernesto Araújo

Ministro de Estado da Economia

Paulo Guedes

Ministro de Estado da Infraestrutura

Tarcísio Freitas

Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Tereza Cristina

Ministro de Estado da Educação

Milton Ribeiro

Ministro de Estado da Cidadania

Onyx Lorenzoni

Ministro de Estado da Saúde

Eduardo Pazuello

Ministro de Estado de Minas e Energia

Bento Albuquerque

Ministro de Estado das Comunicações

Fábio Faria

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações

Marcos Pontes

Ministro de Estado do Meio Ambiente

Ricardo Salles

Ministro de Estado do Turismo

Gilson Machado

Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional

Rogério Marinho

Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União

Wagner Rosário

Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Damara Alves

Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República Interino

Pedro Cesar Sousa

Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República

Luiz Eduardo Ramos

Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

Augusto Heleno Ribeiro Pereira

Advogado-Geral da União

José Levi

Presidente do Banco Central do Brasil

Roberto Campos Neto

SUMÁRIO

POLÍTICA ECONÔMICA 11

PANORAMA ECONÔMICO.....	12
SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL.....	23
PREVIDÊNCIA E TRABALHO.....	26

POLÍTICAS SOCIAIS 29

SAÚDE - PANDEMIA COVID-19.....	30
OUTRAS POLÍTICAS PARA A SAÚDE.....	35
AUXÍLIO EMERGENCIAL E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.....	36
OUTRAS POLÍTICAS PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA.....	38
PROGRAMA NACIONAL DE INCENTIVO AO VOLUNTARIADO.....	40
PROMOÇÃO DO ESPORTE.....	41
PROMOÇÃO DA CULTURA.....	43
EDUCAÇÃO.....	45
MULHERES, FAMÍLIA E DIREITOS HUMANOS.....	54
SEGURANÇA PÚBLICA.....	59

POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E BEM-ESTAR..... 69

PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS.....	70
FOMENTO AO TURISMO.....	75
MEIO AMBIENTE.....	79
SETOR AGROPECUÁRIO.....	84
MINAS E ENERGIA.....	90
INFRAESTRUTURA.....	98
COMUNICAÇÕES.....	105
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO.....	111
MOBILIDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO.....	117

HABITAÇÃO.....	119
SANEAMENTO.....	121
SEGURANÇA HÍDRICA.....	122
PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	124
POLÍTICA EXTERNA E COMÉRCIO EXTERIOR	125
DEFESA NACIONAL E SOBERANIA	137
SEGURANÇA INSTITUCIONAL	143
RELACIONAMENTO COM CONGRESSO NACIONAL, ENTES FEDERADOS E SOCIEDADE CIVIL	149
GESTÃO PÚBLICA.....	153
CENTRO DE GOVERNO	154
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NACIONAL	158
EFICIÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA.....	160
CONTROLE E TRANSPARÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL	164
ATIVIDADES JURÍDICAS CONSULTIVAS E CONTENCIOSAS DA UNIÃO	169
COMUNICAÇÃO SOCIAL DE GOVERNO	172
ANEXO: RELATÓRIO ANUAL SOBRE AS ATIVIDADES DO CONSELHO E A SITUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO PAÍS.....	175

APRESENTAÇÃO

Senhoras e Senhores Congressistas,

Inicialmente, agradeço a Deus, ao povo brasileiro e a todos os Parlamentares que atuaram em parceria com o Governo Federal no enfrentamento dos desafios impostos no ano de 2020.

Indiscutivelmente, o ano de 2020 surpreendeu todo o planeta com a pandemia do novo coronavírus.

Inesperados e enormes desafios apresentaram-se à realidade brasileira, afetando a vida de milhões de pessoas. Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e toda a sociedade foram fortemente impactados pela crise sanitária mundial.

Com incertezas de toda ordem e um cenário totalmente desconhecido, o Governo Federal adotou duas premissas básicas: SALVAR VIDAS E PROTEGER EMPREGOS.

Com base nessas premissas e com um olhar especial às populações mais vulneráveis, àqueles que mais necessitavam da atenção do Poder Público, todo o Governo Federal foi mobilizado para uma atuação ainda mais coordenada, integrada e efetiva. Todos os órgãos e todas as entidades governamentais passaram a direcionar esforços no combate ao vírus e na proteção às pessoas. Estas ações contaram com a colaboração firme e imprescindível das Senhoras e dos Senhores Parlamentares, como constitucionalmente previsto.

Nesse cenário, desde o início, o Governo Federal não se quedou inerte e, de modo incansável e determinado, agiu com um único objetivo: atender às necessidades da população brasileira!

Uma série de procedimentos, adequações e políticas públicas foram implementadas para o enfrentamento a esse desafio. Foi instituído o Auxílio Emergencial, que alcançou mais de 68 milhões de brasileiros elegíveis ao recebimento; foram pagos mais de 160 bilhões de reais para fazer frente a essa pandemia e manter as operações do Sistema Único de Saúde; foram eliminadas barreiras que dificultavam o acesso ao crédito, especialmente para as micro, pequenas e médias empresas, resultando na viabilização de mais de 132 bilhões de reais em crédito e mais de 765 mil contratos firmados; foram preservados, com o Benefício Emergencial (Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda), mais de 10 milhões de empregos; foram destinados 3 bilhões de reais aos Estados para auxílio no setor de cultura (Lei Aldir Blanc); redução a zero de impostos de vários equipamentos e medicamentos, dentre outras inúmeras ações implementadas para o enfrentamento da covid-19. Tais ações representaram despesas pagas com impacto no resultado primário de 524 bilhões de reais em recursos da União.

O Governo Federal não parou. Em paralelo ao monumental esforço exigido para ações de combate ao novo coronavírus, prosseguimos trabalhando em diversas outras frentes, sempre em prol do povo brasileiro. Nesse contexto, contando com a parceria de nossos Senadores e Deputados Federais, diversas entregas foram feitas à sociedade brasileira.

No campo econômico, a taxa básica de juros foi reduzida ao histórico nível de 2% ao ano; implantamos o PIX (Sistema de Pagamentos Instantâneos), uma inovadora e revolucionária forma de pagamento; implementamos a Carteira de Trabalho Digital; aprovamos a nova Lei de Falências; aprovamos o novo Fundeb; apreendemos quantitativos recordes de substâncias entorpecentes ilícitas e milhões em bens de traficantes; atingimos o número de 201 projetos na carteira do Programa de Parcerias de Investimentos, com expectativa de mais de 741 bilhões de reais em investimentos e mais de 144 bilhões de reais em pagamento de outorgas; gerenciamos mais de 1.000 contratos de infraestrutura turística e um desembolso de mais de 995 milhões de reais; realizamos a Operação Verde Brasil 2, reforçando o combate ao desmatamento ilegal e a outros crimes ambientais, com participação das Forças Armadas; obtivemos recorde de 256,9 milhões de toneladas na safra brasileira 2019/2020; lançamos o Plano Safra 2020/2021 no valor de 236,3 bilhões de reais; lançamos a Política Nacional de Inovação; iniciamos as operações do Laboratório de Luz Síncrotron do Projeto Sirius; contratamos mais de 322 mil unidades habitacionais; entregamos mais de 374 mil unidades habitacionais; investimos mais de 2,5 bilhões de reais em saneamento em mais de 370 Municípios; recebemos a aeronave F-39 Gripen; inauguramos a nova Estação Antártica Comandante Ferraz; adquirimos duas aeronaves KC-390 Millennium; lançamos o Programa Mais Luz para a Amazônia; prosseguimos com a modernização do setor elétrico; lançamos o Programa Mineração e Desenvolvimento; alteramos o Código de Trânsito Brasileiro; implementamos a Carteira Digital de Trânsito e o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo Digital; entregamos 92 obras de rodovias pavimentadas ou reconstruídas, além de concessões e leilões relevantes e estratégicos nesse setor; melhoramos nossa posição no Subíndice de Infraestrutura de Transportes do Índice de Competitividade Global; alteramos a Lei do Fundo para a Universalização das Telecomunicações, que possibilitará um avanço no uso das tecnologias de informação e comunicação; lançamos o Plano Anticorrupção; implementamos mais de 450 serviços digitais durante a pandemia, dentre outras realizações.

No âmbito internacional, demos prosseguimento a uma política externa voltada ao resgate de valores e princípios defendidos pelo povo brasileiro, com a reaproximação com as grandes democracias mundiais, com vistas a uma maior abertura comercial e integração de nossa economia às cadeias transnacionais de agregação de valor.

Precisamos pensar e trabalhar pelo futuro do País. É primordial que tenhamos um projeto de Brasil para as próximas décadas, um projeto de nação. Estamos atuando na constituição de uma Agenda Nacional Estratégica e de uma Política Nacional de Desenvolvimento, em linha com a Estratégia Federal de Desenvolvimento.

Dando continuidade a todo esse processo, diversas outras proposições legislativas merecem a atenção e a análise do Congresso Nacional neste ano de 2021; projetos esses que dependem da devida análise, adequação e aprovação pelo Parlamento brasileiro.

Neste ponto, citam-se, dentre outros, as propostas de emenda constitucional do Reordenamento da Relação Federativa; a Reforma Administrativa; a agenda de privatizações e de concessões; a revisão dos subsídios creditícios e gastos tributários; a Reforma Tributária; o projeto de lei complementar para a criação do Marco Legal das *Start-ups* e do Empreendedorismo Inovador; o Projeto de Lei Cambial; a modernização do setor elétrico; a Partilha dos Campos de Óleo e Gás; debêntures de infraestrutura, entre outros projetos em tramitação no Parlamento.

O atual cenário em que o Brasil se encontra exige de todas as autoridades públicas uma atuação ainda mais coordenada, integrada, harmônica e fulcrada no espírito público para, juntos, construirmos um Brasil mais próspero e mais justo para todos. A participação de nosso Parlamento é indispensável para o alcance deste objetivo.

O Governo Federal se encontra preparado e estruturado em termos financeiros, organizacionais e logísticos para executar o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19. Com isso, seguimos envidando todos os esforços para o retorno à normalidade na vida dos brasileiros.

Neste ano de 2021, prosseguiremos trabalhando em prol do povo brasileiro, de nossos princípios, de nossos valores, de nossa democracia.

Temos plena convicção e confiança de que os legítimos anseios de nossa população serão devidamente recepcionados e apreciados pelo Congresso Nacional.

Ao entregar a presente Mensagem Presidencial às Senhoras e aos Senhores Parlamentares, legítimos representantes de nossa sociedade, reafirmamos nosso compromisso com o Brasil e desejamos que os autênticos interesses do povo brasileiro se sobreponham a quaisquer outros e que, dessa forma, possamos dar continuidade à construção de um Estado mais simples, eficiente e focado em servir o cidadão.

Muito obrigado!

Jair Messias Bolsonaro
Presidente da República



**POLÍTICA
ECONÔMICA**

PANORAMA ECONÔMICO

Marcado pela pandemia da covid-19, o ano de 2020 provocou choques de oferta e demanda, com expressiva magnitude sobre as economias nacional e mundial. O Brasil encontrava-se em trajetória ascendente depois do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 1,4% em 2019¹. Este desempenho foi resultado das medidas aprovadas em parceria com o Congresso Nacional, no âmbito da agenda de melhoria de alocação de recursos visando ao aumento da produtividade e à consolidação fiscal. São elas: i) a Nova Previdência (EC nº 103, de 12 de novembro de 2019); ii) o novo FGTS (Lei nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019); iii) o contrato de cessão onerosa (Leis nº 13.885, de 17 de outubro de 2019, e nº 13.956, de 17 de dezembro de 2019); iv) a Lei do Contribuinte Legal (Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020); v) a Lei de Liberdade Econômica (Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019); vi) a nova Lei do Agro (Lei nº 13.986, de 7 de abril de 2020); e vii) a modernização das Normas Regulamentadoras (NR) de saúde e segurança no trabalho (tais como NR1, NR12, NR24 e NR28), entre diversas outras iniciativas.

Os efeitos da pandemia, contudo, determinaram um novo cenário. Do ponto de vista econômico, a atuação do Governo brasileiro foi imediata. As despesas pagas com impacto no resultado primário totalizaram R\$ 524 bilhões² e concentraram-se na preservação de vidas, na manutenção de empregos e no apoio aos entes subnacionais.

A ajuda aos entes subnacionais em 2020 foi ainda maior em relação às medidas de enfrentamento da covid-19 ao se incluir a sanção da Lei Complementar nº 176, de 29 de dezembro de 2020, medida estruturante que encerrou um dos maiores conflitos federativos iniciados pela Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, denominada Lei Kandir. A União transferirá cerca de R\$ 58 bilhões aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios até 2037, sendo que R\$ 3,1 bilhões foram transferidos já em 2020. Com o sucesso dos leilões de petróleo dos Blocos de Atapu e Sépia, os entes subnacionais receberam adicionalmente R\$ 4 bilhões, perfazendo R\$ 62 bilhões derivados da Lei Complementar nº 176, de 2020.

Sob o cenário desafiador imposto, as iniciativas do Governo fomentaram a oferta de crédito e ajudaram a manter nível de liquidez adequado para atender às necessidades dos agentes econômicos: tanto dos tomadores, beneficiados principalmente pelos programas emergenciais de estímulo ao crédito, quanto dos credores, com a redução de custos e de procedimentos burocráticos.

¹ Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 3 de dezembro de 2020, a taxa de crescimento do PIB em 2019 aumentou de 1,1% para 1,4%, refletindo revisões nas taxas de diferentes componentes. Pelo lado da oferta, Agropecuária, Indústria e Serviços. Sob a ótica da demanda, Consumo das Famílias, Formação Bruta de Capital Fixo e Exportações.

² Despesas totais pagas em termos líquidos relativas às medidas de combate à pandemia, incluindo gastos financeiros, conforme Relatório Resultado do Tesouro Nacional de dezembro de 2020, publicado em 28 de janeiro de 2021.

Em paralelo, cabe ainda citar outras entregas relevantes para o enfrentamento da crise gerada pela pandemia:

- regularização de mais de 13,5 milhões de CPFs suspensos, para facilitar o acesso ao Auxílio Emergencial da população brasileira de baixa renda;
- liberação, pelas alfândegas, 24 horas por dia e com prioridade absoluta, das mercadorias necessárias ao combate da pandemia;
- suspensão de prazos processuais para a apresentação de pedidos de impugnação, recursos e lançamentos tributários de ofício, bem como manifestações de inconformidade de glosa de créditos tributários a favor do contribuinte;
- prorrogação de parcelamentos e recolhimentos de tributos como o PIS/Cofins, Contribuição Previdenciária Patronal e Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF), e da validade de certidões negativas de débitos de gestão da Receita Federal e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- reestruturação das operações de malhas fiscais, com ênfase em permitir que o contribuinte regularize previamente e espontaneamente as inconsistências apuradas, evitando assim eventual fiscalização;
- adoção da escrituração em meio digital do Livro Caixa para os grandes produtores rurais;
- agilização histórica do pagamento de restituições de IRPF, o que proporcionou a injeção de R\$ 31 bilhões na economia em 2020, um aumento de 7% em relação a 2019;
- desenvolvimento de um sistema de análise e avaliação das proposições de medidas e soluções emergenciais, encaminhadas pelo setor produtivo brasileiro ao Governo Federal, visando minimizar o impacto econômico da covid-19. Como resultado, das três mil proposições de políticas públicas enviadas pelo setor produtivo brasileiro, 1.479 foram implementadas totalmente ou parcialmente em um período de aproximadamente 90 dias, em diversas categorias como: fôlego ao fluxo de caixa, manutenção da oferta de bens e serviços, desburocratizações, crédito, medidas trabalhistas e preservação do consumo responsável;
- coordenação de consórcios de empresas industriais e planejamento da produção de mais de 16,2 mil ventiladores pulmonares, doados ou adquiridos por meio de contratos com o SUS e cerca de 3,5 mil reparados a partir de parcerias com a iniciativa privada;
- coordenação de complexos industriais para viabilizar um salto na produção de máscaras e aventais hospitalares em mais de 15 vezes em relação ao período pré-pandemia, inovação de produtos para triplicar a produção de álcool em gel e desburocratização dos processos para alavancagem de outros insumos críticos para combate à pandemia;

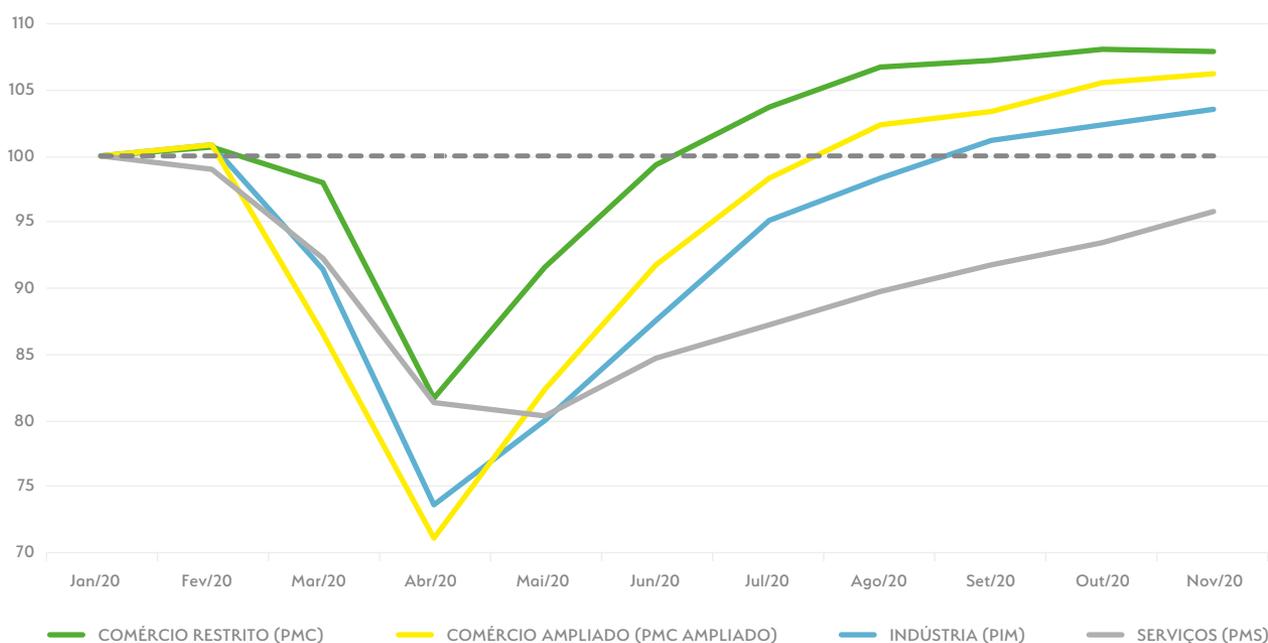
- desenvolvimento do portal “Vamos Vencer”, cujo objetivo é facilitar o entendimento do setor produtivo sobre as centenas de ações econômicas apresentadas pelo Governo Federal ao setor produtivo brasileiro, praticamente todos os dias, para reduzir os impactos negativos da covid-19. Em uma plataforma na Internet, com atualização permanente, as medidas oficiais estão classificadas pelo setor a que se destinam, com resumo do seu conteúdo;
- desenvolvimento da plataforma “Todos Por Todos” de capacitação *on-line* e a distância, com objetivo de direcionar trabalhadores e empreendedores que estavam em casa, por causa das restrições impostas pela covid-19, para cerca de 700 cursos de qualificação, gratuitos e *on-line*. Ao todo foram contempladas 11 áreas temáticas de ensino. Entre as áreas disponíveis, estão tecnologia da informação, administração, inglês e empreendedorismo. Os cursos foram viabilizados por meio de parcerias entre o Governo Federal e instituições públicas e privadas de ensino;
- identificação por parte do Governo Federal, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), a Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras (Fundação Certi) e a Abstartups, das *start-ups* brasileiras que poderiam oferecer soluções para mitigar os efeitos da covid-19. Uma vez identificadas, essas empresas receberam apoio do Governo Federal, o que possibilitou a realização do mapeamento da capacidade potencial de produção mensal de até 10,9 milhões de testes de diagnóstico para covid-19;
- atuação do Governo Federal para eliminar as barreiras que dificultavam o acesso a crédito, principalmente para micro, pequena e médias empresas, o que permitiu garantir fôlego no capital de giro e possibilitou que as empresas conseguissem manter suas atividades e os empregos. Como resultado, foram viabilizados mais de R\$ 132,83 bilhões em crédito, e mais de 765 mil contratos assinados, por meio de iniciativas como: i) Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe); ii) Programa Emergencial de Acesso a Crédito/FGI (PEAC/FGI); e iii) Programa Emergencial de Acesso a Crédito/Maquinhas (PEAC/Maquinhas);
- desenvolvimento de um banco de dados atualizado, que monitorou os impactos da pandemia nos setores produtivos, em todo o País, por meio de pesquisa direta e outras fontes de informações, além da identificação de dinâmica setorial em outros países e estabelecimento de projeções para o Brasil. Com isso, foi possível avaliar as melhores práticas no que concerne a políticas econômicas e, como resultado, o banco de dados foi utilizado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como insumo para diagnósticos e desenvolvimento de plano a setores afetados pela crise econômica;
- monitoramento e acompanhamento da situação nas cadeias de produção e abastecimento do setor produtivo nacional, visando minimizar os impactos decorrentes da crise da covid-19. Como resultado, foram feitos levantamentos da situação do ambiente industrial, em contato permanente com entidades

empresariais, para entender os problemas que estavam afetando o setor, como dificuldades no transporte de cargas, ameaças ao abastecimento, necessidade de crédito ou obstáculos na importação, por exemplo. De maneira semelhante, foi realizado o micromonitoramento das cadeias produtivas locais, a fim de se verificar possíveis entraves no plano das empresas; e

- estímulo para que as associações e entidades representativas do setor produtivo desenvolvessem e implantassem melhores práticas de trabalho, mediante informações e esclarecimentos sobre os cuidados necessários para a preservação da saúde dos empregados. Esse trabalho envolveu um processo constante e rigoroso de planejamento, acompanhando os desdobramentos no dia a dia da crise para modular a retomada dentro da realidade de cada setor e incentivar o planejamento da retomada das atividades das empresas. Como resultado, 90% das entidades responsáveis pela geração total de empregos formais no País já divulgaram guias de melhores práticas de segurança para a retomada das atividades.

Com isso, no início de 2021, a atividade econômica dá sinais de retomar os patamares pré-crise, com indicadores da recuperação visíveis em diversos setores da indústria e do comércio, conforme disposto na Figura 1, a seguir.

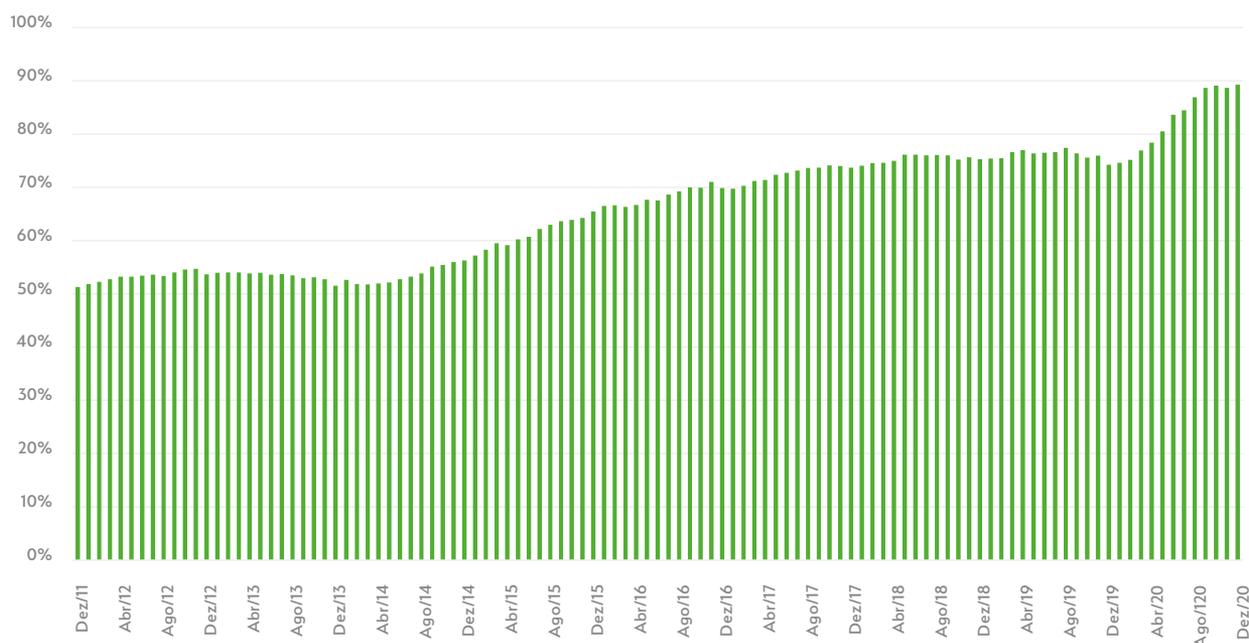
FIGURA 1 – RETOMADA DA ATIVIDADE ECONÔMICA, POR SETORES
(ÍNDICE COM AJUSTE SAZONAL JAN. 2020 = 100)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Como resultado dos inadiáveis e necessários esforços fiscais para combate à pandemia, houve elevação da taxa de endividamento do Brasil e do mundo. Os repasses para combater a doença, salvar vidas e preservar a estrutura produtiva aumentaram a relação dívida/PIB em praticamente todos os países. No Brasil, as medidas com impacto fiscal resultaram em uma elevação na relação dívida/PIB de 74,3% em dezembro de 2019 para 89,3% em dezembro de 2020, no conceito de Dívida Bruta do Governo Geral (DGGB), conforme Figura 2, a seguir.

FIGURA 2 – DÍVIDA BRUTA DO GOVERNO GERAL (% DO PIB)



Fonte: Banco Central do Brasil.

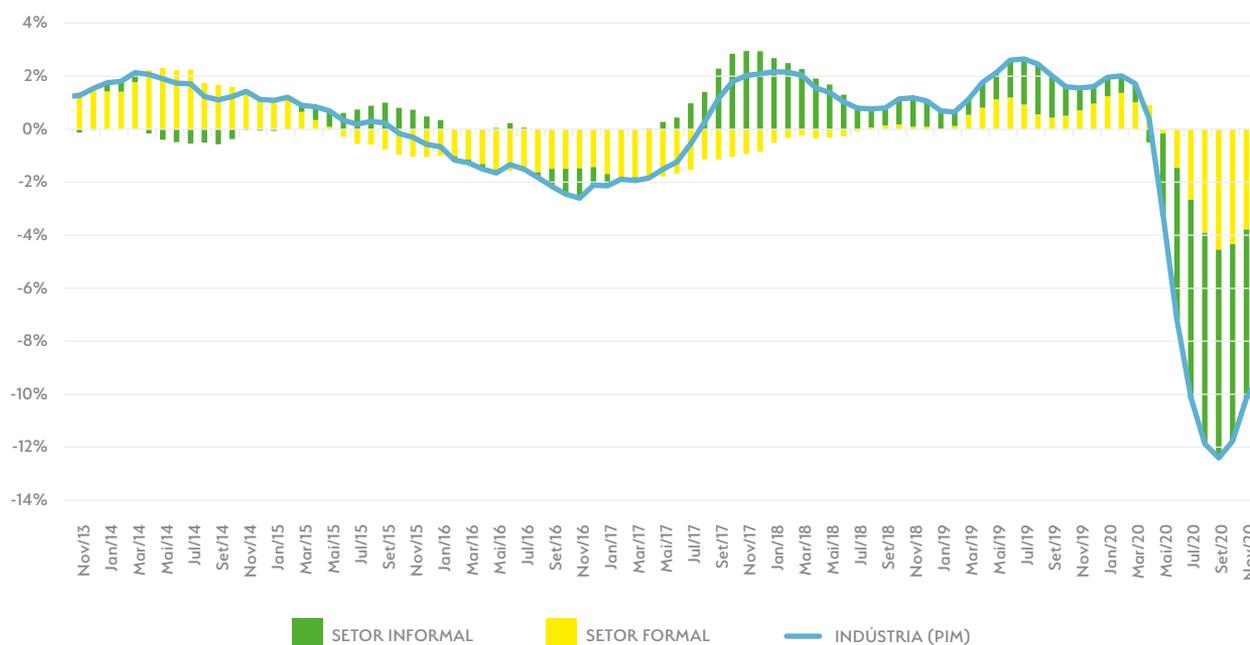
Entretanto, deve-se ressaltar que, apesar dos substanciais esforços fiscais que foram realizados no ano de 2020, o processo de consolidação fiscal permanece e será fortalecido com reformas estruturais relevantes para a economia brasileira. Nesse contexto, as três maiores despesas do Governo já foram objeto de iniciativas: i) os elevados déficits da Previdência Social; ii) o alto volume de pagamentos com juros da dívida; e iii) o significativo gasto com a folha de pagamento de servidores públicos. Todas foram endereçadas: i) pela reforma da Previdência, pelo aumento da responsabilidade fiscal, com economia estimada de R\$ 419 bilhões entre 2020 e 2023 em pagamento de juros; ii) pela Lei do Auxílio aos Subnacionais (Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020), que fez o devido controle dos gastos de pessoal no setor público por dois anos; e iii) pela proposta de reforma administrativa já enviada ao Congresso Nacional. O Governo brasileiro estabeleceu, também, diversas medidas econômicas que não tiveram impactos fiscais, mas com efeitos

relevantes na produtividade do País, como antecipação de férias e feriados, antecipação do pagamento de 13º salário para aposentados, saque emergencial do FGTS e redução dos compulsórios bancários.

De acordo com estimativas do Governo Federal, a expectativa de crescimento econômico em 2021 encontra-se em linha com as expectativas do mercado e fortemente atrelada a três eixos: mercado de trabalho, mercado de crédito e consolidação fiscal.

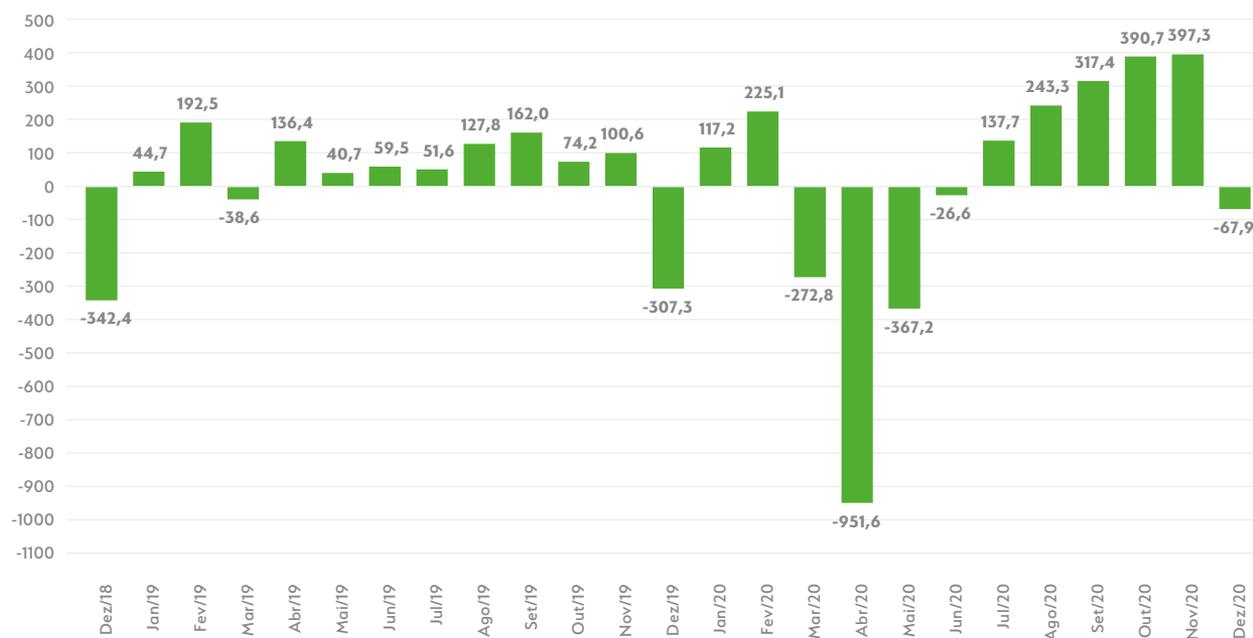
No primeiro eixo, mercado de trabalho, no contexto da pandemia, a incerteza sobre a covid-19, associada às medidas de caráter sanitário, implicou em medidas restritivas de funcionamento de diversos setores da economia por alguns meses, com a conseqüente demissão de funcionários e postergação na contratação de novos empregados. No entanto, com a medida do Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, a piora no mercado de trabalho formal foi atenuada. Normalmente, em períodos de recessão, a maior deterioração acontece nos postos de trabalho com carteira assinada, o que difere da crise ocorrida em 2020. Essa combinação de fatores reflete-se na taxa de desemprego atual, cuja parcela expressiva recaiu sobre o setor informal. Para 2021 espera-se a continuidade na recuperação do emprego, sobretudo no setor informal. Apesar do saldo negativo em dezembro, no acumulado de 2020 houve criação líquida de 142,69 mil vagas, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), conforme disposto nas Figuras 3 e 4, a seguir.

FIGURA 3 – POPULAÇÃO OCUPADA – SETORES FORMAL E INFORMAL (%)



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

FIGURA 4 – CRIAÇÃO LÍQUIDA DE POSTOS DE TRABALHO (MILHARES)



Fonte: Ministério da Economia. Cadastro Geral de Empregados e Desempregado – dados ajustados.

Em relação ao desemprego no setor formal, espera-se que, em 2021, a taxa de ocupação da mão de obra apresente tendência de recuperação para os patamares pré-crise e contribua para uma retomada econômica mais vigorosa. No entanto, deve-se salientar que o elevado custo associado à contratação de um empregado ainda debilita uma melhor evolução das taxas. Nesse sentido, a agenda de modernização das NRs, em andamento, que visa ao aumento da produtividade e do emprego, possibilitará redução nesses custos, proporcionando maior eficiência econômica com resultados importantes sobre crescimento econômico, emprego e renda.

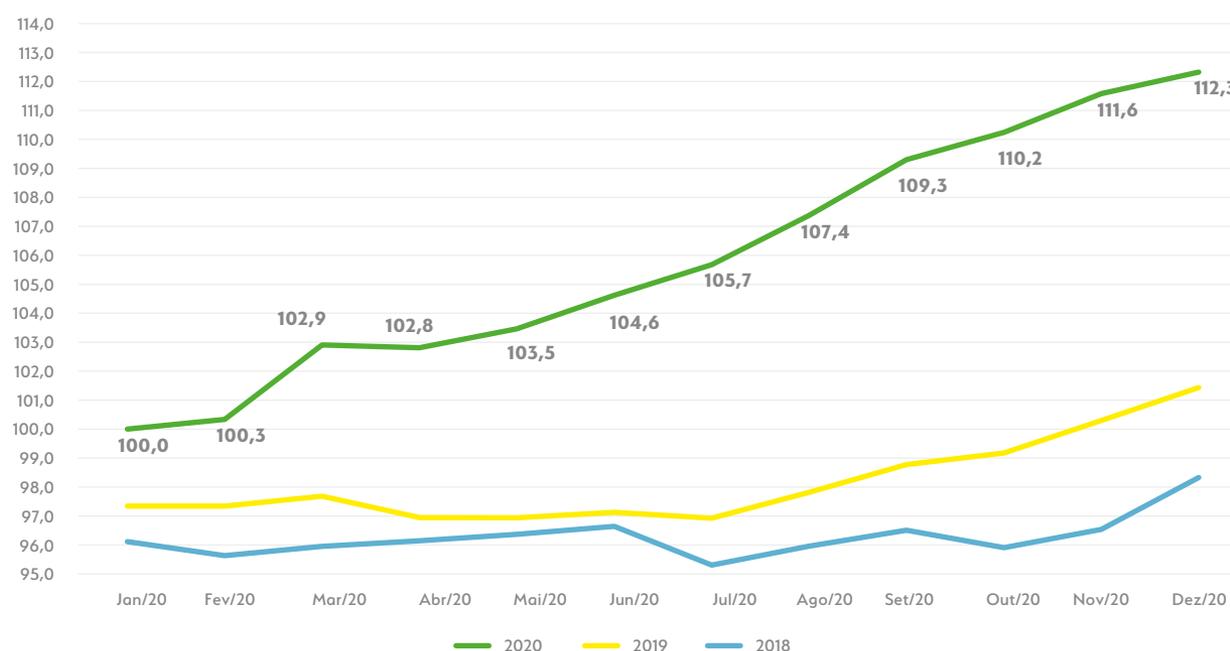
No segundo eixo, o canal de crédito será vital para dar suporte à retomada econômica em 2021, mediante aprimoramento do mercado de capitais, diminuição dos custos associados à burocracia, uso mais eficiente das garantias e importante agenda de recebíveis. As iniciativas em curso de fortalecimento do crédito no curto prazo que visam estimular a concorrência, a eficiência, o maior acesso, a abertura dos mercados e as inovações financeiras estão dispostas a seguir, no Quadro 1.

QUADRO 1 – DESTAQUES DE INICIATIVAS DE FORTALECIMENTO DO CRÉDITO NO CURTO PRAZO

	<p>Fortalecimento de Garantias Existentes</p>	<p>Estima-se que, no início deste ano, propostas legislativas já elaboradas com a participação de autarquias reguladoras e de agentes econômicos no âmbito da Iniciativa de Mercado de Capitais (IMK) deverão ser enviadas ao Congresso Nacional, entre elas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • aprimoramento na Alienação Fiduciária (AF), notadamente: o estabelecimento expresso da possibilidade de constituição da AF sobre a propriedade superveniente do fiduciante; ajustes nos procedimentos de notificação e intimação do fiduciante na execução extrajudicial da AF; alterações nos valores de referência para os leilões da execução extrajudicial da AF; • estabelecimento de novo processo de execução extrajudicial da hipoteca, com revogação do Decreto-Lei nº 70, de 21 de novembro de 1966, e introdução de aprimoramentos voltados a modernizar os procedimentos e incorporar a jurisprudência consolidada sobre a matéria; e • aprimoramentos nas regras atinentes aos bens de família legais, estendendo a exceção hipotecária às garantias reais em geral, inclusive como garantia de dívida de terceiros.
	<p>Câmara Gestora de Garantias</p>	<p>Facilita a constituição, a utilização, a gestão e o compartilhamento de garantias utilizadas para operações de crédito e de financiamento, reduzindo custos, aumentando a celeridade e a automação das operações e ampliando a utilização das garantias, notadamente imobiliárias. A proposta de legislação encontra-se em fase final de elaboração, devendo ser encaminhada ao Congresso Nacional ainda no primeiro semestre de 2021.</p>
	<p>Previdência Complementar como Garantia de Crédito</p>	<p>Amplia as possibilidades de que a previdência complementar seja oferecida como garantia em operações de crédito, reduzindo necessidade de saques do recurso e reduzindo o custo para o tomador do crédito. Estima-se que essa proposta, já elaborada com a participação de autarquias reguladoras e de agentes econômicos no âmbito da Iniciativa de Mercado de Capitais (IMK), seja enviada ao Congresso Nacional ainda no início deste ano.</p>
	<p>Marco Legal da Securitização</p>	<p>Amplia as possibilidades de lastros e dá maior segurança jurídica às operações de securitização, por meio da criação do Marco Legal da Securitização. A ampliação do instrumento favorecerá a dispersão do risco de crédito com a utilização do mercado de capitais e potencialmente tem a capacidade de dinamizar as carteiras de créditos das instituições financeiras. Estima-se que a medida legislativa, já elaborada com a participação da Comissão de Valores Mobiliários e de agentes econômicos no âmbito da Iniciativa de Mercado de Capitais (IMK), seja enviada ao Congresso Nacional ainda no início de 2021.</p>
	<p>Hipoteca Reversa</p>	<p>Desenvolve o mercado de hipoteca reversa, que permite a idosos usarem sua riqueza imobiliária acumulada para usufruir de um empréstimo ou uma renda adicional no fim da vida. Trata-se de um instrumento de garantia de crédito que tem o potencial de melhorar o bem-estar de um segmento da população e de injetar crédito privado na economia na forma de provisão adicional de recursos ou de suavização da trajetória de consumo. A proposta de legislação encontra-se em fase de elaboração e deve ser encaminhada ao Congresso Nacional em 2021.</p>

Essa ampla e robusta agenda referente ao mercado de crédito, garantias e capitais tem como objetivo melhorar a eficiência do sistema econômico e garantir que importantes projetos encontrem seu necessário financiamento. Além disso, essa agenda diminui fricções, reduz custos e faz com que a concessão do crédito migre para onde ele é naturalmente mais eficiente, aumentando a produtividade do investimento privado, que passa a ser comandado mais pelo mercado do que por escolhas de governo, conforme disposto na Figura 5.

FIGURA 5 – EVOLUÇÃO DO SALDO DE CRÉDITO TOTAL
(BASE 100 = JAN. 2020, DEFLACIONADO PELO IPCA)



Fonte: Banco Central do Brasil em elaboração conjunta com o Ministério da Economia.

O terceiro eixo, consolidação fiscal, tem como objetivo precípua a manutenção de juros baixos, inflação sob controle e retomada do crescimento econômico. Assim, quanto mais rapidamente as iniciativas forem alcançadas, mais acelerada será a recuperação da economia brasileira. Para promover a necessária consolidação fiscal a partir de 2021, o Governo Federal, em parceria com o Congresso Nacional, tem atuado nas seguintes frentes:

- reordenamento da relação federativa, por meio da discussão do Pacto Federativo (PEC nº 188/2019), Emergência Fiscal (PEC nº 186/2019), e Fundos Públicos (PEC nº 187/2019), com o objetivo de

modernizar a gestão orçamentária, fortalecer os entes federativos e promover a consolidação fiscal da União, de Estados e dos Municípios brasileiros;

- PEC da reforma administrativa (PEC nº 32/2020), que visa corrigir importante distorção alocativa no mercado de trabalho e tem potencial de gerar economia entre R\$ 673,1 bilhões e R\$ 816,2 bilhões em dez anos;
- agenda de privatizações e concessões, com vistas a atrair mais capital privado ao Brasil, promover o investimento e melhorar a oferta de infraestrutura no País, por meio da carteira do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), a qual inclui diversos projetos que envolvem desestatizações, renovações, cessões e concessões;
- revisão dos subsídios creditícios e gastos tributários no contexto de combate à má alocação de recursos, por meio de avaliações do desenho, governança, implementação, resultados e impacto das políticas públicas. Nesse sentido, as PECs nº 188/2019 e nº 186/2019 propõem que incentivos ou benefícios de natureza tributária, creditícia e financeira sejam reavaliados dentro de um período máximo, bem como que haja a vedação da criação, ampliação ou renovação de benefício ou incentivo de natureza tributária pela União, se o montante anual correspondente aos benefícios ou incentivos de natureza tributária superar determinado limite de dois pontos percentuais (2 p.p.) do PIB no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal; e
- reforma tributária, de fundamental importância para o aumento da produtividade agregada da economia brasileira, com ganhos de eficiência e consequente aumento do emprego e da renda, a partir da simplificação do sistema tributário brasileiro e da redução da judicialização, que atualmente é marcada pelo elevado número de litígios administrativos e tributários, que enfraquecem a segurança jurídica dos investimentos.

Em seu conjunto, todas essas iniciativas de consolidação fiscal promovem importante reordenamento de despesas, dando mais agilidade para que a questão fiscal seja corretamente endereçada e que os gatilhos presentes em nossas regras fiscais possam ser postos em ação. Para 2021, como anteriormente destacado, a expectativa é empreender ampla agenda econômica de longo prazo, em parceria com o Congresso Nacional, para avançar no combate à má alocação de recursos, na melhoria dos marcos legais e da segurança jurídica, no aumento da produtividade e no equilíbrio fiscal.

A agenda de fortalecimento dos marcos legais permite melhorar a segurança jurídica e dar mais previsibilidade aos retornos provenientes do investimento privado, além de promover mais eficiência na realocação do capital na economia. Em 2020, aprovaram-se a nova Lei de Falências (Lei nº 14.112, de 24 de dezembro de 2020) e o Novo Marco Legal do Saneamento (Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020), com resultados positivos

no sucesso da concessão do saneamento em Maceió (AL) e na estruturação de vários projetos de saneamento para os próximos anos. Dentre os normativos, constam as regulamentações à Análise de Impacto Regulatório (Decreto nº 10.411, de 30 de junho de 2020), à Lei das Antenas (Decreto nº 10.480, de 1º de setembro de 2020), à Frente Intensiva de Avaliação Regulatória e Concorrencial (Fiarc) (Instrução Normativa SEAE nº 97, de 2 de outubro de 2020) e à prestação de serviços de *fintechs* no pagamento de tributos (Portaria ME nº 13, de 13 de janeiro de 2020), equalizando, quanto a esse atributo, as condições e competição com os bancos tradicionais. Para 2021, o Governo espera a aprovação do Novo Marco Legal do Gás (PL nº 4.476/2020), bem como a nova regulamentação da Navegação de Cabotagem (PL nº 4.199/2020).

Ainda no que se refere a iniciativas direcionadas ao aumento da competitividade e produtividade da economia brasileira, realizadas em parceria com o Congresso Nacional, destaca-se o Projeto de Lei Complementar para a criação do Marco Legal das *Start-ups* e do Empreendedorismo Inovador (PLP nº 249/2020), que tem por objetivo alavancar o ambiente de negócios para *start-ups* no Brasil por meio de medidas direcionadas à melhoria do ambiente de negócios, à facilitação de investimentos e à modernização da relação do setor público com empreendimentos inovadores. Cumpre também destacar o Projeto de Lei Complementar para a criação do Marco Legal do Reempreendedorismo (PLP nº 33/2020).

Além disso, o Governo Federal enviou ao Congresso Nacional o PL nº 1.024/2020, que atualiza a regulação do setor de engenharia, de modo a promover a livre concorrência e a abertura desse mercado. Esse projeto tem como objetivo central tornar mais célere o processo de registro de profissionais e empresas estrangeiras e reduzir custos associados à contratação desses profissionais, facilitando, assim, investimentos estrangeiros no país e contribuindo para a melhoria do ambiente de negócios no setor de infraestrutura. Em relação às terras indígenas, foi enviado o PL nº 191/2020, que regulamenta o § 1º do art. 176 e o § 3º do art. 231 da Constituição para que sejam estabelecidas as condições para a realização da pesquisa e da lavra de recursos minerais e hidrocarbonetos, bem como o aproveitamento de recursos hídricos para geração de energia elétrica, com participação das comunidades indígenas no resultado dessas ações, contribuindo assim para o bem-estar econômico dessas comunidades.

Outro projeto que se encontra para deliberação do Congresso Nacional é o PLP nº 19/2019, que trata da autonomia do Banco Central. O Senado Federal já aprovou o substitutivo ao Projeto de Lei Complementar, que confere requisitos e estabilidade aos mandatos dos dirigentes da autarquia, bem como sua autonomia formal. Tramita no Congresso Nacional, ainda, o Projeto de Lei Cambial (PL nº 5.387/2019), com o potencial de aumentar a eficiência econômica das trocas internacionais. Entre outras medidas, o projeto facilita o uso da moeda brasileira em relações internacionais e permite que instituições financeiras nacionais invistam e tenham maior atuação no exterior.

Encontra-se também em curso importante agenda legislativa para estimular o investimento privado, destacando-se alguns dos projetos de lei que já se encontram no Congresso Nacional e que possuem

importante impacto no estímulo ao investimento produtivo privado: i) Modernização do Setor Elétrico (PL nº 232/2016); ii) Partilha de Óleo e Gás (PL nº 3178/2019); iii) Debêntures de Infraestrutura (PL nº 2.646/2020); iv) Autorização de Ferrovias (PL nº 261/2018); e v) Licenciamento Ambiental (PL nº 3729/2004).

Dessa maneira, uma moderna estratégia de crescimento econômico via mercado vem sendo implementada e continuará a ganhar força ao longo dos próximos anos. Desde 2019, três das principais reformas necessárias para a melhoria econômica do País estão em discussão com o Congresso Nacional: Previdência, Tributária e Administrativa. Além disso, uma nova forma de relacionamento federativo foi igualmente submetida à aprovação do Congresso, e a agenda de fortalecimento dos marcos legais avança, seja nas concessões e privatizações, seja na abertura econômica. Por fim, a agenda de mercado de capitais é importante e objetiva dar maior eficiência ao financiamento do investimento privado; a melhor alocação das garantias é fundamental para ajudar na retomada econômica, e estudos seguem sendo feitos; a desburocratização continua a passos acelerados e toda uma agenda para melhoria do ambiente de negócios no País está sendo levada a cabo, o que refletirá em uma melhora na posição brasileira no *ranking Doing Business*, indicador do Banco Mundial que mede a facilidade de fazer negócios nas economias de 190 países³.

Com a aprovação da agenda de reformas do moderno planejamento econômico, com foco na consolidação fiscal e no aumento da produtividade, solidifica-se o lado fiscal da economia e criam-se bases sólidas para recolocar o País no caminho do crescimento sustentável de longo prazo.

SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

Ao longo de 2020, governos e bancos centrais do mundo todo reagiram de forma sem precedentes para amenizar os efeitos econômicos da pandemia. No Brasil, de forma semelhante, os primeiros impactos foram sentidos no mercado financeiro e a crise logo levou as projeções de crescimento da economia brasileira no ano para o campo negativo.

Nesse contexto, o Governo adotou diversas medidas para conter os impactos econômicos da pandemia. Na política financeira, condições monetárias mais estimulantes para a economia foram fornecidas. A taxa básica de juros (Sistema Especial de Liquidação e Custódia – Selic), que alcançou 14,25% a.a. em outubro

³ Lançado em 2002, o Projeto *Doing Business* do Banco Mundial tem como objetivo o entendimento e a melhoria do ambiente regulatório das empresas no mundo inteiro por meio da mensuração, análise e comparação das regulamentações aplicáveis às empresas e o seu cumprimento em 190 economias e cidades selecionadas nos níveis subnacional e regional.

de 2016, em 2020, de março a agosto, foi reduzida de 4,25% a.a., em fevereiro de 2020, para 2% a.a. em setembro de 2020, seu valor mínimo histórico.

Em relação às políticas macrofinanceiras, a ampla e rápida capacidade de atuação foi demonstrada, sendo o Banco Central do Brasil um dos primeiros bancos centrais entre os países emergentes a adotar medidas de suporte à liquidez e ao crédito. As medidas implementadas incluíram a redução dos requerimentos de capital das instituições financeiras e a redução das reservas bancárias, para aumentar o volume de recursos disponíveis para empréstimos e alterações regulatórias temporárias a fim de promover maior flexibilidade nas renegociações de dívidas de empresas e famílias. Com essas e outras medidas, o Governo implementou a maior injeção de liquidez e liberação de capital já realizada no Brasil. No total, as medidas adotadas resultaram em uma liberação de liquidez equivalente a 17,5% do PIB, e na liberação de capital com potencial de aumento no crédito de até 20% do PIB.

O conjunto de ações criou as condições necessárias para, em meio à crise causada pela pandemia, aumentar as concessões de crédito, sobretudo para pessoa jurídica. Em novembro de 2020, o saldo da carteira de crédito com recursos livres para pessoas jurídicas apresentou crescimento de 24,7% em relação a novembro de 2019. É importante ressaltar que o crédito aumentou não apenas para grandes empresas, mas também para pequenas, médias e microempresas. Considerando o mesmo período, a carteira de crédito total para grandes empresas apresentou crescimento de 15,3%. Para médias empresas, pequenas empresas e microempresas, esse crescimento foi de 30%, 36,5% e 43,6%, respectivamente.

Em relação à atividade econômica brasileira, a recuperação tem ocorrido de maneira desigual entre setores, tal como ocorre em outras economias. Os setores mais diretamente afetados pelo distanciamento social permanecem deprimidos, apesar da recomposição da renda gerada pelos programas de governo. Ademais, o País apresenta um balanço de pagamentos robusto, com elevado estoque de reservas, e há perspectiva de continuidade das reformas estruturais, que levarão à recuperação econômica. A tendência dos preços, ou seja, o núcleo da inflação encontra-se em níveis compatíveis com o cumprimento da meta para a inflação no horizonte relevante para a política monetária. As expectativas de inflação de longo prazo também permanecem ancoradas.

Deve-se ressaltar que a redução da taxa Selic tem sido um avanço importante para tornar o crédito mais barato para empresas e famílias. Porém, essa redução não é suficiente, e o Governo está empenhado na busca de soluções, por meio da desregulamentação e da desburocratização, que levem a reduções adicionais do custo do crédito. Além disso, a redução das taxas de juros bancárias deve ocorrer de forma estrutural, voltada para remover barreiras à concorrência e melhorar a eficiência do mercado.

É importante também destacar os avanços com a permissão de novos instrumentos de captação de recursos disponíveis às cooperativas de crédito — captação por meio de Letra Financeira (LF) e de Letra

Imobiliária Garantida (LIG) e captação de poupança rural no âmbito do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) — e o aperfeiçoamento da regulamentação cambial. Também foi implementada a agilização e ampliação da concessão de microcrédito, que passou a ser feita de forma 100% digital. A nova regulamentação de microcrédito aumenta ainda a faixa de renda dos microempresários potencialmente contemplados de R\$ 200 mil para R\$ 360 mil.

Outras medidas implementadas em 2020 podem ser citadas, tais como: i) a regulamentação da emissão de duplicata eletrônica; ii) a realização do Acordo BC-Tesouro para uso de pagamentos instantâneos; iii) a publicação da Convenção entre Entidades Registradoras que estipula as regras para registro dos recebíveis de arranjos de pagamentos; iv) o aprimoramento das regras relativas às Políticas de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo; v) a sanção da *Lei nº 13.986, de 7 de abril de 2020*, com significativos avanços na desburocratização do arcabouço legal referente ao crédito rural, mais especificamente no direcionamento dos recursos captados com a Letra de Crédito Agrícola; e vi) a assinatura de acordo de cooperação técnica firmado com a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), para a promoção de educação financeira no País.

Prospectivamente, a retomada mais robusta da economia depende, além das reformas estruturais para melhorar os fundamentos econômicos, de uma agenda microeconômica que inclui iniciativas que visam à democratização do acesso ao Sistema Financeiro, o aumento de produtividade, ganhos de eficiência, promoção de transparência e crescimento mais sustentável e inclusivo. O desafio é avançar na implantação dessas ações, bem como manter o atual ambiente de inflação baixa e estável, com um sistema financeiro sólido e eficiente.

Identificar medidas estruturais que contribuam para aumentar a produtividade do sistema financeiro e reduzam o custo do crédito no Brasil estão presentes na Agenda BC#, um conjunto de ações estratégicas, alinhadas à busca de soluções aos desafios apontados anteriormente. Trata-se de uma agenda dinâmica e constantemente aperfeiçoada, centrada na evolução tecnológica e no desenvolvimento de soluções estruturais para o sistema financeiro, contribuindo para aumentar a produtividade e reduzir o custo do crédito no Brasil.

As ações dessa agenda estão organizadas em cinco dimensões: i) inclusão; ii) competitividade; iii) transparência; iv) educação financeira; e v) sustentabilidade. Em cada uma dessas dimensões, várias ações estão previstas para os próximos dois anos.

Destaca-se a dimensão Competitividade, que reúne iniciativas para melhorar a precificação por meio de instrumentos de acesso competitivo aos mercados, como o Pix, o novo meio de pagamento eletrônico em que os recursos são transferidos entre contas em poucos segundos, a qualquer hora ou dia, para alavancar a competição, com impacto positivo na indústria de pagamentos e oferta de melhores serviços

aos usuários. O Pix também possui potenciais impactos positivos na economia, com a eletrônica dos meios de pagamentos e consequente redução do custo social. A implementação das novas funcionalidades do Pix vai ampliar o seu uso e reforçar esse meio de pagamento, que é barato, seguro, instantâneo e prático.

Medidas previstas na dimensão da competitividade também incluem: i) a implementação do *Sandbox* regulatório e do Sistema Financeiro Aberto (*Open Banking*); ii) a nova Lei de Resolução Bancária e a Lei de Infraestruturas do Mercado Financeiro (LIMF); iii) a implementação de sistemas de pagamentos transfronteiriços, com nova lei que estabeleça os sistemas internacionais de pagamentos e compensação, bilateral ou multilateral, entre o Banco Central do Brasil e outros bancos centrais; e iv) o aprimoramento de garantias para melhorar as condições de obtenção de crédito e medidas de incentivo ao mercado secundário de crédito privado.

A dimensão da transparência inclui medidas para aumentar a transparência no processo de formação de preços e nas informações do mercado e do Banco Central do Brasil, entre elas, a oferta do crédito garantido por imóvel (*home equity*), para alavancar o mercado de crédito nacional, e o projeto de lei sobre processos de autorização, regulação e supervisão no sistema financeiro, com o intuito de tornar os mercados mais eficientes e preparados para lidar com novos modelos de negócios.

A dimensão de educação financeira busca conscientizar os cidadãos para que todos participem do mercado e cultivem o hábito de poupar. Entre as principais ações educacionais que integram essa dimensão da Agenda BC#, cabe destacar o Projeto Aprender Valor, com potencial de levar educação financeira às escolas públicas do ensino fundamental, e que continuará sendo implementado em 2021.

Finalmente, a dimensão da sustentabilidade busca uma alocação de recursos direcionada para o desenvolvimento de uma economia mais sustentável, dinâmica e moderna. A atuação de bancos centrais e do mercado financeiro em finanças sustentáveis e na amenização dos efeitos dos riscos socioambientais é um tema em franco desenvolvimento, tanto no Brasil como no mundo. Algumas ações importantes previstas nessa dimensão — como a criação do *Bureau Verde* de crédito rural — colocam o País na vanguarda da atuação entre bancos centrais.

PREVIDÊNCIA E TRABALHO

Buscando a garantia de oferta de serviços à população, o ano de 2020 foi marcado pela conclusão da segunda fase da transformação digital de serviços previdenciários e trabalhistas. Nesse contexto, ao fim de 2020, 92% dos 106 serviços do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) já podiam ser requeridos ou realizados de forma remota. A Carteira de Trabalho Digital (que conta com mais de 200 milhões de

acessos desde janeiro de 2019 e 23 milhões de trabalhadores beneficiados) está em pleno funcionamento, permitindo, por conseguinte, o requerimento *on-line* do seguro-desemprego.

Somado a esse avanço, houve a efetiva simplificação do eSocial, por meio da diminuição de campos com informações a serem preenchidos pelas empresas, a utilização do CPF como identificação única e implantação do aplicativo eSocial doméstico. Todas essas medidas permitiram a redução do tempo médio de processamento da folha de pagamentos das empresas e demais empregadores em cerca de 40%, diminuindo o chamado Custo Brasil.

Ademais, para enfrentamento direto dos reflexos da pandemia na área de atuação da previdência e trabalho, flexibilizaram-se momentaneamente as normas trabalhistas para fins de adequação às restrições sanitárias vigentes e houve estímulo ao teletrabalho e formas alternativas de manutenção das atividades produtivas. Dedicado à manutenção de renda e emprego durante a pandemia, o Governo preservou mais de dez milhões de empregos, com a criação do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e Renda (BEM), que consistiu em um auxílio em dinheiro pago diretamente ao trabalhador, permitindo que os seus empregadores ajustassem suas novas rotinas aos efeitos nefastos da pandemia, por meio da redução de jornadas ou da suspensão de contratos de trabalho, com a preservação da renda dos trabalhadores envolvidos. Medidas adicionais para proteção de renda foram a antecipação da primeira e segunda parcelas do 13º salário dos aposentados e pensionistas do INSS, alcançando 30,8 milhões de beneficiários do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

De forma a garantir a seguridade de renda da população brasileira durante a pandemia e as concessões de antecipações do Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social (BPC/LOAS) e do auxílio-doença (auxílio por incapacidade temporária) pelo INSS, por meio da *Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020*, permitiu-se que as empresas pudessem deduzir, temporariamente do repasse das contribuições à Previdência Social, o valor devido ao segurado empregado cuja incapacidade temporária para o trabalho fosse comprovadamente decorrente de sua contaminação pelo coronavírus. Até o final de 2020, foram concedidas cerca de 1,4 milhão de antecipações de auxílio-doença e cerca de 200 mil de BPC/LOAS.

Com o objetivo de desburocratização e simplificação normativa, empreendeu-se a revisão de todas as 36 NRs de saúde e segurança do trabalho, em ambiente tripartite, com participação do Governo, de trabalhadores e de empregadores. Adicionalmente, introduziu-se o Descomplica Trabalhista, iniciativa que coroa a compilação de normas vigentes e a revogação de normas defasadas.

No âmbito previdenciário, revisou-se amplamente o Regulamento da Previdência Social para adequação de suas disposições à *Emenda à Constituição nº 103, de 12 de novembro de 2019*, que teve por objetivo garantir a sustentabilidade fiscal a longo prazo e adequada proteção social aos segurados.

Para o ano de 2021, o Governo pretende atuar nas seguintes medidas estruturantes:

- lançamento de programa de geração de empregos por intermédio de medidas que garantam a redução dos custos decorrentes da contratação;
- redução do mercado informal de trabalho, mediante a criação de instrumento simplificado que contribuirá para a formalização de renda desses trabalhadores;
- apoio à inclusão produtiva, por meio de ações que busquem garantir a emancipação das famílias que hoje se encontram abrangidas pelos programas federais de transferência de renda;
- incremento ao combate às fraudes previdenciárias e do seguro-desemprego, em especial com a utilização de ferramenta eletrônica de cruzamento de dados;
- encaminhamento de propostas legislativas que permitam a necessária segurança jurídica nas relações de trabalho, a harmonização da legislação trabalhista e previdenciária, bem como políticas públicas que favoreçam o melhor funcionamento do mercado de trabalho; e
- regulamentação das diretrizes da EC nº 103, de 2019: i) com a proposição da Lei de Responsabilidade Previdenciária, prevista no § 22 do art. 40 da Constituição, que, entre outros pontos, regulamentará a imposição de sanções aos maus gestores previdenciários; ii) instituição do órgão ou entidade gestora única do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), em cumprimento ao § 20 do art. 40 da Constituição e ao § 6º do art. 9º da EC nº 103, de 2019; e iii) apoio à implantação do regime de previdência complementar para todos os Estados e Municípios que possuem RPPS, em cumprimento ao § 14 do art. 40 da Constituição e ao § 6º da EC nº 103, de 2019.



**POLÍTICAS
SOCIAIS**

SAÚDE - PANDEMIA COVID-19

A saúde foi a área mais diretamente impactada pela pandemia da covid-19. A doença infecciosa causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) obrigou que profissionais e instituições de saúde em todo o planeta buscassem respostas urgentes e necessárias a uma situação grave e inédita. No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS) comprovou sua incalculável relevância para a sociedade, potencializando suas capacidades diante dos efeitos do novo coronavírus e desenvolvendo as políticas públicas de rotina.

Para fazer frente à pandemia e manter as operações do SUS, o Governo Federal pagou um total de R\$ 160,2 bilhões, dos quais R\$ 39,5 bilhões foram créditos extraordinários destinados exclusivamente ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância nacional (Espin) e R\$ 120,7 bilhões foram disponibilizados para serviços de rotina do SUS. A prioridade foi garantir apoio aos Estados e Municípios, com investimentos em contratação e capacitação de recursos humanos, equipamentos, medicamentos, insumos e infraestrutura, que, embora fossem atribuições dos entes subnacionais, o Governo Federal providenciou para reforçar as ações relativas ao SUS, mediante demanda.

Destacam-se como formas de apoio em 2020: i) distribuição de mais de 13 mil ventiladores pulmonares (de unidades de terapia intensiva — UTI e de transporte); ii) habilitação de quase 20 mil e prorrogação da habilitação de mesma quantidade de leitos de UTI exclusivos para tratar pacientes com o novo coronavírus; iii) habilitação de mais de 1.900 e prorrogação da habilitação de outros 1.900 leitos de suporte ventilatório; iv) distribuição de mais de 300 milhões de unidades de equipamentos de proteção individual (EPI); e v) distribuição de mais de 28 milhões de medicamentos, buscando evitar desabastecimento e garantir os insumos imprescindíveis para operacionalização dos serviços de atenção à saúde.

Em paralelo, em 2020 o Governo Federal manteve, implantou e qualificou ações do setor de saúde que auxiliaram diretamente no tratamento aos pacientes com o novo coronavírus, tais como: i) habilitação de 3.265 centros de referência e de 130 centros comunitários de atendimento para enfrentamento da covid-19; ii) apoio à retomada segura das atividades presenciais nas escolas de educação básica, com repasse de R\$ 454 milhões; e iii) apoio às gestantes e puerpérios saudáveis, com repasse de R\$ 259 milhões.

Sempre em parceria com o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) e o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS), o Governo Federal coordenou esforços, estreitou articulações com outros ministérios, com organismos internacionais e com a comunidade científica em busca das melhores soluções para a crise de saúde pública. Com essa fórmula, chegou-se ao final de 2020 com resultados positivos no combate à covid-19.

Ao longo do ano, as autoridades do setor de saúde em todo o mundo tiveram que aprender sobre a nova doença. Com o avanço da pandemia, as experiências dos profissionais de saúde foram acumuladas,

colaborando para que, com todo o pesar pelos mortos, em função da covid-19, até 20 de janeiro de 2021, o Brasil tivesse mais de 7,5 milhões de pessoas recuperadas da doença. O número de pessoas curadas no País corresponde a aproximadamente 90% dos casos confirmados e em acompanhamento médico, sendo o Brasil o terceiro país com o maior número de recuperados no mundo, atrás apenas dos Estados Unidos da América (EUA) e da Índia. Ao mesmo tempo, o País logrou ter um dos menores índices de óbitos por milhão entre as grandes nações.

Como parte da estratégia de combate aos efeitos da pandemia, o monitoramento de outros casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), como a influenza e outros vírus e agentes etiológicos, foi mantido. Cabe ao SUS prover recursos e esforços para enfrentar esses casos, cuidando das faixas etárias mais suscetíveis e, também, monitorar as comorbidades que aumentam os casos graves e óbitos por covid-19, como cardiopatias e diabetes, entre outras. Também se definiu que o médico passaria a notificar os casos de covid-19 e prescrever o tratamento a partir de diagnósticos clínicos, por imagem, epidemiológico ou laboratorial, o que aumentou a quantidade de casos notificados e o sucesso dos tratamentos, com redução da gravidade e da letalidade decorrentes da doença.

Como reforço na atuação da atenção primária, foram lançados quatro editais com seleção de mais 5.835 mil novos médicos para atuação no âmbito do Programa Mais Médicos para o Brasil, totalizando mais de 16,6 mil médicos em 3.821 Municípios e 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI). O Governo Federal também ampliou o horário de atendimento de aproximadamente 1,4 mil Unidades Básicas de Saúde em todo o País, em 770 Municípios.

Adicionalmente, além das ações já existentes de proteção e cuidado à saúde dos indígenas brasileiros, o Governo Federal investiu em ações específicas para essas populações de combate contra a covid-19, garantindo assistência aos mais de 776 mil indígenas. Atualmente, existem cerca de 813 equipes multidisciplinares de saúde indígena, compostas por 20,3 mil profissionais, sendo 65% indígenas. Em 2020, houve a implantação de 289 unidades de Atenção Primária Indígena e o fortalecimento da rede logística, o que otimizou a distribuição de medicamentos e de mais de 5,4 milhões de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). Também foram criadas equipes de resposta rápida para o combate à pandemia, compostas por médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem. Em ações interministeriais, a saúde indígena integrou 17 missões em regiões de difícil acesso, realizando mais de 200 mil atendimentos de saúde, consultas com médicos generalistas e especialistas em diversas áreas, atendimentos de enfermagem, testagens e participação na distribuição de cestas básicas.

Ainda visando à ampliação da cobertura na assistência aos usuários do SUS em todos os níveis de atenção, bem como à redução do tempo de espera nos atendimentos em unidades de pronto atendimento e emergências hospitalares, foi lançada a ação estratégica “O Brasil Conta Comigo”, que engloba três eixos: Acadêmico, Residentes e Profissionais da Saúde, todos direcionados para atuação no enfrentamento à covid-19. O eixo Acadêmico é voltado aos alunos de cursos de graduação da área de saúde (Medicina, Enfermagem, Farmácia

e Fisioterapia). Tendo suas atividades encerradas em 31 de dezembro de 2020, o eixo contou com a atuação de 5.896 alunos do 5º e 6º ano de Medicina e do último ano de graduação dos cursos de Enfermagem, Fisioterapia e Farmácia, nos 3.658 estabelecimentos de saúde registrados em todas as unidades da Federação, totalizando 2.230 Municípios brasileiros participando da iniciativa. O eixo Residentes é direcionado aos profissionais que cursam programas de residência na área da saúde. No mês de dezembro de 2020, a ação contava com a participação de 50.462 mil residentes. Já o eixo Profissionais da Saúde visa ao cadastramento e à capacitação, que poderá ser consultado e utilizado pelos entes federados. A ação ultrapassou a marca histórica de mais de um milhão de cadastrados, tornando-se o maior banco de dados autodeclaratório de profissionais de saúde do Brasil, dos quais mais de 342 mil já foram capacitados.

Entre os esforços para identificar as pessoas com o novo coronavírus, foram adquiridos e distribuídos, por demanda dos Estados, cerca de dez milhões de testes RT-qPCR, com a análise de mais de oito milhões de exames na rede de laboratórios públicos. Também foram distribuídos mais de 12 milhões de testes rápidos por anticorpo ou antígeno. A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) produziu, até dezembro de 2020, mais de 800 mil testes rápidos e mais de 5,4 milhões de testes RT-qPCR, por meio do Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Bio-Manguinhos).

Os 27 Laboratórios Centrais de Saúde Pública (Lacen) das Secretarias Estaduais de Saúde foram revitalizados e automatizados pelo Governo Federal e se tornaram aptos a realizar o exame para o novo coronavírus, mediante contratações centralizadas e, também, com o repasse de R\$ 130 milhões para a ampliação da capacidade de testagem e da rede de vigilância laboratorial.

Outra frente de esforços do Governo foi o lançamento do Programa Vigiar SUS, iniciativa que visa à qualificação e à ampliação da vigilância epidemiológica no Brasil, ao custo aproximado de R\$ 1,5 bilhão. Esse grande legado trata-se de uma resposta do SUS à pandemia, tendo como estratégia fortalecer, ampliar e modernizar a vigilância epidemiológica no Brasil, como forma de prevenir ou responder rapidamente a futuros surtos e epidemias, e está baseado nos seguintes eixos estratégicos de monitoramento, detecção e prevenção: i) investimento na tecnologia e ampliação do número de Centros de Informações Estratégicas de Vigilância em Saúde; ii) estudo de prevalência da covid-19 no Brasil; iii) formação de equipes de pronta resposta às emergências em saúde pública; iv) ampliação e fortalecimento para as respostas integradas, por meio da Rede Nacional de Vigilância Epidemiológica Hospitalar; v) vigilância sentinela de síndromes respiratórias, com o objetivo da detecção de vírus que estejam circulando; vi) imunização contra o coronavírus, além do investimento em redes de frio, salas de vacinas e centros de referência para imunobiológicos especiais; e vii) investimentos no serviço de verificação de óbitos, a fim de permitir a identificação precoce de riscos emergentes à saúde pública, bem como uma possível nova doença.

A principal ação de monitoramento vem sendo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Covid-19, um estudo soroepidemiológico em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE) para estimar a prevalência da infecção por SARS-CoV-2 nas capitais, unidades federativas e regiões, em um total de 3.464 Municípios, contando com cerca de 600 mil pessoas participantes. Trata-se de uma das maiores investigações relacionadas ao novo coronavírus no mundo.

Antecipando a campanha nacional de vacinação contra a influenza, para minimizar os casos gripais graves, e atendendo a diversas faixas etárias e fazendo frente a variadas doenças, o SUS prosseguiu com o maior programa público de imunização do mundo, o Programa Nacional de Imunização (PNI), que conta com 37 mil postos públicos de vacinação em todo o País, sendo que em campanhas realizadas anualmente esse número chega a até 50 mil postos e 51 Centros de Referência para Imunobiológicos Especiais.

Em outubro de 2020, o Governo Federal anunciou a previsão de acesso a cerca de 142,9 milhões de doses da vacina para a covid-19. Para tanto, foram editadas as Medidas Provisórias: i) nº 994, de 6 de agosto de 2020 (convertida na [Lei nº 14.107, de 3 de dezembro de 2020](#)), abrindo crédito extraordinário no valor de cerca de R\$ 2 bilhões, para ser firmado o contrato de encomenda tecnológica com escalonamento de entrega de 100,4 milhões de doses e transferência total de tecnologia, entre a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e o consórcio Oxford/AstraZeneca; e ii) as de nº 1.003 e nº 1.004, ambas de 24 de setembro de 2020, para possibilitar a adesão à iniciativa *Covax Facility*, mecanismo multilateral para acesso universal a vacinas, além da abertura de crédito extraordinário de R\$ 2,5 bilhões, com opção de compra de 42,5 milhões de doses. Houve, ainda, a edição da [Medida Provisória nº 1.015, de 17 de dezembro de 2020](#), com crédito adicional no valor de R\$ 20 bilhões, voltada para aquisição de vacinas, seringas e para a logística e a comunicação necessária para a imunização da população brasileira contra a covid-19.

Destaca-se que, em janeiro de 2021, Estados, Distrito Federal e Municípios já tinham disponíveis seringas e agulhas em quantidade suficiente para o início da vacinação. Em contínuo apoio aos entes subnacionais na campanha de imunização contra a covid-19, o Governo Federal efetuou a compra de 190 milhões de seringas e agulhas da Organização Panamericana de Saúde (OPAS), somando-se às outras 30 milhões requisitadas e já disponibilizadas pelas indústrias nacionais. Também está em andamento pregão eletrônico para a aquisição de mais 290 milhões de agulhas e seringas. O Brasil possui mais de 300 milhões de doses contratadas de vacinas cuja disponibilização está prevista para 2021, tendo em vista as negociações realizadas para a aquisição por meio da Fiocruz em parceria com a AstraZeneca/Oxford, pelo Instituto Butantan em parceria com a Sinovac, e pela iniciativa *Covax Facility*, capitaneada pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Adicionalmente, encontra-se em andamento processo de negociação com outros laboratórios produtores de vacina.

Importante ressaltar também que em janeiro de 2021 foi publicada a [Medida Provisória nº 1.026, de 6 de janeiro de 2020](#), que trata de medidas excepcionais para a aquisição de vacinas, insumos, bens e serviços de logística, além da aquisição de serviços nas áreas de tecnologia da informação e de publicidade. A norma ainda prevê: i) coordenação, pelo Ministério da Saúde, da execução do Plano Nacional de Operacionalização de Vacinação contra a Covid-19; ii) treinamento de profissionais que vacinarão a população; e iii) contratação

de vacinas e insumos destinados à vacinação contra a covid-19, antes do registro sanitário ou da autorização temporária de uso emergencial pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

A partir dessas e de outras medidas, o Governo Federal se encontra preparado e estruturado em termos financeiros, organizacionais e logísticos para executar o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19. Assim, teve início, em 18 de janeiro de 2021, a Campanha Nacional de Vacinação contra a Covid-19, distribuindo de forma proporcional e simultânea oito milhões de doses de vacinas aos Estados brasileiros, que devem enviar aos Municípios para que executem a vacinação. O Plano Nacional estabeleceu grupos prioritários para imunização, levando em consideração a preservação do funcionamento dos serviços de saúde, a proteção dos indivíduos com maior risco de desenvolvimento de formas graves e óbitos e a necessidade de manutenção do funcionamento dos serviços essenciais. A campanha foi iniciada pelos grupos prioritários de trabalhadores de saúde, pessoas de 60 anos ou mais institucionalizadas, pessoas com deficiência institucionalizadas e população indígena com mais de 18 anos, assistida pelo Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS), incluindo-se ainda as especificidades previstas na medida cautelar da [Arguição por Descumprimento de Preceito Fundamental \(ADPF\) nº 709](#). Os demais públicos prioritários do plano serão imunizados ao longo do ano, conforme a disponibilidade de mais doses de vacinas.

O Governo Federal mantém esforço contínuo para garantir o atendimento em saúde à população brasileira e salvar vidas. Nesse sentido, em janeiro de 2021, realizou inúmeras ações com o intuito de ampliar e reforçar o plano de contingência para enfrentamento à covid-19 em alguns Estados da região Norte, especialmente nos Estados do Amazonas, de Rondônia e de Roraima, entre as quais: i) montagem de hospital de campanha; ii) entrega de usinas de oxigênio, além da entrega específica de oxigênio gasoso e de oxigênio líquido; iii) entrega de diversos produtos auxiliares para tratamento intensivo, como medicamento para Intubação Orotraqueal (IOT), ventiladores pulmonares, tanto de unidade de terapia intensiva (UTI) quanto de transporte, bombas de infusão, monitores multiparâmetros, óculos e protetores faciais, máscaras cirúrgicas, toucas e sapatilhas, kits calamidade e kits para diagnóstico; iv) deslocamento de equipe da Força Nacional do SUS; e v) transferência de pacientes para leitos de hospitais universitários federais em outros Estados.

O Brasil está preparado para atender as demandas da pandemia e aplicar os ensinamentos colhidos no seu enfrentamento, com estruturas ampliadas e adequadas da rede de atenção à saúde, incorporação de novas tecnologias e adequação do parque industrial na produção nacional de biofármacos e imunobiológicos, equipamentos e insumos hospitalares e outros materiais. O conjunto de iniciativas e aprendizados permitiram que o Brasil chegasse a 2021 conjugando as premissas de salvar vidas, evitando o colapso do sistema de saúde e retomando gradualmente patamares habituais na economia e no convívio social. Além disso, com as ações desenvolvidas, pôde-se notar que grande parte da população passou a adotar medidas de prevenção, como: i) uso de máscaras; ii) etiqueta respiratória; iii) higienização das mãos e de superfícies e ambientes; iv) não compartilhamento de objetos de uso pessoal; v) preferência por ambientes ventilados,

evitando-se aglomerações; vi) manutenção de distância de segurança de pelo menos um metro entre as pessoas; e vii) proteção dos mais vulneráveis, como idosos e pessoas com comorbidades.

OUTRAS POLÍTICAS PARA A SAÚDE

Para além das ações voltadas ao combate à pandemia, também foi lançado em 2020 o Conecte SUS, programa do Governo Federal em parceria com Estados e Municípios com o objetivo de integrar as informações do atendimento aos brasileiros em todo o País. Para isso, a ideia é fazer uso da Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS) — ferramenta estruturante do Programa que se constitui em uma infraestrutura de alta disponibilidade e interoperabilidade de dados entre estabelecimentos de saúde públicos e privados e de órgãos de gestão. Com dados à disposição em tempo real, precisos e consolidados, os profissionais de saúde e gestores conseguirão dar mais eficiência aos serviços prestados e ampliar o cuidado aos pacientes em qualquer lugar e tempo. O Conecte SUS é parte da estratégia da Saúde Digital definida pelo Governo do Brasil que faz o uso de recursos de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) para produzir e disponibilizar informações confiáveis da saúde, constituindo-se na ferramenta para o prontuário eletrônico único do SUS. Quando finalizada a implementação, os dados poderão ser acessados pelo cidadão por meio de celular, computador ou *tablet*, utilizando CPF, com possibilidade de compartilhamento. Permitirá, também, a implantação plena do cartão de vacina digital, uma nova ferramenta de controle e integração de informações.

Paralelamente, a informatização do SUS nos Estados e Municípios por meio do Programa de Apoio à Informatização e Qualificação dos Dados da Atenção Primária à Saúde tem tido continuidade de investimentos, o que constitui mais um legado das ações de enfrentamento à pandemia. Já foram repassados recursos para aquisição de equipamentos e tecnologia que viabilizarão a informatização de cerca de 15 mil equipes, possibilitando a otimização no acompanhamento do tratamento e da vacinação contra o novo coronavírus.

Em outubro de 2020, o Governo Federal lançou o Programa Nacional de Genômica e Saúde de Precisão (Genomas Brasil). O objetivo é mapear as variações genéticas típicas da população brasileira para possibilitar a oferta de tratamentos personalizados no SUS, fortalecendo as áreas de ciência e tecnologia no País. Nos próximos quatro anos, o Genomas Brasil tem como objetivo criar um banco de dados com 100 mil genomas completos de brasileiros, permitindo estudar a relação entre genes e doenças, fazendo com que, no futuro, os diagnósticos sejam mais precisos e as doenças sejam prevenidas ou curadas de forma mais acurada. A implementação da saúde de precisão no SUS tornará os tratamentos mais seguros e eficazes, pelo uso da informação genética individualizada. Terão prioridade, inicialmente, em razão do número expressivo de casos e pelos elevados custos para o Sistema de Saúde, as doenças raras, cardíacas, oncológicas e infectocontagiosas, como a covid-19. Nesse sentido, é importante destacar a Instituição do Comitê Interministerial de Doenças Raras, por meio do Decreto nº 10.558, de 3 de dezembro de 2020, pioneiro no Brasil.

Destacam-se ainda as iniciativas para a construção do Laboratório Nacional de Contenção Nível 4 (NB-4), primeiro laboratório com nível de biossegurança 4 da América Latina, como ação multissetorial do Governo Federal. Por manipularem agentes infecciosos que causam doenças letais sem tratamento disponível e com alto potencial de transmissão (como ebola e febre hemorrágica de Marbug, por exemplo), laboratórios dessa classe devem contar com instalações de mais alta segurança, com ventilação especializada, gerenciamento de resíduos e isolamento do prédio e seu pessoal técnico deve ter à disposição equipamentos de proteção exigidos para esse fim, como trajes com pressão de ar positiva. O Brasil já conta com uma forte rede de laboratórios NB-3, que poderá dar suporte ao futuro NB-4.

Outro programa prioritário na saúde que teve continuidade em 2020 foi o Previne Brasil. Lançado em 2019, o novo modelo de financiamento da Atenção Primária altera algumas formas de transferências para os Municípios, que passam a ser distribuídas com base em três critérios: captação ponderada, pagamento por desempenho e incentivo para ações estratégicas. Um dos resultados foi o registro do maior número de Equipes de Saúde da Família (eSF) com financiamento federal, com 48,6 mil equipes em dezembro de 2020, sendo 3,2 mil equipes a mais do que havia há dois anos.

A assistência oncológica também foi outra prioridade do Governo Federal em 2020, com o Plano de Expansão da Radioterapia no SUS (Persus), maior iniciativa pública em todo o mundo para distribuição e instalação de equipamentos de radioterapia. O Persus conta com 24 aceleradores lineares implantados e 13 convênios realizados para a aquisição de aceleradores e 20 novas obras de espaços de radioterapia contratadas. Ainda na área oncológica, cabe destacar o desenvolvimento do reator multipropósito brasileiro, que possibilitará a melhora no atendimento às políticas de saúde pública com uso de medicina nuclear diagnóstica, produção de radiofármacos e terapias avançadas, especialmente no tratamento do câncer.

AUXÍLIO EMERGENCIAL E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

A pandemia fez de 2020 um ano singular, que impôs grandes desafios, em escala mundial, para as sociedades e os governos, com a necessidade de superação dos efeitos econômicos e sociais. No Brasil, o Governo Federal teve papel fundamental na mitigação dos efeitos da crise, na condição de responsável por políticas públicas de grande impacto social voltadas à população mais vulnerável, principalmente com o Auxílio Emergencial, que ultrapassou o número de 68 milhões de cidadãos elegíveis ao recebimento, o que representa 32,2% da população. A título de Auxílio Emergencial, foram pagos créditos extraordinários ao Orçamento da União no valor total de R\$ 293,1 bilhões⁴, para ajudar as pessoas a atravessarem esse momento difícil.

4 Conforme Relatório Resultado do Tesouro Nacional de dezembro de 2020, publicado em 28 de janeiro de 2021.

Os cidadãos elegíveis para o recebimento do Auxílio Emergencial foram selecionados a partir de três públicos, conforme os seguintes critérios: i) beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) — de ofício; ii) cadastrados no Cadastro Único (CadÚnico) até 2 de abril de 2020 — de ofício; e iii) demais trabalhadores informais, contribuintes individuais (CI) e microempreendedores individuais que solicitaram o benefício por meio do aplicativo da Caixa Econômica Federal (Caixa). Cabe mencionar que para aqueles inscritos no CadÚnico e beneficiários do PBF, o processo de avaliação dos critérios de elegibilidade e de concessão do Auxílio Emergencial se deu de forma automática (de ofício, sem a necessidade de requerimento), com base na análise dos dados já registrados no CadÚnico. Para os demais, a solicitação foi feita por uma plataforma digital em parceria com a Caixa, com o uso de um aplicativo e de um *site* para cadastramento e processamento dos cadastros realizado pela Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev).

O Bolsa Família e o CadÚnico tiveram papel fundamental para viabilizar rapidamente o pagamento do Auxílio Emergencial. A primeira transferência de recursos para pagamento ocorreu apenas sete dias após a sanção da [Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020](#), chegando a quase seis milhões de pessoas do CadÚnico. Em suma, os números colocam o Auxílio Emergencial como o maior programa de transferência de renda da história brasileira e do mundo.

No que diz respeito ao Bolsa Família, o Programa atingiu a marca de 14,27 milhões de famílias beneficiárias, com a inclusão de mais de 1,22 milhão no mês de abril. Esse aumento do total de beneficiários foi acompanhado por significativa elevação no valor médio mensal do benefício recebido pelas famílias, uma vez que 13,56 milhões (95%) de famílias abrangidas pelo Programa passaram a receber o Auxílio Emergencial.

As equipes técnicas envolvidas na administração do CadÚnico trabalharam para validar, no menor tempo possível, os resultados dos cruzamentos de elegibilidade, de acordo com a [Lei nº 13.982, de 2020](#), para posterior encaminhamento para pagamento. Foram realizados cruzamentos com diversas bases do Governo Federal para fins de verificação da elegibilidade, entre as quais Folha de Pagamento do Bolsa Família, Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e Sistema Integrado de Administração de Pessoal (Siape). Como resultado, cerca de 20 dias após a entrada em vigor da referida Lei, as equipes citadas já haviam processado lotes de pagamento para os três tipos de público e enviado os recursos para o pagamento do Auxílio Emergencial, beneficiando quase 30 milhões de pessoas no momento mais crítico.

Em um processo de aprimoramento permanente dos controles nos pagamentos dos benefícios, foram firmados diversos acordos de cooperação técnica, com destaque para parcerias com o Tribunal de Contas da União (TCU), a Receita Federal do Brasil (RFB), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a Defensoria Pública da União (DPU). O Comitê Gestor do Auxílio Emergencial foi criado para tomar decisões acerca de demandas diversas que surgiram ao longo da operação e realizou interlocução com diversos órgãos de governo para o recebimento de dados e cruzamentos de informações, com o intuito de evitar o pagamento

indevido do Auxílio Emergencial às pessoas que não estavam no perfil adequado para o recebimento do benefício ou que mudaram a situação após o processo de elegibilidade, o que culminou em bloqueios preventivos e cancelamentos de benefícios.

Vale enfatizar, também, as ações de mobilização e comunicação para garantir o acesso de famílias pertencentes a grupos populacionais tradicionais e específicos, que possibilitaram o acesso ao Auxílio Emergencial a cerca de 90% das famílias identificadas no CadÚnico pertencentes a esses grupos, como indígenas e quilombolas.

A partir de setembro de 2020, com o fim do Auxílio Emergencial, conforme a *Lei nº 13.982, de 2020* e a edição da *Medida Provisória nº 1.000, de 2 de setembro de 2020*, as famílias elegíveis passaram a receber a extensão do Auxílio Emergencial que complementasse o valor do Bolsa Família, sempre que isso fosse mais vantajoso para o beneficiário. Com isso, a proteção das famílias mais vulneráveis contra os efeitos econômicos da pandemia foi estendida até o mês de dezembro de 2020.

O planejamento do Bolsa Família para 2021 inclui importantes desafios, entre eles a garantia de ampla cobertura para os segmentos mais carentes da população, aperfeiçoando instrumentos da política pública para aumentar sua efetividade na redução da pobreza, com ênfase no caráter libertador, sempre com prioridade para o atendimento à primeira infância.

Estão contemplados nesse contexto, ainda, a priorização ao incentivo da criação de oportunidades pelo trabalho, com estímulo à inclusão social e produtiva urbana por meio do Programa Progredir Jovens, iniciativa de qualificação profissional com abrangência nacional para jovens do CadÚnico, especialmente importante no atual estágio de retomada do crescimento econômico.

OUTRAS POLÍTICAS PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA

Uma medida que aumentou a capacidade de resposta à pandemia foi o aporte de recursos emergenciais, pelo Governo Federal, ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O aporte foi destinado ao cofinanciamento de medidas de adaptação, reorganização e intensificação dos serviços e à aquisição de provisões, pelos Municípios, pelo Distrito Federal e pelos Estados, como alimentos para pessoas idosas ou com deficiências atendidas ou em acolhimento nas unidades do SUAS. Em outra frente, os recursos permitiram a compra de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para os profissionais das unidades públicas de atendimento.

A priorização da atenção à primeira infância está sendo garantida pelo Programa Criança Feliz, que confirma a posição de maior programa de visita domiciliar para a primeira infância do mundo, superando a marca de mais de 1,1 milhão de crianças e gestantes, totalizando 40 milhões de visitas, levando atendimento a mais de 2,9 mil Municípios, com uma rede de mais de 41,5 mil profissionais. A criação da Secretaria Nacional de Atenção à Primeira Infância, no ano de 2020, como órgão singular, foi um importante passo no sentido de reforçar, nos próximos anos, a necessária integração dos programas sociais do Governo Federal com o objetivo de amparar a primeira infância.

Para o Programa Criança Feliz, a perspectiva é aprimorar a gestão, com a consolidação de ferramentas de monitoramento e avaliação, a implementação de novas formas de comunicação que dialoguem diretamente com as famílias atendidas, além da qualificação das equipes de atendimento, com foco na educação permanente por meio de cursos a distância, presenciais e híbridos.

No campo da Segurança Alimentar e Nutricional, destaca-se, por um lado, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que contou em 2020 com o maior aporte de recursos em cinco anos (mais de R\$ 600 milhões), dos quais 57% foram destinados à região Nordeste. Em outra frente, o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais atendeu aproximadamente sete mil famílias para a estruturação de projetos produtivos, com especial atenção ao atendimento a famílias de grupos populacionais tradicionais e específicos, como indígenas e quilombolas extremamente pobres.

No Programa Cisternas, o objetivo para 2021 é universalizar o atendimento em escolas rurais do semiárido e iniciar a implementação de sistemas de abastecimento de água em escolas públicas da região Norte, por meio de contratos de repasse firmados em 2020, que irão beneficiar 2,24 mil escolas rurais.

No tocante à Política Nacional Sobre Drogas, foram realizadas campanhas de prevenção que atingiram mais de cinco milhões de pessoas, visando à conscientização sobre os malefícios diretamente decorrentes do uso de drogas, com destaque para ações em parceria com o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd), alcançando 570 mil alunos em todo o País. Em razão da pandemia, é importante destacar que foram oferecidas ainda mais de 1,4 mil vagas em comunidades terapêuticas para atendimento exclusivo de pessoas em situação de rua.

Nos próximos dois anos, as ações para a redução da demanda por drogas serão continuadas e fortalecidas, mantendo-se o acolhimento em comunidades terapêuticas e destinando-se veículos apreendidos em decorrência do tráfico de drogas a entidades que atuam na prevenção, no tratamento, no cuidado e na reinserção social. Objetiva-se, ainda, ampliar as ações articuladas de prevenção ao uso de drogas entre gestantes, lactantes e mães de crianças na primeira infância.

PROGRAMA NACIONAL DE INCENTIVO AO VOLUNTARIADO

Após um ano e meio de trabalho, o Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado, o Pátria Voluntária, alcançou resultados importantes no apoio aos mais vulneráveis e em prol do voluntariado.

Diante de um ano atípico com a pandemia da covid-19, houve aumento da demanda pela agilidade que uma situação emergencial como essa requer. Para tanto, foram desenvolvidas duas iniciativas: o Brasil Acolhedor e o Arrecadação Solidária, em que crianças, idosos, pessoas com deficiência e comunidades tradicionais foram priorizados.

Além das iniciativas citadas de respostas céleres em benefício da população vulnerável, o Pátria Voluntária realizou diversas campanhas. Uma delas, em 2020, foi a “Apadrinhe um Futuro”. A proposta possibilita o apadrinhamento de crianças e adolescentes vulneráveis, contribuindo para que tenham melhores condições de educação, saúde, práticas esportivas e de lazer. Também foram realizadas campanhas: i) no inverno, para arrecadação de agasalhos, cobertores e chinelos; e ii) no Dia das Crianças, para arrecadar brinquedos e para mobilização de voluntários que fizeram atividades com os pequenos em instituições de acolhimento.

Foram beneficiadas mais de 472,8 mil pessoas em todo o território nacional, graças a um esforço conjunto tanto de doadores quanto de instituições parceiras que mobilizaram voluntários para fazer chegar esse apoio aos que mais sofrem com as consequências dessa pandemia, mesmo em lugares longínquos e de difícil acesso.

Ao longo de 2020 também foi fortalecido o Prêmio do Voluntariado e lançado o Prêmio Nacional de Acessibilidade. Além disso, foram criadas redes estratégicas como os subcomitês, focados em temáticas na área do voluntariado e a Aliança pelo Voluntariado, que conta com a participação de cônjuges de pessoas públicas como ministros e ministras, governadores e governadoras, embaixadores e embaixadoras, Comandantes das Forças Armadas, além de representantes de organismos internacionais que atuam no Brasil.

Em 2021, o Pátria Voluntária continuará trabalhando, proporcionando o exercício da cidadania, em favor da dignidade da pessoa humana, com justiça e transparência. Haverá ampliação de investimentos em projetos estruturantes e abertura de uma frente específica de resposta a catástrofes e emergências, bem como ampliação da área de campanhas, disseminação da Plataforma do Voluntariado e fortalecimento das redes estratégicas em prol do voluntariado e dos vulneráveis. Assim, o Pátria Voluntária acredita que unindo esforços é possível alcançar mais e melhores resultados e multiplicar de forma exponencial a cultura do voluntariado no País.

PROMOÇÃO DO ESPORTE

No que se refere ao esporte, fundamental na promoção de políticas públicas de inclusão social e na construção da cidadania plena, pesquisas realizadas tanto pelo Governo Federal quanto pelo setor privado indicam que, no Brasil, há um grande contingente de sedentários, o que implica em consequências na qualidade de vida da população e potencial pressão adicional nos serviços de saúde pública.

Segundo dados da PNAD, existem mais de 100 milhões de pessoas com mais de 15 anos no Brasil que não praticam esporte, situação que prevalece de forma mais acentuada nas faixas de renda mais baixa. Diante desse contexto, um dos propósitos fundamentais é proporcionar infraestrutura de qualidade para a democratização e o livre acesso à prática esportiva.

Para fazer frente a esse desafio, foi lançado no segundo semestre de 2020 o Projeto Brasil em Campo, que prevê a implantação de infraestrutura esportiva de qualidade em todo o território nacional, visando promover o esporte e a inclusão social, o que, em uma perspectiva mais ampla, significa promover a cidadania, funcionando como elemento aglutinador e transformador na vida das pessoas.

O projeto Brasil em Campo, alinhado às diretrizes do Plano Nacional do Desporto (PND), oferecerá à população estruturas integradas com campo, quadra, pista de atletismo e espaço de convivência, com atenção especial à acessibilidade, e será construído preferencialmente em locais com maior vulnerabilidade social. O projeto apresenta diversas características inovadoras, entre as quais se destacam a construção baseada em módulos pré-fabricados, o que possibilitará que a obra fique pronta em até 100 dias, o aproveitamento de espaços ociosos e o uso de tecnologias sustentáveis, com foco no meio ambiente, como energia renovável e armazenamento da água da chuva por meio de cisternas. Além disso, o projeto enfatiza a educação, pois estabelece como um dos seus pilares o uso do espaço por turnos escolares. A gestão poderá ficar a cargo da iniciativa privada.

Vale salientar também a criação, em 2020, da Secretaria Nacional de Paradesporto, com a missão de compor o PND e implementar mais uma ferramenta pública de fomento do paradesporto nacional, auxiliando a posição do Brasil como uma das maiores potências mundiais do esporte paralímpico.

Outra iniciativa em curso é o resgate e aprimoramento dos Jogos Escolares Brasileiros (JEBs), historicamente a principal competição escolar nacional, em parceria com a Confederação Brasileira de Desporto Escolar (CBDE). O evento, que se realizará no segundo semestre de 2021 no Parque Olímpico da Barra, no Rio de Janeiro, contará com a participação de mais de seis mil atletas escolares da faixa etária de 12 a 14 anos. Cumpre destacar também que o Brasil sediará a XXVI Edição dos Jogos Sul-americanos Escolares, que reunirá por volta de dois mil atletas escolares de 13 países-membros do Conselho Sul-americano de Desporto Escolar (Consude). Adicionalmente, a fim de fomentar o desporto escolar e universitário nacional, em 2020 foram formalizadas parcerias com a CBDE e com a Confederação Brasileira de Desporto Universitário

(CBDU) para garantir a participação de delegações brasileiras na *Gymnasiade 2021*, prevista para outubro em Jinjiang, na China, e na *Universiade 2021*, prevista para agosto em Chengdu, também na China.

Ainda sobre o desporto de lazer inclusivo, o Governo Federal tem direcionado recursos para a ampliação da cobertura dos programas de esporte educacional, de participação e de lazer — atingindo mais de 595 mil pessoas, por meio de 426 parcerias para a implantação de 1.245 núcleos de atividades esportivas estabelecidos em escolas ou em espaços comunitários (públicos ou privados) e para a realização de 138 eventos desportivos em todos os Estados e no Distrito Federal. Além disso, em 2020 foram viabilizadas 519 obras de implantação e modernização de infraestrutura e aquisição de equipamentos para o esporte educacional e de lazer em todo o território nacional.

Em síntese, até 2022 o objetivo é ampliar o acesso à prática esportiva e a seus valores intrínsecos como instrumento de formação da cidadania, propiciando oportunidades de melhoria da qualidade de vida e a inclusão social para a população, com ênfase em crianças, adolescentes e jovens, por meio da oferta de programas que acontecem no contraturno escolar, bem como fomentar a prática de exercícios físicos, atividades culturais e de lazer para todas as faixas etárias e para pessoas com deficiência.

No campo do esporte de alto rendimento, o Programa Bolsa Atleta beneficiou mais de 6,3 mil atletas em 2020, assegurando o apoio mesmo durante a pandemia. Na categoria Atleta Pódio, que atende aos atletas mais bem ranqueados do País, o suporte foi estendido até 2021 para 274 atletas com chances de medalhas nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, garantindo que a preparação dos atletas brasileiros não fosse prejudicada, mesmo com o adiamento dos Jogos de Tóquio.

Destacando a importância dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Tóquio, o Brasil já conta com 285 vagas conquistadas, sendo 180 nos Jogos Olímpicos e 105 nos Jogos Paralímpicos. Dessas vagas, 48 já têm nomes confirmados, sendo que 92% dos atletas são contemplados pelo Programa Bolsa Atleta.

Ressalte-se, também, que 2020 foi o ano de comemoração do centenário das participações brasileiras em Jogos Olímpicos. Esta conquista foi o ponto de partida para trabalhar a difusão e o resgate do espírito esportivo, em que se insere o caráter permanente da luta contra a dopagem, impulsionando o esporte como ferramenta de construção de valores, como a perseverança, a resiliência e o amor à pátria. Em um evento especial, foi lançado o selo comemorativo do Centenário Olímpico, homenageando o primeiro campeão olímpico do Brasil, Guilherme Paraense, do tiro esportivo. Na mesma ocasião foi concedida pela Presidência da República a Cruz do Mérito Desportivo a 25 atletas brasileiros que, por ações relevantes ao esporte nacional, se tornaram merecedores de alta distinção.

Cabe destacar também que, em dezembro de 2021, ocorrerá a 24ª Surdolimpíadas de verão, evento que será realizado no Estado do Rio Grande do Sul e contará com a participação de 116 países e aproximadamente

4,5 mil atletas distribuídos em 21 modalidades, com a perspectiva de receber mais de dez mil turistas, gerando emprego e aquecendo a economia.

Com relação à política voltada ao futebol, é importante enfatizar as tratativas para o desenvolvimento do Programa Academia & Futebol, baseado em três pilares: i) prática do futebol, futsal e *beach soccer* para jovens e pessoas com deficiência; ii) fomento à produção científica, a partir da instalação de centros de desenvolvimento do futebol em universidades e institutos federais; e iii) apoio para a realização de pesquisas, produção de artigos e livros, participação dos pesquisadores em congressos e a realização de cursos e eventos. Para o biênio 2021-2022, a previsão é formalizar 57 parcerias, atingindo todos os Estados da Federação com 8,5 mil beneficiários diretos e 11,4 mil pessoas capacitadas. Em 2020, 11 obras temáticas foram publicadas e em 2021 serão ainda publicadas 27 novas obras sobre futebol.

Uma importante realização relacionada à política do futebol foi a criação do projeto Integra Brasil, que visa, usando o futebol como catalisador, sensibilizar, promover e enfrentar violações de direitos humanos e ampliar o acesso e o alcance da prática esportiva no País.

PROMOÇÃO DA CULTURA

O setor cultural ficou entre os mais prejudicados no contexto da pandemia do novo coronavírus. Com as restrições impostas, atividades em museus, casas de espetáculos, teatros, cinemas e outros segmentos foram suspensas, o que impactou diretamente os projetos em andamento, a manutenção de postos de trabalhos e a garantia da renda para profissionais do setor.

Para mitigar os efeitos negativos, alguns normativos relacionados à atividade cultural foram editados pelo Governo Federal. Destacam-se normas para definir procedimentos extraordinários para captação, execução, prestação de contas e avaliação de projetos culturais financiados pela Lei de Fomento e Incentivo à Cultura, bem como para possibilitar a alteração do plano de trabalho ou projeto e a prorrogação dos prazos para captação e possibilitar a suspensão dos parcelamentos de débitos de projetos culturais pelo prazo de 120 dias.

Além disso, o Governo Federal sancionou a [Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020](#), conhecida como Lei Aldir Blanc, regulamentada pelo [Decreto nº 10.489, de 17 de setembro de 2020](#), que repassou R\$ 3 bilhões aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios com o intuito de promover ações para garantir renda emergencial para trabalhadores da cultura e manutenção dos espaços culturais brasileiros. Foram beneficiadas todas as unidades da federação e 4.177 Municípios. Estes últimos receberam 95% do valor total disponibilizado, beneficiando trabalhadores e empresas dos setores da economia criativa.

No setor audiovisual, o Governo Federal destinou recursos na ordem de R\$ 400 milhões em apoio ao Auxílio Emergencial. Houve, ainda, o lançamento de um programa de apoio ao pequeno exibidor, destinado aos micros e pequenos empreendedores, pelo qual foram disponibilizados recursos na ordem de R\$ 9 milhões, que atenderam a 185 empresas exibidoras com 577 salas de cinema beneficiadas. Em paralelo a este programa, lançou-se o crédito emergencial específico ao setor audiovisual. Por meio dessa linha de crédito, até o momento, mais de 200 empresas de toda a cadeia produtiva do audiovisual foram beneficiadas.

A rede Biblioteca Nacional Digital (BNDigital) teve, no ano de 2020, 101,6 milhões de acessos em consultas ao acervo, com mais de dois milhões de documentos, correspondentes a cerca de 27,3 milhões de páginas preservadas e com livre acesso ao público. Pode-se destacar também: i) triagem, pesquisa e verificações relacionadas às 60 inscrições recebidas para avaliação do Programa de Apoio à Tradução; ii) renovação do Projeto Resgate Junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco); e iii) edital “Arte do Quilombo”, cuja premiação beneficiará membros de Comunidades Remanescentes de Quilombo (CRQ).

Entre outras iniciativas do Governo Federal, destaca-se sua atuação na preservação dos acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa e o apoio à criação da coleção de obras seletas de Rui Barbosa em braile, permitindo sua acessibilidade. Durante o ano de 2020, também se iniciou a qualificação do curso de fotografia *on-line*, com certificação europeia para alunos das universidades federais escolhidos por chamamento público.

Quanto às ações futuras para o setor cultural planejadas para 2021 e 2022, o Governo Federal pretende fomentar o desenvolvimento social e econômico das cidades por meio da economia criativa, colaborando, assim, para a retomada econômica pós-pandemia. Para isso, será realizada uma série de intervenções, tais como: i) implementação do Programa Mercado Internacional da Economia Criativa; ii) abertura da Biblioteca Demonstrativa do Brasil; iii) ações de fortalecimento do Sistema Nacional de Cultura com a proposta de regulamentação e implementação do Programa Fundo a Fundo; e iv) articulação institucional para o novo Plano Nacional de Cultura.

Adicionalmente, cita-se a articulação iniciada com as frentes parlamentares mistas em prol do semiárido e em prol dos jogos eletrônicos e *games*, visando à parceria público-privada para divulgação de políticas que auxiliem o setor na sua recuperação pós-pandemia. Além das parcerias nacionais, o Governo desenvolveu estudos para a viabilização de parceria com o Instituto de Formação da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, de Portugal, com o objetivo de aplicação dos cursos: MBA, pós-graduação e mestrado em gestão de equipamentos públicos culturais.

Em relação ao fomento cultural, pretende-se ainda possibilitar meios de acesso às ferramentas de incentivo à cultura, popularizando o uso e a captação desta iniciativa. O objetivo é atingir os pequenos Municípios, que não contam com grandes mercados culturais para financiar suas atividades.

No campo do patrimônio cultural, a cooperação entre as unidades federativas e as variadas instituições públicas governamentais afins, bem como as parcerias entre o Estado e a iniciativa privada, seguem como alternativas que visam inserir a conservação em uma lógica socioeconômica de reuso do patrimônio edificado para a promoção do acesso à cultura. Alinhado ao fato de que o Brasil foi eleito membro do Comitê para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial da Unesco, com mandato de 2020 a 2024, essas parcerias significarão um grande avanço no reconhecimento na relevância do País quanto ao tema.

Na esfera do direito autoral, pretende-se promover ajustes tanto na sistemática de arrecadação e distribuição como na metodologia de cálculo dos valores cobrados, determinando-se a correção de falhas no sistema a fim de que os titulares consigam receber seus direitos e os usuários realizem o pagamento em um ambiente justo e transparente. Uma das ações previstas é a elaboração da proposta de texto para o novo Marco Legal dos Direitos Autorais e, ainda, a atualização do arcabouço regulatório relativo ao uso de obras intelectualmente protegidas e à proteção de direitos autorais no ambiente digital, bem como maior atenção aos Tratados Internacionais relacionados a Direitos Autorais de que o Brasil seja signatário.

Também para 2021, o Governo Federal pretende propor melhorias para o Programa Estações da Cidadania, cujos equipamentos integram em um mesmo espaço programas e ações culturais, práticas esportivas e de lazer, formação e qualificação para o mercado de trabalho, políticas de prevenção à violência e de inclusão digital, em locais de alta vulnerabilidade social. Além disso, o Governo buscará promover a capacitação, o empreendedorismo e o desenvolvimento nas comunidades tradicionais negras, implementar a musicalização e fomentar boas práticas da educação escolar quilombola, entre outras.

Para os próximos anos, ainda, será elaborado o Plano de Gestão dos Bens Culturais, que contará com a participação das unidades federativas, dos Municípios, da sociedade civil e da iniciativa privada. O referido plano contemplará: i) a promoção da gestão do conhecimento; ii) o estabelecimento de protocolos para gestão e normatização, garantido um exercício de tutela mais transparente acerca dos critérios de intervenção sobre o patrimônio em suas diversas expressões; iii) o aprimoramento dos processos de reconhecimento, estabelecendo ajustes e detalhamento quanto a procedimentos de identificação e valorização do patrimônio; e iv) o programa de parcerias, contribuindo para o desenvolvimento de ações de apropriação empreendedora em bens patrimoniais.

EDUCAÇÃO

A realidade da educação brasileira é desafiadora. Embora esse cenário seja complexo e multifatorial, as principais ações a serem tomadas são o adequado acompanhamento da primeira infância e da alfabetização, principalmente nos anos iniciais do ensino fundamental. É imprescindível, portanto, que as crianças

recebam o devido estímulo na primeira infância, contando com habilidades fundamentais que garantam o melhor aprendizado por toda a vida.

Nesse sentido, em 2020, foi lançado o “Tempo de Aprender”, o mais completo programa de alfabetização da história do Brasil, englobando dez ações diferentes, distribuídas em quatro eixos. Entre elas, destaca-se o curso *on-line* de práticas de alfabetização, que foi disponibilizado gratuitamente para todos os cidadãos brasileiros, com aproximadamente quatro milhões de acessos, beneficiando famílias cujos filhos ficaram impedidos de frequentar a sala de aula durante as restrições impostas pela pandemia.

Também foram publicados novos materiais para o “Conta pra Mim”, incluindo a “Coleção Conta pra Mim”, com 40 livros de diversos temas, além de vídeos com narração de histórias e interpretação de cantigas populares. O Programa visa promover as práticas de leitura familiar que ajudam a desenvolver nas crianças habilidades fundamentais que apoiarão o seu processo de aprendizagem, além de contribuir com o fortalecimento dos vínculos familiares e, como consequência, do desenvolvimento emocional das crianças.

Ainda em 2020, destaca-se a publicação do edital do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) para a educação infantil, a disponibilização da ferramenta de aprendizagem *Grapho-Game* e o lançamento dos cursos de práticas de produção de textos e de Alfabetização Baseada em Ciência (curso ABC), materiais que possibilitam o aprimoramento da aplicação do trabalho do profissional de educação no dia a dia com os alunos.

Em 2021, esperam-se ainda: i) o lançamento do curso de formação prática para gestores educacionais da alfabetização; ii) a disponibilização do SisAlfa como ferramenta de gestão dos programas decorrentes da Política Nacional de Alfabetização (PNA); iii) o lançamento dos cursos de capacitação em leitura familiar para professores da educação infantil e para os agentes que atuarão em cooperação técnica com o Programa “Conta pra Mim”; iv) a distribuição de aproximadamente 300 mil *kits* de incentivo à leitura familiar para famílias vulneráveis; v) a implementação da avaliação nacional de fluência de leitura oral; e vi) o lançamento do curso de formação de alfabetizadores de adultos.

Apesar dos grandes desafios impostos pela pandemia, o ano de 2020 foi marcado pelo Novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), resultado de estreita colaboração entre os Poderes Legislativo e Executivo, aprovado pela [Emenda à Constituição nº 108, de 26 de agosto de 2020](#), com o objetivo de torná-lo permanente e de aumentar a participação da União nos recursos destinados à educação básica.

Na nova configuração, a Complementação da União se amplia progressivamente, até 2026, de 10% para 23% do total dos recursos aportados ao Fundo. O Novo Fundeb instituirá, a partir de 2021, um modelo híbrido

de complementação. Três diferentes formas de cálculo passam a coexistir para se chegar ao total dos recursos que cada ente federado vai receber. A primeira forma de Complementação da União, denominada de Valor Anual por Aluno (VAAF), manterá os atuais 10% de participação e basicamente as mesmas regras já existentes, beneficiando os Estados que, com recursos próprios, não atingirem o valor mínimo *per capita* definido nacionalmente. A nova modalidade de Complementação da União, denominada Valor Anual Total por Aluno (VAAT), contribuirá para a redução das desigualdades educacionais entre as diferentes redes de ensino, destinando ao Fundo 10,5% do total dos recursos aportados pelos entes subnacionais, dos quais 2% serão a partir de julho de 2021, com priorização para a educação infantil. Além do VAAF e do VAAT, serão destinados 2,5% de Complementação da União a título de VAAR (Valor Anual por Aluno decorrente da complementação), dos quais 0,75% a partir de 2023. Serão beneficiárias dessa modalidade de complementação as redes públicas que, cumpridas as condicionalidades de melhoria de gestão previstas em lei, alcançarem evolução nos indicadores de atendimento e de melhoria da aprendizagem, com redução das desigualdades educacionais.

Em outra frente, o Programa de Inovação Educação Conectada prevê, até 2024, a universalização do acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade. Em 2020, foi autorizado o repasse de recursos, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), para 87.250 escolas urbanas e rurais, correspondendo à aquisição de equipamentos e serviços de conectividade.

De forma complementar, duas plataformas digitais que contribuem para a formação continuada dos profissionais da educação básica em relação ao uso de TICs e ao acesso a recursos educacionais digitais (REDs) tiveram destaque em 2020: o Ambiente Virtual de Aprendizagem (Avamec) e a Plataforma de Recursos Educacionais Digitais.

Já o aplicativo Clique Escola, lançado em março de 2020, agrega informações educacionais de mais de 180 mil escolas públicas e privadas de educação básica no País e dados financeiros das escolas públicas. Por meio do aplicativo, gestores, diretores, professores, estudantes e qualquer cidadão interessado na situação da educação básica do País podem acessar dados como: i) nota de cada escola no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) por ano, etapa de ensino e disciplina; ii) distorção idade-série por ano e etapa de ensino; iii) média de alunos por ano/série e por etapa de ensino; iv) porcentagem de professores com curso superior por ano e etapa de ensino; v) taxas de rendimento, aprovação, reprovação e abandono, por etapa de ensino; e vi) além de recursos repassados via Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

Com foco no apoio supletivo às redes de ensino, merece destaque o encaminhamento de R\$ 672 milhões para apoio em materiais e serviços às escolas por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE Emergencial). Os recursos foram direcionados a escolas públicas das redes estaduais e municipais para serem utilizados na volta às aulas. Outro destaque foi a destinação dos alimentos da merenda escolar diretamente aos pais ou responsáveis dos estudantes.

Com vistas a contribuir para a qualidade do ensino e propiciar aos alunos, professores e funcionários um lugar mais seguro, passível de uma atuação focada na melhoria do ambiente e da convivência escolar, destaca-se o desenvolvimento do Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares (Pecim). O projeto já foi implantado em 51 unidades escolares, beneficiando mais de 36,8 mil alunos, sendo 15 escolas na região Norte, cinco na região Nordeste, 11 na região Centro-Oeste, cinco na região Sudeste e 15 na região Sul. Até 2023 pretende-se implantar 216 escolas cívico-militares. O Programa baseia-se no modelo de gestão dos colégios militares e tem três áreas de atuação: administrativa, educacional e didático pedagógica.

Quanto à última etapa da educação básica, o ensino médio, verificou-se um importante avanço em 2019. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do ensino médio brasileiro alcançou 4,2 pontos da meta de 5 pontos, a maior evolução na série histórica, após quatro edições de estabilidade. O aumento no indicador do ensino médio ocorreu em função da melhoria nas taxas de aprovação e nos resultados da avaliação desta etapa de ensino no SAEB. Em 2020, a avaliação conta com 28,8 mil escolas pelo País e a maioria das 7,5 milhões de matrículas se encontra na rede estadual.

Em atendimento às metas 3, 6, 7 e 11 do PNE, a política atual implementada pelo Governo Federal para atendimento dos jovens tem foco na implementação do Novo Ensino Médio (NEM) e na ampliação das matrículas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI), conforme aprovado por meio da [Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017](#). Nesse contexto, em 2020 estiveram em execução, em todas as unidades federativas, o Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio e o Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. O primeiro programa garante apoio técnico e financeiro às Secretarias de Educação para implementação do novo currículo, incluindo o repasse de R\$ 387 milhões, contemplando 4.117 escolas em todas as unidades da federação e atendendo a mais de 1,9 milhão de estudantes. No ano de 2020 foram repassados R\$ 155,7 milhões via PDDE às escolas-piloto do NEM. No âmbito do segundo programa, o EMTI, foi repassado aos Estados e ao Distrito Federal, em 2020, o montante de R\$ 156,3 milhões para a ampliação do atendimento dos estudantes em tempo integral.

Em paralelo, no cenário da educação especializada, requer-se uma Política Educacional que reconheça e considere a diversidade social e cultural característica do País, com oferta de uma educação de qualidade, com equidade e contextualizada, visando o fortalecimento da capacidade de gestão e articulação, em regime de colaboração entre os entes envolvidos. Para isso, como estratégia, foram priorizados a execução de programas, planos e ações específicas, como o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE Água e PDDE Campo), o lançamento do I Plano Nacional de Educação Escolar Indígena (I PNEEI) e os seguintes programas de formação inicial e continuada para os profissionais da educação básica das modalidades de educação do campo, indígena e quilombola: i) Programa de Apoio à Formação Superior e às Licenciaturas Interculturais (Prolind); ii) Ação Saberes Indígenas na Escola; e iii) Ação Escola da Terra.

Para as ações de apoio à infraestrutura escolar, o PDDE Água destinou R\$ 30 milhões para o atendimento de mais de 191 mil estudantes, em 997 escolas públicas municipais e estaduais. O Prolind descentralizou o valor de R\$ 3,6 milhões para manutenção de 488 cursistas, distribuídos em três Instituições Federais de Educação Superior (IFES). A Ação Saberes Indígenas na Escola, junto com a Escola da Terra, investiu cerca de R\$ 2,4 milhões, contemplando em torno de 16 universidades públicas federais, abrindo quase cinco mil vagas destinadas ao desenvolvimento técnico-pedagógico e operacional do curso.

No que se refere aos jovens brasileiros, percebe-se a necessidade do impulso ao mundo do trabalho, por meio do incentivo à educação profissional e tecnológica, importante via para que atinjam o seu potencial de contribuição para o País, com possibilidade de acesso a melhores oportunidades e condições de trabalho e renda. A requalificação de trabalhadores e a preparação de jovens para as novas profissões são os grandes desafios trazidos pelas rápidas mudanças tecnológicas em curso no mundo.

O Brasil enfrenta ainda o desafio de reverter o quadro de evasão de adolescentes no ensino médio e da alta proporção de jovens que não estudam nem trabalham. Entre as pessoas de 15 a 29 anos com o ensino médio completo ou curso superior incompleto, o principal motivo apontado para não frequentarem a escola ou curso de educação profissional e tecnológica ou de pré-vestibular foi a necessidade de trabalhar, segundo dados da PNAD Contínua 2019. Diante desse quadro, faz-se necessário avançar em direção à integração da educação com o mundo do trabalho e, em especial, da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) com as necessidades do setor produtivo, por meio de ações combinadas de regulação e garantia de qualidade do ensino e da promoção da oferta de educação profissional em estreita articulação com o setor produtivo.

Assim, ainda em 2020, o Governo Federal coordenou o trabalho de revisão e atualização do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Paralelamente à atualização do Catálogo, foram reforçadas as possibilidades de acesso de jovens e jovens trabalhadores ao ensino técnico no País, por meio da autorização de 707 mil vagas de cursos técnicos em instituições privadas de educação superior.

Em 2021, haverá a revisão e atualização do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia. Além dessas ações, serão desenvolvidos novos instrumentos para a organização de dados e produção de índices e informações sobre a EPT em todo o País, a fim de subsidiar a gestão e as políticas públicas para essa modalidade de ensino, bem como implementar ações de formação para 22 mil professores e gestores para atuarem especificamente no atendimento aos princípios norteadores da EPT e com as evoluções educacionais e do mundo do trabalho. A ampliação da oferta de cursos e de profissionais nas áreas de energias renováveis e eficiência energética também está no horizonte de 2021, por meio do Programa para Desenvolvimento em Energias Renováveis e Eficiência Energética na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Programa EnergIF).

Com o cenário de pandemia, as TICs e a educação a distância (EaD) ganharam evidência. O Programa Alunos Conectados, em exercício desde agosto de 2020, apoiou o acesso à Internet de aproximadamente 90 mil alunos com renda familiar inferior a meio salário mínimo, de universidades e institutos federais, de cerca de 800 Municípios brasileiros. O objetivo do Programa é atender, no mínimo, 400 mil estudantes em situação de vulnerabilidade.

Ainda, por meio do Portal de Monitoramento das Instituições de Ensino da Rede Federal, milhões de brasileiros tiveram, em tempo real, acesso às iniciativas em desenvolvimento em universidades e institutos federais durante a pandemia. Também ressalta-se o Protocolo de Biossegurança, com diretrizes para o retorno das atividades nas instituições federais de ensino, configurando-se como diretriz para nortear as instituições federais, com foco na garantia da segurança básica e necessária para que estudantes, familiares, professores, gestores e todos os envolvidos com o ambiente escolar pudessem retomar suas atividades de forma gradual.

A tendência de crescimento da EaD no ensino superior brasileiro já é uma realidade. Segundo o Censo da Educação Superior 2019, 63,2%, cerca de 10,4 milhões das vagas ofertadas foram nessa modalidade, do total de mais de 16,4 milhões de vagas disponíveis. Segundo esse mesmo censo, o número de ingressantes em EaD ultrapassou a quantidade de estudantes que iniciaram a graduação presencial na rede privada. Ao todo mais de 1,5 milhão, 50,7% dos alunos que ingressaram em instituições privadas optaram por cursos de EaD.

Procurando atuar na realidade que ora se apresenta, o Governo Federal vem trabalhando desde maio de 2020 no Plano de Expansão da EaD nas Instituições de Educação Superior Públicas Federais. O projeto vislumbra ampliar o acesso e a permanência dos estudantes na educação superior pública, por meio da educação a distância, e assegurar a qualidade da oferta. Em sua visão de futuro, o Plano de Expansão da EaD visa ampliar, reestruturar e otimizar a oferta da educação a distância pela rede de Instituições Federais de Educação Superior (IES).

Com a ampliação da oferta da EaD na rede pública, mais pessoas podem ter acesso à educação superior gratuita e de qualidade. Já em andamento, o Diagnóstico da EaD no Brasil tem foco no cenário atual da educação a distância no País. Além disso, o *benchmarking* internacional efetuado pelo Governo Federal pretende revelar políticas, estratégias e ferramentas em EaD de outros países, de modo a contribuir para orientação de futuras práticas no plano de expansão brasileiro. Em 2021, aspira-se desenvolver, otimizar e promover políticas de ampliação da educação superior a distância nas IES públicas federais, fomentar a tecnologia e a infraestrutura para as IES e investir em suporte tecnológico aos estudantes em vulnerabilidade social.

Os processos de matrícula ou registro acadêmico para o Sistema de Seleção Unificada (SISU), o Programa Universidade Para Todos (Prouni) e o Novo Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) também foram adaptados para proporcionar mais agilidade e economia, além de evitar o contato físico no contexto da pandemia. Para isso, foram disponibilizados ambientes digitais, por parte das instituições participantes, para o envio da documentação exigida para a matrícula ou o registro acadêmico. Essas ações tiveram por objetivo o aumento das oportunidades e condições de acesso, incentivando a permanência e o fomento à gestão e à manutenção da qualidade na oferta de cursos superiores a distância, que podem ser estrategicamente eficientes para impulsionar a educação superior no Brasil.

Nesse contexto, a formulação de políticas para a regulação e a supervisão de instituições de educação superior, públicas e privadas, pertencentes ao sistema federal de educação superior, zela pelo cumprimento da legislação educacional e publicação dos atos de sua competência com maior celeridade, otimizando tempo e recursos. No âmbito da regulação da educação superior, houve um total de 9,4 mil decisões de todos os tipos, compreendendo entre elas: i) autorização de cursos, presencial e EaD; ii) reconhecimento de cursos, presencial e EaD; iii) renovação de reconhecimento de cursos, presencial e EaD; iv) credenciamentos, presencial e EaD; e v) recredenciamentos, presencial e EaD. Foram, ainda, publicados 256 atos de supervisão no Diário Oficial da União, um recorde em relação aos últimos três anos, o que reforça o compromisso de fiscalização das instituições educacionais e de busca pela qualidade da educação superior.

Acerca da Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (Cebas), foram concluídos 980 processos entre concessão, renovação, indeferimento, recursos, informações e cumprimentos em âmbito judicial. Para 2021, será dada continuidade ao aprimoramento dos sistemas utilizados no âmbito da regulação e supervisão da educação superior e do Cebas, além da revisão do sistema regulatório, da consolidação de normas e da melhoria no atendimento institucional.

No âmbito da concessão de bolsas de pós-graduação no País, em 2020, 41% dos cursos de mestrado e doutorado tiveram um incremento no número de bolsas, com 3,38 mil bolsas adicionais ao programa de cotas institucionais no Sistema Nacional de Pós-Graduação. Considerando todos os programas de bolsas mantidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) no País, incluindo as de pós-doutorado, tem-se hoje no sistema um total de mais de 98,3 mil bolsistas, um terço do número total de alunos da pós-graduação brasileira. Devido à pandemia, houve a prorrogação do prazo de vigência de bolsas, beneficiando 28,3 mil bolsistas de pós-graduação no País.

Adicionalmente, em 2020, foram contabilizados 3,3 mil bolsistas no exterior, dos quais cerca de 700 foram atendidos com retorno antecipado ou com a prorrogação de bolsas, quando foram impedidos de retornar ao País em função do fechamento de fronteiras.

A edição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2020 marcou a estreia do Enem Digital, com uma aplicação para mais de 96 mil participantes. Em função da pandemia, as provas foram realizadas em janeiro de 2021. É o início do processo de transição das provas em papel para meio digital do maior processo seletivo para ingresso no ensino superior do Brasil. A implementação do Enem Digital será gradual, até 2026, e trará economia com a impressão de provas e redução da complexidade da logística de aplicação. Com isso, será possível aplicar várias provas anualmente, tirando a pressão do participante de só ter uma chance no ano de fazer as provas. Além disso, será possível aplicá-las em mais Municípios que os cerca de 1.700 atuais. Ou seja, o candidato poderá realizar a prova na sua própria cidade. Mas o principal avanço será pedagógico: a plataforma digital permite provas melhores, com itens mais elaborados, a exemplo do que é a tendência mundial já observada no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA, na sigla em inglês) que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) aplica no Brasil.

Durante o período de pandemia, o INEP promoveu dois exames, ambos aplicados com estrita observância de protocolo de biossegurança para prevenção de doenças infectocontagiosas e da covid-19: i) o Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras), destinado a estrangeiros que querem comprovar proficiência em língua portuguesa; e ii) o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos (Revalida).

Entre os dados da educação superior, foram divulgados, em 20 de outubro de 2020, os resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), que havia avaliado, ao final de 2019, 435.469 estudantes vinculados a 8.368 cursos de graduação nacionais, entre os quais aqueles da área de saúde. Em conjunto, o Enade e o Revalida avaliaram a qualidade de profissionais médicos que estão entrando no mercado de trabalho para reforçar a estratégia brasileira de combate à pandemia.

Além disso, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), que, em 2020, celebrou 30 anos como a maior e mais importante iniciativa nacional para aferição da qualidade da educação básica brasileira, também passará por uma reformulação completa. O Novo SAEB será implementado gradualmente a partir de 2021 até 2026, em cumprimento à Política Nacional de Avaliação da Educação Básica. A avaliação inova ao ser aplicada nos ensinos fundamental e médio anualmente, de forma censitária, nas quatro áreas do conhecimento (língua portuguesa, matemática, ciências da natureza e ciências humanas) e por ser efetuada por meio de provas digitais.

Entre as inovações para 2021, haverá a aplicação de provas do Novo SAEB para os estudantes da 1ª série do ensino médio. Essas provas inauguram o primeiro ciclo do que se convencionou chamar de Enem Seriado, pois os resultados obtidos no Novo SAEB ao longo das três séries do ensino médio serão mais um método de acesso ao ensino superior. Com os resultados obtidos a cada ano, será possível a avaliação dos sistemas de ensino e da proficiência do aluno. O planejamento do Novo SAEB prevê ainda a implementação do

Programa de Residência em Avaliação Educacional, no qual os professores das redes de ensino estaduais, municipais e distrital atuarão no INEP por períodos determinados para serem capacitados em avaliação de programas educacionais e de forma concomitante, participando do processo de construção do Novo SAEB.

A assistência técnica e financeira a Estados, ao Distrito Federal e Municípios materializa-se por intermédio do Plano de Ações Articuladas (PAR), que tem por objetivo promover a melhoria da qualidade da educação básica, observadas as metas, diretrizes e estratégias do Plano Nacional de Educação. O PAR é uma ferramenta de planejamento multidimensional e plurianual da política de educação disponibilizada aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal, configurando-se em um mecanismo para efetivação do regime de colaboração, conciliando a demanda educacional, a ação técnica e a decisão política dos entes federados, sem ferir sua autonomia.

Durante o ano de 2020, o modelo atual do PAR foi avaliado, com vistas a levantar as principais fragilidades e propor medidas para o aperfeiçoamento do seu 4º ciclo, denominado PAR 4, que terá vigência no período de 2021 a 2024. A implementação do PAR 4 vai contribuir com o sistema de colaboração federativa, em que as políticas estaduais convergem e apoiam os Municípios em sua esfera de atribuições, e para o fortalecimento do Sistema Nacional de Educação. Além disso, o novo PAR possibilitará a vinculação dos planos de educação subnacionais ao PNE, dará maior transparência aos critérios de atendimento e de análise às iniciativas apoiadas, dotará os entes federados de um diagnóstico mais amplo acerca de suas redes de ensino, com dados demográficos e educacionais, indicadores de desempenho e relativos a investimentos na área de educação, subsidiando o planejamento e a gestão de suas políticas e ações.

Novos processos também serão estabelecidos, ainda em 2021, com o intuito de fortalecer os mecanismos de governança, gestão, controle e transparência das transferências de recursos públicos, podendo-se citar a adesão à Plataforma + Brasil. O objetivo é padronizar processos, simplificar operações, rastrear recursos e ampliar a integridade, a transparência e o controle social das transferências legais (obrigatórias e voluntárias) realizadas no âmbito das políticas públicas de educação, que atualmente ocorrem em sistemas diversos.

Em 2020, o desempenho da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), que atua na gestão de 40 hospitais universitários federais em conjunto com as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), foi direcionado para ações de enfrentamento à pandemia. Entre elas, a empresa atuou na contratação, por meio de processo seletivo emergencial, de profissionais médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, entre outros, reforçando as equipes das unidades hospitalares da Rede Ebserh em 3.980 profissionais para o enfrentamento direto da covid-19. Também houve a capacitação de mais de dez mil profissionais em diferentes cursos.

Foram realizadas compras centralizadas de materiais médicos, medicamentos, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), equipamentos médicos como monitores multiparamétricos e ventiladores pulmonares, totalizando R\$ 151,3 milhões aplicados. Esses recursos também foram utilizados para adequações

emergenciais de infraestrutura física em 34 das 40 unidades hospitalares, visando a ampliação de leitos e espaços para receber pacientes acometidos da covid-19, além da recuperação de mais de 200 ventiladores pulmonares para alocação nas UTIs dos hospitais. A Rede Ebserh disponibilizou, ainda, 1.286 leitos clínicos e 700 leitos de UTI, dos quais 419 leitos foram habilitados pelo Ministério da Saúde para atendimento exclusivo à covid-19 desde o início da pandemia.

Por fim, em 2021, é hora de agir para mitigar os efeitos da pandemia, solidificar os aprendizados e de se manter firmes na caminhada ora traçada. O Governo Federal mantém foco no progresso da educação com e para a sociedade, com base no empenho e diálogo como instrumentos fundamentais de desenvolvimento social, econômico e cultural do Brasil.

MULHERES, FAMÍLIA E DIREITOS HUMANOS

No contexto da pandemia, o Governo Federal cumpriu o seu papel e voltou seu olhar para as populações mais vulneráveis. Idosos, povos indígenas e comunidades tradicionais, mulheres, pessoas em situação de rua, pessoas com deficiência e outros públicos, dentre os que mais precisavam da atenção do Estado, foram amparados com planos de contingência específicos, com ações, projetos e iniciativas que fortaleceram e garantiram direitos humanos em todo o País em um dos momentos mais críticos de nossa história.

Na fase inicial da pandemia, no âmbito das ações de repatriamento de brasileiros, foram contatadas inúmeras entidades sociais e religiosas a fim de abrigar, alimentar e atender outras necessidades dos brasileiros que não conseguiam voltar ao Brasil. O Governo brasileiro, juntamente com a Organização Internacional para as Migrações (OIM), estabeleceu contato com 156 instituições filantrópicas e religiosas, tanto no Brasil (9) como na Europa (122), na América do Sul (17), na América do Norte (5) e na África (3).

Os idosos receberam atenção especial. Foram destinados recursos para socorrer as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) sem fins lucrativos. O Programa Solidarize-se investiu R\$ 5 milhões para atender 18 mil idosos, totalizando 500 instituições beneficiadas. Na mesma linha, mais de duas mil ILPIs foram alcançadas pelo Auxílio Emergencial, criado pelo Governo Federal. Por meio de outras parcerias com o Projeto Mesa Brasil/Sesc, a Fundação Banco do Brasil e o Pátria Voluntária, foram distribuídas cestas de alimentos aos abrigos de idosos. Adicionalmente, houve destinação de cestas básicas para mulheres em situação de vulnerabilidade. Ao todo, 46 mil mulheres em todo o País receberam uma cesta de alimentos cada.

As pessoas com deficiência e doenças raras foram beneficiadas com complemento alimentar e acompanhamento das atividades escolares. A produção de conteúdo em formato acessível, com informações sobre o coronavírus e orientações gerais e específicas para cada grupo de pessoas com deficiência e com

doenças raras, foi outro destaque. Também foram produzidas orientações de acessibilidade para os governadores de todas as unidades federativas.

A Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos (ONDH) antecipou todos os projetos que propiciavam acesso mais amplo e seguro aos cidadãos, e quase todos entraram em operação ainda no primeiro semestre de 2020. O serviço de atendimento agora dispõe de *site* dedicado <<https://ouvidoria.mdh.gov.br/>>, e o aplicativo “Direitos Humanos Brasil” se consolidou como ferramenta para realização de registros eletrônicos das denúncias de violação de direitos e se soma às alternativas via *chat* ou videochamadas em Libras, que promovem a acessibilidade e a interação do denunciante com um atendente humano.

Foram oferecidos adicionalmente o atendimento e registro de denúncias por meio de redes sociais, além do lançamento do projeto-piloto Ouvidoria Itinerante, que proporcionou o atendimento presencial dos canais da Ouvidoria no âmbito do Programa Abrace o Marajó e em parceria com as Agências-Barco da Caixa Econômica Federal, nos Municípios ribeirinhos do Marajó e do Amazonas.

Ainda foram lançados o Aló Vovô, que faz o acolhimento (conversa) com o idoso solitário, fornecendo conforto e amparo, e um canal exclusivo no “Disque 100” para médicos realizarem denúncias de violações de direitos humanos, iniciativa que integra o Plano de Contingência para Crianças e Adolescentes do Governo Federal.

Também em 2020 foi lançado o Projeto Direitos Humanos Itinerante, para prover atendimento móvel e presencial dos canais “Disque 100” e “Ligue 180” em regiões fronteiriças, ribeirinhas, quilombolas e Municípios em situação de calamidade ou emergência.

Considerando a família como a célula base da sociedade, o Governo Federal deu início à implementação da Estratégia Nacional de Fortalecimento de Vínculos Familiares. Para isso, foi criado o Programa Reconecte, que busca promover estratégias inteligentes de usufruto da tecnologia, considerando a necessária ponderação e acompanhamento familiar em sua utilização, abordando aspectos sociais, culturais, educacionais, além da saúde física e psíquica.

Durante a 58ª sessão da Comissão de Desenvolvimento Social, realizada em Nova Iorque em fevereiro de 2020, Brasil, EUA, Hungria e Polônia lançaram formalmente a iniciativa *Partnership for Families* (Aliança pelas Famílias), com o objetivo de fomentar políticas públicas para que a família seja reconhecida e fortalecida internacionalmente a partir do compartilhamento de experiências e políticas públicas voltadas para elas nos diferentes contextos nacionais.

Para conciliar responsabilidades familiares e profissionais, desafio para quem precisa garantir o sustento financeiro e, ao mesmo tempo, atender às demandas da família e tarefas domésticas, foi lançado o Programa

de Equilíbrio Trabalho-Família. A iniciativa busca promover as boas práticas que efetivamente conciliem alta produtividade e tempo de qualidade com a família, envolvendo a sociedade civil, sua organização e criatividade.

A criação do Observatório Nacional da Família trouxe à tona um repositório de conhecimento científico que visa dar visibilidade à família como fator fundamental para o contexto de constituição integral da pessoa, cenário privilegiado para a transmissão de valores e primeiro sistema de proteção social para seus integrantes. A ação visa alcançar pesquisadores, gestores públicos e interessados no tema.

Em 2020, o Programa Famílias Fortes iniciou a divulgação de suas ações via redes sociais, alcançando aproximadamente 80 mil pessoas. Em continuidade, o Programa deverá alcançar 60 Municípios com orientações para o fortalecimento dos vínculos familiares para famílias em situação de vulnerabilidade com filhos de 10 a 14 anos.

Na vertente do atendimento humanizado das mulheres, o Governo Federal adotou novas diretrizes para fortalecer a proteção a mulheres em situação de violência doméstica e vulnerabilidade socioeconômica. Foram destinados recursos para a compra de mais 20 viaturas para a Patrulha Maria da Penha e a iniciativa Casa da Mulher Brasileira (CMB) assegurou previsão de valores para construção, implementação e manutenção de unidades.

Para os próximos anos, a previsão é de que sejam implementadas novas unidades da Casa da Mulher Brasileira, onde serão também promovidas ações de qualificação, capacitação e empreendedorismo no âmbito do Programa Qualifica Mulher. A previsão é de que 25 novas unidades da Casa da Mulher Brasileira sejam implementadas até 2022. Adicionalmente, o Governo Federal criou o Comitê Interministerial do Plano Nacional de Enfrentamento ao Feminicídio, com previsão de lançamento em 2021.

No âmbito dos direitos da criança e do adolescente, foi lançada a Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Endica). Resultado de parceria entre o Governo Federal, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e o Centro de Estudos Avançados de Governo e Administração Pública da Universidade de Brasília, a escola alcançou mais de 6,5 mil inscrições em 2020. Com o objetivo de oferecer capacitação de qualidade e acessível a todos aqueles que fazem parte do Sistema de Garantia de Direitos da criança e do adolescente, o desafio é qualificar a atuação de cada um para trabalhar em alto nível, garantindo que direitos não sejam violados e que haja solução para o sofrimento de cada criança e cada adolescente atendido por esses profissionais. Em 2021, serão lançados cursos com 60 horas de duração e concessão de certificado, além do lançamento de cursos de especialização e de mestrado.

Com relação ao Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), destaca-se a finalização das obras do Centro Socioeducativo de Vitória da Conquista (BA), para o atendimento de 90 adolescentes em cumprimento de medida de internação. Por meio do acordo de cooperação técnica firmado com o

Estado do Rio de Janeiro, pretende-se até o ano de 2022 viabilizar a implantação de mais três unidades socioeducativas no Estado.

O Governo Federal investiu ainda R\$ 100 milhões, provenientes da Operação Lava Jato, para conclusão de sete unidades de internação e Núcleos de Atendimento Inicial nos Estados da Bahia, de Goiás, de Minas Gerais, de Santa Catarina e do Tocantins e financiamento de estudos para uma nova e mais eficaz modalidade de cofinanciamento do Programa de Atendimento Socioeducativo.

Para o fortalecimento da capacidade de atuação do Estado no zelo pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, em 2020 foram equipados 559 conselhos tutelares, com a previsão de se alcançar dois mil conselhos com equipagem até 2022.

Ainda com relação aos direitos das crianças e dos adolescentes, merece destaque a Cúpula Global de Enfrentamento à Exploração Sexual Infantil, que será sediada pelo Brasil em 2022.

Por sua vez, o Programa ID Jovem atendeu, em 2020, a aproximadamente 15 milhões de jovens de baixa renda, garantindo direitos de mobilidade, acesso à cultura, arte, esporte e lazer. Para 2021, pretende-se entregar dois milhões de carteiras e ampliação dos benefícios oferecidos. Em paralelo, espera-se alcançar dez mil jovens com oferta de capacitação para integração ao mercado de trabalho por meio do nano e microempreendedorismo pelo Programa Horizontes.

Visando à integralização das políticas, o Sistema Nacional da Juventude (Sinajuve) obteve 60 solicitações de adesão de Estados e Municípios para estimular a troca de boas práticas, mecanismos de gestão, integração e transversalidade de ações, saberes e programas para esse público.

Com relação aos Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa, foram equipados 43 conselhos, garantindo oportunidades para inclusão digital e social dos idosos de forma a elevar a qualidade de vida dessa população. Pretende-se até 2022 equipar mais 50 Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa, e 15 Centros do Viver Dia (centros de convivência para idosos), de modo a garantir um envelhecimento ativo e saudável.

Com relação à atenção às pessoas com deficiência, além da atuação na frente de atendimento emergencial da pandemia, destaca-se que o Governo Federal implantará nos próximos dois anos um modelo único de avaliação da deficiência, conforme a Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência e a Lei Brasileira de Inclusão. O Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Cadastro-Inclusão), instituído pela *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015*, será apresentado em duas fases. A primeira está em andamento e consiste no desenvolvimento da plataforma de tecnologia da informação, sistematização e análise de dados relacionados às políticas públicas voltadas para pessoas com deficiência. A segunda fase consistirá no registro eletrônico dos dados advindos da avaliação biopsicossocial.

Para atendimento aos povos e comunidades tradicionais, cabe destacar que o Sistema Nacional de Proteção à Igualdade Racial (Sinapir) teve 110 adesões de entes federados para a descentralização das políticas públicas de promoção da igualdade racial, com apoio técnico e material de seus participantes no atendimento à população negra e aos povos e comunidades tradicionais. Dessa forma, o Governo Federal fortalecerá as políticas públicas de combate ao racismo e em prol da igualdade racial na perspectiva da transversalização e descentralização, nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios.

Para a regularização fundiária de territórios quilombolas, o Governo Federal vem dando cumprimento ao disposto no artigo 68 do ADCT/CF, buscando a regularização das terras destinadas aos remanescentes dos quilombos. Nos anos de 2019 e 2020, as indenizações de imóveis incidentes em áreas quilombolas declaradas de interesse social possibilitaram a titulação dos territórios e o avanço na efetivação do direito constitucional de regularização fundiária dos territórios quilombolas, com o atendimento de 994 famílias.

Ademais, destaca-se o cumprimento das competências definidas no Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Para isso, foram elaborados Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTDI), etapa fundamental para o início do processo de regularização fundiária de 29 comunidades quilombolas em cinco Estados da Federação até 2022.

Para a proteção e defesa dos direitos humanos, o Governo Federal, no seu papel de coordenação da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, liderou a criação do Fluxo Nacional para Atendimento às Vítimas do Trabalho Escravo. Em 2020, essa ação foi desenvolvida em 13 Estados, com expectativa de ampliação no combate ao labor em condições análogas à escravidão até 2022.

Com relação ao atendimento à população em situação de rua, destaca-se a implantação do Projeto Moradia Primeiro. A iniciativa é uma adaptação do modelo internacional *Housing First*, consagrado por seus resultados na integração e recuperação da população de rua. A meta é a ampliação desse projeto para mais 15 Estados.

Em 2020, em parceria com o Governo do Estado do Pará, foram doados kits para interligação de cinco maternidades com cartórios de registro civil. Essa iniciativa no âmbito do projeto-piloto de implantação de unidades interligadas para redução do número de recém-nascidos não registrados deu origem à criação de um programa para todo o País. Em 2021, deverão ser implementados outros 200 kits que deverão beneficiar Municípios nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Ainda sobre esse tema, será implementada em 2021 a Declaração de Nascido Vivo (DNV) eletrônica para hospitais onde não há unidade interligada.

Por fim, vale destacar a criação do Programa Abrace o Marajó, em março de 2020. A iniciativa busca o desenvolvimento socioeconômico dos 16 Municípios que compõem a Ilha do Marajó (PA). As ações são uma resposta estratégica para a recuperação da dignidade humana da população marajoara, com destaque,

em seu primeiro ano, para duas grandes frentes de atuação: i) a Operação Pão da Vida, com foco na segurança alimentar, que distribuiu, durante a pandemia, 28,5 mil cestas alimentares para famílias dos Municípios de Afuá, Chaves, Portel, Breves e Melgaço, todos localizados no Pará. A expectativa é alcançar em 2021 os Municípios mais carentes do Marajó oriental, totalizando 96 mil cestas; e ii) o Plano de Ação do Programa Abrace o Marajó 2020-2023, que reúne um conjunto de 110 compromissos concretos voltados para a geração de empregos e promoção da melhoria da dignidade, da educação e da saúde da população da região. O plano prevê, em três anos, um investimento da ordem de R\$ 3 bilhões, mobilizando recursos públicos e privados que transformarão definitivamente a vida dos habitantes da região.

SEGURANÇA PÚBLICA

No cenário da segurança pública no País, a atualização do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2020-2030 (PNSP) aparece como destaque. Trata-se de uma ação complexa que consiste em um conjunto dos principais indicadores, ações estratégicas, metas de resultado e de ferramentas de governança para melhorar as condições de segurança pública e acesso a direitos de toda a população brasileira.

Como principal instrumento de implementação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, criada pela Lei n.º 13.675, de 11 de junho de 2018, o PNSP também auxilia na consignação das diretrizes a serem observadas pelos entes federados para viabilizar o recebimento de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública. A necessidade de melhorar os procedimentos permeia desde a coleta de dados para entendimento do fenômeno criminal no País até a otimização da prevenção e a resposta adequada à criminalidade em todo o território nacional e em suas fronteiras. O intuito é, portanto, contribuir para proporcionar à população um plano moderno, técnico e integrado entre os entes federados.

Em 2020, foram realizadas diversas operações integradas com órgãos de segurança pública e Forças Armadas. Alguns destaques: i) Operação Verde Brasil 2, que reforçou ações de fiscalização, repressão ao desmatamento ilegal e demais crimes ambientais, além de ações subsidiárias na faixa de fronteira, terras indígenas, unidades federais de conservação ambiental e nos Estados da Amazônia Legal; ii) Operação Onda Verde Itinerante Pará, que apoiou o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama) no combate a ilícitos ambientais na Floresta Amazônica, atuando também no combate a incêndios florestais e a queimadas no pantanal sul-mato-grossense; e iii) operações do Programa Nacional de Segurança nas Fronteiras e Divisas (Vigia), que resultaram na apreensão de diferentes tipos de drogas, veículos, dinheiro em espécie, cigarros e demais produtos que totalizam cerca de R\$ 2,18 bilhões. Nesse cenário, a continuidade do Programa Vigia, bem como a ampliação da Operação Hórus Fronteira e Divisas, com a inclusão de outros órgãos de segurança pública, são diretrizes para atuação da pasta nos anos de 2021 e 2022.

Nas transferências de recursos e bens que beneficiam os órgãos de segurança pública, em alinhamento à Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, tiveram destaque as doações de veículos aos Centros de Atenção Biopsicossocial e de Recuperação e Reabilitação das Instituições de Segurança Pública e de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), visando mitigar possíveis contaminações pela covid-19.

Com a finalidade de financiar ações estruturantes nos órgãos de segurança pública, foi instituída a modalidade de transferência de recursos fundo a fundo, prevista no inciso I do art. 7º da [Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018](#), pela qual já foram transferidos aos fundos de segurança pública estaduais e distrital mais de R\$ 1,52 bilhão, sendo R\$ 262,8 milhões em 2019 e R\$ 1,25 bilhão em 2020, além da previsão de R\$ 722,3 milhões em 2021. Cumpre registrar que a transferência efetuada em 2020 é a maior da história. As transferências visam ao financiamento de programas, projetos e ações vinculadas aos eixos do enfrentamento à criminalidade violenta e da valorização dos profissionais de segurança pública.

Considerando o objetivo de incrementar as receitas do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), foi estruturada uma área especializada em gestão de receitas, que deve acompanhar e controlar o ingresso de valores arrecadados ao FNSP, propor, efetivar e acompanhar a criação de novas fontes de receitas e aplicar os recursos, de forma a proporcionar maiores entregas de bens e serviços à sociedade.

Para apoiar as unidades federativas na adequada execução dos recursos transferidos fundo a fundo e daqueles aportados por meio de convênios, foi instituído o Programa de Compras Eficientes para o Sistema Único de Segurança Pública (ComprasSusp), o qual visa racionalizar e centralizar aquisições e contratações para atender aos integrantes do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). Entre os objetivos do Programa está o de estabelecer diretrizes e elementos mínimos a serem observados para contratações pela administração pública, na medida em que as instituições integrantes do SUSP poderão fazer aquisições de equipamentos padronizados (coletes, armas, munições, viaturas, dentre outros) com maior celeridade e custos menores, em decorrência do ganho de escala.

Além disso, o Governo Federal tem induzido e financiado políticas públicas e projetos integrados com as forças de segurança pública voltadas a grupos vulneráveis, a exemplo: i) Projeto de Prevenção de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (ProMulher), que visa implementar ações de proteção à mulher no âmbito da segurança pública e gerou a criação do Protocolo Nacional de Investigação e Perícias nos Crimes de Feminicídio; ii) Projeto Desaparecidos, com atuação em diferentes grupos de trabalho, com finalidade de atender à [Lei nº 13.812, de 16 de março de 2019](#), que instituiu a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas; e iii) elaboração do Protocolo Nacional de Investigação e Perícias nos Crimes Praticados contra Crianças e Adolescentes, que visa uniformizar os procedimentos relativos à apuração dos crimes dessa natureza, com a condução de perícias e diligências investigativas pautadas pela salvaguarda da privacidade e dignidade dessas vítimas.

A integração na segurança pública tem sido executada, ainda, pelo aperfeiçoamento, pela concepção e pela inovação de sistemas informatizados. Em 2020, o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (Sinesp) passou a contar com o registro de mais de 54 milhões de boletins de ocorrências policiais estaduais, permitindo consolidar uma base nacional de dados e informações de relevante importância para os processos investigativos, de inteligência e operacionais preconizados pelo SUSP. Serão fornecidas às unidades federativas novas versões do Sinesp PPE (Procedimentos Policiais Eletrônicos), do Sinesp CAD (Central de Atendimento e Despacho) e do Sinesp Agente de Campo, além da ampliação dos processos de qualificação das informações integradas, permitindo a interação entre as forças de segurança pública e o registro unificado de ocorrências em tempo real. Está sendo promovida também a integração ao Sinesp das bases de dados de procedimentos de polícia judiciária e atendimentos e despachos de emergência dos Estados e do Distrito Federal.

Ainda no contexto da inovação tecnológica, o Banco de Perfis Genéticos cresceu, no biênio 2019-2020, mais de 400% e auxiliou o Sistema de Justiça na resolução de mais de 1,4 mil crimes. Esse crescimento ocorre em razão do intenso trabalho de integração entre a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), a Polícia Federal e as Secretarias de Segurança e Secretarias de Justiça e Administração Penitenciária dos Estados e do Distrito Federal. Estima-se, para os próximos dois anos, um crescimento ainda mais acentuado nos resultados da Rede Integrada de Banco de Perfis Genéticos, a qual se constituirá, cada vez mais, como uma robusta ferramenta tecnológica e uma das principais armas na identificação da autoria criminosa, inovação sem precedentes no combate a crimes violentos.

Também na esteira das inovações, está em desenvolvimento a Política Nacional de Aviação de Segurança Pública, destinada a orientar todas as instituições de segurança pública que desenvolvem atividades de aviação.

A aproximação com os órgãos de segurança pública dos entes da Federação vem se concretizando pela condução do Projeto Senasp Itinerante, com objetivo imediato de ouvir as principais demandas das Secretarias de Segurança Pública dos Estados e Distrito Federal e de suas instituições vinculadas, permitindo a melhor construção do cenário de desafios no setor. A iniciativa também é fundamental para a elaboração de políticas públicas específicas, em razão das características e similaridades de cada região e Estado.

Como um marco para a atividade de inteligência de segurança pública, foi finalizada a elaboração de importantes documentos: a Política Nacional de Inteligência de Segurança Pública (PNISP) e a Estratégia Nacional de Inteligência de Segurança Pública (Enisp), as quais serviram de base para a formulação do Plano Nacional de Inteligência de Segurança Pública (Planisp).

No contexto do combate à violência e ao crime organizado e da recuperação de ativos, o Governo Federal tem atuado no sentido de estimular e fomentar o processo de gestão integrada de segurança pública em todo o Brasil, em uma abordagem multissetorial e multinível que envolve vários ministérios, além de órgãos

setoriais dos Estados. Atua-se em vários entes da Federação, incluindo a faixa de fronteira, no combate direto às organizações criminosas, bem como no desenvolvimento de tecnologias de suporte do processo de investigação e perícia criminal, entre esses a Rede Integrada de Banco de Perfis Genéticos (RIBPG), o aperfeiçoamento e a atualização de novos aplicativos agregados ao Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisional e sobre Drogas (Sinesp).

Em 2020, o Governo Federal realizou e fomentou diversas atividades operacionais de policiamento ostensivo, polícia judiciária e perícia criminal na Fase I do projeto-piloto executado nas cinco regiões do País. A ação é parte da formulação do Programa Nacional de Enfrentamento aos Homicídios e demais Crimes Violentos decorrente da Lei do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), e possibilitou a investigação de diversos crimes praticados por organizações criminosas, com a identificação de autoria e materialidade delitiva. Isso resultou em prisões e prevenção de outros crimes correlatos. Para 2021, o Programa Nacional de Enfrentamento aos Homicídios e demais Crimes Violentos contemplará um conjunto de projetos nas áreas de segurança pública, educação, cidadania, infraestrutura, saúde, emprego e renda para melhorar a qualidade de vida da população por meio da transformação socioeconômica de localidades com relevantes indicadores de criminalidade e violência com a finalidade de reduzir o número de crimes. Tais projetos serão possíveis a partir de diagnósticos que identificarão os principais problemas nos Municípios e a seleção de ações necessárias para solucioná-los, reduzindo, especialmente, a vulnerabilidade de crianças e jovens ao mundo do crime.

Merece destaque também a utilização do Sistema Nacional de Identificação Balística (Sinab), instituído pela *Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019*, que possibilitará o aumento da eficiência em exames de comparação balística e a criação de um Banco Nacional de Perfis Balísticos. Os sistemas possibilitarão intercâmbio de informações entre o Governo Federal e as unidades da Federação, gerando um aumento significativo do esclarecimento de crimes cometidos com uso de armas de fogo.

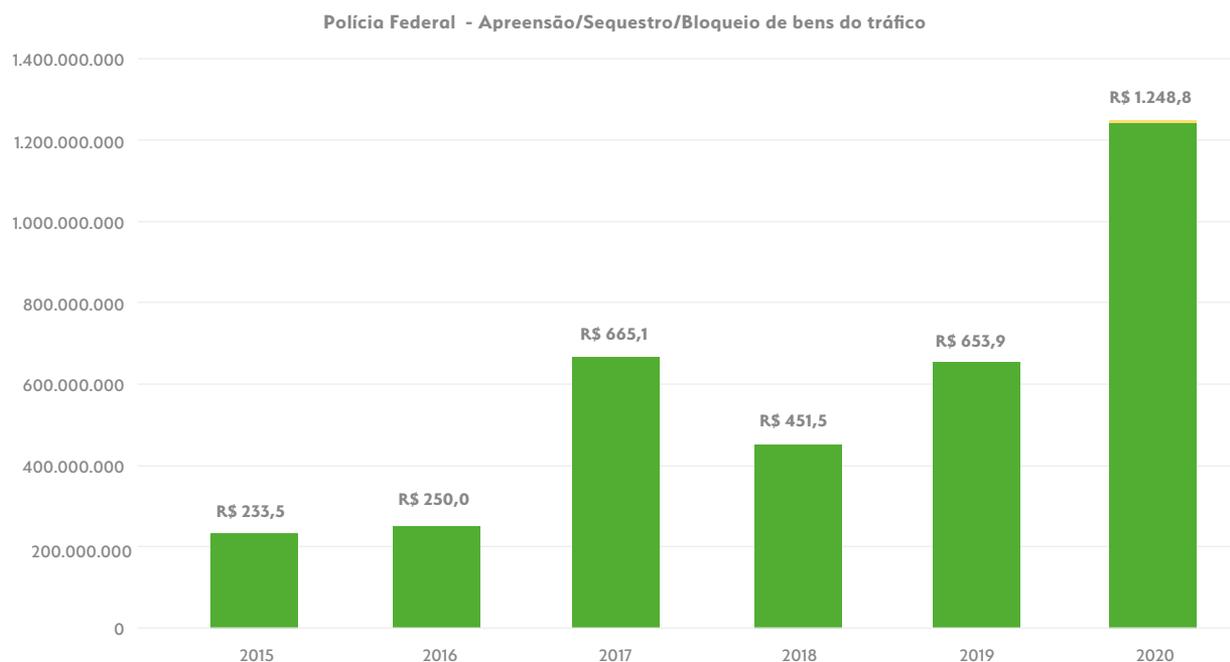
No âmbito das operações integradas das forças de segurança pública, ao longo do ano de 2020 foram apoiadas 109 operações nos Estados, em que o Governo Federal prestou todo apoio e assistência às forças de segurança pública, auxiliando na melhoria das atividades desempenhadas. Outrossim, foram coordenadas, planejadas e executadas 27 operações integradas, entre as quais se destacam as de enfrentamento ao tráfico de drogas, contrabando de cigarros e armas de fogo e receptação (crimes transfronteiriços), homicídios, porte e posse ilegal de armas de fogo, estelionatos em redes sociais, abuso ou exploração sexual infantil, pirataria digital e outros. Duas dessas operações policiais (sobre exploração sexual infantil, Operação Luz na Infância, e pirataria digital, Operação 404) foram coordenadas para deflagração conjunta em cinco países distintos (EUA, Reino Unido, Argentina, Paraguai e Panamá), além do Brasil, onde estava a maioria dos alvos. Destaca-se ainda a Operação Vetus, que contou com quase dez mil policiais civis atuando em todos os Estados e Distrito Federal para atendimento a 13,9 mil idosos vítimas de violência no Brasil.

Tais operações e ações policiais executadas diretamente por órgãos integrantes do SUSP culminaram em mais de quatro mil prisões em flagrante e na expedição e no cumprimento de 764 mandados de prisão e de 515 mandados judiciais de busca e apreensão.

Em relação à repressão ao tráfico ilícito de drogas e de armas, aos crimes contra o patrimônio e às facções criminosas, o destaque foi a atuação contundente na desarticulação das organizações criminosas por meio de sua descapitalização, retirando o patrimônio obtido pelo lucro do crime, com complexas investigações de lavagem de dinheiro.

Em 2020, houve a apreensão e o sequestro de cerca de R\$ 1,25 bilhão em bens de traficantes de drogas, um novo recorde, que somados aos quase R\$ 654 milhões referentes a 2019, superaram, em apenas dois anos, a soma dos resultados obtidos no período de 2015 a 2018.

FIGURA 6 – EVOLUÇÃO DO MONTANTE DE APREENSÃO E O SEQUESTRO DE BENS DE TRAFICANTES DE DROGAS (EM R\$ MILHÕES)



Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Esses bens, por meio de medidas de gestão mais eficientes, podem ser alienados e os respectivos valores arrecadados ao Fundo Nacional Antidrogas (Funad). Assim, retornam à sociedade em forma de investimentos nas forças de segurança e de fomento às demais políticas nacionais sobre drogas. Ao mesmo tempo em que se avança na alienação de milhares de bens apreendidos, alcançando em 2020 o expressivo aumento no número de bens alienados em relação à média de anos anteriores, busca-se a consolidação de várias ações voltadas a cumprir esse objetivo institucional, especialmente concentradas nas grandes operações de combate ao crime. Entre essas iniciativas se destacam aquelas que produzirão efeitos bastante positivos para o futuro da gestão de ativos no Brasil: i) contratação de leiloeiros em todo o território nacional para alienação do passivo de bens que se encontram nos pátios das delegacias e para apoiar o Poder Judiciário em procedimentos de alienação antecipada de bens de grande valor; ii) instituição de acordos de cooperação técnica como meio de ampliar a força de agentes concentrados nessa tarefa; iii) implantação do Projeto *Check-in*, como um rápido canal de comunicação com as forças policiais, especialmente no que diz respeito à remessa de informação sobre a existência de bens apreendidos e armazenados; e iv) ações de integração de dados entre sistemas informatizados dos principais atores estratégicos do Governo Federal.

Com isso, a arrecadação do Fundo Nacional Antidrogas, que foi de R\$ 138,5 milhões em 2020, deve alcançar cifras maiores nos próximos exercícios, à medida que o Poder Judiciário ampliar o número de pedidos de apoio da estrutura oferecida pelo Governo Federal para alienações antecipadas, no prazo de 30 dias a contar da apreensão dos bens.

Destaca-se que os recursos provenientes dos leilões de bens apreendidos do narcotráfico são sistematicamente investidos na Política Nacional de Drogas, tanto no que tange à redução da oferta quanto da demanda de drogas. Desde a mudança da legislação sobre gestão de bens apreendidos, ocorrida em 2019, foram investidos R\$ 78,5 milhões, dos quais R\$ 40 milhões só em 2020, por meio de 17 projetos. Para o ano de 2021, estão previstos R\$ 60 milhões em investimentos.

A alienação dos bens tem permitido um melhor reaparelhamento das forças de segurança pública para atuação contra o tráfico, bem como a capacitação de professores para lidar com temas relacionados à saúde, à segurança e às drogas nas escolas e a novas formas de detecção de uso de substâncias psicoativas. A possibilidade de subtrair do crime mais que o dobro do que vinha sendo arrecadado e a aplicação dos recursos no enfrentamento ao tráfico pelas forças de segurança pública tem aumentado a apreensão de drogas e ampliado a capacidade de investigação e desbaratamento de organizações criminosas. Assim, prenunciam uma correção de rumos na garantia do controle das drogas e na repressão do narcotráfico.

Em 2020, o Brasil apresentou recorde de apreensão e destruição de drogas, conforme Figura 7.

FIGURA 7 – APREENSÃO E DESTRUIÇÃO DE DROGAS NO BRASIL – 2020



Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública.

No âmbito das rodovias federais, foram apreendidas no País 30,4 toneladas de cocaína/cloridrato de cocaína e 727 toneladas de maconha, representando mais que o dobro da quantidade apreendida em 2019. Também foram apreendidos nas rodovias federais 121,2 milhões de pacotes de cigarros descaminhados e detidas mais de 47 mil pessoas, além de serem retiradas de circulação 2.241 armas, 90.347 munições, e mais R\$ 45,2 milhões em espécie⁵, diminuindo os recursos das organizações criminosas, minimizando confrontos armados e saturando áreas estratégicas, seja pela presença ostensiva das forças de segurança, seja pelo controle por meio de recursos tecnológicos.

O enfrentamento às organizações criminosas, agora, é direcionado à estrutura financeira delas, com a intenção de causar danos capazes de imobilizá-las. Esse modelo de combate ao crime sob a óptica econômica tem sido objeto de destaque no Brasil e no mundo. Em 2021, será realizado um evento internacional para apresentar a metodologia de trabalho brasileira aos países da América Latina e da Europa. Além disso, está sendo implantado, em caráter piloto e em parceria com o Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crime (UNODC), um Centro de Excelência sobre a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas (CdE). A intenção é dar ferramentas à pasta para a elaboração de estudos e análises sobre tendências e ameaças representadas pelos diferentes tipos de tráficos de ilícitos e crime organizado transnacional, bem como trabalhar na divulgação dessas informações para parceiros governamentais da sociedade civil e da imprensa nacional e internacional.

⁵ Cotação do euro, peso e dólar apurada em 31 de dezembro de 2020.

Ademais, tem-se atuado em várias frentes a fim de promover a segurança e a mobilidade nas rodovias federais, sobretudo nos corredores logísticos estratégicos nacionais, que são os principais eixos que viabilizam a prosperidade da Nação, canais de escoamento de produção, bens e serviços e de acessos estratégicos, desempenhando papel indutor do desenvolvimento nacional, além do transporte de pessoas.

Em rodovias e estradas federais são registrados, em média, nove eventos diários de bloqueio parcial ou total, impactando parte desses corredores estratégicos. Isso reforça a necessidade de constante estruturação e empenho para prover pronta resposta federal e garantir o fluxo das riquezas do País. Em torno disso, o Governo Federal tem agido para assegurar a livre circulação dessas riquezas, bem como os direitos constitucionais daqueles que circulam pelas rodovias, estradas e áreas de interesse da União. Como resultado, foram recuperados e devolvidos, em 2020, mais de nove mil veículos objeto de furto ou roubo aos proprietários, 27% a mais que no exercício de 2019.

Em 2020, ano em que o Brasil e o mundo viveram o cenário da pandemia, várias estratégias foram adotadas para conter o avanço do vírus. Surgiram medidas como isolamento *lockdown*, *shutdown*, quarentena, distanciamento social, entre outros. Tais estratégias causaram forte impacto na logística de transporte do País e ameaçaram o abastecimento alimentar, especialmente pelo fato de a matriz de transporte nacional ser 60% baseada no modal rodoviário. Em que pese a covid-19 ser uma crise de saúde pública, as medidas restritivas foram sendo praticadas em efeito cascata por Estados e Municípios, envolvendo bloqueio total de quase todas as atividades comerciais não essenciais, novas regras para circulação de pessoas, interrupção de transportes intermunicipais e interestaduais, metrô e Veículos Leves sobre Trilhos (VLTs) em algumas localidades, além do fechamento de divisas com barreiras sanitárias, entre outras.

Nesse contexto, a atuação coordenada de órgãos detentores de competências da fiscalização e controle nas rodovias federais dos principais corredores logísticos foi fundamental para minimizar os impactos das restrições e cooperou para que o Brasil mantivesse a logística de abastecimento no País.

Para os anos de 2021 e 2022, com a implementação do Programa Federal de Segurança da Mobilidade de Pessoas e Cargas (PEo2-SMob), buscar-se-á alcançar o objetivo de estabelecer um modelo de atuação que apoie a segurança de pessoas e cargas nos corredores logísticos estratégicos do País, contemplando os diversos modais, quais sejam, rodoviário, ferroviário e aeroviário.

Outra pauta diz respeito às questões de migração e refúgio. O mundo vem observando, nos últimos anos, um aumento do deslocamento forçado de pessoas, motivado por fatores que vão desde catástrofes naturais a instabilidades políticas causadas por conflitos armados ou deterioração das instituições internas de um país.

Nos últimos dois anos, por exemplo, passaram pelo território brasileiro mais de 450 mil venezuelanos. A chegada desse grande número de pessoas em um curto espaço de tempo representa um enorme desafio aos órgãos responsáveis pelo ordenamento das fronteiras brasileiras e pela regularização migratória dos venezuelanos. A Operação Acolhida, estruturada pelo Governo Federal como resposta humanitária ao fluxo migratório dessas pessoas, continuou o exercício de suas atividades, sendo a experiência brasileira uma referência mundial para a condução e recepção digna de grandes fluxos migratórios, adequando suas ações às medidas sanitárias necessárias à manutenção das condições de saúde tanto de venezuelanos recém-chegados ao Brasil, quanto dos já residentes no País, nacionais e imigrantes.

Também nesse contexto, o Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), responsável pelo julgamento das solicitações de reconhecimento da condição de refugiado, iniciou o ano de 2020 com um passivo de mais de 220 mil processos, número recorde de solicitações pendentes e fato motivador de ações estruturantes para a gestão do passivo processual então existente.

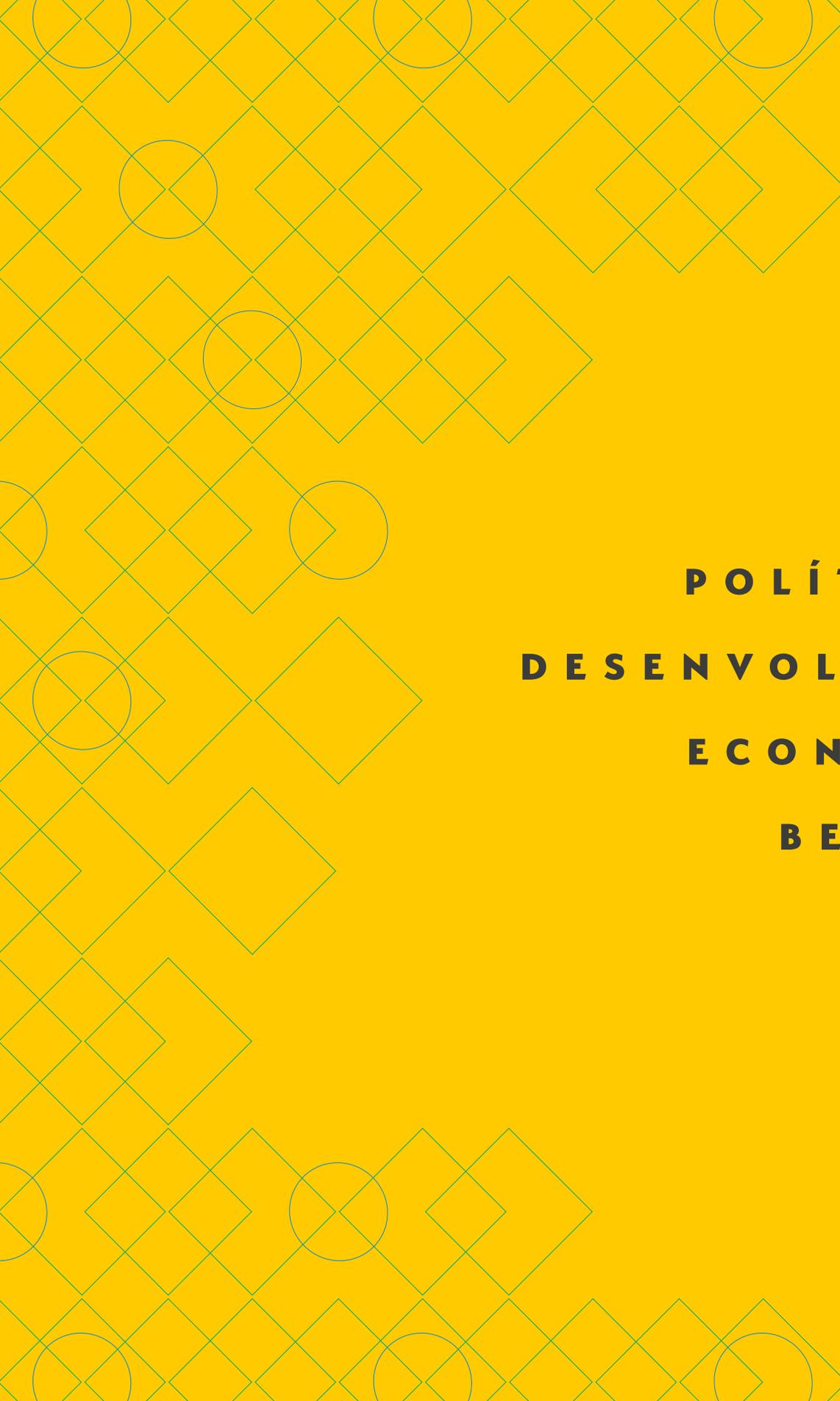
No ano de 2020, foram concentrados esforços para análises ágeis e julgamentos em bloco dos processos de nacionais venezuelanos. Com o uso de ferramentas de *business intelligence*, incrementou-se o processamento de informações constantes dos bancos de dados governamentais, em especial de sistemas migratórios geridos pela Polícia Federal. Esses cruzamentos de dados permitiram a aplicação de critérios objetivos para a simplificação dos trâmites dos processos. Tais esforços resultaram no reconhecimento de cerca de 45 mil refugiados venezuelanos até o momento. As rotinas de saneamento de processos e julgamentos simplificados, implantadas em 2020, serão mantidas em 2021, com renovação periódica dos cruzamentos de bases de dados, visando também a sua aplicação aos novos requerimentos à medida que forem recebidos.

Destaca-se ainda a implementação do Sistema para o Comitê Nacional para os Refugiados (Sisconare), sistema de informação que modernizou o processamento dos pedidos de refúgio, permitindo o uso da mesma plataforma digital por todos os agentes governamentais envolvidos, além do próprio requerente. A solução tecnológica permite maior celeridade na tramitação, eficiência nas comunicações e segurança da informação, além de facilitar a integração com outros bancos de dados.

São desenvolvidas paralelamente ações para promover a integração local dos migrantes, merecendo destaque o [Edital de Chamamento Público Senajus nº 1/2020](#), que escolheu três organizações da sociedade civil para a celebração de parcerias na execução de projetos voltados à promoção da inclusão social, laboral e produtiva de imigrantes, refugiados, solicitantes de refúgio e apátridas. Os projetos selecionados serão executados durante o ano de 2021 nos Estados de São Paulo, de Pernambuco e da Paraíba.

Nessa mesma frente, iniciou-se o trabalho de planejamento de outra iniciativa estruturante no envolvimento da sociedade civil com a execução de políticas públicas de integração local: os Polos de Migração e Justiça (Migrajus). O tratamento conjunto das temáticas de migrações, refúgio e enfrentamento ao tráfico de pessoas e ao contrabando de migrantes permite elaborar um diagnóstico que envolve a identificação de necessidades locais no atendimento ao público, com análises efetuadas em articulação com as demais esferas de governo.

O projeto deverá ter abrangência nacional e será executado em parceria com organizações da sociedade civil e agências internacionais, visando incrementar a capacidade do Governo Federal para o desenvolvimento de ações e políticas dirigidas aos migrantes, refugiados, residentes fronteiriços e retornados brasileiros, fortalecendo o papel do Estado na promoção da justiça.



**POLÍTICAS DE
DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E
BEM-ESTAR**

PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS

A participação mais ativa do setor privado nos investimentos em infraestrutura é essencial, considerando a insuficiência de recursos públicos, a necessidade de gerar empregos, atrair capitais e melhorar a governança. Desde a criação do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), foram aprovadas pelo Conselho do PPI (CPPI) 409 iniciativas de prioridade nacional nos setores de transporte, energia, óleo e gás, defesa, segurança pública, parque nacional, educação, saúde, telecomunicação, desenvolvimento regional, licenciamento ambiental, saneamento, infraestrutura urbana e desestatização de empresas públicas, além de políticas públicas associadas a esses setores. Esse conjunto abrange potencial de R\$ 1,3 trilhão em investimentos nos próximos 30 anos, ao longo dos períodos de contrato. Ao todo, 201 projetos foram leiloados ou tiveram contratos assinados com o poder público, com expectativa de investimentos de R\$ 741,5 bilhões e pagamento de outorgas de R\$ 144,5 bilhões em portfólio.

Em 2020, foram concluídas 29 iniciativas que envolvem investimentos de mais de R\$ 42 bilhões nas mais diversas áreas da infraestrutura e R\$ 7,4 bilhões em bônus e outorgas, com participação inclusive de empresas e investidores estrangeiros.

Entre os projetos concluídos em 2020, destacam-se o leilão de instalações de transmissão de energia elétrica (R\$ 7,37 bilhões de investimentos), o leilão da BR-101/SC (R\$ 3,4 bilhões de investimentos), a renovação da Malha Paulista (R\$ 5,78 bilhões), o leilão de dois terminais de celulose no Porto de Santos (R\$ 380 milhões), bem como os leilões realizados por Estados e Municípios com o apoio do Governo Federal na estruturação dos seguintes projetos: nove leilões de serviços de iluminação pública nos Municípios de Aracaju (SE), Feira de Santana (BA), Franco da Rocha (SP), Belém (PA), Sapucaia do Sul (RS), Macapá (AP), Teresina (PI), Vila Velha (ES) e Petrolina (PE) (R\$ 1,29 bilhão) e dois leilões de serviços de saneamento básico em Cariacica (ES) e na região metropolitana de Alagoas (R\$ 3,15 bilhões).

As perspectivas no setor de transportes são promissoras para os próximos anos. Em 2021, serão leiloados 22 aeroportos em três blocos (norte, sul e centro). Os ativos envolvem investimentos de R\$ 6,12 bilhões em bens de capital e R\$ 21,5 bilhões em operação ou manutenção nos próximos 30 anos, além da geração de mais de 135 mil empregos. Ademais, foi recentemente recomendada a qualificação de mais 24 aeroportos no PPI, incluindo Santos Dumont/RJ e Congonhas/SP. Dos projetos no setor portuário, 26 serão entregues até 2022, com investimentos que superam R\$ 17 bilhões. O inovador modelo de desestatização completa de portos como Santos/SP, São Sebastião/SP, Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), Itajaí/SC e Companhia das Docas do Estado da Bahia (Codeba) contribuirá para aumentar a atratividade dos ativos. No setor ferroviário, prevê-se a renovação antecipada de dois contratos, leilão de três linhas férreas e uma desestatização, totalizando cerca de R\$ 62 bilhões em investimentos. Destaque para a Ferrogrão (EF-170), que ligará o polo produtor de grãos do Mato Grosso ao porto de Miritituba, no Pará, consolidando um

corredor ferroviário de exportação pelo Arco Norte, mais eficiente, verde e sustentável, com traçado que não perpassa terras indígenas ou quilombolas. Também estão previstos leilões de mais de 18 mil km de rodovias, com investimentos de mais de R\$ 167 bilhões, destacando-se os leilões da Nova Dutra e dos mais de 3 mil km de rodovias federais no Paraná em 2021.

Na área de energia, prevê-se, até 2022, a desestatização das Centrais Elétricas Brasileiras S.A (Eletrobras) e da Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A (Nuclep) e a realização de três leilões de geração e mais outros dois leilões de transmissão, além da obtenção de licenças ambientais para quatro hidrelétricas. No setor de óleo e gás, os projetos previstos para 2021-2022 incluem investimentos que superam R\$ 145 bilhões. O setor conta com grande participação de capital estrangeiro e envolve oferta de mais de 800 blocos para exploração, dois deles na região do pré-sal da cessão onerosa da Petrobras.

No setor minerário, destacam-se, em 2021, oportunidades ensejadas pela retomada da oferta de áreas da Agência Nacional de Mineração (ANM) que contarão com cinco rodadas de leilões. Também estão confirmados para 2021 leilões de quatro projetos minerários do Serviço Geológico do Brasil (CPRM) suspensos há quase 40 anos.

Há diversos projetos no setor de abastecimento, que abrangem desestatizações e concessões de Terminais Pesqueiros Públicos (TPPs), sendo que o TPP Cabedelo (PB) já está com leilão agendado para o 1º trimestre de 2021. Tais projetos são essenciais para o desenvolvimento da pesca, permitindo condições fitossanitárias adequadas para atender ao comércio nacional e internacional.

Projeto de relevância nacional em telecomunicações refere-se ao 5G, mais importante leilão de radiofrequências já realizado no Brasil. Previsto para 2021, tem estimativas iniciais de investimentos em infraestruturas de telecomunicações e outorgas de serviços na ordem de R\$ 20 bilhões.

O desenvolvimento regional também está contemplado no PPI, gerando investimentos de mais de R\$ 6 bilhões: i) projeto de irrigação Baixio do Irecê; ii) projeto de integração do Rio São Francisco às Bacias do Nordeste Setentrional (PISF); iii) desestatização da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) e da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre (Trensurb); e iv) concessão do metrô de Belo Horizonte (MG). Também está contemplado em 47 iniciativas de apoio a entes subnacionais, via Caixa Econômica Federal (fundo FEP) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que envolvem projetos em iluminação pública, saneamento (em todas as suas vertentes: abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e drenagem urbana), construção ou manutenção de creches, presídios e unidades socioeducativas, totalizando investimentos de R\$ 58,7 bilhões. Em 2020, essas iniciativas resultaram em outorgas vultosas ou descontos na prestação do serviço, trazendo recursos para Estados e Municípios e melhoria na qualidade de vida da população..

No setor de parques e florestas, realizou-se em 15 de dezembro de 2020 a entrega de propostas para o primeiro leilão de concessão dos serviços de apoio à visitação (Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral). Há outros dez projetos semelhantes em curso, com leilões previstos até 2022. A concessão dos parques visa proporcionar estrutura adequada ao visitante aliada à preservação ambiental e envolve investimentos de capital estimados em mais de R\$ 436 milhões. Por fim, destacam-se os sete projetos de turismo qualificados no PPI em 2020, cujos leilões também serão realizados até 2022.

Atualmente, 18 empresas públicas estão qualificadas no PPI para fins de estudo e avaliação de alternativas de parceria com a iniciativa privada e desestatização. Além das já mencionadas, vale citar Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios), Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras), Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF), Empresa Gestora de Ativos (Emgea), Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) e Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev).

FIGURA 8 – CARTEIRA ATUAL DO PPI



Fonte: Ministério da Economia.

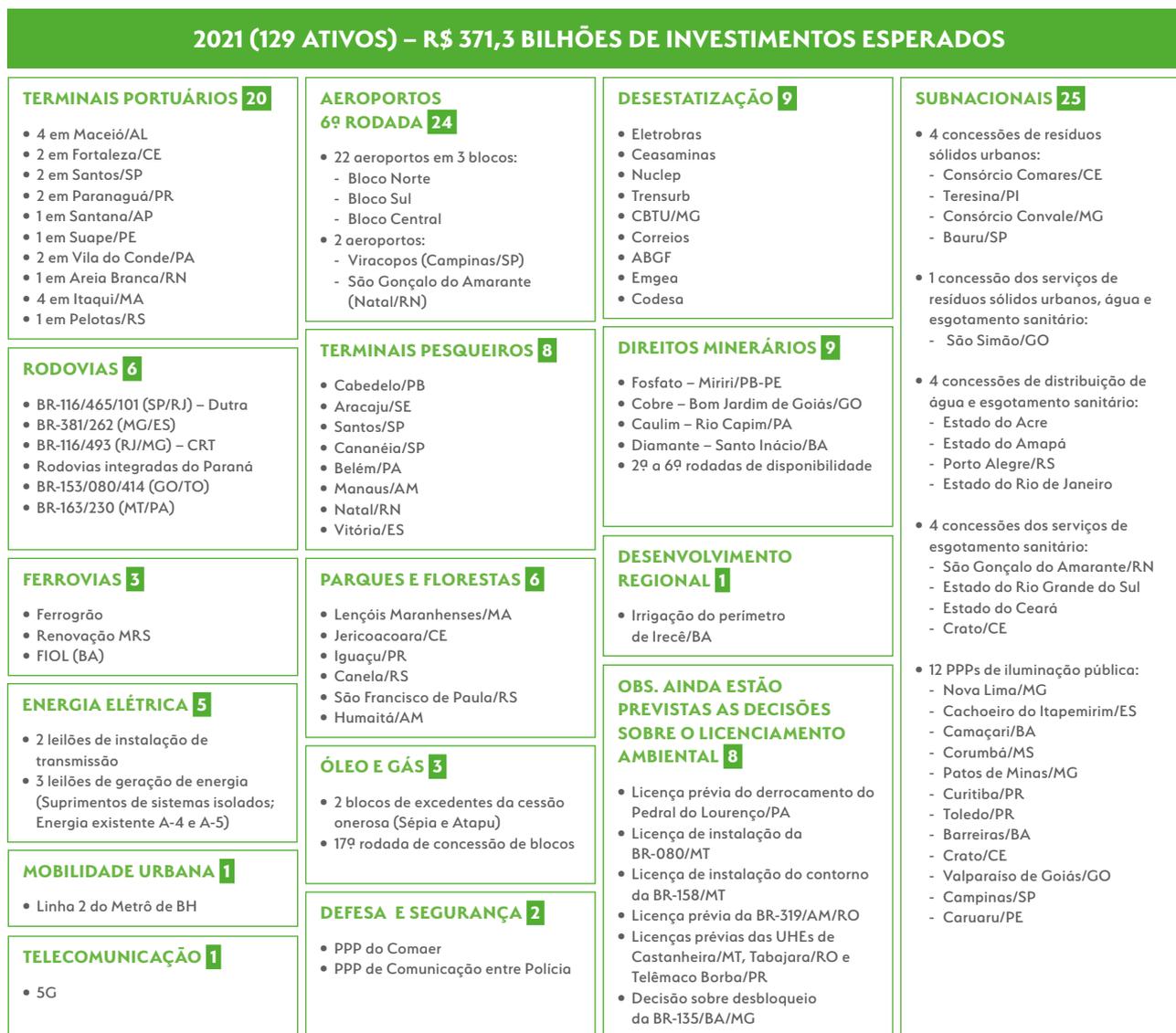
FIGURA 9 – CARTEIRA ATUAL DO PPI NO APOIO AOS PROJETOS DOS ENTES SUBNACIONAIS



47
PROJETOS

Fonte: Ministério da Economia.

FIGURA 10 – LEILÕES E PROJETOS DO PPI PREVISTOS PARA 2021



Fonte: Ministério da Economia.

FIGURA 11 – LEILÕES E PROJETOS DO PPI PREVISTOS PARA 2022

2022 (61 ATIVOS)		
<p>AEROPORTOS – 7ª RODADA 16</p> <ul style="list-style-type: none"> • 16 aeroportos em três blocos: <ul style="list-style-type: none"> - Bloco RJ-MG (5): Santos Dumont/RJ, Jacarepaguá/RJ, Uberlândia/MG, Montes Claros/MG e Uberaba/MG - Bloco SP-MS (5): Congonhas/SP, Campo de Marte/SP, Campo Grande/MS, Corumbá/MS e Ponta Porã/MS - Bloco Norte 2 (6): Belém/PA, Santarém/PA, Marabá/PA, Carajás/PA, Altamira/PA e Macapá/AP 	<p>DESESTATIZAÇÃO 7</p> <ul style="list-style-type: none"> • Porto de São Sebastião/SP • Porto Organizado de Santos/SP • Porto Organizado de Itajaí/SC • Portos Organizados de Salvador, Aratu-Candeias e Ilhéus/BA • Telebras • Serpro • Dataprev 	<p>TURISMO 4</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fazenda Pau D'Alho/SP • Fortaleza de Santa Catarina/PB • Forte Nossa Senhora dos Remédios – Fernando de Noronha/PE • Forte Orange/PE
<p>RODOVIAS 8</p> <ul style="list-style-type: none"> • BR-040/495 (MG/RJ) – Concer • 7.200 km de rodovias federais • BR-158/155 (MT/PA) • BR-040 (DF/GO/MG) – relicitação • BR-135/316 (MA) • BR-364/MT/RO • BR-470/282/153/SC • BR-163/MS – relicitação 	<p>PARQUES E FLORESTAS 4</p> <ul style="list-style-type: none"> • Floresta de Iquiri/AM • Floresta de Castanho/AM • Parque Nacional de São Joaquim/SC • Parque Nacional de Brasília/DF 	<p>DIREITOS MINERÁRIOS 6</p> <ul style="list-style-type: none"> • 7ª a 9ª rodadas de disponibilidade • Carvão – Candiota/RS • Gipsita – Rio Cupari/PA • Calcário – Aveiro/PA
<p>FERROVIAS 3</p> <ul style="list-style-type: none"> • Renovação da ferrovia FCA • Estrada de ferro Paraná Oeste S.A. – Ferroeste • Rumo Malha Sul 	<p>SUBNACIONAIS 7</p> <ul style="list-style-type: none"> • 2 PPPs de creches: <ul style="list-style-type: none"> - Município de Teresina (PI): 40 unidades - Estado de Alagoas (CE): 67 unidades • 2 PPPs de presídios: <ul style="list-style-type: none"> - Município de Blumenau (SC) - Município de Erechim (RS) • 2 PPPs de unidades socioeducativas: <ul style="list-style-type: none"> - Estado de Minas Gerais - Estado de Santa Catarina 	<p>LOTERIA 1</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aposta de quota fixa
<p>TERMINAL PORTUÁRIO 1</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1 em Santos/SP 	<p>SAÚDE 1</p> <ul style="list-style-type: none"> • Novo Hospital Municipal da Criança e do Adolescente de Guarulhos/SP 	<p>DESENVOLVIMENTO REGIONAL 1</p> <ul style="list-style-type: none"> • PISF
		<p>OBS. AINDA ESTÁ PREVISTA A DECISÃO SOBRE O LICENCIAMENTO AMBIENTAL 2</p> <ul style="list-style-type: none"> • Licença prévia da BR-242/MT (Trecho entre Querência e Santiago do Norte) • Licenças prévias das UHEs de Formoso/MG

Fonte: Ministério da Economia.

FOMENTO AO TURISMO

No Brasil, o turismo responde por cerca de 8,1% do Produto Interno Bruto (PIB) e emprega, direta e indiretamente, cerca de sete milhões de pessoas. Em virtude das restrições impostas pela pandemia, o setor sofreu a maior crise da história, uma vez que milhares de turistas, nacionais e internacionais, cancelaram suas viagens, o que colocou em risco negócios e empregos na área.

No primeiro semestre de 2020, a receita cambial turística sofreu queda de 37,2% se comparada com o mesmo período em 2019. De acordo com a Pesquisa Mensal de Serviços do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE), no mesmo período, o saldo entre contratações e demissões na economia do turismo foi negativo em 364 mil postos de trabalho formais, e o faturamento das atividades turísticas teve retração de 37,9%.

No contexto do estado de calamidade pública o Governo Federal redirecionou seus esforços para diminuir o impacto da pandemia no turismo e, com isso, editou duas Medidas Provisórias (MP):

- a MP nº 948, de 8 de abril de 2020, convertida na [Lei nº 14.046, de 24 de agosto de 2020](#), que dispõe sobre cancelamentos de serviços, reservas e eventos para os setores de turismo e cultura, em virtude do estado de emergência em saúde internacional decorrente da pandemia. O objetivo foi auxiliar os segmentos turísticos e culturais nesse período de crise. De acordo com o texto, em caso de cancelamento de serviços como pacotes turísticos e reservas em meios de hospedagem, além de eventos culturais, plataforma digital de venda de ingressos, entre outros, o prestador de serviços ou sociedade empresarial não é obrigado a reembolsar valores pagos pelo consumidor imediatamente, desde que: remarque serviços, reservas ou eventos cancelados ou disponibilize crédito para uso ou abatimento na compra de outros serviços, reservas e eventos, disponíveis nas respectivas empresas. Para reforçar essa medida relevante, criou-se a campanha colaborativa “Não cancele, remarque”, que visou estimular a remarcação de reservas de passagens e hospedagens em vez de cancelamento e reembolso, o que representariam grande prejuízo ao *trade* turístico. Ainda com o intuito de equilibrar a economia no setor turístico, o Governo Federal lançou a campanha “[Consumidor.gov.br](#)”, pela qual incentivou empresas do setor a ingressarem na plataforma digital de resolução alternativa de conflitos. A iniciativa foi importante para mitigar os conflitos de consumo gerados pela grande quantidade de cancelamentos, alterações e solicitações de reembolso no período da pandemia, garantindo negociação mais harmônica entre consumidores e prestadores de serviços; e
- a MP nº 963, de 7 de maio de 2020, convertida na [Lei nº 14.051, de 8 de setembro de 2020](#), que abriu crédito extraordinário no valor de R\$ 5 bilhões, com vistas a amenizar os impactos econômicos no setor de turismo e a preservação dos empregos no período da pandemia, possibilitando a sobrevivência do setor e evitando o desmonte da cadeia produtiva do turismo brasileiro. O recurso foi destinado ao Fundo Geral do Turismo (Fungetur) e está sendo operacionalizado pelas instituições financeiras credenciadas, com taxas menores que as comumente praticadas no mercado, por meio das seguintes ações: i) financiamento de capital de giro emergencial; e ii) financiamento para investimentos em capital fixo, como bens e equipamentos, obras para implantação, ampliação, modernização e reforma de empreendimentos turísticos, objetivando a adaptação para as novas exigências do mercado. Assim, por meio do Fungetur, em 2020, foram liberados R\$ 5,032 bilhões, considerando o crédito extraordinário e mais R\$ 32,3 milhões que estavam previstos no orçamento do Fundo, o que contribuiu para que 41 mil postos de trabalho fossem gerados ou mantidos. Houve, no período, uma movimentação de R\$ 850,6 milhões em crédito contratado por meio de 3.232 operações (contratos assinados), o que representa um expressivo crescimento em relação aos últimos dois anos. Dos contratos realizados, 93% foram para Microempreendedores Individuais (MEI), Micro e Pequenas Empresas.

O montante disponibilizado pelo Fungetur pode ser utilizado por prestadores de serviços turísticos registrados no Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur), que acumula mais de 118 mil prestadores formalizados. No ano de 2020, em razão da pandemia, os empreendedores obtiveram a suspensão dos limites impostos para a aplicação dos recursos do Fundo, ou seja, um prazo maior para começar a aplicar o dinheiro que financiaram.

Ainda nesse contexto, outra linha de ação consistiu no credenciamento de novos agentes financeiros no segundo semestre de 2020, o que ampliou para 24 o número de instituições financeiras aptas a executar os recursos do Fungetur, possibilitando ao Fundo alcançar todas as regiões do Brasil. Outra importante iniciativa foi permitir o acesso aos Fundos Garantidores (Pronampe/FGO e PEAC/FGI); com isso, o País dispôs de mais um importante mecanismo de manutenção de empregos diante da pandemia, fomentando o setor. O acesso ao crédito também foi facilitado no BNDES, com a remodelação do Programa de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo (Prodetur), que ampliou a oferta aos entes privados e públicos, com condições mais flexíveis de financiamento aos projetos estruturantes do turismo, com processo administrativo de análise de risco mais célere, taxas melhores, prazos mais alongados e uso mais efetivo das possibilidades de requalificação via financiamento de projetos básicos e executivos.

Ainda somando esforços para a retomada da atividade turística, foi lançado o Programa “Selo Turismo Responsável Limpo e Seguro”. O Brasil foi um dos dez primeiros países no mundo a ter protocolos de biossegurança específicos para a retomada da atividade turística. O Governo Federal, em conjunto com as secretarias, os órgãos estaduais de turismo e as entidades representativas do setor, criou esse programa, que estabelece boas práticas de higienização para 15 segmentos do turismo. O selo é um incentivo para que os consumidores se sintam seguros ao viajar e frequentem locais que cumpram protocolos específicos de prevenção à covid-19. Para ter acesso ao selo, as empresas e os guias de turismo precisam estar devidamente inscritos no Cadastur. Os protocolos foram construídos em parceria com o setor turístico, levando em consideração diretrizes internacionais, e contaram com a validação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Mais de 24 mil selos já foram concedidos.

Outra frente de atuação foi a continuidade do apoio à implantação e ao melhoramento da infraestrutura turística. Em 2020, o Governo Federal gerenciou mais de mil contratos de infraestrutura turística. Adicionalmente, foram concluídas mais de 980 obras no período, além do desembolso de mais de 995 milhões para todos os estágios de execução das obras. Em relação ao impacto das obras de infraestrutura turística, foram criados mais de 15 mil empregos diretos e indiretos.

Quanto à melhoria do acesso aos inúmeros atrativos naturais e culturais disponíveis no Brasil, reforçou-se a articulação governamental e a execução de soluções, visando ao aprimoramento de infraestruturas e serviços de transportes aéreo, rodoviário, ferroviário e aquaviário de 30 rotas turísticas estratégicas que estão sendo trabalhadas em todas as unidades federativas. Diversos ativos, como aeroportos regionais,

linhas férreas com potencial turístico e terminais rodoviários intermunicipais e interestaduais, estão sendo analisados para que, com a colaboração dos demais órgãos federais e entes federativos, seja disponibilizado um rol de oportunidades para parcerias com o setor privado.

Cabe destacar que a MP nº 907, de 26 de novembro de 2020, convertida na Lei nº 14.002, de 22 de maio de 2020, transformou a Embratur em Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo instituído como serviço social autônomo, o que fortaleceu a instituição para competir de forma mais igualitária no cenário internacional pela atração de turistas estrangeiros.

Em 2020, ainda, o Governo Federal redesenhou as estratégias de atração de investimentos para o setor, no âmbito do PPI, e lançará, no primeiro trimestre de 2021, o Portal de Investimentos em Turismo, uma plataforma *on-line* para apresentação de oportunidades de projetos turísticos no País, visando fomentar o empreendedorismo, atrair investimentos e estabelecer canal de comunicação específico com o mercado e o Governo Federal.

A atuação do Governo brasileiro objetivou ainda ampliar o aproveitamento turístico de ativos naturais e culturais, por meio da adoção de estratégias para celebrar projetos de parcerias e concessões dos ativos de domínio público, naturais e culturais à iniciativa privada, em esfera municipal, estadual ou nacional, visando ao melhor aproveitamento para o turismo brasileiro. Exemplo disso é o Programa Revive Brasil, fruto da missão oficial realizada pelo Governo Brasileiro a Portugal, em março de 2020, que culminou na assinatura do Protocolo de Cooperação com a Transição Digital da República Portuguesa, o qual proporcionará a requalificação e subsequente aproveitamento turístico de ativos brasileiros considerados patrimônio cultural.

Buscou-se também subsidiar a concretização de parcerias com a iniciativa privada para a realização de atividades de apoio à visitação nas unidades de conservação (UC), contribuindo para o fortalecimento do turismo de proximidade e de natureza, a exemplo do lançamento do edital de concessão dos Parques Nacionais Aparados da Serra e Serra Geral, ambos localizados na divisa entre Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Atualmente, o País tem 475 parques e mais de 2,4 mil UCs.

Por fim, o Governo Federal consolidou um plano de recuperação para o setor do turismo para o ano de 2021, com a definição dos eixos de atuação e os parâmetros para desenvolvimento de programas, projetos e ações para a retomada do turismo no Brasil. A medida oficializa a atuação do Executivo Federal diante do desafio de retomar as atividades do setor após a fase crítica da pandemia.

Para tanto, em 2021 a implementação dos programas governamentais para fomento ao turismo objetivarão o alcance dos seguintes resultados: i) retomada das viagens no País, de forma responsável e segura para os prestadores de serviços turísticos, turistas e comunidades receptoras; ii) manutenção das empresas existentes e dos empregos no setor do turismo; iii) ampliação e facilitação do crédito para o setor do turismo; iv) aprimoramento da segurança jurídica e melhoria do ambiente de negócios do setor;

v) ampliação e intensificação das ações de qualificação profissional no turismo; vi) melhoria do acesso e da infraestrutura em destinos turísticos; e vii) fortalecimento do turismo como vetor de desenvolvimento econômico e social.

MEIO AMBIENTE

O combate ao desmatamento ilegal e a prevenção e combate aos incêndios são pautas prioritárias para o Governo Federal. A agenda de combate ao desmatamento ilegal aborda questões estruturais e congrega diversas ações interministeriais com o objetivo de implementar os cinco eixos do Plano Nacional para o Controle de Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa: i) a tolerância zero ao desmatamento ilegal; ii) o pagamento por serviços ambientais, de forma que se reconheça e remunere as pessoas que cuidam das florestas e produzem serviços ambientais para a humanidade; iii) a regularização fundiária, de maneira que se possa, para além de privilegiar as pessoas com os benefícios dos direitos à propriedade, comprometê-las com o cumprimento da legislação ambiental; iv) o zoneamento ecológico-econômico, de forma a organizar a ocupação do território, propiciando o uso sustentável dos recursos naturais, ao mesmo tempo em que se conservem ecossistemas mais sensíveis; e v) a bioeconomia, para que se possa fazer o bom uso do patrimônio genético, o fomento ao empreendedorismo, a geração de emprego e renda e a melhoria de perspectivas de vida para as populações locais.

Destaca-se que apesar de o ano de 2020 ter sido de grandes desafios para o mundo e para o Brasil, e mesmo com tantas necessidades urgentes de atendimento, o Governo Federal conseguiu dar respostas, primordialmente, às questões relacionadas ao desmatamento e às queimadas na região da Amazônia Legal brasileira.

Foi transferida a responsabilidade do Conselho Nacional da Amazônia Legal (CNAL) para a Vice-Presidência da República, que elaborou o Plano Estratégico do Conselho para o horizonte temporal de 2020-2030, consubstanciado em um portfólio do CNAL, constituído de seis Ações Estratégicas Prioritárias: i) efetividade no combate aos ilícitos ambientais e fundiários; ii) fortalecimento dos órgãos de combate aos ilícitos ambientais e fundiários; iii) fontes de financiamento nacional e internacional, público e privado; iv) ordenamento territorial; v) monitoramento a ilícitos ambientais e fundiários e apoio à decisão; e vi) estímulo à inovação e à bioeconomia.

As atividades desenvolvidas pelas comissões e subcomissões do Conselho permitiram a retomada da discussão da temática de proteção, preservação e desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal e podem ser assim sintetizadas:

- realização de três reuniões virtuais com os governadores dos Estados da Amazônia Legal em busca do alinhamento de ideias e de ações com vistas à construção de uma política de estado para a região;

- conclusão do Projeto T Zero (planta baixa da Amazônia) no Estado do Acre, que permitirá o planejamento e a execução de um projeto-piloto de ordenamento territorial, de regularização fundiária e de zoneamento econômico ecológico;
- criação da Comissão Nacional da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, que passou a ser a instância interlocutória entre o Governo brasileiro e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica;
- execução da Operação Verde Brasil 2, Garantia da Lei e da Ordem (GLO), com resultados expressivos, tais como a aplicação de R\$ 1,8 bilhão em multas, a prisão de 263 pessoas, a apreensão de 180 mil m³ de madeira e de 154 mil toneladas de minerais, como ouro, manganês e pedras preciosas;
- aproximação com órgãos, fortalecendo o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA) com seus projetos, que impactam positivamente o desenvolvimento da região, por meio da Superintendência Desenvolvimento Amazônia (Sudam), viabilizando projetos estruturantes e captando recursos pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e utilizando fontes internacionais de financiamento reembolsáveis via BNDES; e
- articulação com as pastas ministeriais para o fortalecimento dos órgãos que executam o combate aos ilícitos ambientais, uma vez que o reforço e o apoio mútuo das instituições poderão reverter em benefício de uma nova política pública para a região no combate a crimes ambientais e a outros ilícitos.

No ano de 2020, a contratação de mais de 3,3 mil brigadistas, representando uma força de trabalho 27% superior a do ano de 2019, permitiu: i) o aumento do número de unidades de conservação beneficiadas diretamente com a contratação de brigadistas na ordem de 92% em relação a 2019, passando de 80 para 154 Unidades atendidas em 2020; ii) um incremento no número de brigadistas contratados nas Unidades localizadas na Amazônia Legal, com incremento de 83%, perfazendo um total de 631 brigadistas em 2020; e iii) mais de 35 milhões de hectares que contaram com atuação e apoio dos brigadistas, em mais de duas mil ações de combate a incêndios florestais durante o ano de 2020.

Em relação à prevenção e ao combate a incêndios, o Governo Federal, além de aprimorar suas estruturas, tem atuado também na estratégia da formação de redes voluntárias permanentes nos territórios, seja em propriedades rurais, seja em assentamentos de reforma agrária, seja em áreas indígenas. Essas redes incentivam as melhores práticas de prevenção e combate a incêndios florestais e auxiliam na capacitação de brigadistas, guarda-parques e líderes, organizados em estruturas autônomas, voluntárias e autossustentáveis. Redes locais e regionais compostas por pessoas originárias dos próprios locais acometidos pelo fogo favorecem o processo de engajamento e, conseqüentemente, otimizam as ações operacionais de combate e prevenção.

Em especial no ano de 2020, o combate aos incêndios florestais no Pantanal e na Amazônia Legal ocorreu com grande integração entre as inúmeras instituições, contando com o emprego de dez aeronaves de asa fixa *Air Tractor* e cinco helicópteros, a serviço do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama).

O Governo Federal, de forma proativa e articulada, coordenou a política de controle ambiental e fez publicar o [Decreto nº 10.424, de 15 de julho de 2020](#), que determinou a suspensão da permissão do emprego do fogo no território nacional pelo prazo de 120 dias.

Para as ações de prevenção e combate aos incêndios florestais, foram empregados mais de R\$ 80 milhões em 2020, aumento de 30% em relação a 2019, além da destinação, por meio de decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), constante da [ADPF nº 568](#), de R\$ 230 milhões aos nove Estados prescritos à prevenção, à fiscalização e ao combate do desmatamento, dos incêndios florestais e dos ilícitos ambientais na Amazônia Legal e faixa de fronteira.

A Agenda de Qualidade Ambiental Urbana apresentou muitos avanços em 2020. O Programa Lixão Zero possibilitou: i) a compra de R\$ 35 milhões em equipamentos para Municípios e consórcios; ii) a implantação de dois importantes sistemas de logística reversa: produtos eletroeletrônicos e seus componentes de uso doméstico – [Decreto nº 10.240, de 12 de fevereiro de 2020](#), e medicamentos domiciliares vencidos ou em desuso – [Decreto nº 10.388, de 5 de junho de 2020](#); iii) a modernização do licenciamento para aplicação de biossólidos e do coprocessamento; iv) a digitalização de serviços, como o manifesto de transporte de resíduos; v) o aperfeiçoamento da reciclagem das latas de alumínio, que emprega 800 mil pessoas; vi) a inauguração de centros de coleta e reciclagem; vii) a aprovação de projetos para encerramento de lixões (R\$ 12 milhões em Rondônia e R\$ 100 milhões em Minas Gerais); viii) a disponibilização de recursos reembolsáveis para projetos (R\$ 570 milhões); ix) a elaboração do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, aguardado desde 2010; e x) o apoio a dezenas de consórcios públicos para melhoria da gestão de resíduos e estruturação de concessões.

Um dos principais ganhos para o meio ambiente e para a melhoria da qualidade de vida das pessoas foi a aprovação do Novo Marco Legal do Saneamento ([Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020](#)), que permitirá mais segurança jurídica e previsibilidade para atração de investimentos.

Também foram realizadas ações para combate ao lixo nos rios e no mar. Avanços importantes foram alcançados também na agenda de áreas verdes urbanas, com a criação do Programa Cidades + Verdes, investimentos de mais de R\$ 5 milhões para criação e recuperação de praças e parques urbanos e lançamento do Cadastro Ambiental Urbano, sistema digital que auxiliará os Municípios e Estados na gestão dos problemas ambientais urbanos, que são os principais desafios ambientais no nosso país.

Em 2021 e 2022, será possível avançar ainda mais na Agenda Ambiental Urbana, com as seguintes linhas de ação: i) erradicação de lixões no País; ii) aumento da coleta seletiva e recuperação de resíduos (reutilização, reciclagem e recuperação energética); iii) inclusão da fonte de resíduos sólidos urbanos nos leilões de energia elétrica; iv) criação/aperfeiçoamento de sistemas de logística reversa; v) estruturação da concessão dos serviços de gestão de resíduos; vi) ações de combate ao lixo no mar; vii) ações de recuperação ambiental em rios urbanos; viii) ações de fiscalização referentes ao tratamento de esgoto; ix) efetivação do Novo Marco Legal do Saneamento; x) criação, recuperação e ampliação de áreas verdes urbanas; xi) melhoria na gestão de áreas contaminadas, com a implantação do Sistema Nacional de Gestão de Áreas Contaminadas; e xii) melhoria na gestão de qualidade do ar, com implantação da Rede Nacional de Monitoramento da Qualidade do Ar.

A agenda de Concessão dos Parques e Florestas Nacionais é uma das prioridades do Governo Federal. O turismo de natureza é a melhor e, muitas vezes, a única alternativa para o desenvolvimento social de diversas regiões do País. A estruturação das unidades de conservação proporciona o aumento da visitação e ativa a cadeia longa do turismo, atingindo positiva e diretamente pessoas, gerando emprego e renda. A qualificação de Parques e Florestas Nacionais no PPI torna a agenda prioridade nacional e demonstra a importância das concessões para o Governo Federal.

O turismo de natureza também promove, diretamente, a proteção do meio ambiente ao fomentar a educação ambiental e permitir uma melhor e mais ampla conscientização sobre o meio ambiente, o apreço pela natureza e o entendimento de suas fragilidades e potencialidades.

O Governo Federal desenvolveu um novo modelo de concessão, que prioriza a proteção dos parques, o aumento sustentável do turismo e o desenvolvimento econômico da população. O contrato é firmado entre o Estado e a concessionária vencedora da licitação, mas a propriedade continua sendo da União. Ao investidor cabe estruturar a unidade de conservação, respeitar a regulamentação e observar rigorosos parâmetros de conservação do ambiente natural. A ideia central é fortalecer a proteção dos parques por meio do turismo, levando desenvolvimento, emprego e renda às comunidades do entorno. Tudo isso contando com a participação ativa da sociedade no processo, por meio da realização de consultas e audiências públicas e conversas com os interessados.

O novo modelo de concessões se caracteriza pela transparência, além de tornar o contrato entre as partes mais simples e eficaz. Entre seus pontos de destaque, importantes serviços, como manutenção da brigada de incêndio, alimentação e manutenção de trilhas, por exemplo, ficam sob responsabilidade de empresas especializadas para garantir mais eficiência e qualidade ao ecoturismo. O aumento da visitação em parques tem o potencial de gerar renda e atrair investimentos não apenas para os parques, mas para toda a região dos entornos, promovendo alternativas de sustentabilidade econômica e preservação do meio ambiente, não dependendo apenas dos recursos do Governo.

Foi realizado o leilão dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral nos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Em uma demonstração clara de confiança no novo modelo, participaram

quatro vezes mais interessados, com proposta vencedora de R\$ 20 milhões, representando um ágio em torno de 2.700% maior que o lance mínimo, e investimentos estimados de R\$ 260 milhões para os parques.

Foi criada, ainda, a Secretaria da Amazônia e Serviços Ambientais, que instituiu o Programa Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais Floresta+ e está implementando o projeto-piloto Floresta+ Amazônia. A ideia é realizar pagamentos diretos aos pequenos produtores rurais que têm excedente de reserva legal e área de preservação permanente a serem recuperadas, bem como pagar para as comunidades por projetos que preservam áreas na Amazônia Legal e apoiar projetos de inovação no território amazônico. O projeto-piloto é executado em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento com recursos da ordem de R\$ 500 milhões do Fundo Verde para o Clima (GCF).

Outro destaque é o da inclusão da descrição de conservação como atividade econômica na subclasse 0220-9/06 de Conservação de Florestas Nativas, realizada com o IBGE. A medida permite a emissão de nota fiscal para atividades de conservação de floresta nativa, impulsionando o pagamento por serviços ambientais no Brasil.

Ainda no âmbito do Programa Floresta +, foi lançada a modalidade Floresta + Carbono, com o objetivo de incentivar o mercado voluntário de créditos de carbono de floresta nativa. O Governo Federal passou a reconhecer a contribuição do mercado voluntário de carbono florestal na redução de emissões por desmatamento e degradação de florestas nativas, e assim promove um ambiente de negócios favorável e efetivo de pagamento por serviços ambientais, reafirmando seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e a conservação de sua vegetação nativa.

Em relação à questão climática, destaca-se a publicação do Decreto nº 10.275, de 13 de março de 2020, que institui o Comitê Técnico da Indústria de Baixo Carbono, e do Decreto nº 10.431, de 20 de julho de 2020, que institui a Comissão Executiva Nacional do Plano Setorial para Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura, importantes colegiados para avanços no setor. Também se destaca a submissão pelo Governo Federal à comunidade internacional da Quarta Comunicação Nacional do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês) em 31 de dezembro de 2020. O documento relata os esforços do País para implementar a Convenção do Clima. A elaboração do texto envolveu mais de 400 especialistas de cerca de 200 instituições, incluindo acadêmicas e de pesquisa, governamentais, privadas e da sociedade civil, ao longo dos últimos quatro anos. A publicação reúne dados brasileiros atualizados sobre o inventário nacional de emissões e remoções antrópicas de gases de efeito estufa (GEE) para a série histórica de 1990 a 2016, além de análises sobre impactos, vulnerabilidades e respectivas opções de adaptação à mudança do clima, relato sobre as iniciativas de mitigação e de adaptação no País e informações sobre restrições, lacunas e necessidades financeiras, tecnológicas e de capacitação do Brasil.

Prevê-se ainda o lançamento de um programa inovador, o “Adote 1 Parque”, que visa buscar potenciais patrocinadores privados nacionais ou estrangeiros para adotar uma das 334 unidades de conservação

brasileiras, atualmente mantidas exclusivamente com recursos públicos. A estratégia é estabelecer parcerias entre poder público e setor privado para a manutenção de unidades de conservação, tanto com empresas brasileiras quanto estrangeiras. Com foco prioritário na Amazônia, é uma resposta criativa do Governo para todos aqueles que, de fato, demonstram preocupação com o futuro desse importante bioma. Está aberto um caminho de cooperação, trabalho conjunto, somatório de forças, meios e recursos para preservar a região.

O Programa irá ampliar significativamente os recursos disponíveis para a promoção de melhorias, investimentos, infraestrutura, consolidação, manutenção e monitoramento das unidades de conservação na Amazônia, que podem ser dos mais variados tamanhos, de 2,5 mil hectares a 3,9 milhões de hectares.

SETOR AGROPECUÁRIO

No setor agropecuário, os efeitos da pandemia da covid-19 puderam ser mitigados com a atuação do Governo Federal para assegurar o funcionamento das cadeias produtivas do agronegócio e a adequada distribuição de insumos e produtos, essenciais para garantir o abastecimento do mercado interno e dos fluxos de exportação.

Foram adotadas medidas emergenciais de apoio financeiro aos produtores rurais e suas cooperativas, por meio do financiamento à renegociação de dívidas e da criação de linhas especiais de crédito para os pequenos e médios produtores, no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp). Também foram aprovadas medidas similares para amenizar os danos ocasionados pela estiagem, na região Sul, e pelo Ciclone Bomba, em Santa Catarina.

A despeito das dificuldades impostas pela pandemia, o setor agropecuário manteve-se em funcionamento e obteve um bom desempenho, evidenciado pelo continuado crescimento de sua produção, devendo atingir o recorde de 265,8 milhões de toneladas de grãos na safra 2020/21, após o também recorde de 256,9 toneladas na safra 2019/20. O valor total da produção agropecuária em 2020 chegou a R\$ 871,3 bilhões. Dessa forma, o agro contribuiu significativamente para a retomada da economia, a sustentação do emprego e da renda e a manutenção da paz social.

Em 2020, as exportações brasileiras do agronegócio alcançaram a cifra de US\$ 100,81 bilhões, o que representou crescimento de 4,1% em relação a 2019, quase metade das exportações totais brasileiras no período (48%), maior participação já observada na série histórica.

Em 2020, o Sistema de Defesa Agropecuária, que garante a sanidade dos alimentos no mercado externo e interno, teve suas atividades — vigilância e certificações sanitárias e fitossanitárias; prevenção, controle

e erradicação de pragas dos vegetais e de doença dos animais; e vigilância agropecuária internacional — classificadas pelo Governo Federal como serviços públicos essenciais no contexto das medidas para enfrentar a pandemia.

Como efeito direto da pandemia, acelerou-se a transformação de diferentes serviços ao cidadão, que antes eram realizados de forma presencial, para a forma remota. Mais de 20 serviços nas áreas sanitária e fitossanitária foram totalmente digitalizados. Destacam-se o lançamento do Sistema Brasileiro de Vigilância e Emergências Veterinárias (e-Sisbravet), que moderniza a gestão da vigilância das doenças dos animais, e do Sistema Integrado de Gestão Pública (Sigep), sistema de gerenciamento de estudos epidemiológicos.

A transformação digital significa menos burocracia, menos perda de tempo e dinheiro por parte do cidadão. No total, o Plano Digital na pasta da Agricultura digitalizou mais de 80 serviços. Essa nova forma de atuar propicia benefício a cerca de 501,5 mil cidadãos e empresas, com uma estimativa de economia para a sociedade na ordem de R\$ 43 milhões por ano.

Em outra frente de modernização, o Governo Federal pretende ampliar a implantação, em 2021, em parceria com a iniciativa privada, do autocontrole em seu sistema de fiscalização federal, processo iniciado em 2019. Ao mesmo tempo em que digitalizou novos serviços, foram mantidas as atividades presenciais de inspeção na produção de carnes durante a pandemia. Diante da forte demanda internacional e do mercado doméstico, registrou-se inclusive aumento nos turnos de abate cobertos pelo Serviço de Inspeção Federal (SIF). Em 2020, o Governo Federal emitiu mais de 350 mil certificados sanitários internacionais, passaportes que balizam a segurança e asseguram a entrada do produto de origem animal no país importador.

Ainda na área da saúde animal, em 2020 o Brasil continuou avançando no objetivo de ter o país livre de febre aftosa sem vacinação. Os Estados do Acre, do Paraná, do Rio Grande do Sul e de Rondônia, e parte dos territórios dos Estados do Amazonas e de Mato Grosso, foram reconhecidos nacionalmente como livres de febre aftosa sem vacinação.

O Governo Federal está trabalhando com a Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA, conhecida como OIE) para o reconhecimento das novas zonas livres de febre aftosa sem vacinação. Esse reconhecimento, já concedido a Santa Catarina, permitirá uma economia anual direta por parte dos produtores rurais da ordem de R\$ 130 milhões e possibilitará o acesso a mercados, hoje fechados para o produto brasileiro. O Brasil possui uma vasta zona livre de peste suína clássica, condição mantida em 2020.

Por sua vez, no intuito de fortalecer a agropecuária e maximizar as ações para o crescimento econômico, o atual Plano Safra, com vigência de julho de 2020 a junho de 2021, inclui a disponibilidade de R\$ 236,3 bilhões para o crédito rural e o orçamento de R\$ 1,06 bilhão para a subvenção ao prêmio do seguro rural em 2020, um aumento de 20% em relação ao ano anterior.

Desde 2019, quando foi colocada em prática a nova estrutura federal agropecuária que previu, segundo a proposta de plano de governo, “uma só porta para atender as demandas do Agro”, o Plano Safra tem atendido, com diferentes linhas de crédito, todos os segmentos do setor rural, com destaque para os pequenos e médios produtores, que precisam de apoio do Governo. Para eles, foram ampliadas as disponibilidades de recursos, que se situaram em R\$ 33 bilhões para cada segmento, e asseguradas condições mais favoráveis de financiamento — inclusive para construção ou reforma das moradias dos agricultores familiares no meio rural.

Em 2020, a demanda por crédito rural foi intensificada em decorrência das oportunidades de mercado e das medidas de apoio ao produtor rural, que mantiveram elevados seus níveis de confiança. Nos primeiros cinco meses da atual safra, iniciada em julho de 2020, o total de recursos contratados aumentou 19%, atingindo R\$ 108,7 bilhões, sendo que para investimentos esse aumento foi de 46%, situando-se em R\$ 32,4 bilhões.

A Lei nº 13.986, aprovada em 7 de abril de 2020 (Lei do Agro), facilitou a captação e alocação de recursos privados, sobretudo do mercado de capitais, no financiamento do agronegócio. Houve ainda investimento no desenvolvimento das finanças verdes na agropecuária, aprimorando, assim, as possibilidades para os produtores obterem financiamento.

No âmbito do Plano Safra, o apoio às atividades agropecuárias realizadas em sistemas ambientalmente sustentáveis foi revigorado em 2020, com destaque para o Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura. Os recursos do Plano Safra para investimentos em agricultura de baixo carbono, no âmbito do Programa para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura (Programa ABC), aumentaram 11,8% em relação ao ano de 2019.

O Plano ABC, que financia a aquisição de cotas de reserva ambiental, alcançou mais de 40 milhões de hectares, medidos até o ano de 2018, do total da meta de 35,5 milhões de hectares (115%). Em termos de mitigação de gases de efeito estufa (GEE), já chegou a 169,93 milhões de Mg CO₂ eq. (100% da meta), de acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Em uma década, foram investidos mais de R\$ 20,8 bilhões na adoção das tecnologias do Programa ABC, apenas pela linha de crédito dele. Muito mais foi aplicado por outras linhas e pelo capital próprio dos produtores brasileiros.

A ampliação de práticas ambientalmente sustentáveis da agricultura brasileira ocorreu também pela inovação tecnológica nas propriedades rurais, com o apoio, por meio do Plano Safra, ao Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária (Inovagro).

A ação do Governo Federal contribui ainda para que o mercado de controle biológico cresça de forma expressiva a cada safra no País. O Programa Nacional de Bioinsumos, lançado em maio de 2020, incentiva

a diversificação do controle de pragas e doenças no campo. A agricultura de base biológica mostra uma curva ascendente no País e no mundo. Em 2020, foram registrados 76 defensivos agrícolas de baixo impacto (biológicos, microbiológicos e orgânicos), um recorde anual.

Outra iniciativa relevante foi o lançamento da plataforma do Programa Nacional de Solos do Brasil (PronaSolos), que ampliará o conhecimento do solo, proporcionando melhor uso e conservação. Esse programa, cujo banco de dados está aberto ao público, possibilitará avanços nas políticas relacionadas à agropecuária, ao meio ambiente, a minas e energia e à defesa.

Complementando o quadro das novas tecnologias, em 2020 foram lançados novos cultivares de trigo, ampliando a área de cultivo desse cereal. Há potencial para produzir trigo em áreas degradadas e dar autonomia para o Brasil na única *commodity* em que o País é dependente de importação. Já na cadeia produtiva da piscicultura, a inovação conhecida por Tambaplus foi disponibilizada para os produtores. O Governo, em parceria com o setor privado, lançou ainda a Carne Carbono Neutro, produto de valor agregado e qualidade certificada, o que representa um avanço para a pecuária de corte nacional.

Em 2020 foi criado o Banco Nacional de Dados Meteorológicos (BNDMET) com o propósito de convergir em uma única plataforma todas as informações disponíveis sobre a meteorologia brasileira.

Para o ano de 2021, está previsto o lançamento de diversos aplicativos e plataformas com o objetivo de auxiliar na tomada de decisão dos agricultores, com base em dados tecnológicos de última geração. O Brasil continuará a avançar de maneira consistente para a consolidação do ecossistema de inovação, fortalecendo iniciativas com as *start-ups* do Agro, as *Agritechs*.

Outra iniciativa modernizante foi a criação do Cadastro AgroÍntegro, que conscientiza empresas e cooperativas agropecuárias sobre seu papel no enfrentamento da corrupção, incentivando-as a se posicionarem afirmativamente pela prevenção, pelo combate a ilegalidades e em defesa das relações sociais e do meio ambiente.

É sempre oportuno lembrar que um dos destaques da agricultura nacional é o fato de as lavouras brasileiras ocuparem apenas 7,8% do território nacional, que tem mais de 60% de sua cobertura vegetal preservada. Para cumprir o rígido Código Florestal Brasileiro, os produtores rurais têm de manter reservas legais, que ocupam de 20% a 80% da propriedade, a depender do bioma. Ao se inscrever no Cadastro Ambiental Rural (CAR), os proprietários têm o direito de aderir, em seus Estados, ao Programa de Regularização Ambiental (PRA).

Para garantir o cumprimento do Código Florestal Brasileiro e a regularização ambiental dos imóveis rurais do País, o Governo Federal mantém o Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (Sicar), que já conta com mais de 6,9 milhões de imóveis rurais e posses inscritos, totalizando uma área de 573 milhões de hectares cadastrados, por meio de autodeclaração. A análise dos cadastros será feita de forma automatizada por meio do sistema de Análise Dinamizada, ferramenta oferecida pelo Governo Federal aos Estados.

A meta é que, até o fim de 2021, a Análise Dinamizada esteja operando em todas as unidades federativas. Também está previsto o desenvolvimento de novas funcionalidades que permitirão aos proprietários e possuidores com passivos ambientais realizar a regularização ambiental de seus imóveis e, no caso daqueles que contam com excedentes de vegetação, aderir aos programas de Cota de Reserva Ambiental (CRA). Para 2021, o Governo pretende operacionalizar a CRA no mercado financeiro, permitindo a negociação de ativos florestais.

Em 2020, o Governo lançou outras importantes iniciativas sustentáveis relacionadas ao CAR, como o Projeto de Regularização Ambiental de Imóveis Rurais no Cerrado (FIP CAR), em parceria com o Banco Mundial. Esse projeto objetiva aumentar a capacidade de o Brasil receber, analisar e aprovar inscrições no CAR, além de apoiar o Programa de Regularização Ambiental (PRA). Também integra a carteira FIP Brasil a Gestão Integrada da Paisagem no Bioma Cerrado (FIP Paisagens Rurais), programa que recupera pastagens degradadas e recompõe ativos ambientais (reservas legais e áreas de preservação permanentes).

O Governo Federal trabalha, também, para garantir a diversificação de mercados para os produtos brasileiros, destacando-se a necessidade de se criar políticas específicas para consolidar e abrir novos mercados externos. A intensa agenda de trabalho resultou na abertura, em 2019 e 2020, de mais de 100 novos mercados, indo além de nossa pauta tradicional de exportações — soja, milho, café, suco de laranja, carnes —, que também se manteve aquecida. E buscaram-se novos destinos.

Entre as novidades, o Brasil passou a exportar castanha de baru para a Coreia do Sul, castanha do Brasil para a Arábia Saudita, gergelim para a Índia, maçã para o Egito, manga para a África do Sul, mudas de eucalipto para a Colômbia, mudas de coco para a Guiana, ovos para Singapura, abacate para a Argentina, mudas de tomate e pimentão para o Paraguai. Na área vegetal, destaca-se ainda a abertura de mercado de melão para a China, cujo primeiro embarque ocorreu em setembro.

Na área animal, tem-se a abertura de diversos produtos para a Argentina (carne de rã, produtos lácteos para alimentação animal, produtos de aves termoprocessados), Mianmar (carne e produtos cárneos de suínos, leite e produtos lácteos) além da abertura de pescado para Colômbia e Marrocos. O Governo emitiu ainda 349 Certificados de Acreditação de Origem Legal para exportação de produtos pesqueiros para países do Mercosul.

Os produtos de origem vegetal foram os que mais contribuíram para o crescimento das exportações do agronegócio brasileiro em 2020. Em relação ao valor exportado, os cinco principais setores do agronegócio brasileiro em 2020 foram: complexo soja (US\$ 35,24 bilhões e 35% de participação), carnes (US\$ 17,16 bilhões e 17,0%), produtos florestais (US\$ 11,41 bilhões e 11,3%), complexo sucroalcooleiro (US\$ 9,99 bilhões e 9,9%) e cereais, farinhas e preparações (US\$ 6,89 bilhões e 6,8%).

Com o mesmo objetivo de ampliar horizontes e diversificar exportações, o Governo Federal ampliou a rede de atuação no exterior. O número de adidos agrícolas passou de 25 para 28 nas representações diplomáticas

brasileiras. A partir de 2021, haverá adidos em Camberra (Austrália), Genebra (Suíça), Ottawa (Canadá), Paris (França) e Berlim (Alemanha).

Apoiar os pequenos produtores e agricultores foi uma ação social que precisou ser reforçada em um ano de pandemia. Em 2020, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), por intermédio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), efetivou a compra de aproximadamente 75 mil toneladas de alimentos de 30,1 mil produtores rurais, sendo 74,7% mulheres. Esses produtos foram entregues a cerca de 2,5 mil instituições, incluindo entidades assistenciais, bancos de alimentos, restaurantes comunitários e escolas, entre outras. Assim, foram entregues mais de 11,9 mil toneladas de alimentos a 323,4 mil famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, inclusive indígenas, quilombolas e mulheres em situação de vulnerabilidade.

Com a comercialização afetada pela pandemia, a Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio) atendeu em 2020 a quase 12 mil extrativistas com o montante de mais de R\$ 24 milhões. Também em 2020, foi incluído no Programa o pirarucu de manejo, com potencial de beneficiar cerca de quatro mil pescadores. Para 2021, as estimativas apontam que cerca de 18 mil famílias de extrativistas poderão ser beneficiadas pela PGPM-Bio. A cada ano, pelo menos um novo produto é incluído, aumentando a abrangência de produtores extrativistas atendidos.

Em julho, foi lançado o Programa Fortalece Sociobio na Plataforma Mais Brasil, para a seleção de projetos de consórcios públicos das regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste que tenham por finalidade o fortalecimento da sociobiodiversidade, e que envolvam pequenos e médios produtores rurais, agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais.

Em 2021, o Governo continuará a promover o desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas agropecuárias, em benefício da sociedade brasileira. Nesse sentido, a revisão do contrato de gestão firmado com a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater) permitirá a revisão de metas que proporcionarão o atendimento de até 100 mil agricultores familiares e pequenos produtores além da formação de 320 agentes.

Por sua vez, lançado em 2019, o AgroNordeste passou a cobrir, em 2020, além de toda a região Nordeste e o norte de Minas Gerais, também 28 Municípios do norte do Espírito Santo.

Os pequenos produtores beneficiários do AgroNordeste estão recebendo assistência técnica gerencial por meio de diversas parcerias institucionais. As seguintes cadeias produtivas estão sendo incentivadas por esse plano de ação: bovino de corte e de leite, ovino e caprino, peixe e camarão, mel, fruta irrigada (em especial manga e banana), hortaliça, mandioca, café, pimenta e especiarias.

Atualmente são 15 territórios de atuação, distribuídos em 299 Municípios, onde vive uma população rural estimada de 2,3 milhões de brasileiros. Em 2021, o AgroNordeste irá ampliar sua área de abrangência para 30 territórios, perfazendo um total aproximado de 500 Municípios e atingindo diretamente cerca de 12 milhões de pessoas.

Um dos objetivos previstos no programa de governo é “resolver a questão agrária”, garantindo a propriedade da terra àqueles que nela vivem. Nesse sentido, a Secretaria Especial de Assuntos Fundiários (SEAF) do Mapa e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) vêm atuando conjuntamente de forma a entregarem o maior número possível de títulos até o fim de 2022.

Nos dois últimos anos, mais de 140 mil documentos de titulação foram entregues a produtores rurais, dos quais 89% foram destinados a assentados da reforma agrária e 11% a produtores rurais ocupantes de áreas federais. Em 2020, mais de 107 mil títulos foram entregues, sendo 96 mil em projetos de assentamento e 11 mil em glebas públicas federais. É estimada para o ano de 2021 a emissão de cerca de 130 mil documentos de titulação e, em 2022, a previsão é que o número supere 170 mil títulos.

Em 2020, o Governo lançou também o Programa Titula Brasil, que promove a regularização fundiária em terras da União, e o Projeto Integra Brasil Fundiário, que tem como objetivo aperfeiçoar a governança fundiária por meio da integração de sistemas fundiários. Para 2021, pretende-se implantar definitivamente os Núcleos Municipais de Regularização Fundiária e ter o sistema fundiário rural integrado, contemplando informações de base fundiária ambiental, tributária, de infraestrutura, entre outras. Além disso, o Governo almeja construir 20 mil moradias nos assentamentos.

MINAS E ENERGIA

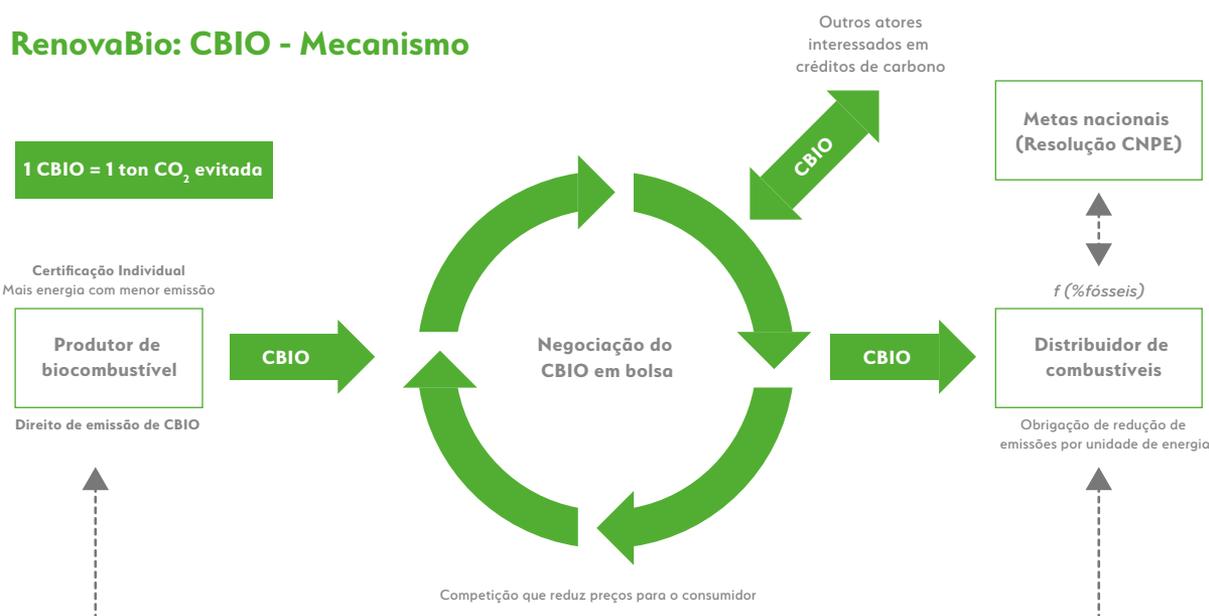
Durante o período mais agudo da pandemia do novo coronavírus em 2020, uma série de ações relacionadas ao setor de energia foram desenvolvidas. Entre elas, o enquadramento como essenciais das atividades de petróleo, gás e biocombustível, energia elétrica e mineração. Além disso, no campo específico de gás, trabalhou-se fortemente para a garantia do abastecimento de gás liquefeito de petróleo (GLP) em período de aumento da demanda.

No setor de energia elétrica, a isenção da tarifa de energia para consumidores incluídos na Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE) beneficiou mais de dez milhões de famílias entre 1º de abril e 30 de junho de 2020. Também se destaca a regulamentação da Conta-Covid, que visa reduzir o impacto nas contas de luz dos efeitos financeiros que a pandemia trouxe para as empresas do setor elétrico, que proporcionou a sustentabilidade da prestação dos serviços. A [Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020](#), medida

temporária e emergencial destinada ao setor elétrico, somou-se a esses esforços não somente para atenuar os reajustes previstos para 2021 para todos os Estados brasileiros, como deu importante passo para a racionalização dos subsídios de forma planejada e transparente.

A Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), instituída pela Lei nº 13.576, de 26 de dezembro de 2017, ao definir metas nacionais de descarbonização para o setor de transportes, contribui para a segurança energética nacional, por meio do incentivo à expansão da produção e do uso de biocombustíveis, bem como para a redução das emissões de gases de efeito estufa. Em 2020, o foco foi a consolidação do mercado de Créditos de Descarbonização (CBIOs), no qual produtores de biocombustíveis certificados no âmbito da Política ofertam esses créditos em bolsas de valores, devendo as partes obrigadas – os distribuidores de combustíveis – adquiri-los, a fim de comprovar o cumprimento das suas metas individualizadas na proporção das vendas de combustíveis fósseis do ano anterior. Para os próximos dois anos, espera-se com a expansão da produção e do uso dos biocombustíveis promovida pelo Mercado de CBIOs. Um CBIO equivale a uma tonelada de carbono e, até 2030, as metas estabelecidas evitarão mais de 620 milhões de toneladas de emissões. Com isso, o emprego dos biocombustíveis pode viabilizar uma oferta de energia cada vez mais sustentável, competitiva e segura para o Brasil.

FIGURA 12 – MECANISMO DO RENOVABIO



Fonte: Ministério de Minas e Energia.

O Brasil, além de ser um dos países que tem a matriz de energia elétrica mais limpa do mundo, com cerca de 84% de sua produção atendida por fontes renováveis, desenvolve ações efetivas para assegurar o suprimento de energia elétrica ao meio rural brasileiro — mesmo nas regiões mais interioranas, longínquas e inóspitas. Essas ações são referências no que tange a assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia elétrica, incluindo a população residente em áreas rurais. Já foram atendidas mais de 16 milhões de pessoas no meio rural, e o atendimento da totalidade dos Municípios do País está previsto para 2022, à exceção das famílias residentes em regiões remotas da Amazônia brasileira, onde não é possível a disponibilização do serviço público de energia elétrica por meio da extensão de redes convencionais.

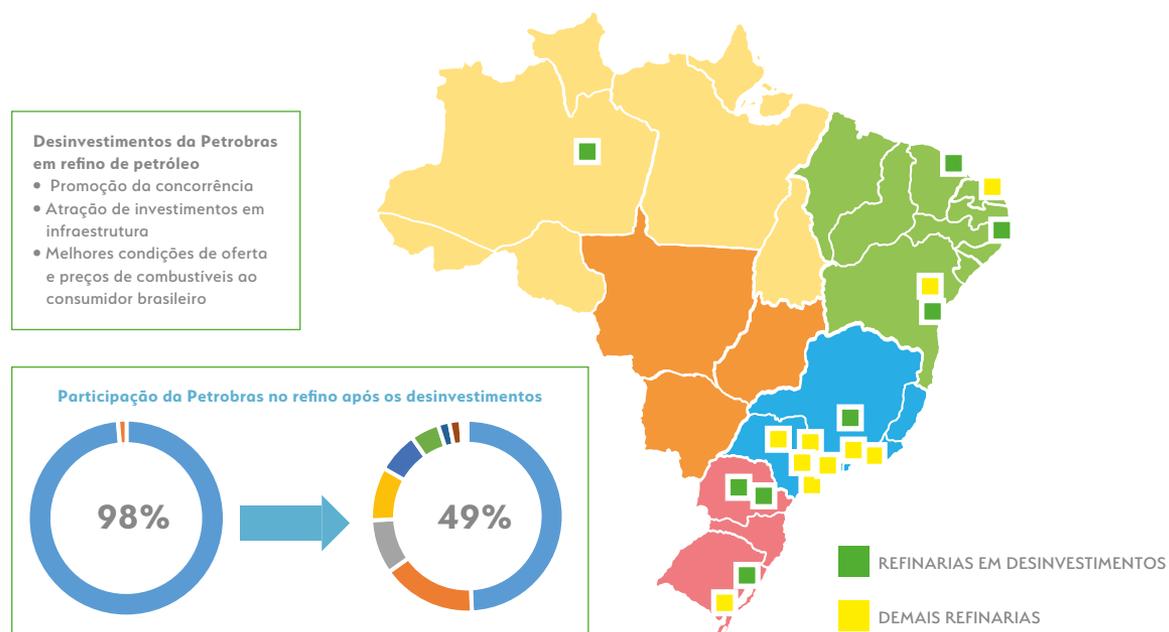
Para a inclusão da população dessas regiões (mais de 300 mil brasileiros) ao processo de universalização do acesso à energia, com cerca de R\$ 3 bilhões em investimentos, foi criado o Programa Mais Luz para a Amazônia, que vai oferecer o serviço público da energia elétrica por meio da instalação de sistemas de geração individuais ou coletivos, com fontes limpas e renováveis, principalmente a solar, propiciando condições dignas de vida e abrindo oportunidades para a implantação das demais políticas públicas por meio de arranjos institucionais de integração de ações. Além dos benefícios imediatos da chegada da energia, o Programa visa garantir o uso da energia como vetor de desenvolvimento socioeconômico para aquelas comunidades, zelando pela utilização sustentável dos recursos da floresta e contribuindo de forma significativa para a redução do uso de combustíveis fósseis na região.

Visando a retomada da economia, o Governo Federal realiza diversas ações, das quais se destacam as seguintes:

- desmobilização de ativos públicos e privatizações: a política de desestatização tem como preocupação central identificar possibilidades concretas de assegurar a adequada prestação de serviços públicos – de forma indireta – por agentes privados, desonerando o Estado de aportes de recursos públicos e permitindo que o Governo faça a alocação mais efetiva e eficiente dos retornos das desestatizações. Nesse contexto insere-se a capitalização da Eletrobras, cujas diretrizes encontram-se sob os auspícios do Congresso Nacional, fundamental para implementação do programa de modernização do setor elétrico. No que diz respeito à Petrobras, houve importantes avanços no projeto de venda de ativos de refino de petróleo. As refinarias Landulpho Alves (RLAM), no Estado da Bahia e Presidente Getúlio Vargas (REPAR), no Estado do Paraná, deverão ser as duas primeiras de oito a serem alienadas antes de dezembro de 2021, prazo assumido pela Petrobras. A desconcentração do segmento de refino promove a concorrência e estimula a realização de investimentos em infraestrutura, com geração de empregos diretos e indiretos. Soma-se a esse processo o suporte do Governo Federal na privatização de companhias estaduais de distribuição de energia elétrica, como a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), a Companhia Estadual do Amapá (CEA) e a Companhia Energética de Brasília (CEB)

– essa última com leilão realizado em 4 de dezembro de 2020, com um valor arrematado na ordem de R\$ 2,5 bilhões, que representou um ágio de 76,63% do valor inicial – além das empresas de geração da Companhia Paraense de Energia (Copel) e CEEE. Por último, cabe destacar a inclusão da Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. (Nuclep) no Programa Nacional de Desestatização (PND);

FIGURA 13 – DESINVESTIMENTOS DA PETROBRAS EM REFINO DE PETRÓLEO



Fonte: Ministério de Minas e Energia.

- retomada do Programa Nuclear Brasileiro: o Brasil tem um histórico de sucesso nas pesquisas e possui o domínio autóctone de todo o ciclo do combustível nuclear. Operam com êxito e segurança duas usinas nucleares por mais de três décadas, possuindo ainda recursos minerais para além de 200 anos. O aproveitamento de toda essa potencialidade, conforme Plano Decenal de Energia (PDE), horizonte 2020-2030, atrairá novos investimentos para o setor, da ordem de R\$ 15,5 bi nos próximos anos, impulsionando a atividade econômica do País e representando a geração de 9,3 mil novos empregos;

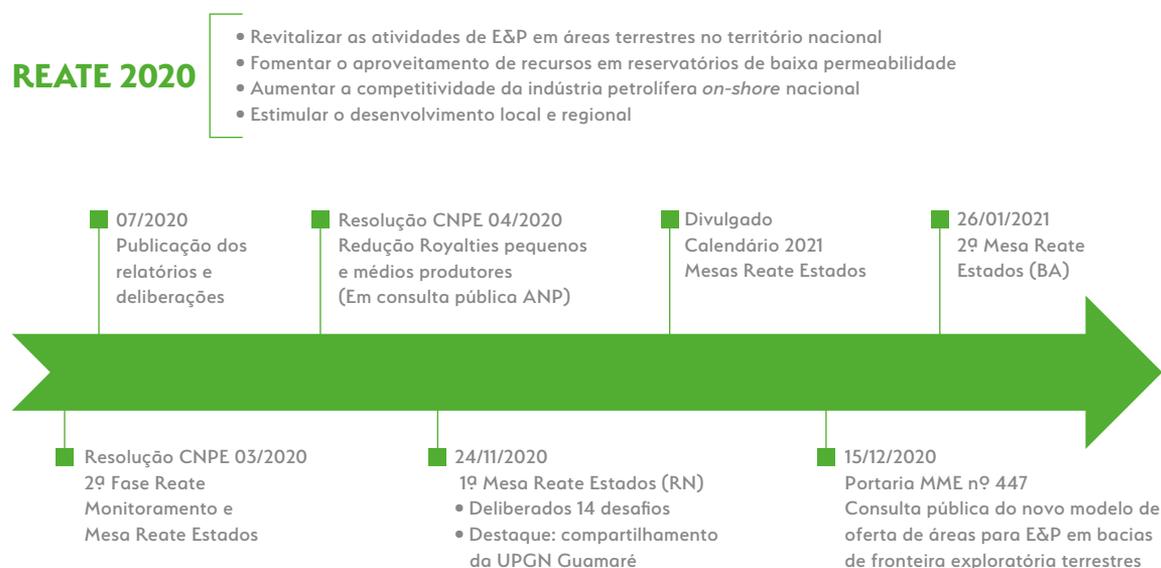
FIGURA 14 – RETOMADA DO PROGRAMA NUCLEAR BRASILEIRO



Fontes: Indústrias Nucleares do Brasil S.A., Eletrobras Eletronuclear e Comissão Nacional de Energia Nuclear.

- exploração e produção de petróleo e gás natural: no segmento de exploração e produção de petróleo e gás natural, destaca-se o Programa de Revitalização da Atividade de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em Áreas Terrestres (Reate) 2020. O Programa abarca 24 empresas que são catalisadoras de desenvolvimento socioeconômico regional e pode gerar em torno de 65 mil empregos e renda, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida na região onde estão inseridas. Uma das iniciativas alçadas por meio do Programa foi a proposição de medidas de incentivo às empresas de pequeno ou médio porte nesse segmento de atividades, que culminou na Resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) nº 4, de 4 de junho de 2020;

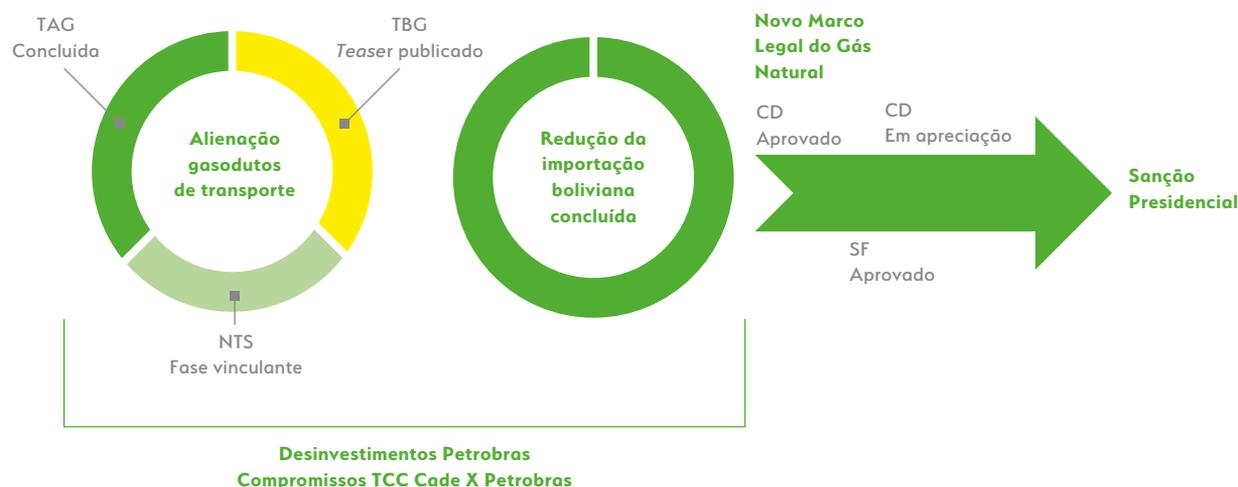
FIGURA 15 – PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DA ATIVIDADE DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL EM ÁREAS TERRESTRES (REATE 2020)



Fonte: Ministério de Minas e Energia.

- gás natural: o setor de gás natural se encontra em plena transição para um mercado aberto, dinâmico e competitivo, conforme preconiza o Programa Novo Mercado de Gás. Em 2020, foram dados passos importantes nessa direção, como: i) a alienação da participação da Petrobras nos gasodutos de transporte das regiões Norte e Nordeste; ii) a redução do volume de gás natural importado da Bolívia, permitindo que o excedente seja comercializado por demais agentes e iii) a venda da participação total da Petrobras na Gaspetro. Também muito importante é a remoção de barreiras tributárias com o início da fruição do tratamento (tributário) diferenciado no sistema de transporte, previsto no *Ajuste SINIEF/CONFAZ nº 03/2018, de 3 de abril de 2018*, e a aprovação pela Câmara dos Deputados do novo marco legal para o gás natural. Para 2021, entre outras, é esperada a formalização dos trâmites necessários para a permissão do acesso de terceiros às unidades de processamento de gás natural da Petrobras. Essa permissão de acesso à rede, por outras empresas (menores), possibilitará a redução de preços no transporte do gás, a geração de novos empregos etc. Também se espera a implementação do novo marco legal para o mercado de gás natural (PL nº 4.476/20), consolidando mudanças que já estão ocorrendo no setor, de modo a atrair novos investimentos, da ordem de R\$ 74,2 bilhões, e mais de 33 mil empregos nos próximos anos, conforme planejamento setorial;

FIGURA 16 – PROGRAMA NOVO MERCADO DE GÁS



Fonte: Ministério de Minas e Energia.

- combustíveis derivados de petróleo: a iniciativa “Abastece Brasil” é o foro estabelecido pelo Governo Federal para discussão da agenda de trabalho nesse setor. Entre as medidas estruturantes, destaca-se o fim da prática de preços diferenciados de GLP – gás de cozinha. A Resolução CNPE nº 17/2019, de 29 de agosto de 2019, corrige distorções no mercado e incentiva a entrada de novos agentes nas etapas de produção e importação de GLP, com ganhos de eficiência para o setor. Assim, para 2021, a agenda de trabalho segue atenta à construção de medidas e ações necessárias para o aprimoramento regulatório do setor diante do novo cenário do *downstream* (a jusante da ação de refino), mais dinâmico, e apoiando as ações de combate à sonegação e à adulteração para melhorar as condições de competição e o ambiente de negócios no setor de combustíveis;
- modernização do setor elétrico: o Governo está engajado na implementação, de forma sistematizada e participativa, da reforma do setor elétrico, cujas diretrizes gerais encontram-se consubstanciadas nos projetos de lei, PL nº 1.917/15, e PLS nº 232/16, ambos ainda em discussão no Congresso Nacional. Em 2020, com um ano de implementação, já foram concluídas 22% das ações mapeadas, entre as quais se destacam o estabelecimento de novos critérios de suprimento, avanços na governança setorial, e, em especial, a racionalização de encargos e subsídios e instituição da possibilidade de contratação de confiabilidade sistêmica com adequada alocação de custo sobre todo o mercado, por meio da edição da Medida Provisória nº 998, de 1º de setembro de 2020. Para 2021, além da conclusão da tramitação dos já mencionados projetos de lei e medida provisória, o Governo Federal vem desenvolvendo outros

estudos relevantes, como: i) entrada do preço-horário com efeitos comerciais; ii) detalhamento da forma de implementar a separação de lastro e energia; iii) alternativas de modelos de formação de preço; e iv) avaliação da abertura do mercado para baixa tensão, conforme consta na Agenda Regulatória da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL);

- Programa Mineração e Desenvolvimento (PMD): o Programa define diretrizes para o setor mineral brasileiro e está dividido em dez planos compostos por 110 metas, nas quais se inserem ações específicas para a mineração traçadas para o período de 2020 a 2023. Entre os projetos a serem desenvolvidos nos próximos dois anos, estão, por exemplo: “Mineração do presente para o futuro”, que busca promover a adoção e o aproveitamento de tecnologias pelo setor mineral; “Mineração em foco”, que visa melhorar a percepção da sociedade brasileira quanto à mineração; e “Ação, estratégia e credibilidade”, que aborda questões relacionadas às melhores práticas de integridade, ética e transparência, práticas regulatórias etc. O principal objetivo do PMD é a expansão quantitativa e qualitativa do setor mineral brasileiro, visando converter o patrimônio mineral em riqueza para o desenvolvimento sustentável do País. Isso porque o Brasil dispõe de uma das maiores potencialidades minerais do mundo e precisa desses bens para atender às suas demandas e às necessidades da sociedade;
- investimento no setor mineral – mineração garantida e liberação de áreas: atualmente, o regulamento do Código de Mineração (Decreto nº 9.406, de 12 de junho de 2018) prevê a possibilidade de que a concessão de lavra seja dada como garantia para o financiamento da atividade. Soma-se a essa iniciativa o PL nº 191/20, que trata do melhor aproveitamento do recurso hidro e mineral em terras indígenas, preservando a sua soberania.
- mineração responsável: reúne uma série de iniciativas para tornar a atividade da mineração em pequena escala sustentável, lucrativa e referenciada por modernas práticas de governança e de responsabilidade social e ambiental, que fortalecerão a segurança e a saúde operacionais, com geração de emprego, em meio a um ambiente equilibrado. Durante os próximos dois anos, o Governo Federal pretende implementar uma série de iniciativas para atender às metas de sustentabilidade do PMD. Isso dotará a atividade da mineração em pequena escala de uma maior amplitude social, tornando-a mais sustentável e lucrativa, referenciada por modernas ferramentas de governança; e
- mineração legal: estabelecimento de procedimentos para combater a atividade de lavra ilegal ou irregular de bens minerais da União – “Portaria usurpação” (Portaria MME nº 240, de 12 de junho de 2020).

Por outro lado, no âmbito do Projeto Meta II, com recursos oriundos do Banco Mundial, pretende-se desenvolver estudo sobre o “Uso Sustentável de Resíduos Sólidos da Mineração no Brasil”. O Projeto consiste na caracterização de resíduos sólidos da mineração, de substâncias não energéticas presentes em pilhas de estéril, de rejeito ou que alimentam as barragens, com o objetivo de aproveitar esses materiais,

minimizar o passivo ambiental local e fomentar o seu uso alternativo, principalmente na construção civil e agricultura, promovendo a sua destinação final ambientalmente adequada. A proposta poderá contribuir, dessa forma, com políticas ambientais para a redução e gestão de resíduos sólidos na mineração, com ações de agregação de valor na cadeia produtiva mineral, incorporação de melhores práticas ambientais e com a construção de resiliência em relação às mudanças climáticas, na medida em que pressupõe o planejamento de soluções para os impactos dos rejeitos da mineração no entorno das minas e nas comunidades.

Por fim, cabe destacar que em resposta ao apagão que atingiu o Estado do Amapá em 16 Municípios e afetou cerca de 750 mil pessoas, o Executivo Federal editou, em 25 de novembro de 2020, duas Medidas Provisórias (MPs) que isentaram os consumidores de energia elétrica do pagamento das contas de luz relativas ao mês de novembro de 2020. Por meio da nº 1.010/2020, o Governo Federal isenta o pagamento da fatura de energia elétrica e na de nº 1.011/2020 abre crédito extraordinário de R\$ 80 milhões para o pagamento da despesa. Foi também publicado o Decreto nº 10.551, na mesma data, que reduz a zero as alíquotas do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro ou relativas a títulos e valores mobiliários (IOF), entre 3 de abril a 26 de novembro de 2020. Com essas medidas, o Governo Federal espera minimizar os impactos decorrentes do apagão para a população do Estado.

INFRAESTRUTURA

O ano de 2020, além dos desafios regulares, impôs ao Governo Federal a tarefa adicional de oferecer, por meio da logística, recursos extraordinários e adequados para contribuir no combate à pandemia. Essas ações possibilitaram, por meio de decretos, a manutenção do fluxo de mercadorias entre os Estados, garantindo os serviços essenciais aos caminhoneiros, como funcionamento de postos de combustíveis, restaurantes, borracharias, oficinas e lojas de autopeças, entre outras medidas, oferecendo qualidade de vida e de trabalho àqueles profissionais, e proporcionando a continuidade dos seus serviços, com confiança e segurança. Nenhum Estado ficou sem abastecimento de alimentos ou qualquer gênero de primeira necessidade. Uma ação que merece destaque foi o fretamento de 38 voos de operações especiais para transportarem da China 240 milhões de máscaras descartáveis em 146,7 mil caixas, equivalente a 1,2 mil toneladas.

A pandemia teve como consequência uma expressiva retração da atividade aérea em todo o mundo. No Brasil, a diminuição foi de aproximadamente 60% no número de passageiros e de quase 40% no movimento de aeronaves em relação ao ano anterior. Diante desse contexto, o Governo Federal estabeleceu uma série de medidas emergenciais de apoio ao setor de aviação civil, entre as quais se pode destacar: a proposição da Medida Provisória nº 925, de 18 de março de 2020, convertida na Lei nº 14.034, de 5 de agosto de 2020, que implementou a postergação do prazo para pagamento das outorgas devidas pelas concessionárias de aeroportos, a alteração das regras de reembolso das passagens aéreas durante a pandemia e a extinção do adicional da tarifa de embarque internacional, que reduziu os custos incidentes sobre o setor.

O atual modelo de investimentos na área da infraestrutura baseia-se em quatro pilares: concessões de ativos, conclusão de obras inacabadas, manutenção em todos os meios de transportes e fortalecimento organizacional do setor. Apesar da pandemia, no âmbito da infraestrutura, o Governo Federal manteve-se fiel à meta de desburocratizar, simplificar e pensar de forma estratégica e integrada a infraestrutura do País para atrair grandes investimentos. Os projetos da carteira de concessões foram mantidos e o calendário de entregas teve continuidade. Outras decisões têm sido tomadas, como o envio ao Congresso Nacional do projeto de lei que institui o Programa de Incentivo à Cabotagem (PL nº 4.199/20). O Programa é focado em quatro eixos (frota, indústria naval, custos e porto), com o propósito de incentivar o setor aquaviário, tornando-o uma alternativa logística às rodovias e ferrovias, a partir das possibilidades e facilidades para o afretamento de embarcações, além da utilização do Fundo da Marinha Mercante por empresas estrangeiras para manutenção e docagem em estaleiros nacionais.

Iniciativas desburocratizantes foram implementadas na área de trânsito, com a substituição de documentos em papel por versões digitais, como a Carteira Digital de Trânsito (CDT) e o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo Digital (CRLVe), medidas que otimizaram os serviços e facilitaram a interface do cidadão com os órgãos competentes.

Outra iniciativa implementada em 2020 foi o Programa Voo Simples, que tem 52 medidas em prol da aviação geral, especialmente para profissionais, operadores de aeronaves, instituição de ensino e empresa de pequeno porte. O Programa apresenta melhorias quanto à simplificação de procedimentos, ao alinhamento às regras internacionais, ao aumento da conectividade e ao fomento a um novo ambiente de negócios, mantendo os altos níveis de segurança exigidos. Estão sendo simplificadas, ainda, as exigências para empresas de táxi-aéreo, equilibrando a regulação de modo adequado ao tamanho de cada empresa e também oferecendo iniciativas que auxiliarão o agronegócio e a aviação aeroagrícola, responsável pela pulverização aérea de lavouras e pastagens.

Com as atividades ordinárias mantidas, inclusive durante a quarentena, o setor de infraestrutura realizou em 2020 relevantes e estratégicas concessões/leilões e entregas, das quais se destacam:

No modal rodoviário:

- concessão de trecho de rodovia federal: BR-101/SC, entre Paulo Lopes/SC e a divisa com o Estado do Rio Grande do Sul;
- construção de rodoviária federal: uma das principais ações foi a conclusão da pavimentação da BR-163/PA (divisa MT/PA – Porto de Mirirituba/PA), que reduziu em mais de 13% os custos operacionais diretos, otimizando o escoamento de grãos oriundos do Estado do Mato Grosso; e
- manutenção de rodovias federais: mais de 56,6 mil km de estradas federais estão cobertas por contratos do Programa Anual de Trabalho e Orçamento (PATO) e Contratos de Restauração e Manutenção

(Crema), sendo 6,9 mil km de trechos não pavimentados. Além da manutenção periódica, foram realizados serviços estruturantes nas rodovias BR-163/PA, BR-158/PA, BR-135/MA, BR-174/MT e BR-364/RO.

No modal ferroviário:

- renovação antecipada do contrato de concessão da Rumo Malha Paulista. O contrato prevê R\$ 5,7 bilhões de investimentos na ferrovia nos próximos cinco anos e pagamento de R\$ 2,2 bilhões de outorga à União. Com a renovação, o contrato, que venceria em 2028, será renovado por mais 30 anos e valerá até 2058, com possibilidade de aumento na eficiência do escoamento da produção agrícola para os portos do Arco Norte e para o porto de Santos, gerando grande economia por ano com a redução de fretes. A ação marca um avanço na diversificação da matriz de transporte brasileira, fomentando a cadeia produtiva e a geração de empregos;
- autorização das renovações antecipadas da Estrada de Ferro Carajás (EFC) e da Estrada de Ferro Vitória-Minas (EFVM), que receberão R\$ 25,55 bilhões em investimentos. No Maranhão, foi leiloado o Lote 5 do terminal do pátio de Porto Franco e prorrogado o contrato do Lote 4;
- adequação da linha férrea em Mogi Guaçu/SP com 91% de execução e a conclusão da obra de adequação da linha férrea em Rolândia/PR;
- transposição da linha férrea em Juiz de Fora/MG, com 79% realizado;
- adequação do ramal ferroviário de Barra Mansa/RJ, com execução de 85%; e
- serviços de manutenção e preservação ambiental realizados no trecho 1 da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Ilhéus-Caetité/BA).

Na área portuária:

- realização dos leilões de oito terminais, que somam R\$ 593 milhões em outorgas e R\$ 2,4 bilhões em investimentos, sendo: i) um no porto de Mucuri/CE, destinado ao Cais Pesqueiro (MUCo2); ii) dois no porto de Santos/SP (STS14 e STS14A), destinados a terminais de celulose e previsão de movimentação anual de 4,7 milhões de toneladas; iii) um no porto de Vila do Conde/PA, destinado à construção de uma usina térmica e uma unidade flutuante de Gás Natural Liquefeito (GNL) – VDC30; iv) um no porto de Paranaguá/PR (PAR12), destinado a terminal de veículos; v) um no porto de Maceió/AL (MAC10), destinado a terminal de Granéis Líquidos – Ácido Sulfúrico; e vi) dois no porto de Aratu/BA (ATU12 e ATU18), destinados ao terminal de GNSA (minério) e Granel Vegetal;

- prorrogação da delegação dos portos de Paranaguá/PR, Antonina/PR e Porto Velho/RO por mais 25 anos, modernizando os instrumentos do convênio de delegação, prevendo mais transparência e estabelecendo metas de resultado e melhoria da governança;
- conclusão do processo de liquidação da Companhia Docas do Maranhão (Codomar), colaborando com o Programa Nacional de Desestatização (PND) do Governo Federal; e
- atualização dos Planos de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) dos portos de Suape/PE, Itajaí/SC, Pelotas/RS, Itaquí/MA, Santos/SP, Porto Velho/RO e Imbituba/SC. Cabe ressaltar que esse é um instrumento de planejamento da autoridade portuária, que contempla as estratégias e ações para a expansão e o desenvolvimento integrado, ordenado e sustentável das áreas e instalações do porto organizado.

No setor aquaviário:

- finalização das obras de dragagem dos portos de Rio Grande/RS e de Santos/SP. Na região Norte, foram implantadas e recuperadas sete Instalações Portuárias de Pequeno Porte (IP4); e
- obras de manutenção nas hidrovias nacionais, como exemplo, a dragagem recorrente do rio Madeira.

Na aviação civil:

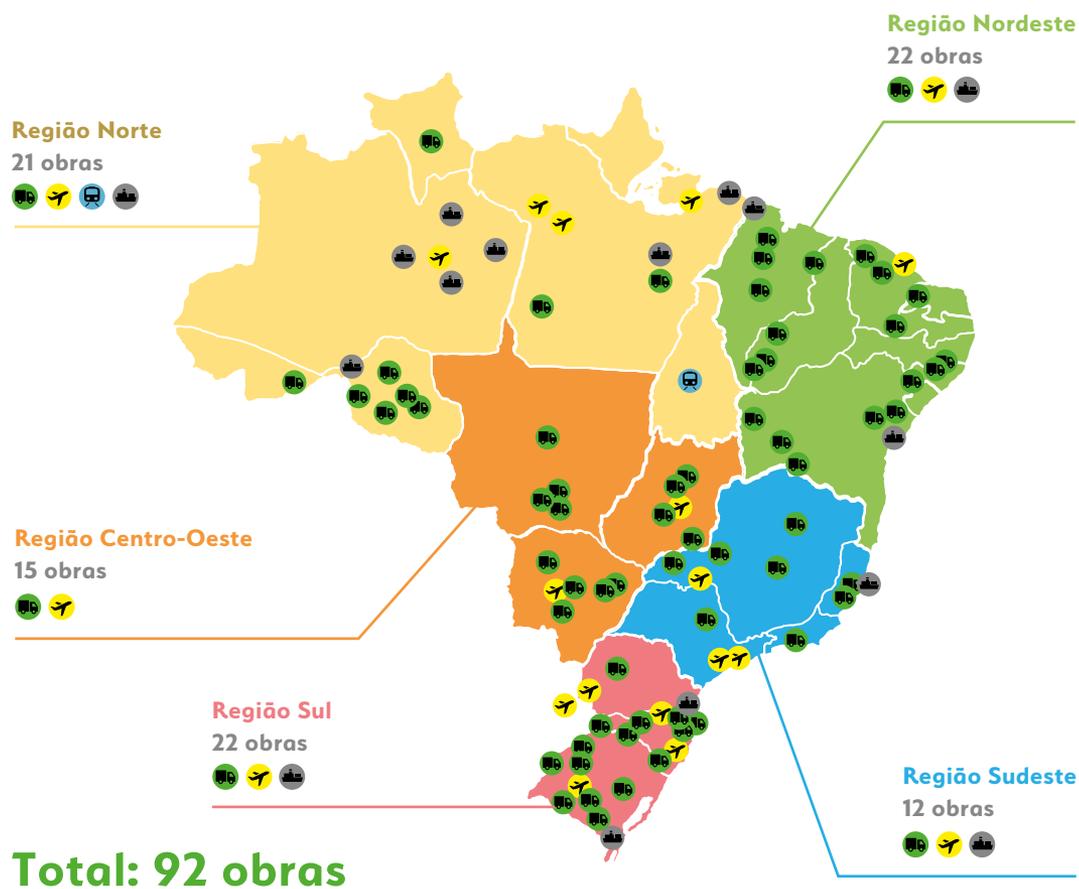
- assinatura de 26 convênios de delegação para exploração de aeródromos civis públicos, sendo dois aeroportos pela modalidade de autorização, o que possibilitará a participação da iniciativa privada na aviação geral;
- revisão dos estudos de viabilidade para o processo da 6ª rodada de concessões aeroportuárias, incluindo os impactos da pandemia sobre os projetos, para a realização do leilão já no primeiro trimestre de 2021; e
- conclusão das intervenções (construção, reforma ou reaparelhamento) nos aeroportos de Cascavel/PR, Santa Maria/RS e Oriximiná/PA. No aeroporto de Congonhas/SP, a pista principal foi reformada e ficou mais segura com a fresagem do revestimento asfáltico antigo e a sinalização horizontal. Os terminais de Carauari/AM, Guanambi/BA, Redenção/PA, São Raimundo Nonato/PI, Cascavel/PR e Três Lagoas/MS receberam pórticos detectores de metais e os de Três Lagoas/MS, Carauari/AM e Guanambi/BA foram aparelhados com equipamentos de raios-X como parte do programa voltado à segurança da aviação civil contra Atos de Interferência Ilícita (AVSEC).

Destaca-se também a aprovação das Diretrizes de Sustentabilidade em 2020, que têm o objetivo de desenvolver infraestruturas de transportes sustentáveis do ponto de vista socioambiental, atendendo

ao princípio da Política Nacional de Transportes. São cinco diretrizes definidas a partir das seguintes áreas temáticas: i) planejamento e governança; ii) mudança do clima; iii) projetos, estudos e pesquisas; iv) licenciamento ambiental; e v) gestão territorial. Foram garantidos recursos orçamentários para a quitação das compensações ambientais, no âmbito dos processos de licenciamento ambiental das BR-285/SC/RS; BR-386/RS; BR-429/RO; e BR-280/SC, perfazendo um montante superior a R\$ 2,8 milhões.

A Figura 17 retrata as principais entregas do Governo Federal relacionadas à política nacional de transportes ferroviário, rodoviário, aquaviário, aeroportuário e aeroaviário em 2020.

FIGURA 17 – POLÍTICA NACIONAL DE TRANSPORTES FERROVIÁRIO, RODOVIÁRIO, AQUAVIÁRIO, AEROPORTUÁRIO E AEROVIÁRIO – ENTREGAS 2020



As principais entregas previstas para os anos de 2021 e 2022, relacionadas às políticas nacional de transportes ferroviário, rodoviário, aquaviário, aeroportuário, aeroviário e de trânsito, estão relacionadas a seguir.

- para a Agenda de Trânsito: implantação do Certificado de Registro do Veículo eletrônico (CRVe), em substituição ao CRV em papel moeda, implementação de melhorias e novas funcionalidades à Carteira Digital de Trânsito (CDT) e a elaboração e revisão dos seguintes normativos: i) Programa Nacional de Redução dos Acidentes (PNATRANS); ii) regulamentação sobre combinações de Veículos de Carga (CVC); iii) revisão da metodologia de pesagem de veículos; e iv) regulamentação dos dispositivos do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) acrescidos ou alterados pela Lei nº 14.071, de 13 de outubro de 2020;
- para o modal rodoviário, será adotado o modelo híbrido de concessões, com critério da menor tarifa (deságio limitado) associado a um valor de maior outorga (exceto para o projeto da BR-163/230/MT/PA, cujo critério será da menor tarifa). A carteira de projetos para o período é da ordem de R\$ 138 bilhões e a previsão é pela realização dos leilões de: i) 672 km da BR-381/262/MG/ES; ii) 970 km da BR-163/230/MT/PA; iii) 850,7 km da BR-153/080/414/GO/TO; iv) 625,8 km da BR-101/116/SP/RJ (Dutra); v) 722 km da BR-116/493/465/RJ/MG; e vi) 221 km da BR-040/495/MG/RJ. Já a BR-040/DF/GO/MG, com 776 km de extensão entre o Distrito Federal e Juiz de Fora/MG, e a BR-163/MS deverão ser relicitadas. Também é prevista a conclusão dos serviços de: i) restauração e adequação de capacidade da BR-158/PA; ii) pavimentação da BR-230/PA (Marabá-Medicilândia); iii) duplicação das BR-230/PB (km 0 ao km 28), BR-101/116/BA, BR-135/MA, BR-163/PR e da BR-116/RS; e iv) implantação do anel de Fortaleza, a travessia de São José de Rio Preto/SP, o contorno de Mestre Álvaro/ES e o início da reconstrução da BR-319/AM;
- no modal ferroviário, destaca-se a previsão de serem realizados: i) os leilões da Ferrovia de Integração Oeste (FIOL), dos trechos Caetitê e Barreiras/BA e de Barreiras/BA e Figueirópolis/TO; e ii) da Ferrogrão (Ferrovia EF-170). Ainda nos próximos dois anos, serão renovados os contratos da Rumo Malha Sul (7.264 km), MRS (1.686 km) e FCA (7.215 km). Os investimentos com os leilões de ativos e as renovações antecipadas totalizam quase R\$ 50 bilhões. Ainda, destacam-se outras oito obras: as adequações das linhas férreas de Mogi Guaçu/SP e Rolândia/PR; e do ramal ferroviário de Barra Mansa/RJ, além da execução dos viadutos Mariano Procópio, Benjamin Constant, Tupynambás, alças dos viadutos Augusto Franco e Três Poderes, em Juiz de Fora/MG;
- na área portuária, a perspectiva é a arrecadação de R\$ 6,5 bilhões com arrendamentos. Em 2021, está previsto o lançamento do edital de licitação dos terminais mais representativos: i) de combustíveis líquidos STS8 e STS8A, do porto de Santos, que será o maior leilão na área dos últimos 15 anos e com previsão de investimentos de R\$ 1,4 bilhão; ii) terminais MAC11, MAC12 e MAC13, em Maceió/AL; iii) MUC01, no porto de Mucuripe/CE; iv) TERSAB, no Complexo Portuário Salineiro de Areia

Branca/RN; v) PAR50, no porto de Paranaguá/PR; e vi) Terminal VDC10, no porto de Vila do Conde/PA. Os projetos de desestatização da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) e dos portos organizados de Santos/SP e São Sebastião/SP encontram-se na fase de estudos e seguirão para consulta pública. Em 2022, deverá, como destaque, ser concedido o porto organizado de Itajaí/SC. Como expectativa futura, espera-se até 2022 a atualização de Planos de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) de 26 portos organizados, de 15 planos mestres dos complexos portuários brasileiros das poligonais de sete portos organizados. Na esfera hidroviária, o foco será elaborar políticas públicas para a navegação interior, de forma articulada com os usuários, embarcadores e operadores de transportes para fomentar a utilização do transporte hidroviário e, também, elaborar as diretrizes técnicas da política de instalações portuárias públicas de pequeno porte (IP4). Como expectativa futura, pretende-se intensificar as ações de modernização portuária com a implantação do Sistema de Gerenciamento de Tráfego de Navios (VTMIS) e do *Port Community System* em portos públicos, com o objetivo de melhorar a eficiência e integrar a comunicação entre os diversos atores públicos e privados nos portos, bem como intensificar a integração do Porto Sem Papel com o Portal Único de Comércio Exterior (Pucomex) e com outros sistemas governamentais, medidas que deverão reduzir o tempo e o esforço dos usuários para utilizar os serviços nos portos;

- na aviação civil, em 2021 deverão ser leiloados os 22 aeroportos da 6ª rodada de concessões e relicitado o aeroporto Governador Aluizio Alves, em São Gonçalo do Amarante/RN, além da relicitação do aeroporto internacional de Viracopos, em Campinas/SP. Em 2022, serão leiloados os 16 aeroportos que fazem parte da 7ª rodada, entre eles Santos Dumont/RJ e Congonhas/SP. Está prevista também a instalação de quatro equipamentos de Estações Meteorológicas de Superfície Automática (EMS-A) e outros aparelhos de segurança aeroviária nos aeroportos dos Municípios de Lages/SC, Feira de Santana/BA, Araxá/MG, Valença/BA, Rio Verde/GO, Guanambi/BA, São Raimundo Nonato/PI e Ji-Paraná/RO;
- para os empreendimentos aquaviários, haverá continuidade dos Projetos de Modernização das Eclusas localizadas na região Sul, assim como importantes obras de ampliação da capacidade de navegabilidade interior, como a Derrocagem do Pedral do Lourenço/PA. Também estão previstas a continuidade das intervenções de manutenção nas hidrovias e a implantação do Monitoramento Hidroviário em importantes corredores como: hidrovia do rio Tapajós, hidrovia do rio Madeira e hidrovia do rio Tocantins; e
- na área de planejamento estratégico de longo prazo e estruturação de projetos no setor de transportes e logística, haverá a entrega em 2021 do Plano Nacional de Logística (PNL) 2035, primeiro plano de transportes com diagnóstico e abordagem sistêmicos, contemplando: todos os modos de transporte; transporte de pessoas e de bens; e infraestruturas de transporte e serviços de competência das diferentes esferas da União, públicos e privados. O PNL apresenta visão inédita sobre os corredores logísticos nacionais integrados, suas necessidades atuais e futuras e potenciais para desenvolvimento

de parcerias. Permitirá identificar as melhores opções de evolução do transporte nacional, por meio de simulação de diferentes cenários, que poderão ser avaliados com base em indicadores derivados da Política Nacional de Transportes.

Com relação ao Índice de Competitividade Global – Subíndice de Infraestrutura de Transportes, calculado pelo Fórum Econômico Mundial, o Brasil subiu em todos os itens da pesquisa. Em um ano, o País avançou 18 posições (de 85 para 67) em aeroportos, 13 posições (104 para 91) em portos, oito posições (116 para 108) em rodovias e uma posição (86 para 85) em ferrovias. O Governo Federal vem trabalhando para melhorar os índices de produtividade e reduzir os custos logísticos, por meio da oferta de infraestrutura de transportes integrada, moderna, segura e eficiente. Os resultados demonstram que o empresariado no Brasil está percebendo as grandes transformações na infraestrutura brasileira.

Por fim, foi publicado o [Decreto nº 10.526, de 20 de outubro de 2020](#), que institui o Comitê Interministerial de Planejamento da Infraestrutura e o Plano Integrado de Longo Prazo da Infraestrutura no âmbito do Governo Federal. O objetivo geral é dar coesão, estabilidade e previsibilidade aos planos e projetos de infraestrutura nacionais. Para tanto, o Plano apontará os investimentos em infraestrutura necessários para os próximos 30 anos nos setores de energia, transportes, recursos hídricos e saneamento, bem como a lista de projetos previstos para esses setores para os próximos dez anos. Construído com caráter orientativo e com atualizações bienais, o conjunto de ações integrará os diversos planos setoriais já existentes, uniformizando cenários econômicos e demográficos futuros, verificando sinergias e conflitos entre projetos e apontando o retorno socioeconômico dos projetos, com o objetivo de ampliar a transparência aos investidores, empresários e sociedade.

Investir em infraestrutura é condição essencial para promover o desenvolvimento socioeconômico e a integração nacional. O objetivo é dotar o País de maior capacidade produtiva e de oportunidades, com regiões geoeconômicas mais integradas e com a economia dinamizada, o que refletirá na redução das desigualdades.

COMUNICAÇÕES

A implantação da televisão digital terrestre continuou avançando no ano de 2020. Atualmente, 96% dos domicílios brasileiros têm um ou mais aparelhos de televisão, dos quais 77% recebem os sinais de TV digital. A meta do Governo é que, até o fim de 2023, todos os Municípios brasileiros com televisão analógica em operação tenham feito a transição para o sistema de transmissão digital.

Em novembro de 2020, depois de dois anos de discussões, foi aprovado o projeto que destina parte dos recursos remanescentes do edital da faixa de 700 MHz para a digitalização dos sinais analógicos de TV em cerca de 1,7 mil Municípios que ainda não dispõem dessa tecnologia. A medida, ao viabilizar a distribuição

de kits de conversores de TVD terrestre para mais de 4,5 milhões de famílias de baixa renda cadastradas nos programas sociais do Governo Federal, beneficiará cerca de 24 milhões de habitantes e contribuirá para a conclusão do desligamento do sinal analógico de televisão em todo o País até o final de 2023.

Cabe ressaltar que a televisão digital no Brasil também evoluiu em aspectos tecnológicos no último ano. Uma nova versão do *middleware* Ginga, batizado de DTV Play, foi incluída no Processo Produtivo Básico para televisores e, em breve, estará disponível para a população. O novo recurso aproxima o serviço da TV aberta dos recursos de audiovisual transmitidos pela Internet e traz diversas novas possibilidades para a radiodifusão, como conteúdos sob demanda, aplicações em segunda tela e interatividade.

Ainda nesse tema, foram publicados, em 2020, diversos normativos para facilitar a interiorização de retransmissores de televisão no Brasil. Com as novas regulamentações, o processo de autorização de novos canais será menos burocrático e mais rápido, o que ampliará a oferta de conteúdo televisivo aberto e gratuito para a população.

Outra importante medida de desburocratização tomada em 2020 trata da desobrigação dos detentores de outorgas dos serviços de radiodifusão de encaminhamento de projetos técnicos de aprovação de local e equipamentos (APL), bem como do laudo de vistoria para fins de licenciamento e renovação de outorga, a exemplo do Decreto nº 10.405, de 25 de junho de 2020.

Da mesma forma, o rádio avançou bastante em 2020. Com a flexibilização promovida para a retransmissão do Programa A Voz do Brasil, as rádios de todo o País puderam adequar suas programações para veicular eventos e acontecimentos de grande interesse público sem, contudo, deixar de apresentar informações importantes acerca dos acontecimentos políticos, judiciais e legislativos do País, por meio da retransmissão obrigatória do programa oficial de informações dos Poderes da República.

Outra iniciativa importante para o rádio brasileiro foi a regulamentação da retransmissão de rádio na Amazônia Legal, o que possibilitou a expansão dos sinais de rádio FM para localidades não assistidas em toda aquela região. No primeiro chamamento público realizado após a regulamentação do serviço, já foram atendidos 230 Municípios, o que beneficiou, aproximadamente, dez milhões de habitantes.

Para 2021, a prioridade no âmbito da política nacional de radiodifusão será acelerar o processo de migração dos serviços de radiodifusão sonora da tecnologia AM, que apresenta qualidade de som inferior e hoje tem audiência limitada para a tecnologia FM, bem como a prioridade na diminuição do estoque processual que concentra passivos de anos anteriores.

No setor de telecomunicações, com a publicação dos relatórios da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 2020, nas áreas de transformação digital, telecomunicações e

radiodifusão, o Brasil deu um importante passo no que tange às políticas digitais no cenário internacional. Os relatórios “A Caminho da Era Digital no Brasil” e “Avaliação da OCDE sobre Telecomunicações e Radiodifusão no Brasil 2020” avaliaram as políticas públicas nacionais nesses temas e indicaram obstáculos, oportunidades e sugestões de ações para avançar nesses setores. Somados à Estratégia Brasileira para a Transformação Digital (E-Digital), os estudos orientam a coordenação de atividades entre órgãos governamentais, instituições privadas e sociedade para desenvolvimento das Tecnologias de Informações e Comunicações, além da inclusão digital e da inovação tecnológica.

No contexto da pandemia, o acesso à Internet em banda larga mostrou-se imprescindível. Por isso, as telecomunicações foram definidas como serviços públicos e atividades essenciais para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional, tendo, o Governo Federal, promovido ações para ampliar o acesso e o uso de serviços de tecnologia da informação e comunicação à toda população. Medidas tomadas pelo Governo Federal, como o compromisso público para manter o Brasil conectado, a ampliação de acesso a não assinantes (como liberação de redes Wi-Fi em determinados locais públicos) e a definição de plano de ação para a garantia da estabilidade técnica do sistema, no sentido de se evitar degradação de qualidade decorrente de ampliação súbita da demanda, foram fundamentais para manter as aulas nas escolas e universidades, possibilitar o trabalho remoto, levar informações sobre o coronavírus à população, permitir o pagamento de benefícios sociais, entre outras atividades.

Na linha da atualização dos marcos regulatórios do setor de telecomunicações, o Decreto nº 10.402, de 17 de junho de 2020, ao regulamentar a Lei nº 13.879, de 3 de outubro de 2019, dispôs sobre a adaptação do instrumento de concessão para autorização de serviço de telecomunicações, bem como sobre a prorrogação e a transferência de autorização de radiofrequências, de outorgas de serviços de telecomunicações e de direitos de exploração de satélites, proporcionando condições para novos investimentos em redes de banda larga.

Por sua vez, o Decreto nº 10.480, de 1º de setembro de 2020, que regulamentou a Lei Geral das Antenas – Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015 –, dispôs sobre a gratuidade do direito de passagem em áreas urbanas e rurais, garantiu a celeridade na autorização para a implantação de infraestruturas de telecomunicações, detalhou obras públicas que devem comportar infraestrutura de telecomunicações (rodovias, vias municipais, ferrovias, sistemas de transporte público sobre trilhos ou subterrâneos, linhas de transmissão de energia elétrica, gasodutos, oleodutos etc.) e fixou os critérios de dispensa de licenciamento de infraestruturas de pequeno porte, essenciais para as redes de telefonia móvel de 5G.

Em 2020, com a atualização da regulamentação da política de debêntures incentivadas para o setor de telecomunicações, houve a aprovação de novos tipos de projetos de investimentos prioritários para a infraestrutura do setor, como redes 5G, *data centers*, Internet das Coisas (IoT), infraestruturas de suportes, entre outras. A política, instituída pela Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, reduz o Imposto de Renda para

pessoas físicas e jurídicas incidente sobre os rendimentos auferidos de debêntures emitidas para financiar projetos de investimento na área de infraestrutura ou de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação. O objetivo é fomentar o mercado privado de financiamento de longo prazo e, assim, viabilizar a concretização de projetos de investimento. Até a edição da nova regulamentação, por meio da Portaria MCOM nº 502, de 1º de setembro de 2020, a política pública captou R\$ 948,5 milhões em investimentos privados. A partir de 1º de setembro de 2020, foram aprovados seis projetos de investimento em infraestrutura de telecomunicações, considerando-os prioritários para fins de emissão de debêntures. As aprovações significam que as pessoas jurídicas responsáveis pela execução dos projetos podem emitir um total de até R\$ 4,3 bilhões em debêntures para financiar, no todo ou em parte, projetos de redes de fibra óptica para suporte à comunicação de dados em banda larga e de redes de serviço móvel. A expectativa é que mais projetos de infraestrutura em telecomunicações sejam estimulados pela iniciativa no ano de 2021.

No âmbito das políticas públicas para inclusão digital, é importante enfatizar o papel fundamental do Programa Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac) para a promoção da inclusão digital no País, especialmente para comunidades em estado de vulnerabilidade social, áreas rurais e escolas. Até dezembro de 2020, havia 12,7 mil pontos de presença com conexão gratuita à Internet em banda larga, em quase 2,9 mil Municípios. Desses, mais de 80% estão situados nas regiões Norte e Nordeste e 8,7 mil são escolas rurais, o que já beneficia mais de 2,6 milhões de alunos.

Ainda na linha da conectividade, o Programa Gesac tem permitido disponibilizar pontos de acesso à Internet em espaços públicos, com distribuição do sinal sem fio, o que proporciona atendimento a comunidades de baixa renda, isoladas, remotas ou excluídas do mundo digital.

Destaca-se, também, o Programa Computadores para Inclusão, que promove a revitalização de pontos de inclusão digital por meio da doação de equipamentos recondicionados, além de ofertar cursos e oficinas, visando à formação profissionalizante de jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social nas Tecnologias da Informação e Comunicação. O Programa é executado a partir de Centros de Recondicionamento de Computadores (CRCs), espaços físicos adaptados para a revitalização dos equipamentos eletroeletrônicos, envolvendo a administração pública federal e parcerias para sua implantação. De 2019 a 2020, já foram doados 5.128 computadores, em 120 Municípios, e formadas 1.540 pessoas. Em 2020, foi realizado chamamento público que selecionou 10 CRCs, em todas as regiões do País, o que permitirá um incremento significativo no número de computadores recondicionados para doação, além da capacitação de centenas de pessoas nos próximos dois anos.

Também reforçaram as ações do Governo Federal os Programas Norte e Nordeste Conectados. O primeiro, lançado em setembro de 2020, prevê a construção de infraestrutura de rede de telecomunicações de fibra óptica subfluvial que interligue as principais cidades da Amazônia, de modo a ampliar a infraestrutura de transporte de telecomunicações de alta capacidade, permitindo uma taxa de transmissão de dados

de até 100 Gbps. Já o segundo, que tem como foco a instalação de equipamentos para utilização de rede de fibra óptica no interior e a construção de redes em 16 cidades-polos, interligou, em 2020, seis Municípios nordestinos. A estimativa é que, ao fim de 2021, outros dez sejam beneficiados com uma robusta infraestrutura de conectividade.

Ressalta-se, ainda, o Programa Cidades Digitais, por meio do qual 21 novos Municípios receberam redes metropolitanas de fibra óptica, alcançando um total de 180 cidades, em linha com o Plano Nacional de Internet das Coisas e a atuação da Câmara para Cidades 4.0.

Outra iniciativa importante é o Projeto Mapa de Conectividade, que tem por objetivo estabelecer planejamento estratégico para a formulação de políticas públicas, de forma a direcionar ações do Governo Federal para regiões deficitárias em serviços de telecomunicações, com base em ferramenta computacional de coleta, tratamento de dados e visualização dos níveis de conectividade em território nacional, por meio da utilização de bases de dados de infraestrutura de telecomunicações existentes. A primeira etapa do Projeto Mapa de Conectividade já foi desenvolvida e auxiliará na tomada de decisão sobre o direcionamento das políticas públicas de conectividade, como, por exemplo, no estabelecimento de obrigações para os vencedores da licitação das radiofrequências para a telefonia móvel de 5G, enquanto a segunda etapa prevê maior interatividade e aperfeiçoamento da metodologia utilizada para o cálculo do índice de conectividade, cuja conclusão é estimada para o primeiro trimestre de 2021.

Em relação à inovação, 2020 foi marcado pela comemoração dos 20 anos da *Lei nº 10.052 de 28 de novembro de 2000*, que instituiu o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Fundtel), como maior repasse de recursos da sua história, no montante de R\$ 409 milhões repassados em valores iguais ao BNDES e à Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Espera-se que, com esses recursos, seja possível a contratação de 17 projetos de financiamento e a geração de cerca de 41 mil empregos diretos e indiretos no País. Além disso, foram destinados R\$ 18 milhões de recursos não reembolsáveis para a pesquisa e o desenvolvimento de soluções inovadoras por parte da Fundação CPqD (Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações).

O Fundo apoia projetos em andamento nas áreas de: i) tecnologias de IoT aplicadas à saúde, ao transporte público e à segurança; ii) técnicas de processamento de sinais para implementação em fotônica integrada de até 1 Tb/s; iii) componentes para aplicações seguras em plataformas de código aberto para IoT; iv) soluções para acelerar a difusão de serviços de fazenda inteligente para pequenos e médios produtores; e v) sistemas de rede 5G com arquitetura aberta, virtualizada e desagregada, com Inteligência Artificial (IA) no gerenciamento e na ocupação do espectro radioelétrico.

A recente alteração do dispositivo que instituiu o Fundo para a Universalização das Telecomunicações (Fust), com a *Lei nº 14.109, de 16 de dezembro de 2020*, modernizará a sua administração, por meio de um

Conselho Gestor com composição multitemática de órgãos públicos e sociedade civil, e possibilitará o uso de recursos para apoiar a expansão e o uso de TICs, especialmente para a expansão do acesso à Internet da população rural (40% do total, segundo a Pesquisa TIC Domicílios) e das escolas públicas como apoio nos processos de ensino e aprendizagem (62,8% dos estabelecimentos de ensino fundamental e 33,8% de ensino médio, conforme Censo da Educação Básica de 2019), contribuindo para o alcance da meta de ampliar o acesso à Internet em banda larga para 88,05% dos domicílios brasileiros até 2022. A atualização legal é fundamental para desvincular o fundo do obsoleto Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), prestado em regime público, e permitir seu uso nas modalidades de apoio não reembolsável, reembolsável e garantia.

No mesmo sentido, a eliminação, promovida pela *Lei nº 14.108, de 16 de dezembro de 2020*, do pagamento de taxas do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel), da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine) e da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública (CFRP) sobre dispositivos de comunicação máquina a máquina viabilizará o desenvolvimento do ecossistema de IoT no País. Ainda, a *Medida Provisória nº 1.018, de 18 de dezembro de 2020*, reduz as referidas taxas a valores equivalentes aos do Serviço Móvel Pessoal, contribuindo para a expansão do acesso à Internet via satélite.

Por fim, o Governo Federal atuou na coordenação e no apoio da estruturação e implementação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) em 2020. O *Decreto nº 10.474, de 26 de agosto de 2020*, aprovou a estrutura regimental da ANPD, que tem o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, orientada pelo disposto na *Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018*, também conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Para 2021 está prevista a licitação de radiofrequências para redes móveis de 5G, com quatro faixas a serem ofertadas, e que deverá se constituir em um dos maiores certames para essa tecnologia no cenário internacional, contemplando investimentos vultosos no setor de telecomunicações do País. Conforme a Portaria MCOM nº 418, de 31 de janeiro de 2020, estão previstos compromissos de abrangência para atender a localidades com população superior a 600 habitantes, rodovias federais e Municípios sem conectividade por redes de alta capacidade de tráfego de dados, baseada em fibra óptica.

Espera-se, que com o início da oferta dos serviços 5G em larga escala, a tecnologia ofereça maior velocidade de tráfego, maior banda e maior conectividade entre dispositivos, com menor tempo de resposta. Com isso, será possível executar serviços críticos que requerem alta confiabilidade nas comunicações e que se tornarão parte do nosso dia-a-dia, tais como aplicações utilizadas em cidades inteligentes, veículos autônomos, automação industrial e robótica, assim como em procedimentos médicos.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

O Governo Federal tem buscado inserir o Brasil na sociedade do conhecimento, em que o avanço na produção de ciência de boa qualidade e a popularização e divulgação da ciência devem prosperar de forma articulada. Assim, em 2020, houve um processo de intensificação das ações governamentais nas Políticas de Popularização da Ciência, Divulgação Científica e de Promoção do Ensino de Ciências. Entre as ações mais perceptíveis, está a promoção da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, que, em 2020, foi ampliada para o Mês Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, envolvendo atividades realizadas em todo o País, como também o apoio a Olimpíadas Científicas, Feiras e Mostras Científicas e Museus de Ciência. Para os próximos dois anos, estão previstas novas edições do Mês Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação e da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, das feiras e das olimpíadas científicas.

Em 2021 há a previsão também de modernizar os processos das 55 Olimpíadas existentes no Brasil com a criação de uma plataforma eletrônica única, bem como mobilizar 18 milhões de alunos para a realização das próximas edições da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP), reforçando o ensino de matemática no País.

Quanto ao fomento à pesquisa e ao desenvolvimento (P&D) e à formação e atuação de pesquisadores, destaca-se que a produção científica do País denota — em números e qualidade — a capacidade da comunidade de pesquisadores e das instituições de ensino e pesquisa brasileiras em produzir conhecimento, que faz o Brasil despontar como o 15º maior produtor de conhecimento científico.

Ressalta-se o empenho no fomento à pesquisa de excelência, a partir da constituição e consolidação de grandes redes de pesquisa, por meio do Programa Institutos Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação (INCT), que agrega grupos de pesquisa em áreas estratégicas de conhecimento, com estudos de alto impacto científico ou tecnológico e foco na resolução de problemas. O Programa envolve 102 grupos de pesquisa, 12 mil pesquisadores e 600 laboratórios de ponta, nacionais e estrangeiros. Exemplo recente de atuação voltada à solução de desafios brasileiros foi o enfrentamento do desastre de derramamento de óleo no litoral em 2019, ação continuada em 2020, viabilizada pela seleção de cinco INCT com *expertise* nessa área. Outro fato que ilustra a importância dessa rede é o envolvimento dela nas pesquisas relacionadas à covid-19, cuja prontidão das redes de pesquisa mantidas pelo fomento tem se mostrado eficaz na resposta a contingências.

Nessa frente, podem ser destacadas algumas iniciativas em andamento: i) o Programa Cadeias Produtivas da Bioeconomia, que agregará valor a cadeias produtivas em base à biodiversidade brasileira, considerando a sua sustentabilidade e a melhoria da qualidade de vida das populações que dela dependem; ii) o Projeto Alimentos do Futuro, voltado para o desenvolvimento de proteínas alternativas e alimentos com base em plantas ou cultivo celular; iii) o Programa Ecológico de Longa Duração (PELD), que, em 2020, investiu R\$ 15 milhões, e tem um grande potencial para se tornar a principal referência global em pesquisa de

biodiversidade; iv) o Programa Antártico Brasileiro (Proantar), em parceria com diversos ministérios, na promoção da pesquisa diversificada e de alta qualidade na região antártica; e v) o Portal AdaptaBrasil, criado em 2020 com o propósito de fornecer informações que possibilitem análises dos riscos e impactos da mudança do clima no território nacional, fornecendo informações sobre os riscos da seca e da chuva intensa para a segurança alimentar, hídrica e energética.

Com investimento previsto para o biênio 2021-2022 de R\$ 19 milhões, o Proantar terá novo lançamento de chamada pública em 2021, com a finalidade de apoiar projetos de pesquisa para a geração de conhecimentos científicos, tecnológicos e em inovação relacionados à Antártica.

Em relação à capacitação científica e tecnológica, o Governo Federal é o principal responsável pela formação de pesquisadores, com atuação em todo o espectro, que se estende desde a iniciação científica até os últimos estágios de formação. Os programas de iniciação científica e tecnológica – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) e Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico (Pibit) – concedem bolsas para a formação de estudantes de ensino médio e de graduação no método científico e tecnológico. Programas como esses contribuem para despertar os jovens para a carreira científica e de desenvolvimento tecnológico. Em 2020, foram mais de 100 mil beneficiários com bolsas de estudos e pesquisas. O Programa de Mestrado e Doutorado Acadêmico para a Inovação (MAI/DAI) busca fortalecer a pesquisa, o empreendedorismo e a inovação nas Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs). Em 2020, o Programa selecionou 59 instituições em todas as regiões do Brasil, totalizando 2.087 bolsas concedidas.

A despeito de importantes resultados entregues à sociedade na área de Ciência & Tecnologia (C&T), perdura o desafio de recuperar e expandir a capacidade científica e tecnológica nacional, à altura dos objetivos de colocar a base produtiva do País em condições de acompanhar a produtividade e o ritmo das inovações dos países mais avançados, associadas também à mudança para padrões mais sustentáveis de produção e consumo. O objetivo do Governo Federal é implantar um plano de largo alcance, com investimentos anuais em P&D da ordem de 3% em relação ao PIB até o final da década. Para tanto, deverá contar com aperfeiçoamento do padrão de financiamento, ainda fortemente dependente de recursos fiscais, e garantir estabilidade e segurança para o fomento da C&T. A atração do setor privado é essencial no esforço de ampliar não apenas o montante de recursos, mas na diversificação de fontes, para além dos instrumentos tradicionais de estímulo à Ciência, Tecnologia & Inovação (C,T&I), tais como a Lei do Bem, a Lei de Informática e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Com o avanço na criação dos Fundos Patrimoniais de C,T&I (*Endowments*), há a expectativa de complementação de recursos, trazendo novo empuxo às ações desse segmento.

Nesse contexto, o Programa Espacial conta com a possibilidade de exploração comercial do Centro Espacial de Alcântara (CEA), para o qual já foi feito um chamamento público em 2020. O início da

operação comercial desse Centro deve ocorrer nos próximos anos. O Brasil tem potencial de alcançar ao menos 1% do mercado mundial de lançamentos espaciais e criar um mercado de US\$ 3,5 bilhões/ano. Com isso, o País ganha impulso para acelerar o desenvolvimento de veículos lançadores, a produção de satélites e de aplicações espaciais. É sob esse novo contexto que a elaboração da Política Nacional de Espaço (PNE) e a Estratégia Nacional de Espaço (ENE), colocando o programa em uma perspectiva de longo prazo, e a proposta para uma nova Lei Geral de Atividades Espaciais, a ser apresentada em forma de projeto de lei, no próximo ano, devem reposicionar o País estrategicamente no uso do espaço. Para os próximos dois anos, merece destaque o lançamento do satélite nacional de Observação da Terra – Amazôniar, um reforço essencial ao monitoramento dessa região, bem como o desenvolvimento do Veículo Lançador de Microsatélites, com a qualificação do Subsistema Propulsivo do VLM-1 (Motor S50) – 2021.

Ainda em relação a esse foco de atuação, encontra-se em discussão instrumento normativo que estabelece a nova governança do setor espacial brasileiro, bem como a continuidade do processo de liquidação da empresa binacional Alcântara *Ciclone Space* (ACS), que necessitará de novo prazo para sua conclusão, em função da pandemia, com a previsão de finalização até ao final de 2021.

Embora os pesquisadores sejam o ativo mais importante para garantir o desempenho e a sustentabilidade das pesquisas em áreas estratégicas, é fundamental a disposição de infraestruturas de pesquisa. A formação, o fomento e a infraestrutura são basilares para a P&D, cuja atenção deve ser no sentido de assegurar o provimento equilibrado dessas três funções. Esse é o parâmetro básico para o atendimento das demandas dos quatro grandes Programas em Ciência e Tecnologia: i) o Avanço na Fronteira do Conhecimento, com ênfase na pesquisa básica; ii) o Desenvolvimento de Tecnologias Aplicadas, Inovação e Desenvolvimento Sustentável, voltado para as demandas mais imediatas do País; iii) o Programa Nuclear; e iv) o Programa Espacial.

Nessa direção, tem-se como destaque o Projeto Sirius, laboratório de luz síncrotron de quarta geração, que entrou em operação em 2020. A realização dos primeiros experimentos científicos no Sirius foi um grande marco, ao receber pesquisas na área da covid-19. Porém, sua missão vai além, ao apoiar o avanço de pesquisas em áreas como biotecnologia industrial, biorrenováveis, biocombustíveis, agricultura, nutrição, busca de novos medicamentos, entre outros. A primeira fase deve ser concluída nos próximos dois anos, com a entrada em operação de 14 linhas de luz e laboratórios de apoio. Na sequência, há previsão de montagem de novas linhas de luz, garantindo os ganhos econômicos de escala e maximização do retorno sobre o investimento já realizado.

Também vale menção o lançamento em 2020 da Plataforma Nacional de Infraestrutura de Pesquisa (PNIPE), que reunirá informações sobre a infraestrutura de pesquisa nas Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs) no País, ampliando o acesso das comunidades científica e tecnológica e de empresas às instalações laboratoriais e aos equipamentos existentes e promovendo seu uso compartilhado. Destaca-se, também, a inauguração da nova base Estação Antártica Comandante Ferraz, com 17 laboratórios equipados para produzir pesquisa de ponta sobre a Antártica e seus impactos no clima e nos oceanos.

Esse esforço do Governo Federal também repercute na produção de radioisótopos, imensamente contributivos à medicina nuclear. Para isso, prossegue o projeto de construção do Reator Multipropósito Brasileiro, em que serão produzidos mais de dez radioisótopos que hoje são importados, proporcionando a continuidade e os avanços na P&D nuclear de uso pacífico, em relação à qual o Brasil já se encontra em posição relevante no cenário internacional. Esse projeto alavancará a tecnologia nuclear, que possui diversas aplicações industriais. É importante registrar um marco histórico na luta contra o câncer de próstata com a primeira marcação de *Prostate Specific Membrane Antigen* (PSMA) por meio do radioisótopo Actínio-225. Esse feito não é fato isolado: prossegue nos institutos dedicados à área nuclear a pesquisa para o tratamento de vários tipos de câncer. Além da cura do câncer, os radiofármacos são também utilizados em exames como cintilografia e *pet scan*, totalizando cerca de dois milhões de exames de medicina nuclear realizados por ano no Brasil.

O Governo Federal tem orientado suas políticas a refletirem as principais tendências internacionais no campo da inovação e da demanda do setor produtivo. Segundo estudo recente da OCDE, as características da inovação na era digital têm mudado. Nesse novo ambiente, quatro tendências se verificam: i) dados estão se tornando um insumo básico para a inovação; ii) a inovação de serviços ganha maior projeção, uma vez que são possibilitados pelo uso de tecnologias digitais; iii) ciclos de inovação estão sendo acelerados com a simulação virtual, a impressão 3D e outras tecnologias digitais, trazendo oportunidades para maior experimentação e controle de versões; e iv) a inovação está se tornando mais colaborativa, dada a crescente complexidade e as necessidades interdisciplinares para inovação digital.

Assim, o Governo Federal vem trabalhando para ampliar os mecanismos de incentivo a ações conjuntas entre instituições públicas e privadas e formação de processos coordenados de pesquisa. Isso pode ser verificado na publicação do [Decreto nº 10.534, de 28 de outubro de 2020](#), que institui a Política Nacional de Inovação. Ela busca estabelecer os objetivos e diretrizes para os próximos dez anos relacionados ao setor, além de introduzir um novo modelo de governança, com a criação da Câmara de Inovação, coordenada pela Casa Civil. No âmbito dessa Política, encontra-se em fase final a formulação da Estratégia Nacional de Inovação, resultante de consulta pública. O Plano de Ação da Câmara Brasileira da Indústria 4.0 do Brasil prevê o apoio à adoção da manufatura avançada pelas empresas brasileiras, visando à inserção do País nas cadeias globais de valor e à introdução de tecnologias de manufatura avançada nas pequenas e médias empresas. Mirando o aumento da incorporação da P&D ao setor produtivo, outro resultado relevante é a finalização do projeto de lei que altera a Lei do Bem ([Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005](#)), que versa sobre a modernização de incentivos para inovação. Vale destacar que os dispositivos desta proposta deverão ampliar os investimentos privados em P,D&I, estimulando o investimento produtivo, com reflexo na geração de empregos, atração de investimentos e aumento na arrecadação tributária.

O Governo Federal também tem se empenhado no fortalecimento do ecossistema de inovação no País e estimulado o empreendedorismo inovador — em especial as *start-ups*, iniciativas com grande potencial

de criação de empregos e geração de inovações. Com esse objetivo, foi lançada a 2ª edição do Programa Nacional de Apoio à Geração de Empreendimentos Inovadores – Programa Centelha, promovido em parceria com o Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap). É um investimento com a expectativa de apoiar a capacitação de 50 mil empreendedores e criar mais de 1,3 mil novas *start-ups*. A nova versão irá rodar em 25 unidades da Federação. Outra conquista importante nesse campo foi o envio ao Congresso Nacional, em outubro de 2020, do Projeto de Marco Legal de *Start-ups*. A proposta visa estabelecer regras para a criação e o crescimento de novos empreendimentos ao fomentar o desenvolvimento do empreendedorismo inovador no Brasil, por meio do apoio à atuação das empresas *start-ups*.

A transformação digital será um dos assuntos de maior atenção na agenda do Governo ao longo dos próximos dois anos. Isso porque foram tomadas as medidas que garantirão a implementação da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, denominada Lei de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Entre os feitos estão o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, que regulamentou a nova lei, e a edição de normativos que estabelece os termos e as condições para a assunção das obrigações de investimento em P,D&I pela pessoa jurídica contratante e que regulamenta a apresentação da declaração de investimento e o sistema de geração de créditos pela nova lei de TICs.

Em 2020, foi desenvolvido o Sistema de Crédito Financeiro do sistema Novo Sigplani — ferramenta que tem o objetivo de controlar acessos e garantir a integridade, segurança e confidencialidade no processo de geração do certificado de crédito financeiro, que constitui a base do novo modelo de incentivos à P,D&I para a indústria de TICs, aspectos relevantes neste momento de aceleração da transformação digital. Com vistas a apoiar a Estratégia Nacional de Transformação Digital, o Governo Federal deve lançar o Programa Nacional de Capacitação de Recursos Humanos em TICs, com ênfase no apoio à formação de profissionais para atuar em P,D&I e para empreender.

No contexto do Plano Nacional de Internet das Coisas, as câmaras da Indústria 4.0, da Saúde 4.0, do Agro 4.0, das Cidades 4.0 e, a mais recente, do Turismo 4.0, trabalharão no aprimoramento e na execução de seus planos de ação, buscando tornar o Brasil mais moderno e competitivo em cada um desses setores. Nessa direção, em 2021 ganhará ainda mais força a área de Inteligência Artificial (IA). Destaca-se: i) IA², que tem por objetivo apoiar projetos de P&D orientados ao desenvolvimento de soluções em IA; ii) fomento para a criação de até oito Centros de Pesquisa Aplicada (CPA), na área de IA; e iii) lançamento, ainda em 2021, da Estratégia Nacional de Inteligência Artificial.

No âmbito das tecnologias sociais e de desenvolvimento sustentável, merece destaque o Projeto CITInova – Cidades Sustentáveis, que busca a promoção de sustentabilidade urbana por meio de tecnologias inovadoras e planejamento urbano integrado. Em 2020, o CITInova avançou sobretudo no desenvolvimento ou aperfeiçoamento de suas plataformas para Cidades Sustentáveis por meio de projetos-pilotos, a exemplo

do que deve ocorrer no Distrito Federal no próximo ano. A iniciativa conta ainda com a criação de Modelo de Maturidade para Cidades Inteligentes Sustentáveis Brasileiras, instrumento que indica o estágio dos Municípios brasileiros na transição para Cidades Inteligentes e gera informação para a condução do Programa. Todas as lições aprendidas com os projetos-pilotos estão sendo sistematizadas para serem replicadas, posteriormente, em cidades de todo o País.

A pandemia tem testado os limites do sistema de C,T&I, evidenciando a necessidade do fortalecimento e adensamento institucional que possibilite resiliência e preparação para crises futuras. Diante do ambiente desafiador de pandemia, também foi fundamental a contribuição da Ciência & Tecnologia Brasileira no enfrentamento à covid-19. Criada em 2020, a Rede Vírus Emergentes (Rede Vírus MCTI) funciona como um comitê estratégico de assessoramento que reúne pesquisadores especialistas em viroses, representantes de governo, agências de fomento, centros de pesquisa e universidades com o objetivo de integrar iniciativas em combate a viroses emergentes.

Entre as ações realizadas em 2020, destacam-se: i) estruturação de laboratórios com nível de Biossegurança 3 (NB-3), para o trabalho com microrganismos que acarretam elevado risco; ii) realização de projetos de cooperação internacional para o enfrentamento da covid-19; iii) contratação direta de cerca de projetos de pesquisa, que promoveram o sequenciamento do vírus, a produção de testes diagnósticos com tecnologia nacional, o reposicionamento de fármacos, a realização de ensaios clínicos e o desenvolvimento de vacinas contra a doença, bem como estudos sobre os impactos econômicos e sociais da pandemia; iv) realização de ações para informar as populações tradicionais amazônicas no enfrentamento à pandemia, como painéis informativos e programas de rádio; v) certificação pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) de instalações de instituições de pesquisa e saúde, de modo a permitir pesquisas e realização de testes de vacinas da covid-19, assim como a aprovação de projetos de pesquisas e estudos clínicos Fase III relacionados à covid-19; e vii) credenciamento de novas unidades de pesquisa nas áreas biológicas, ampliando as possibilidades de ação no combate à pandemia.

Outra frente importante no combate à covid-19 foi a busca pelo aumento da oferta de ventiladores pulmonares, equipamentos capazes de manter a vida de pacientes em estado grave internados em unidades intensivas. As chamadas públicas e as parcerias com empresas e Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs) redundaram na aquisição, por parte do Sistema Único de Saúde (SUS), de ventiladores produzidos no Brasil. Também foi lançada chamada para incentivar a produção de equipamentos de proteção individual e coletiva para biossegurança de equipes médicas e hospitalares contra o coronavírus e o desenvolvimento de formulações de álcool em gel 70% com espessantes alternativos.

Nos próximos anos, o Governo Federal atuará na realização de ensaios clínicos de vacina nacional contra a covid-19 como também no monitoramento e sequenciamento do vírus SARS-CoV-2 circulantes no País. Infere-se que a resposta adequada aos surtos epidêmicos impõe, entre outras ações, a instituição

permanente de competências científicas e tecnológicas multidisciplinares, voltadas à identificação de agentes etiológicos, ao desenvolvimento de métodos de diagnóstico e às estratégias de prevenção e tratamentos de doenças virais.

MOBILIDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

As ações do Governo Federal na área de mobilidade e desenvolvimento regional estão consolidadas a partir de necessidades e potenciais presentes no território. O desafio é integrar políticas nacionais mediante a articulação nos âmbitos municipal, estadual e federal, buscando concretizar os objetivos dos programas e planos a partir da gestão e integração de cinco políticas nacionais, implementando programas de estruturação regional, urbana e produtiva, por meio de ações de planejamento, fortalecimento de arranjos e sistemas produtivos locais e regionais, promoção da agricultura irrigada, investimentos em reabilitação urbana, fortalecimento das capacidades federativas e de acesso aos serviços e à infraestrutura de mobilidade urbana.

Em 2020, em relação ao desenvolvimento regional e urbano brasileiro, as instâncias de governança da nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) foram instaladas. A Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, o Comitê Executivo e o Núcleo de Inteligência Regional darão sinergia e permitirão que os investimentos federais nos territórios sejam cada vez mais interiorizados.

No tema do desenvolvimento produtivo, foi formulado o Programa de Bioeconomia da Amazônia Legal, em atendimento às prioridades estabelecidas pelo Conselho da Amazônia Legal, que objetiva valorizar e aproveitar as potencialidades existentes na rica biodiversidade amazônica como um ativo econômico. Quanto ao Programa Rotas de Integração Nacional, estratégia de desenvolvimento produtivo da política regional brasileira caracterizado pela estruturação de sistemas produtivos e inovativos locais e regionais, obteve-se a implantação do polo da Rota de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) na Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE) de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA).

Foram também firmadas parcerias para o desenvolvimento de projetos em nove cadeias produtivas (biodiversidade, açaí, fruticultura, economia circular, cordeiro, mel, leite, pescado e TICs) em diversas regiões do País, com investimentos de cerca de R\$ 41 milhões. Destaca-se, também, a parceria firmada com a Universidade Federal Rural do Semiárido (Ufersa) para o lançamento da Plataforma SABIÁ, com objetivo de integrar a geração de conhecimento e sua aplicação como instrumento de desenvolvimento produtivo. Também houve a contratação de estudos para atualização do diagnóstico da cadeia do açaí, mel, cordeiro e leite, com previsão de finalização no segundo semestre de 2021.

Por fim, na faixa de fronteira, foram investidos em torno de R\$ 4 milhões na implantação do Parque Tecnológico no Alto Solimões, Arco Norte da Faixa de Fronteira, como parte da estratégia da Rota da Biodiversidade. Objetiva-se valorizar e dar escala à produção de fármacos, fitoterápicos, agregando valor à produção local. O objetivo do Parque Tecnológico também é desenvolver saberes que possam ser aproveitados pelo setor produtivo, além de qualificar e fixar capital humano na região da fronteira.

Além disso, o olhar regional se estendeu às potencialidades econômicas do litoral brasileiro, com a conclusão dos estudos diagnósticos do programa-piloto de desenvolvimento econômico da Amazônia Azul e do espaço litorâneo brasileiro no Rio Grande do Norte.

A agricultura irrigada também foi valorizada como vetor de desenvolvimento regional. Inicialmente, foi elaborado o Diagnóstico do Plano de Ação Imediata para a Agricultura Irrigada no Brasil para o período de 2020-2023. Além disso, foram instituídos dois novos Polos de Agricultura Irrigada no Sul de Mato Grosso e no Noroeste do Rio Grande do Sul. Com foco na sustentabilidade do setor, foram contratados dois projetos-pilotos de gestão de recursos hídricos e energia renovável, sendo um o projeto público de irrigação Nilo Coelho, inserido no polo de irrigação Petrolina/Juazeiro, e o outro de implantação de três unidades de reúso no Nordeste.

No plano do desenvolvimento urbano, um dos destaques foi a formulação da Carta Brasileira de Cidades Inteligentes (CBCI). No âmbito dos investimentos, tem-se o recente Programa de Desenvolvimento Urbano (Pró-Cidades), que é um programa de financiamento aos entes federados e ao setor privado, com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Nesse programa houve a contratação de três propostas, que somam R\$ 53,3 milhões. Além das propostas contratadas, mais quatro foram selecionadas, publicadas e estão em fase de contratação, cujo valor de financiamento soma R\$ 37,5 milhões.

Sobre o tema mobilidade urbana, destacam-se: i) a conclusão de 3.484 empreendimentos de mobilidade urbana, em mais de dois mil Municípios, assim como a retomada de 1.235 empreendimentos, beneficiando 799 Municípios; e ii) a seleção de propostas para investimentos com recursos do FGTS, o que viabilizou, no exercício de 2020, a seleção de 44 novos empreendimentos e a contratação de 90 empreendimentos do setor público, considerando também algumas propostas selecionadas em 2019, e a habilitação de um empreendimento do setor privado.

Em 2021 e 2022, pretende-se dar continuidade às formalidades relacionadas aos seguintes planos e políticas: Plano Xingu, Plano de ação para o desenvolvimento da Faixa de Fronteira, Plano de Mobilidade Urbana, Política Nacional de Desenvolvimento Regional, Política Nacional de Ordenamento Territorial, Políticas Nacionais de Irrigação, Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e Política Nacional de Mobilidade Urbana.

Há ainda esforços no sentido de reconhecer os polos existentes do Programa Rotas de Integração Nacional e de realizar a instalação de três novos polos em 2021 e mais três em 2022, além da instalação de quatro

polos de produção irrigada em 2021 e mais três em 2022. Também haverá a elaboração dos planos de ordenamento de uso e ocupação do solo das áreas de influência da BR-163, entre Mato Grosso e Pará, e da BR-319, entre Amazonas e Rondônia, em 2022, e conclusão de cerca de 957 empreendimentos de mobilidade urbana, no valor estimado em R\$ 4,3 bilhões, em mais de 726 Municípios.

HABITAÇÃO

Para enfrentar o desafio relacionado ao *déficit* habitacional, o Governo Federal tem atuado na ampliação do estoque de moradias e na melhoria das condições de habitabilidade em domicílios com problemas de insalubridade e insegurança, carências de infraestrutura, problemas de natureza fundiária, entre outras precariedades.

Para tanto, uma das iniciativas do Governo Federal é a realização de processo seletivo contínuo de propostas apresentadas pelos entes públicos no âmbito do Programa Pró-Moradia, por meio de financiamento utilizando recursos do FGTS. O Programa tem por objetivo tratar territórios urbanos habitados por famílias de baixa renda de forma a mitigar a irregularidade fundiária, a deficiência de infraestrutura e serviços urbanos, os riscos de desastres, a precariedade construtiva das unidades habitacionais e a vulnerabilidade social dos moradores. No ano de 2020 foram contratadas três operações, nos Municípios de Cordeirópolis (SP), São Bernardo do Campo (SP) e Porto Alegre (RS).

Além disso, destaca-se que a carteira de obras de urbanização firmada no âmbito do extinto Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) conta com 660 operações, que totalizam R\$ 18,42 bilhões em investimentos, tanto de repasse como de financiamento.

Em 2020 foram contratadas 209 mil unidades habitacionais (UH) pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), todas referentes às faixas de atendimento operadas com recursos do FGTS. Ainda foram entregues 267,8 mil UH, das quais 49,1 mil UH foram destinadas a famílias com renda mensal de até R\$ 1.800 mil (faixa 1). Além disso, foram retomadas obras paralisadas destinadas ao atendimento de mais de 29 mil famílias da faixa 1, contratadas em exercícios anteriores, que poderão ser concluídas e entregues em 34 Municípios, em 15 Estados.

Ainda em 2020, visando ampliar as possibilidades de atendimento para enfrentar as necessidades habitacionais do País, o Governo Federal encaminhou ao Congresso Nacional a *Medida Provisória nº 996, de 25 de agosto de 2020*, convertida na *Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021*, instituindo o Programa Casa Verde e Amarela (PCVA), que reúne os aperfeiçoamentos aos modelos e programas até então vigentes e prevê um conjunto de iniciativas destinadas ao incremento do estoque de moradias, via produção de novas unidades ou requalificação de imóveis para utilização como moradia, e ao tratamento do estoque existente,

por meio da urbanização de assentamentos precários, regularização fundiária e melhoria habitacional, tendo como meta promover o atendimento de 1,2 milhão de famílias até 31 de dezembro de 2022.

O PCVA será o carro-chefe da política habitacional para os próximos anos e inova ao buscar soluções habitacionais diversificadas mais eficazes e de menor custo. É o caso da ação focada na regularização fundiária com melhoria habitacional, em que polígonos completos serão regularizados e um percentual das moradias dessa localidade também será contemplada com adequações em suas edificações, por meio de reforma ou construção de novos cômodos.

Como resultados imediatos do PCVA, destacam-se os ajustes na sistemática de financiamentos habitacionais, com a redução das taxas finais de juros aos mutuários, o que permitiu a contratação, até novembro de 2020, de mais 113,3 mil UH, por meio de operações com recursos do FGTS, e a entrega de 106,9 mil UH, totalizando nos dois programas 322,3 mil UH contratadas e 374,7 mil UH entregues de janeiro a novembro de 2020.

Desse modo, além do lançamento do novo programa, em 2020, o Governo Federal efetivou o acesso à casa própria em um ritmo de mais de 1 mil moradias entregues por dia. Dessa forma, as ações federais na política habitacional beneficiaram 1,5 milhão de pessoas, representando um investimento de R\$ 2,5 bilhões do Orçamento Geral da União e de mais de R\$ 50 bilhões do FGTS, o que gerou mais de dois milhões de empregos (diretos, indiretos ou induzidos) na construção civil.

Buscando envolver o setor privado na solução da questão da habitação, e considerando a necessidade de diversificação de atuação na temática, o Governo Federal está elaborando programa de locação social para população de baixa renda com apoio do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). A iniciativa foi recomendada para qualificação no PPI em dezembro de 2020 e terá desdobramentos nos anos de 2021 e 2022, desde estudos para a formatação mais eficiente do programa até a execução de projetos em formato piloto em algumas localidades.

Um importante gargalo para melhorar o desenvolvimento de políticas públicas é a estruturação de planejamentos de longo prazo. Nesse sentido, o Governo Federal dispõe do Plano Nacional de Habitação (PlanHab), elaborado em 2009 e vigente até 2023, e já está em elaboração a nova versão desse instrumento com vigência até 2040. O PlanHab 2040 será lançado no primeiro semestre de 2022, amparado em diversos estudos de mapeamento das necessidades habitacionais, além de avaliações de programas federais e das capacidades institucionais de Estados e Municípios. O processo de elaboração do documento tem contado com o apoio de diversas instituições de pesquisa nacionais e de parceiros internacionais, como a Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ).

A União tem investido também no desenvolvimento de incentivos para ampliar a produção e estimular a modernização da cadeia produtiva da construção civil, voltada à produção e melhorias de Habitação

de Interesse Social (HIS), buscando obter melhor qualidade, menor custo, ganho de escala, agilidade e sustentabilidade ambiental. Além disso, o Governo nacional tem buscado a estruturação de instrumentos financeiros para financiamento e subsídio de HIS, garantindo a disponibilidade de recursos e a perenidade dos investimentos no setor.

Além de se tratar de uma política social que busca efetivar o direito à moradia garantido pela Constituição Federal, a Política Nacional de Habitação estrutura um importante vetor de promoção do desenvolvimento econômico. Considerando o atual cenário, o Governo Federal tem buscado inovações no desenho de seus programas e na captação de recursos para o setor, de forma a garantir a manutenção da política e o atendimento adequado da população brasileira. Com isso, a política habitacional tem grande potencial de ser um importante componente da retomada econômica que se espera do ano de 2021.

SANEAMENTO

Segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS 2019), 83,7% da população brasileira é atendida por rede de distribuição de água e 54,1% por rede coletora de esgoto. No que diz respeito ao manejo de resíduos sólidos urbanos, constata-se que 75,1% da massa de resíduos coletada no País é encaminhada para aterros sanitários. Já em relação ao índice dos serviços de drenagem urbana, 3,5% dos domicílios estão localizados em áreas sujeitas a risco de inundação nos Municípios que participam da coleta de dados.

É importante destacar que os *déficits* nos serviços de saneamento básico tendem a ser proporcionalmente mais elevados nos estratos populacionais de menor renda e nas áreas rurais. Como uma questão essencialmente de saúde pública, o acesso aos serviços de saneamento básico deve ser tratado como direito do cidadão, fundamental para a melhoria de sua qualidade de vida.

Nesse sentido, a carteira de investimentos em saneamento do Governo em andamento é de R\$ 46,8 bilhões e abrange mais de 600 Municípios. Somente em 2020, foram investidos mais de R\$ 2,5 bilhões em ações de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de águas pluviais, manejo de resíduos sólidos, além de investimentos em estudos e projetos e desenvolvimento institucional, beneficiando mais de 370 Municípios. Entre os investimentos realizados, destaca-se o montante de R\$ 857,8 milhões em esgotamento sanitário e de R\$ 682,1 milhões em abastecimento de água. Quando concluídas, essas iniciativas proporcionarão acesso adequado aos serviços de saneamento para mais de 12 milhões de famílias.

Entre as medidas adotadas em 2020, destaca-se a conclusão de 144 empreendimentos de saneamento em mais de 100 Municípios, beneficiando cerca de 767 mil famílias. Outras ações importantes no período

foram: i) a retomada de 142 empreendimentos, contemplando 109 Municípios; ii) a seleção contínua de propostas para investimentos com recursos do FGTS, que teve como balanço 84 empreendimentos contratados; e iii) o enquadramento como prioritário de 11 projetos de investimento em infraestrutura no setor de saneamento básico, com um valor total autorizado para emissão de debêntures de R\$ 2,57 bilhões.

A aplicação de recursos segue as diretrizes contidas no Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), que, como instrumento de planejamento nacional, define estratégias para ampliação e universalização dos serviços de saneamento básico. O documento estipula metas de médio e longo prazos (2023 e 2033) que envolvam a atuação conjunta de diversos atores (Governo Federal, governos estaduais e municipais e prestadores de serviços, dentre outros).

Nesse cenário, a promulgação da *Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020* – novo Marco Legal do Saneamento Básico – contribuirá para garantir um ambiente de negócios mais atrativo e seguro juridicamente, visando à atração de investimentos tanto do setor público quanto da iniciativa privada e à geração de empregos. Trata-se de importante ganho também para o meio ambiente e para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Ao longo de 2021 e dos próximos anos, o Governo Federal trabalhará na sua efetivação. Nessa linha, destaca-se ainda a criação do Comitê Interministerial de Saneamento (CISB), que tem como responsabilidades, entre outras, a coordenação das ações federais de saneamento básico.

Em termos de ações para o futuro, está prevista a conclusão de 303 empreendimentos de saneamento básico, até 2022, com recursos onerosos, não onerosos e instrumentos de mercado, que irão beneficiar 1,36 milhão de domicílios urbanos em diferentes Municípios. Além disso, entre 2019 e 2020 foram concluídos 289 empreendimentos de saneamento básico, beneficiando cerca de 2,4 milhões de domicílios. Esses empreendimentos correspondem a um investimento total de R\$ 10,6 bilhões.

SEGURANÇA HÍDRICA

A segurança hídrica foi uma das pautas prioritárias do Governo Federal em 2020 e continuará sendo nos próximos anos. Em especial, a realização de investimentos em infraestruturas capazes de ampliar a capacidade de adução e reserva de água bruta, como construção de barragens, sistemas adutores, canais e eixos de integração, que ampliam a oferta de água para o abastecimento humano e para o uso em atividades produtivas, o que reduz os riscos associados a eventos críticos de secas e cheias. Foram investidos cerca de R\$ 1,75 bilhão na promoção da segurança hídrica da população brasileira mais afetada pela escassez de água.

O Plano Nacional de Segurança Hídrica (PNSH), importante ferramenta de planejamento para implantação das principais obras estruturantes, indica a necessidade de investimento na ordem de R\$ 26,9 bilhões até

2035. Nesse sentido, o Governo Federal, em 2020, avançou com a execução do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF), do Ramal do Agreste Pernambucano, da Adutora do Agreste de Pernambuco, do Cinturão das Águas do Ceará, do Canal do Sertão Alagoano e da Vertente Litorânea Paraibana, essenciais para a promoção do desenvolvimento regional; e preparou o início de empreendimentos estratégicos projetados para execução em 2021, como a licitação do Ramal do Apodi, que beneficiará Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte, e o projeto executivo das obras referentes ao Projeto Seridó, que abrangerá 22 Municípios do Rio Grande do Norte.

O Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF) é a maior obra de infraestrutura hídrica do País, uma vez que garantirá a oferta de água bruta para 12 milhões de habitantes nos Estados de Pernambuco, do Ceará, da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Em agosto de 2020, as águas do velho Chico chegaram pela primeira vez ao Estado do Ceará, por meio do reservatório Jati, por onde as águas podem seguir até a região metropolitana de Fortaleza. Os testes seguem pelas demais estruturas do Eixo Norte, com previsão de conclusão para o segundo semestre de 2021. Ainda em 2021 há expectativa de assinatura dos contratos de prestação de serviços de adução de água bruta com Estados beneficiários.

O Ramal do Agreste Pernambucano é parte integrante do PISF, iniciando-se no Eixo Leste e aduzindo água para a Adutora do Agreste Pernambucano. O sistema adutor garantirá a oferta de água a mais de 2,2 milhões de pernambucanos em 68 Municípios do agreste, como Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe, Belo Jardim e Arcoverde. Em 2020, registrou-se 81,46% de execução física da obra e a conclusão está prevista para o primeiro semestre de 2021.

Além de grandes obras de infraestrutura, a gestão e a conservação dos recursos hídricos são fundamentais para o estabelecimento das condições almejadas de segurança hídrica. Mesmo em um cenário de pandemia, o Governo Federal manteve as atividades do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), cumprindo seu papel perante as Políticas Nacionais de Recursos Hídricos e de Segurança de Barragens.

Em 2020, foi dado início à elaboração do documento-base do Programa Nacional de Revitalização de Bacias Hidrográficas, no qual deverão constar diretrizes, estratégias, metas e critérios técnicos para priorização de sub-bacias críticas, com previsão de conclusão em 2021. Foram concluídas as ações previstas no Projeto Juntos pelo Araguaia, acordo entre o Governo Federal e os Estados de Goiás e do Mato Grosso, no qual foram elaborados estudos e projetos para a revitalização da bacia hidrográfica do Alto Araguaia. Outro destaque foi a conclusão de 51 sistemas de dessalinização no âmbito do Programa Água Doce, que atingiu as marcas de 875 sistemas em operação e 2,52 mil operadores capacitados. No final de 2020, foi concluído processo licitatório para contratar 200 novos sistemas.

Para 2021, está prevista a conclusão do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), que vigorará para o período entre 2022 e 2040. Ganham posição estratégica no Governo Federal as ações de revitalização de

bacias hidrográficas, sendo consideradas prioritárias as bacias do rio São Francisco, Araguaia-Tocantins, Parnaíba e Taquari, que representam cerca de 25% do território nacional.

PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Em 2020 foi regulamentado o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sinpdec), por meio do Decreto nº 10.593, de 24 de dezembro de 2020, representando uma ação efetiva no sentido de fortalecer os meios de prevenir desastres e gerenciar riscos. Entre 2021 e 2022 será entregue à sociedade o Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil, construído de forma articulada com Estados, Municípios, instituições privadas e sociedade civil. O Governo Federal está trabalhando para proteger e assistir à população ameaçada ou atingida por desastres e viabilizar o desenvolvimento sustentável.



**POLÍTICA
EXTERNA E
COMÉRCIO
EXTERIOR**

Em 2020, a nova política externa brasileira prosseguiu na missão de resgate de valores e princípios caros ao povo brasileiro, como democracia, liberdade, patriotismo e prosperidade, em um contexto de pandemia que comprovou a importância de fortalecimento do papel central dos Estados nacionais no combate aos efeitos nocivos de grandes crises internacionais. Na crise sanitária mundial, o Brasil segue apoiando medidas que impeçam a interrupção dos fluxos de comércio e investimentos, de modo a manter funcionais as cadeias de produção internacionais e impedir efeitos depressivos sobre a economia. Nesse sentido, por ocasião de reunião extraordinária de líderes do G20, em março de 2020, no início da pandemia da covid-19, o Presidente da República respaldou a decisão desse grupo de envidar esforços para evitar interrupção dos fluxos de comércio e das cadeias produtivas internacionais.

A campanha de repatriação de mais de 40 mil cidadãos brasileiros retidos no exterior no início da pandemia, que mobilizou parcela significativa do serviço exterior em empreendimento inédito e bem sucedido de resgate, atestou a prioridade conferida pela diplomacia nacional à segurança e à assistência ao cidadão brasileiro fora de seu país. Em esforço paralelo, o Governo Federal, em 2021, continuará a aperfeiçoar os serviços consulares prestados pela rede de postos do País no exterior, de modo a proporcionar agilidade e segurança no atendimento a solicitantes, em sintonia com as necessidades dos mais de 3,5 milhões de cidadãos brasileiros em todo o mundo.

A crise sanitária mundial não interrompeu, porém, os avanços em busca de maior abertura comercial e integração da economia brasileira às cadeias transnacionais de agregação de valor bem como o esforço empreendido desde 2019 de reaproximação com grandes economias no plano mundial e de defesa da democracia, no entorno regional. A busca de inserção internacional torna-se mais importante à medida que grandes economias mundiais empreendem debates e estudam medidas de transposição de cadeias de produção de modo a evitar dependência excessiva de insumos produzidos em áreas distantes ou com situações locais pouco estáveis e previsíveis.

No âmbito do processo de abertura comercial e modernização da economia, os acordos de livre comércio com a União Europeia e a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA, na sigla em inglês) devem ser assinados em 2021, assim que concluída a revisão formal e jurídica. Ambos os instrumentos permitirão ampliação de mercados para exportação de produtos brasileiros, elevação da competitividade da indústria nacional, atualização de marcos regulatórios, modernização do setor de compras públicas e maior atratividade para investimentos.

Em 2021 e 2022, as negociações comerciais serão continuadas com Canadá, Coreia do Sul, Líbano e Singapura, com os quais se espera concluir acordos de livre comércio até o fim de 2022. O Brasil buscará concluir, ainda em 2021, a expansão do acordo comercial com Israel. No intuito de promover maior integração econômica e convergência política no continente, o Brasil, no âmbito do Mercosul, pretende lançar negociações de acordos de livre comércio com países da América Central e Caribe, economias

que, agregadas, constituem amplo mercado já integrado a grandes potências econômicas por acordos de livre comércio. Adicionalmente, pretende-se lançar novas frentes de negociações comerciais com a Ásia, e acordos com Indonésia e Vietnã já tiveram o mandato negociador aprovado pelo Conselho de Estratégia Comercial da Câmara de Comércio Exterior (Camex). Ademais, estão em curso diálogos exploratórios com Reino Unido e Japão, para lançamento de negociações, e com Índia, para expansão do acordo vigente.

O ano de 2021 marcará os 30 anos da assinatura do Tratado de Assunção. Nesse caso, o Brasil continuará a trabalhar para fortalecer as credenciais democráticas do Mercosul e ampliar seu papel como instrumento de competitividade e abertura comercial, assim como de promoção de benefícios tangíveis para os cidadãos dos países-membros, conforme manifestou o Presidente da República ao discursar na LVII Cúpula do bloco, em dezembro de 2020.

Marco importante para o bloco, em 2021, será a conclusão das negociações do Protocolo de Comércio Eletrônico do Mercosul, que impulsionará o comércio regional de bens e serviços por meio eletrônico com salvaguardas de proteção de dados pessoais e defesa do consumidor, de modo a proporcionar ambiente de confiança e segurança para a realização de transações eletrônicas.

Igualmente no entorno geográfico brasileiro, o Governo Federal continuará atuando por uma transição democrática e constitucional na Venezuela, trabalhando em gestões bilaterais no Grupo de Lima e na Organização dos Estados Americanos (OEA), inclusive ao amparo do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR).

O combate à criminalidade organizada transnacional na região prosseguirá com empenho do Brasil em foros regionais como o Foro para o Progresso da América do Sul (Prosul), o Mecanismo Regional de Segurança, a Comunidade de Polícias da América (Ameripol), a Conferência Hemisférica de Luta contra o Terrorismo e o Foro Permanente de Segurança com os Estados Unidos da América (EUA). A diplomacia brasileira prosseguirá em seu apoio a órgãos federais nas tratativas para aprimorar a troca de inteligência e de provas em investigações criminais com países terceiros. No âmbito específico da OEA, o Brasil buscará implementar linhas de ação focadas em: i) regular e disseminar equipes conjuntas de investigação no hemisfério; ii) oferecer cooperação técnica aos países-membros sobre gestão de bens apreendidos do crime organizado; iii) fortalecer enfoque financeiro no combate ao crime organizado transnacional; iv) aperfeiçoar forças de segurança que operam em zonas de fronteira; e v) combater a corrupção regional, no âmbito da Convenção Interamericana contra a Corrupção e o Mecanismo de Acompanhamento de sua implementação (Mesicic), cuja reunião de 2021 o Brasil se ofereceu para sediar.

Na relação com os EUA, principal parceiro hemisférico do Brasil, o País registrou grandes marcos em 2020: i) o Acordo de Pesquisa, Desenvolvimento, Teste e Avaliação (RTD&E) em matéria de defesa, firmado no âmbito de visita do Presidente da República aos EUA em março de 2020 e que intensificará, de forma conjunta, iniciativas

de pesquisa e desenvolvimento de produtos de defesa de ambos os países; e ii) o Protocolo ao Acordo de Comércio e Cooperação Econômica (ATEC) relacionado a regras comerciais e de transparência, firmado, por sua vez, em paralelo à visita ao Brasil, em outubro de 2020, do Conselheiro de Segurança Nacional dos EUA, e que versa sobre facilitação de comércio e administração aduaneira, boas práticas regulatórias e dispositivos anticorrupção. As regras estabelecidas no Protocolo contribuirão para expandir o comércio e fortalecer as relações econômicas bilaterais, em benefício não só de empresários e investidores, mas, sobretudo, de cidadãos que terão acesso a bens mais baratos em decorrência da redução de custos nos trâmites comerciais.

Em desenvolvimento paralelo, lançou-se, em 2020, o Diálogo Ambiental Brasil-EUA, com as seguintes áreas prioritárias para os próximos anos: i) bem-estar de comunidades indígenas na Amazônia; ii) promoção da bioeconomia; iii) combate à extração ilegal de madeira; e iv) incentivo a investimentos em saneamento básico. A iniciativa estimulará, no futuro próximo, maior aproveitamento econômico dos recursos naturais, combate mais intenso a crimes ambientais e maior interesse do setor privado em projetos com impacto ambiental positivo.

Os próximos passos do relacionamento com os EUA deverão ser a conclusão do Acordo de Reconhecimento Mútuo de Operadores Econômicos Autorizados, que proporcionará simplificação adicional aos trâmites de comércio e investimentos, bem como a adesão brasileira ao *Global Entry*, programa da alfândega norte-americana que estabelece procedimento migratório simplificado para viajantes pré-aprovados.

Iniciativa de lançamento recente e envergadura extrarregional com participação dos EUA é o Diálogo Trilateral Brasil-EUA-Japão (Jusbe), mecanismo inovador com base em coordenação entre três países que compartilham valores como democracia, liberdades fundamentais, estado de direito e economia de mercado. O extenso plano de trabalho do Jusbe a ser implementado nos próximos anos aprofundará a cooperação em três pilares de atuação: consolidação da estabilidade regional, prosperidade econômica e governança democrática.

No continente asiático, hoje central para as relações comerciais do Brasil, o País tem estabelecido novos instrumentos de coordenação com a China, maior parceiro comercial e detentor do segundo maior estoque de investimentos externos no Brasil (depois dos EUA). Assim, Brasil e China deverão adotar, em 2021, novo plano estratégico para orientar as relações bilaterais nos próximos anos, com base nos princípios de soberania, interesses compartilhados, respeito mútuo e não interferência na política interna dos países, assim como na busca de benefícios recíprocos. O novo plano servirá para orientar ações bilaterais nos vários eixos do relacionamento: econômico-comercial, investimento, agronegócio e ciência e tecnologia. Mesmo em contexto de pandemia, os laços econômicos Brasil-China mantiveram-se fortes e expandiram-se. Evento central do relacionamento bilateral em 2021 será a realização, em solo brasileiro, da reunião bianual da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban), sob a direção dos Vice-Presidentes de cada lado.

As relações com a Índia estarão concentradas na implementação do Plano de Ação da Parceria Estratégica Brasil-Índia, bem como de acordos firmados por ocasião da visita do Presidente da República àquele país em janeiro de 2020, e nas negociações bilaterais, que incluem mecanismo de facilitação de investimentos, cooperação em bioenergia, petróleo e gás natural, geologia e recursos minerais, segurança cibernética e insumos farmacêuticos e medicamentos.

As relações com a Rússia serão marcadas, em 2021, pela retomada da Comissão de Alto Nível de Cooperação (CAN), com o objetivo de aperfeiçoar a agenda de parceria em áreas prioritárias como: diversificação e ampliação da pauta comercial, oportunidade de investimento, ciência e tecnologia, cooperação técnico-militar, energia e cooperação espacial. Encontram-se em negociação importantes instrumentos bilaterais, em temas como facilitação de investimentos, auxílio jurídico mútuo em matéria penal e coprodução audiovisual.

Sobre as relações com a Europa, 2021 contará com grandes eventos em nível presidencial, como a Cúpula Brasil-União Europeia, a Cúpula Ibero-Americana e a Cimeira Brasil-Portugal (país que presidirá o Conselho da UE no primeiro semestre de 2021). Essas serão oportunidades de retomada do diálogo presencial pós-pandemia com altas autoridades europeias, justamente quando o Governo brasileiro atuará para acelerar a assinatura do Acordo Mercosul-UE. Encontra-se em andamento diálogo para coordenação do Brasil com Portugal e Eslovênia, países que ocuparão a Presidência da União Europeia em 2021, no intuito de promover a assinatura e ratificação do Acordo Birregional. O Governo brasileiro buscará, ao mesmo tempo, em nível bilateral, firmar instrumentos que facilitem a atuação dos agentes econômicos de lado a lado, como a assinatura com a Alemanha de acordo para evitar dupla tributação.

A nova visão da política externa para a África continuará a ser implementada nos próximos anos, nos seus quatro eixos principais: i) valores compartilhados; ii) defesa e segurança; iii) comércio e investimentos; e iv) cooperação. Em 2020, o Brasil tornou-se membro pleno do Grupo do G7 dos Amigos do Golfo da Guiné (G7++FOGG), foro com presença de potências comerciais mundiais que apoia o combate à pirataria e à criminalidade transnacional na região, ameaça cada vez mais evidente em área de onde provém parcela expressiva do petróleo importado pelo Brasil. O Governo brasileiro continuará, nos próximos anos, a empregar a cooperação técnica como elemento de estreitamento dos laços com a África, o continente com crescimento econômico mais acelerado no mundo e com expectativa de recuperação dos índices pré-pandemia já em 2021. A cooperação brasileira concorre para o incremento das relações em outras áreas: a África passa por rápido processo de crescimento populacional e de urbanização, com carência de investimentos em produção de alimentos, geração de energia e infraestrutura urbana e de mobilidade, áreas em que o empresariado brasileiro detém considerável experiência.

No âmbito das relações com o Oriente Médio, o Brasil trabalhará pela aprovação e entrada em vigor dos acordos bilaterais firmados com Israel desde 2019, que versam sobre cooperação em ciência e

tecnologia, defesa e segurança pública e segurança cibernética, todos em tramitação no Congresso Nacional. Em paralelo, o Governo brasileiro reforçará as atividades do escritório da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) em Jerusalém, aberto em 2019, para promoção de investimentos, comércio, ciência, tecnologia e inovação. Buscará, igualmente, retomar as negociações para um acordo de livre comércio entre Mercosul e Líbano que reproduza o êxito alcançado pelo acordo com o Egito, firmado em 2010 e que, hoje, é o maior instrumento de livre comércio do Mercosul em vigor.

As atividades de atração de investimentos de países árabes do Golfo terão sequência, especialmente do Fundo de Investimento Público (PIF, na sigla em inglês) da Arábia Saudita, o qual anunciou, por ocasião da visita presidencial de 2019, interesse em investir até US\$ 10 bilhões em projetos no Brasil. Os esforços empreendidos pelo Governo brasileiro para a atração desses investimentos prosseguem por meio virtual, com apresentação de projetos considerados prioritários com efeitos multiplicadores na economia brasileira. O PIF analisa propostas específicas e tem expressado que as condições para investimentos no Brasil encontram-se particularmente favoráveis. A fim de dar seguimento às tratativas iniciadas na ocasião e direcionar a aplicação dos recursos de maneira eficiente, criou-se o Comitê Interministerial para a Promoção de Comércio e Investimentos entre o Brasil e a Arábia Saudita.

Em paralelo, o diálogo político entre o Brasil e os países árabes do Golfo será aprofundado nos próximos anos, com ênfase na cooperação em áreas como investimentos, defesa e ciência, tecnologia e inovação facilitada pelos instrumentos bilaterais nessas áreas assinados durante a visita do Presidente da República à Arábia Saudita, aos Emirados Árabes Unidos e ao Catar em outubro de 2019. Iniciativa trilateral entre Brasil, Israel e Emirados Árabes Unidos nas áreas de ciência e tecnologia, com foco em inteligência artificial, e de *start-ups*, deverá ser proposta em futuro próximo, conforme pronunciamento do Presidente da República proferido por ocasião do Fórum Econômico Brasil-Países Árabes, em outubro de 2020.

No campo da diplomacia econômica multilateral, o Governo Federal continuará trabalhando com países integrantes da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) para que os trâmites de acesso do País sejam iniciados o quanto antes. Em 2020, o Brasil aderiu a mais 17 instrumentos da Organização, reforçando a posição de país não membro com maior número de adesões. A acesso do Brasil à OCDE é um dos objetivos centrais da nova política externa brasileira e implicará no desenvolvimento de melhores políticas públicas, bem como maior estabilidade regulatória e atração de investimentos em benefício da cidadania brasileira.

A atuação da diplomacia econômica brasileira no âmbito multilateral estende-se, também, às discussões sobre reforma da Organização Mundial de Comércio (OMC). O fortalecimento da OMC e de um sistema multilateral com base em regras é fundamental para a plena recuperação dos fluxos transnacionais de comércio e investimentos no período pós-pandemia. O processo de reforma da OMC deverá contemplar

estímulo aos investimentos e criação de condições justas e equilibradas para o comércio internacional, não só de bens, mas também de serviços.

Na XV Cúpula do G20, em novembro de 2020, o Brasil, em discurso do Presidente da República, salientou a importância de avanços nos três pilares da OMC: negociação, solução de controvérsias e monitoramento e transparência. A ambição de liberalização do comércio é vista pelo Governo Federal como de extrema relevância para o Brasil e para outros países que tenham vantagens comparativas na produção e comercialização no setor do agronegócio.

Por isso, no âmbito da OMC, o Brasil continuará trabalhando, ao longo dos próximos dois anos, para lograr sucessos nas seguintes frentes: i) normas mais rígidas contra restrições a exportações em bens agrícolas e contra subsídios que distorcem o comércio internacional desses bens; ii) pela eliminação de subsídios à pesca ilegal e proibição de subsídios distorcivos no setor, prática nociva a países, como o Brasil, que não dispõem de amplos recursos para subsidiar a pesca comercial; iii) por um acordo sobre facilitação de investimentos com base em maior transparência das medidas correspondentes dos Estados-partes, bem como em simplificação e agilização dos procedimentos para investimentos; iv) pela acessão do Brasil ao Acordo sobre Contratações Governamentais (GPA, na sigla em inglês) da OMC, com o objetivo de promover abertura mútua dos mercados de licitações públicas e reforçar transparência nos respectivos procedimentos, de modo a evitar conflitos de interesse e práticas de corrupção; v) pela conclusão de acordo sobre comércio eletrônico que promova fluxo internacional de bens e serviços por meio eletrônico com salvaguardas firmes de proteção da privacidade e defesa do consumidor; e vi) por acordo sobre regulamentação doméstica de serviços que ensejará harmonização e simplificação de requisitos e procedimentos na concessão de licenças e autorizações a prestadores de serviços estrangeiros, além do reconhecimento da qualificação e da experiência de profissionais estrangeiros.

A atuação multilateral do Brasil será reforçada, igualmente, no âmbito do G20, em que a cooperação entre países soberanos tem sido elemento-chave para buscar respostas mundiais eficazes à crise sanitária. Os países desse grupo injetaram cerca de US\$ 10 trilhões na economia internacional e adotaram o “Plano de Ação para Apoiar a Economia Mundial” e a “Iniciativa para Suspensão do Serviço da Dívida”. Conforme salientou o Presidente da República, por ocasião da Cúpula do agrupamento em 2020, a injeção de recursos contribuiu para assegurar liquidez a mercados e conferir alívio fiscal aos países mais vulneráveis, o que ajudou a evitar que os efeitos da pandemia fossem ainda mais devastadores.

Para o Brasil, que confirmou, na Cúpula de 2020, exercício da presidência do agrupamento em 2024, o G20 tem importância crucial por assegurar a seus membros influência nos debates sobre governança financeira internacional e no tratamento de novos temas como tributação de transações digitais internacionais, assim como na definição de agendas e mandatos para organismos internacionais.

Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS) constitui agrupamento à parte no qual o Brasil igualmente ampliará sua presença nos próximos anos, à luz dos compromissos assumidos na Cúpula de 2020, como a Estratégia para a Parceria Econômica do BRICS para o período 2020-2025, iniciativa que representa esforço conjunto de abordagem dos atuais desafios da economia internacional e de busca de soluções conjuntas a crises, e para o fortalecimento do sistema multilateral de comércio.

No campo da diplomacia econômica multilateral, o Brasil envidará novos esforços na transição energética mundial para uma economia de baixo carbono, processo que constitui grande oportunidade para o País alavancar sua capacidade de prover serviços ambientais de energia limpa e da bioeconomia sustentável. Durante a XV Cúpula do G20, o Presidente da República sublinhou que, na promoção do desenvolvimento sustentável, o País reconhece a contribuição do conceito de Economia de Baixa Emissão de Carbono, baseada nos “4Rs”: Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Remover, com esforço concentrado na redução de emissões de carbono.

Em 2020, a Plataforma para o Biofuturo, iniciativa integrada por 20 países sob presidência brasileira, deu passos importantes para ampliar a conscientização internacional sobre o papel que a bioenergia sustentável deve ter na transição para uma economia resiliente e de baixo carbono. O Governo brasileiro liderou a negociação e aprovação dos princípios para recuperação pós-pandemia com bioeconomia, que versam sobre programas e ações de suporte e estímulo à bioenergia. Em 2021, realiza-se no Brasil o *Biofuture Summit*, principal conferência na área, ao mesmo tempo em que o País seguirá firme nas ações de desenvolvimento de mercados externos para o etanol, com ações bem-sucedidas na Ásia, África e América Central, a serem reforçadas nos próximos anos em parceria com o setor privado.

A promoção de economia sustentável de baixo carbono envolverá, igualmente, amplos esforços no âmbito político da diplomacia multilateral: o Governo brasileiro, após haver ratificado, em 2020, o Protocolo de Nagoya sobre Acesso a Recursos Genéticos, participará, em 2021, das negociações do Marco Global da Biodiversidade pós-2020, no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). O Brasil defenderá a importância de equilíbrio entre os três pilares da Convenção: conservação, uso sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade, de modo que esta seja elemento catalisador do desenvolvimento sustentável. Por ocasião da Cúpula da Biodiversidade, em setembro de 2020, o Presidente da República afirmou que o Brasil sempre buscará, no âmbito multilateral, assegurar recursos financeiros para proteção da biodiversidade, tanto por meio da repartição de benefícios da bioeconomia quanto por meio de novos mecanismos, como pagamento a fornecedores de serviços ambientais. Em dezembro de 2020, o Brasil reafirmou o compromisso de redução das emissões líquidas totais de gases de efeito estufa em 37% em 2025 e assumiu oficialmente o compromisso de reduzir em 43% as emissões até 2030. Enunciou, igualmente, objetivo indicativo de atingir neutralidade climática — ou seja, emissões líquidas nulas — em 2060.

A promoção do agronegócio brasileiro no exterior continuará a ser uma das vertentes cruciais da diplomacia econômica do Brasil: em 2021, está prevista participação brasileira em mais de 200 eventos comerciais

internacionais (virtuais e presenciais) no segmento do agronegócio, em parceria com associações privadas agroexportadoras. O Governo proporcionará participação robusta do agronegócio brasileiro na Expo Dubai, evento internacional que se estenderá de 2021 a 2022 e no qual o pavilhão do Brasil estará operante por 180 dias.

No campo das parcerias externas para desenvolvimento científico e tecnológico, o Governo Federal intensificará ações no âmbito de dois programas: o de Diplomacia da Inovação (PDI) e o de Diplomacia Digital (PDD). O primeiro, conduzido em articulação com diversos órgãos do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, levará ao conhecimento de formadores de opinião, investidores e potenciais parceiros internacionais, informações sobre o que se produz em termos de soluções tecnológicas no Brasil. O segundo envolve parcerias tecnológicas com países centrais em temas como segurança cibernética e cabos de fibra ótica, integrando os mercados digitais brasileiros com outros países latino-americanos e de outros continentes. O somatório dos dois programas apresenta conjunto de metas: somente em 2021, são mais de 120 iniciativas previstas, em 32 países com promissores ecossistemas de inovação. O Brasil vem mantendo, igualmente, discussões com países estratégicos sobre boas práticas na implementação de redes 5G. O País caminha com firmeza para se tornar um fornecedor internacional confiável e eficiente de produtos, serviços e processos com alto conteúdo tecnológico.

As iniciativas de cooperação técnica no exterior, sob a égide da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), prosseguirão nos próximos dois anos por meio dos 104 projetos em curso na América Latina, com resultados previstos para 2021 e 2022 em agricultura, meio ambiente, segurança pública, saúde e alimentação escolar. O Brasil seguirá, igualmente, com 75 projetos em curso na África, que aportarão resultados até 2022 em agricultura, sistemas de segurança alimentar, formação profissional, produção de medicamentos, saúde, combate ao crime transnacional, gestão pública e promoção dos direitos das pessoas com deficiência. Os 59 programas conduzidos pela ABC no campo ambiental, em parceria com governos estrangeiros e organizações internacionais, desempenharão papel de grande relevância até 2022, com ênfase em preservação da biodiversidade brasileira, redução do desmatamento, uso sustentável dos biomas nacionais, mecanismos de monetização de bens e serviços ambientais na Amazônia Legal e aplicação de novas tecnologias de regularização fundiária e de prevenção de incêndios florestais.

O Brasil buscará, igualmente, fortalecer sua presença nos debates sobre paz e segurança internacionais ao disputar, em 2021, eleição para membro não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas para o período 2022-2023. Em paralelo, o trabalho desenvolvido com parceiros do G4 (Brasil, Alemanha, Japão e Índia) e do “Grupo de Amigos da Reforma” terá continuidade para que haja avanços na reforma do referido Conselho de Segurança. O Brasil manterá sua participação tradicional em operações de manutenção da paz e em missões políticas especiais da Organização das Nações Unidas (ONU), inclusive por meio de cooperação para o treinamento de tropas.

A diplomacia brasileira empreenderá esforços, em um contexto de melhoria contínua da atuação internacional, apoiando reformas de instituições multilaterais, como, por exemplo, os esforços de reforma

da Organização Mundial da Saúde (OMS), medida necessária para que a Organização possa responder melhor a futuros desafios e surtos epidêmicos.

A nova política externa brasileira reforçou, em 2020, ano marcado por emergência sanitária mundial, a priorização da coordenação entre Estados nacionais e soluções adaptadas às respectivas realidades nacionais para uma crise transnacional. A orientação no enfrentamento dos efeitos domésticos e externos da pandemia será focada nos próximos anos na discussão e implementação de iniciativas de recuperação econômica pós-pandemia. Além disso, o Brasil, em 2020, conduziu sua atuação externa calcada na busca de ganhos concretos para seus cidadãos e em sintonia com os valores de seu povo, sua identidade nacional e seus interesses soberanos, conforme esquematizado na Figura 18.

FIGURA 18 – NOVA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA



Fonte: Ministério das Relações Exteriores.

No âmbito do comércio exterior e tendo em vista a necessidade de enfrentamento à pandemia, o Governo Federal concedeu temporariamente, até o final de 2020, redução a zero do imposto de importação para 550

produtos relacionados ao combate ao coronavírus. Ademais, foram adotadas diversas medidas de facilitação de comércio, em matérias comerciais, aduaneiras e sanitárias, para a importação desses produtos. Assim, o País pôde enfrentar com mais agilidade e economicidade o desafio de garantir à população brasileira acesso a suprimentos essenciais no combate à pandemia.

Para ampliar acesso a recursos e liquidez, diversos bancos multilaterais de desenvolvimento prepararam e disponibilizaram ao Brasil linhas emergenciais de financiamento para projetos de apoio a sistemas de saúde, de fortalecimento das redes de proteção social e de retomada da atividade econômica. Para conferir agilidade na tramitação desses projetos, foi criado mecanismo de *fast-track*, enquanto durar o estado de calamidade pública, para a Comissão de Financiamentos Externos (Cofix), simplificando procedimentos para avaliação e autorização de projetos e programas do setor público, que ocorrem em um prazo de até dez dias úteis. Em 2020, foram recomendados 42 novos projetos financiados com recursos externos, totalizando US\$ 9,89 bilhões. Esses projetos serão executados ao longo dos próximos anos, em âmbito federal e subnacional.

Destaca-se ainda o prosseguimento das ações de inserção competitiva da economia brasileira aos fluxos globais de comércio e investimentos. Em 2020, o Brasil iniciou o processo de adesão ao Acordo sobre Compras Governamentais (GPA, na sigla em inglês) da Organização Mundial de Comércio. Assim, as licitações públicas brasileiras serão abertas à participação de outros países, promovendo melhorias em termos de custo-benefício nas compras públicas, na transparência e no combate à corrupção. De outro lado, o setor produtivo brasileiro terá acesso a licitações de outros países, cujo mercado representa US\$ 1,7 trilhão.

Na esfera bilateral, foi firmado protocolo comercial com os EUA em temas não tarifários, consistindo em pacote de medidas em Facilitação de Comércio, Boas Práticas Regulatórias e Anticorrupção; assinado Acordo Automotivo com o Paraguai, fundamental para a consolidação do setor no Mercosul; e concluído o Acordo Automotivo para veículos pesados com o México.

Avançou-se também na agenda de investimentos, que contém diretrizes e ações para atração de investimentos estrangeiros diretos no País e para promoção dos investimentos brasileiros diretos no exterior. A Câmara de Comércio Exterior aprovou, em agosto, o Plano Nacional de Investimentos dividido em três pilares (governança, facilitação e melhoria regulatória) e prevê ações até 2022, para a retomada do ambiente de negócios no contexto de recuperação da economia brasileira após a pandemia.

Ainda em 2020, no âmbito dos bancos multilaterais de desenvolvimento, iniciou-se o mandato brasileiro na presidência no Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), cuja carteira de projetos alcançou quase US\$ 5 bilhões, cinco vezes maior do que o valor aportado pelo País nesse banco de desenvolvimento.

Para os próximos anos, importantes desafios se delineiam. Um deles é modernizar a Tarifa Externa Comum (TEC), que trata do imposto de importação que os países do Mercosul aplicam para países terceiros e tem

como objetivo a aproximação aos níveis praticados internacionalmente para viabilizar a inserção do bloco nas cadeias globais de valor.

Outro desafio é a conclusão da reforma do Sistema de Apoio Oficial de Crédito às Exportações, com modelo ancorado em melhores práticas internacionais e que atraia agentes privados, inclusive localizados fora do Brasil, ampliando as fontes de financiamento.

Um objetivo adicional será a implementação integral do Portal Único de Comércio Exterior, com destaque para a finalização do novo processo de importação, desonerando as importações e exportações, com impactos positivos na redução de tempo e de prazos dessas operações. Também se planeja ampliar o *drawback* integrado e implementar o *drawback* de serviços para melhorar a competitividade das exportações brasileiras.

Interessa projetar o País a fluxos de comércio e investimentos, facilitando a entrada de recursos externos para financiar projetos estruturantes no Brasil. Isso será perseguido a partir da implementação e do aprimoramento da estratégia brasileira em relação aos bancos multilaterais de desenvolvimento (MDBs, na sigla em inglês), quando o País se põe na condição de cliente ou de acionista desses bancos.

Por fim, o aumento dos fluxos comerciais e de investimentos no Brasil tem muito a contribuir com o crescimento da economia brasileira e com o aumento do bem-estar da sociedade. O Governo Federal seguirá com ações em busca por melhores práticas internacionais, incluindo a convergência à OCDE, a negociação de acordos comerciais, tarifários e não tarifários, e a ampliação da presença brasileira na economia global, por meio da ampliação de acesso a mercados para as exportações brasileiras. Esse conjunto de ações contribui com o aumento da produtividade nacional, amplia a concorrência e os investimentos de estrangeiros no Brasil e de brasileiros no exterior.



**DEFESA
NACIONAL E
SOBERANIA**

Uma das atribuições do Estado é a de assegurar condições para que a sociedade possa se desenvolver e alcançar seus objetivos fundamentais. Implica, entre outras obrigações, assegurar condições para dissuadir qualquer possibilidade de o País sofrer agressão externa ou para reagir, prontamente, a qualquer ameaça.

Em consequência, a busca pelo fortalecimento da capacidade operacional das Forças Armadas brasileiras torna-se ação prioritária para reforçar a capacidade de defesa nacional. Por isso, o Governo Federal tem propiciado condições para a implementação de inovações e projetos condizentes com as necessidades operacionais das Forças Armadas, por meio do desenvolvimento dos principais programas estratégicos de Defesa Nacional.

Uma dessas ações é o Programa de Construção do Núcleo do Poder Naval, em que se destacam o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub) e a construção dos Navios Classe Tamandaré. O Prosub alcançou resultados expressivos em 2020, que contribuíram para a geração de empregos diretos e indiretos na região de Itaguaí (RJ). Especificamente para o ano de 2021 estão previstas: i) a transferência do Submarino “Riachuelo” (S40) para o Setor Operativo da Marinha do Brasil; ii) o lançamento ao mar do Submarino “Tonelero”; iii) o prosseguimento na construção da estrutura do Submarino “Angostura”; e iv) o início da operação do Estaleiro de Manutenção. Para 2022: i) as transferências dos Submarinos “Humaitá” e “Tonelero” para o Setor Operativo da Força Naval; e ii) o lançamento ao mar do Submarino “Angostura”. No tocante à construção de Navios Classe Tamandaré, o Governo Federal contratou, em 2020, a construção de quatro Fragatas Classe Tamandaré.

O Programa Nuclear da Marinha (PNM) reflete: i) o desenvolvimento do ciclo de combustível; ii) a construção e validação do Laboratório de Geração de Energia Núcleo-Elétrica (LABGENE); e iii) a construção de um protótipo de reator tipo PWR6. Em 2020, o PNM obteve avanços significativos, com destaque para o início da fabricação do protótipo em terra do sistema de propulsão núcleo-elétrico a ser instalado no primeiro submarino convencional com propulsão nuclear (SN-BR) do Brasil. Para os anos de 2021 e 2022, o PNM iniciará a montagem eletromecânica de equipamentos e sistemas a serem instalados no interior da contenção metálica do reator do LABGENE.

O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), que abrange a implantação dos meios destinados a monitorar a faixa de fronteira, tem por objetivo fortalecer a presença e a capacidade de ação do Estado brasileiro nessa região. Em 2020, o projeto-piloto atingiu 97% de execução no Mato Grosso do Sul. No ano de 2021, o Programa prosseguirá, beneficiando os Estados do Amazonas (compreendendo os Pelotões Especiais de Fronteira), de Roraima, do Mato Grosso e norte do Mato Grosso do Sul. Em 2022, além da continuidade dos trabalhos em andamento, será iniciado o processo de implantação na região Sul do País, que abrange os Estados do Paraná e de Santa Catarina.

O Sistema de Mísseis Astros 2020 visa atender à demanda específica do Exército Brasileiro, que é prover a força terrestre de meios de apoio de fogo com capacidade de atingir alvos a grandes distâncias. Em 2020, foram modernizadas e adquiridas viaturas utilizadas no Sistema, além da disponibilização de simuladores e da construção de estruturas físicas necessárias às suas operações. Para os anos posteriores, a continuidade do projeto contribuirá de modo expressivo para a geração de empregos diretos e indiretos nas regiões: i) do Vale do Paraíba, no Rio de Janeiro; ii) do Polo Tecnológico de Santa Maria, no Rio Grande do Sul; iii) do Município de Formosa, em Goiás; e iv) em Brasília, no Distrito Federal.

Já no Programa Guarani, foram adquiridas, em 2020, 60 viaturas blindadas de transporte de pessoal médias sobre rodas VBTP-MSR 6x6 Guarani e o primeiro lote de 32 viaturas blindadas multitarefas médias sobre rodas VBMT-LSR 4x4. Para 2021, estão previstas as aquisições de mais 60 VBTP-MSR 6x6 Guarani, de duas viaturas blindadas de combate de Cavalaria VBC Cav 8x8 e de sistemas de armas automáticas e manuais. Ainda em 2021, o Exército Brasileiro pretende realizar a integração dos equipamentos de Engenharia, processo que teve que ser adiado em razão da pandemia ocasionada pela covid-19.

No que tange ao Programa de Defesa Cibernética, as atividades previstas para 2020 foram executadas, destacando-se a criação e o início da implantação do Sistema Militar de Defesa Cibernética, com a consequente ampliação das capacidades militares, colaborando com a proteção das infraestruturas críticas. Para o biênio 2021-2022, estão previstos avanços, caracterizados principalmente pela instalação de um moderno Centro de Operações de Defesa Cibernética e pela obtenção de novos sistemas de proteção, contribuindo para o aumento da maturidade nacional em segurança da informação.

O subprojeto F-X2 trata da aquisição, em uma primeira fase, de 36 caças multimissão da Suécia. Em 2020, chegou ao Brasil a primeira unidade da aeronave F-39 Gripen, que permanece realizando testes e ensaios na Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (Embraer). Em 2021, estão previstos os recebimentos das primeiras quatro aeronaves F-39 Gripen pela Força Aérea Brasileira (FAB), que consolida o estabelecimento da parceria para transferência de tecnologia dentro do subprojeto F-X2.

Já o subprojeto KC-390 engloba a aquisição, no Brasil, de aeronaves de transporte tático e reabastecimento em voo, incrementando as possibilidades de transporte nessa área de atuação. A FAB recebeu a terceira e a quarta aeronaves KC-390 Millennium, de um total de 28 unidades encomendadas à Embraer. Em 2021, está previsto o recebimento da quinta aeronave.

O Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE) contempla o lançamento de frotas de satélites de órbita baixa e de órbita estacionária, assim como estações terrestres de controle, recepção e processamento de dados. Em 2021, estão previstas as assinaturas dos contratos e a realização de lançamentos que utilizam a estrutura do Centro Espacial de Alcântara (CEA). Essas ações fomentam o desenvolvimento tecnológico

do setor espacial no País, contribuem para a geração de empregos e para a otimização dos recursos financeiros e humanos direcionados para o setor.

Na região amazônica, o Governo Federal vem realizando a ampliação da capacidade do Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), por meio da ampliação da sua capacidade tecnológica. Em 2021 ocorrerá a inauguração do segmento solo do Sipam, em que antenas de comunicação satelital sediadas em Brasília (DF) e em Manaus (AM) irão permitir controlar e baixar dados de satélites de sensoriamento remoto. Em 2020, por meio do Decreto nº 10.293, de 25 de março de 2020, a área de atuação do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) foi ampliada para incluir o Mar Territorial, a Zona Econômica Exclusiva e outras áreas consideradas de interesse, utilizando satélites com radar de abertura sintética (SAR) em prol do monitoramento ambiental. Em 2021, o Censipam contribuirá com o desenvolvimento de tecnologia para monitorar a Amazônia Azul por meio de imagens de satélite, integrado ao Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz).

Em 15 de janeiro de 2020, no âmbito do Programa Antártico Brasileiro (Proantar), houve a inauguração da nova Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), com a visita do Vice-Presidente da República (VPR). A visita atendeu ao objetivo de representação do Governo brasileiro, em alto nível, na cerimônia de inauguração.

Mesmo com as restrições impostas na sequência pela pandemia, o Governo Federal conduziu em 2020 a Operação Antártica XXXIX, com foco no apoio logístico à EACF e na manutenção da presença brasileira no continente gelado. Para 2021 e 2022, o Brasil retomará, de maneira incisiva, a condução de projetos científicos e pesquisas de campo no continente antártico, com a presença de cerca de 200 pesquisadores na condução das atividades, por meio das Operações Antárticas de número XL e XLI.

O setor de defesa estimula, no âmbito de atuação, o incremento das potencialidades industriais do País, por meio de ações que promovem o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa (BID). Para os anos de 2021 e 2022, o Governo Federal pretende contribuir para a realização de ações com foco na eliminação de gargalos e o estabelecimento de um ecossistema que permita o fortalecimento e a ampliação da BID. A busca por mecanismos de financiamento e garantia para as indústrias de defesa também será uma das ações prioritárias, pois permitirá a eliminação de um dos principais gargalos ao desenvolvimento da BID.

No âmbito de sua função institucional, as Forças Armadas realizaram as seguintes operações militares em 2020:

- a Operação Mandacaru, no período de 21 de fevereiro a 4 de março: o setor de defesa foi instado a contribuir para a preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio no Estado do Ceará, empregando uma média diária de 2,6 mil militares;

- a Operação Regresso, no período de 5 a 9 de fevereiro:- o Governo Federal empregou o setor de defesa no apoio à retirada dos nacionais e familiares da cidade de Wuhan, na China, que manifestaram vontade de regressar ao Brasil diante do isolamento da população daquela cidade em virtude de ameaça à saúde pública causada pela covid-19. No total, foram repatriados 34 brasileiros;
- a Operação Covid-19, iniciada em 20 de março e ainda em andamento: as Forças Armadas estão sendo empregadas no apoio aos órgãos de saúde e de segurança pública. Foram realizadas, entre outras, as seguintes ações: barreiras sanitárias; doação de cestas básicas; descontaminação de locais públicos; e apoio aos órgãos de segurança pública no controle de circulação nas fronteiras. Vale ressaltar a atenção especial atribuída às comunidades indígenas e quilombolas, durante as ações desenvolvidas. A Operação prosseguirá em 2021, ampliando seu apoio, conforme outras demandas, como o programa de vacinação;
- as Operações Ágata: o setor de defesa atuou nos mais de 16 mil km da fronteira terrestre e na costa marítima, em coordenação com os órgãos de segurança pública e agências governamentais, empregando mais de 20 mil agentes públicos, entre civis e militares. Em 2021 e 2022, as Operações Ágata serão mantidas, com ênfase nas ações interagência, buscando a sinergia e a cooperação entre os diversos órgãos envolvidos; e
- a Operação Verde Brasil 2, a partir de 11 de maio e ainda em andamento, com previsão de prosseguir até o fim de abril de 2021: o Governo Federal realizou o emprego das Forças Armadas na faixa de fronteira, nas terras indígenas, nas unidades federais de conservação ambiental e em outras áreas federais nos Estados da Amazônia Legal. Entre as principais ações cabe ressaltar as inspeções navais em embarcações, postos de bloqueio e controle de estradas, que resultaram em mais de 178 mil m³ de madeira ilegal confiscadas, além de maquinários pesados utilizados em atividades extrativistas, como tratores de esteira, escavadeiras e máquinas agrícolas. Estão sendo empregados uma média de 2,4 mil militares por dia.

O Programa Calha Norte (PCN) é outro exemplo do emprego do setor de defesa em prol do desenvolvimento social no País. Em 2020, no conjunto das atividades executadas, destacam-se investimentos de cerca de R\$ 192 milhões em urbanização, pavimentações de vias urbanas, implantação de iluminação pública e eletrificação rural, construção e ampliação de creches, escolas, quadras poliesportivas e centros de convivência. Para o biênio 2021-2022, está prevista a entrega de obras, máquinas, veículos e equipamentos na ordem de R\$ 370 milhões, envolvendo as áreas de educação, saúde, saneamento básico, transporte, energia e comunicação.

O Projeto Rondon é mais uma importante ação do Governo Federal que envolve a participação de instituições de ensino superior do País. Em 2020, foi realizada a Operação Yaguaru no oeste do Estado do Paraná, atendendo a 12 Municípios e com a participação de 252 rondonistas. Para o ano de 2021,

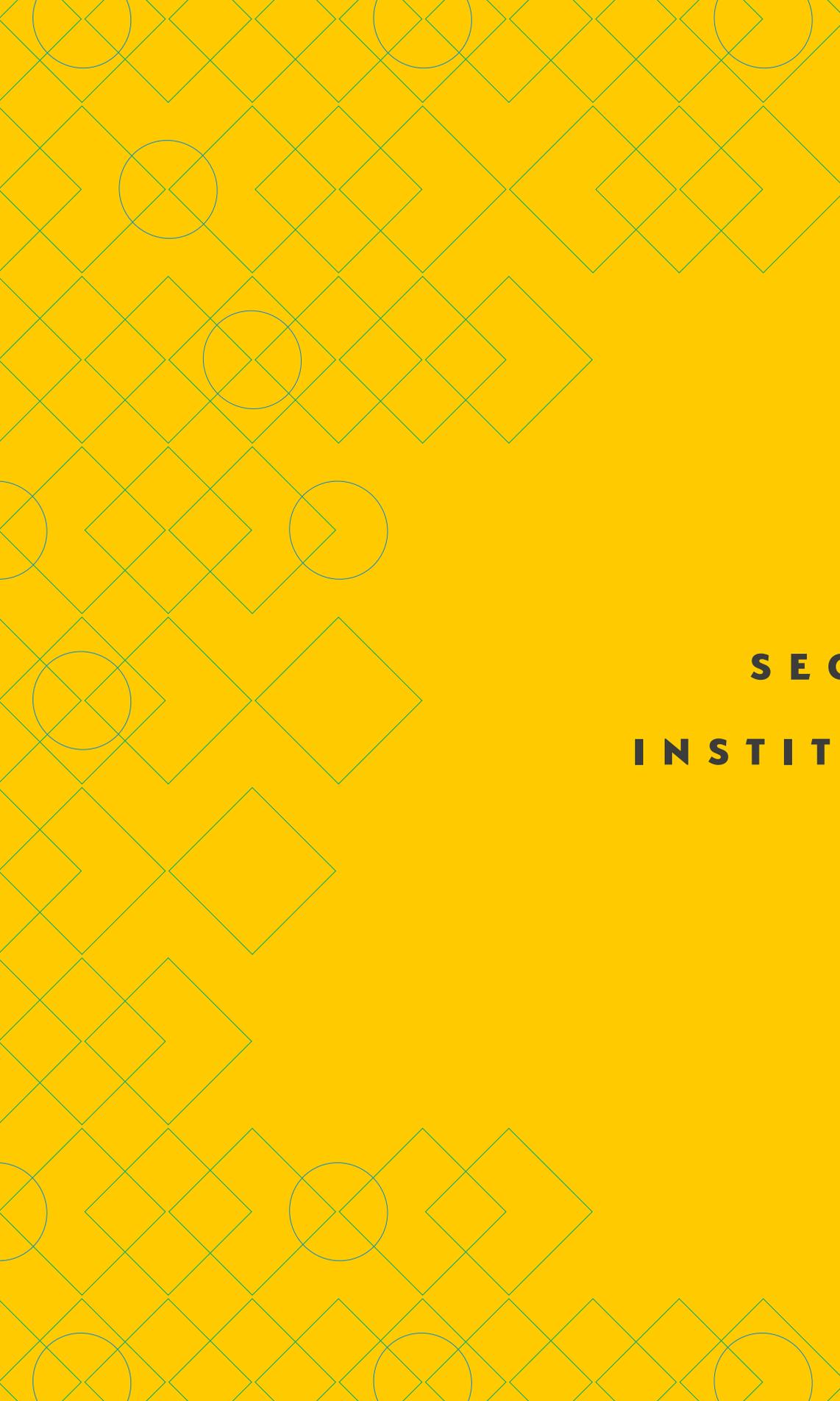
estão previstas as seguintes operações: i) Lobo-Guará, em Goiás, com a previsão de atendimento a 12 Municípios; e ii) Portal do Sertão, no interior da Bahia (região ao norte de Feira de Santana). Ainda em 2021, está previsto o apoio do Ministério da Defesa ao governo do Estado de Rondônia, que pretende capitanear a Operação Teixeira II em seu território, sendo esperado o atendimento a oito Municípios e a participação de 160 rondonistas. Para 2022, estão sendo planejadas operações no Amapá e em Minas Gerais, com possibilidade de incremento gradual no número de rondonistas participantes.

O Projeto Soldado Cidadão capacita jovens que prestam serviço militar obrigatório em todo o território nacional, por meio de cursos profissionalizantes conduzidos por entidades parceiras do Sistema “S”. Em 2020, mais de 3,5 mil jovens participaram do projeto, com meta estabelecida, para os anos de 2021 e 2022, de 2,3 mil jovens/ano capacitados.

A assistência aos brasileiros em comunidades ribeirinhas da Amazônia também é prioridade do Governo Federal. Em 2020, quatro “Navios da Esperança” da Marinha do Brasil proveram assistência médica, odontológica, farmacêutica, laboratorial e de enfermagem para mais de 190 comunidades da Amazônia Ocidental, beneficiando cerca de 19 mil brasileiros que vivem na região. Foram mais de 14 mil atendimentos médicos e cerca de 4,5 mil atendimentos odontológicos. Para o biênio 2021-2022, o Governo Federal expandirá o número de comunidades apoiadas e de cidadãos atendidos pelos “Navios da Esperança”.

O apoio aéreo para o transporte de órgãos e equipes médicas se apresenta como atividade de relevância na vida de brasileiros que necessitam de transplantes. Em 2020, houve 220 missões aéreas de apoio externo realizadas para transportar cerca de 240 órgãos e equipes médicas envolvidas, com investimento de R\$ 9,5 milhões. Para 2021, 2022 e 2023, o Comando da Aeronáutica trabalha para garantir a continuidade da parceria e cooperação.

Por fim, ressaltam-se algumas reuniões preparatórias no exercício de 2020, para a realização dos seguintes eventos para 2021: i) Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível (Cosban), prevista para ocorrer no Brasil ao longo do ano, ii) Comissão de Alto Nível Brasil-Rússia (CAN); e iii) Mecanismo de Diálogo Estratégico Brasil-Nigéria (MDE), sem definição ainda de data e local.



**SEGURANÇA
INSTITUCIONAL**

Uma das principais áreas de atuação do Governo Federal ao longo de 2020 foi a melhoria do processo decisório, com foco na proteção do Estado e na salvaguarda dos interesses nacionais. Essa mesma linha pautará as ações futuras em apoio às ações governamentais a serem executadas nos anos de 2021 e 2022.

No que diz respeito às ações de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia, destacam-se: i) a Operação Regresso, repatriação de 34 brasileiros e familiares estrangeiros que se encontravam na cidade de Wuhan, na China, epicentro da pandemia à época; e ii) o desenvolvimento do Plano de Barreiras Sanitárias para os Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato, com o objetivo de proteger os indígenas em situação de maior vulnerabilidade do País, principalmente contra a covid-19. Outro destaque foi o trabalho da missão humanitária com destino ao Líbano, realizada no mês de agosto de 2020, em que foram levados alimentos e medicamentos ao país, afetado por explosões que atingiram a zona portuária de Beirute, deixando milhares de mortos, feridos e desabrigados.

Quanto às ações relativas à Política Nuclear Brasileira, o Governo Federal, por meio do Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro (CDPNB), trabalhou para desburocratizar, reduzir entraves regulatórios e corrigir sobreposições de competências entre os entes reguladores. No ano de 2020, destacou-se o projeto Urânio no Brasil, que teve como objetivo retomar a pesquisa por depósitos de urânio em território nacional. Procurou-se dinamizar a lavra de minérios nucleares com a revisão e a proposição de atualização de normativos sobre o tema. O CDPNB elaborou a proposta de Estratégia Nacional de Medicina Nuclear, que objetiva promover a ampliação do acesso da população brasileira aos serviços de medicina nuclear em todo o País, considerando a implantação do Reator Multipropósito Brasileiro (RMB), que garantirá a autossuficiência e os excedentes para exportação, na produção de radiofármacos. Ressalta-se o trabalho do Comitê na coordenação e construção do Plano de Comunicação Social para o Setor Nuclear, com a participação de nove ministérios e oito instituições públicas, a fim de divulgar as atividades do setor nuclear brasileiro e conscientizar a sociedade brasileira, de forma transparente, a respeito do uso seguro da tecnologia nuclear.

Em outra vertente, o Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (Sipron) realizou dois exercícios de emergência nuclear, na Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, em Angra dos Reis, e na Fábrica de Combustível Nuclear, em Resende, ambas no Estado do Rio de Janeiro. O objetivo foi identificar pontos vulneráveis, aperfeiçoar procedimentos e fortalecer a estrutura de resposta do Estado brasileiro nos âmbitos municipal, estadual e nacional. Foram realizados em modo virtual, também, quatro exercícios de segurança física nuclear, a fim de testar o gerenciamento conjunto de ações de respostas internas e externas, além da participação em exercícios internacionais conduzidos pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). O Governo Federal atuou na coordenação da operação de transporte de material nuclear, de Resende (RJ) até Uruguaiana (RS), na fronteira com a Argentina, em conformidade com as recomendações internacionais de segurança física nuclear, possibilitando a exportação de urânio enriquecido para o país vizinho e comprovando o elevado nível tecnológico e a liderança comercial regional do Programa Nuclear Brasileiro.

Foi também iniciada a elaboração do Plano Nacional para Situações de Emergência Nuclear, que estabelecerá medidas de preparação e resposta a serem adotadas ante uma situação de emergência nuclear, e de um manual de comunicação social sobre a preparação e a resposta à emergência nuclear voltado ao esclarecimento da população circunvizinha à Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto. Foi aprovado, ainda, o Plano de Resposta Integrada a Evento de Segurança Física Nuclear, que descreve as medidas para as fases preventivas, operativas e investigativas a serem adotadas no âmbito do Sipron na ocorrência de evento de segurança física nuclear, em instalação nuclear ou unidade de transporte de material nuclear.

Na área espacial, o Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro (CDPEB) trabalhou para unificar todos os normativos legais que norteiam as atividades espaciais do Brasil. Atuou na coordenação dos trabalhos interministeriais voltados para o estabelecimento do Plano de Consolidação do Centro Espacial de Alcântara e no delineamento de políticas públicas para o município de Alcântara. No âmbito do CDPEB, grupos técnicos em andamento trataram dos seguintes temas, entre outros: i) estabelecimento da governança do setor espacial; ii) elaboração de acordos de salvaguardas tecnológicas com estados estrangeiros; iii) elaboração de projetos voltados para atividades espaciais; iv) mobilização da indústria nacional para o setor espacial brasileiro; e v) comunicação social para o setor espacial brasileiro.

No âmbito do Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF), salientam-se as seguintes principais ações: i) estímulo à participação de diversos órgãos de segurança pública das esferas municipal, estadual e federal, em torno da Operação Vigia, responsável pelos recortes de apreensão de drogas ocorridos em 2020; ii) articulação com o Ministério da Defesa para envolver os órgãos de segurança pública na Operação Conjunta Ágata Norte, o que resultou em êxitos maiores que em anos anteriores, como a apreensão de 140 mil toneladas de minério de manganês e a erradicação de três mil pés de maconha no Estado do Pará, em outubro de 2020; e iii) reunião com todos os embaixadores dos países limítrofes da América do Sul.

A Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Creden), por meio de seus grupos técnicos, cumpriu as metas estabelecidas para o ano de 2020, entre elas, a criação do grupo técnico de Biossegurança e Bioproteção e dos grupos técnicos para elaboração da minuta de Política Nacional de Biossegurança e Bioproteção e da proposta de construção do laboratório NB4, fundamentais para orientar, entre outros, os assuntos em debate em função da pandemia. Cabe destacar a publicação da Estratégia Nacional de Segurança das Infraestruturas Críticas (Ensic), que irá balizar as atividades voltadas ao incremento da segurança nas diversas infraestruturas críticas de interesse para o País.

Quanto à segurança da informação, merece destaque: i) a publicação da Estratégia Nacional de Segurança Cibernética (E-Ciber); ii) a revisão e conversão em instruções normativas da disposição sobre a estrutura de Gestão da Segurança da Informação nos órgãos e nas entidades da administração pública; iii) a definição dos requisitos mínimos de segurança cibernética, que devem ser adotados no estabelecimento das redes 5G pelos órgãos e pelas entidades da administração pública; iv) a articulação para o estabelecimento de um

plano de esclarecimento público sobre segurança da informação, necessário à conscientização e à educação sobre o tema, desde o ensino fundamental até o final do ensino médio; v) a conclusão dos acordos de troca de informação classificada com a Alemanha e a Itália; vi) a execução de compartilhamentos de incidentes cibernéticos com cerca de 250 órgãos e instituições nacionais e 227 internacionais, de 127 países; e vii) a adesão do Brasil aos Grupos de Segurança e Resposta a Incidentes (CSIRTs, na sigla em inglês), da Organização dos Estados Americanos, para troca de informações sobre incidentes cibernéticos. Vale ressaltar que o Brasil alcançou o 1º lugar no *ranking* internacional de segurança em redes *BitSight*.

No que tange às ações de inteligência, o Governo Federal intensificou a parceria com os demais órgãos integrantes do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin) visando, entre outros objetivos, ao desenvolvimento e à implementação de soluções para agilizar os processos de produção e difusão do conhecimento de inteligência. Em relação à Inteligência Estratégica, desenvolveu-se uma sequência de trabalhos relacionados: i) à segurança econômica brasileira; ii) ao levantamento de riscos sobre o abastecimento de insumos de primeira necessidade; iii) à análise do fornecimento de energia para o País; e iv) a problemas na área de comércio exterior. No campo da Contrainteligência, foram executadas ações de proteção a Infraestruturas Críticas por meio da produção de conhecimentos sobre os setores estratégicos nacionais, como o agronegócio, o portuário e o de mineração.

O Programa Nacional de Proteção do Conhecimento Sensível (PNPC) foi aplicado nas áreas de relações exteriores e de estudos e pesquisas educacionais. Foram desenvolvidas soluções em criptografia de Estado para a segurança das comunicações e utilização pelos órgãos da administração pública federal. Da mesma forma, aumentou-se a capacidade em Inteligência Cibernética, com a incorporação do uso de ciência de dados, visando prevenir, identificar e neutralizar ações de agentes externos, especialmente aquelas perpetradas por meio de ataques no ambiente virtual.

Na área nuclear, pretende-se avançar no desenvolvimento do Projeto Urânio no Brasil, a fim de aumentar a capacidade de gestão dos entes reguladores sobre os depósitos de urânio associados a outros bens minerais, que atualmente não são conhecidos pelo Governo Federal. Os esforços para dinamizar a lavra de minérios nucleares serão concretizados em 2021. O objetivo é atrair investimentos por meio de parcerias com a iniciativa privada e retomar e aumentar a produção de minério de urânio, elevando o Brasil a uma posição de destaque no cenário internacional. Será trabalhada, em acréscimo, a instalação de irradiadores multipropósitos em pontos estratégicos para o Brasil, a fim de tornar o País ainda mais competitivo no cenário internacional. Pretende-se estabelecer o Centro Nacional de Tecnologia Nuclear, que abrigará o Repositório Nacional de Rejeitos Radioativos de Baixo e Médio Nível de Radiação, visando à deposição definitiva dos rejeitos de baixo e médio nível de radiação, provenientes principalmente da operação das usinas nucleares e das aplicações de radioisótopos na indústria, medicina, pesquisa e meio ambiente.

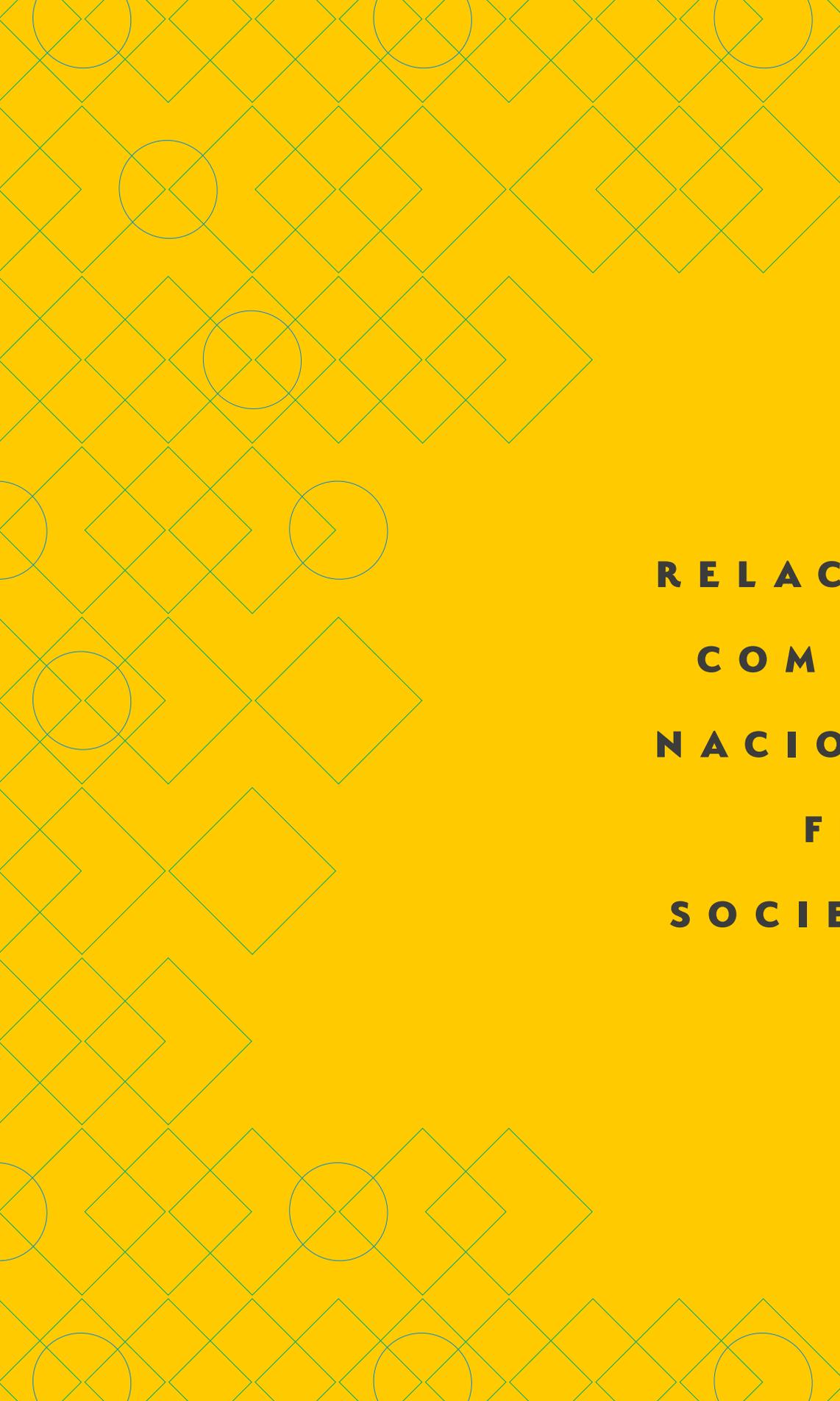
No âmbito do Sipron, no biênio 2021-2022, além de finalizar o Plano Nacional para Situações de Emergência Nuclear e o manual de comunicação social, pretende-se atualizar os procedimentos e os planos com base nas recomendações da AIEA e nas recomendações das equipes de avaliação dos exercícios realizados, bem como: i) aumentar a complexidade dos cenários para os exercícios de emergência realizados em Angra dos Reis e Resende, ambos no estado do Rio de Janeiro; e ii) aprimorar profissionalmente os representantes das instituições componentes do Sistema. Cabe destacar ainda a existência de projetos de interesse do setor nuclear no Congresso Nacional, como: i) a [Proposta de Emenda à Constituição nº 517, de 2010](#), que amplia a flexibilização do monopólio da união na produção de radiofármacos para a população brasileira; ii) o [Projeto de Decreto Legislativo nº 1.154-B, de 2018](#), que aprova o texto da Emenda à Convenção sobre a Proteção Física do Material Nuclear como instrumento do Regime Internacional de Segurança Nuclear, de iniciativa da AIEA; e iii) a ratificação da Emenda à Convenção de Proteção de Material Nuclear, a qual foi adotada, em 2005, por consenso dos países-membros da Agência Internacional de Energia Atômica.

Ainda na área nuclear, pretende-se conduzir seis exercícios de segurança física nuclear, três em 2021 e três em 2022, com o propósito de preparar as entidades e os órgãos envolvidos para responder adequadamente nos âmbitos local, estadual ou nacional a eventos de segurança física nuclear. Intenciona-se, ainda: i) certificar que cada um desses órgãos elabore protocolos e planos de contingência para garantir rápida e efetiva mobilização de recursos e tenha efetiva coordenação e cooperação com as forças de segurança dos operadores nucleares; e ii) contribuir com a Comissão Nacional de Energia Nuclear para o gerenciamento da segurança física nuclear com a abordagem na avaliação da ameaça, de forma que as forças de segurança nas ações de resposta interna e externa sejam conduzidas em função das capacidades da ameaça.

Na esfera da Creden, terá sequência o processo de elaboração da Política Nacional de Fronteiras, instrumento público que irá integrar todas as demais políticas existentes afetas às fronteiras do País; e o Plano Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas, decorrente da Estratégia Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas, aprovada em 2020. Espera-se finalizar: i) a elaboração da Política Nacional de Segurança Cibernética (PNSC), que estabelecerá as diretrizes para a proteção da pessoa natural ou jurídica de ações prejudiciais no espaço cibernético; ii) o Plano de Esclarecimento Público sobre Segurança da Informação 2020-2022, que trará o desenvolvimento de ações de conscientização do público em geral sobre segurança da informação; iii) a criação do Sistema Federal de Gestão de Incidentes Cibernéticos, que aumentará a coordenação entre o Centro de Tratamento de Incidentes Cibernéticos do Governo e as Equipes de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos dos órgãos e das entidades da administração pública federal; e iv) a elaboração do normativo sobre uso seguro de dispositivos da Internet das Coisas (IoT) pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal. Também pretende-se definir a visão brasileira sobre a “atribuição de ataque cibernético” (*cyber attribution*), a fim de fortalecer o posicionamento do País nos grupos de discussão no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU).

No campo da Inteligência Estratégica, o ano de 2021 deverá ser marcado pela busca por ampliação da produção de conhecimento sobre: i) dinâmicas nacionais e internacionais que afetem a realidade brasileira; ii) crises e conflitos, no País e no exterior, que possam impactar o Brasil; iii) fluxos comerciais que representem oportunidades e desafios; e iv) temas econômicos de importância prioritária para o Estado brasileiro. Projeta-se, também, intensificar a análise sobre crimes transnacionais, como o tráfico internacional de drogas e os fluxos migratórios terrestres operados por redes de tráfico de pessoas e contrabando de migrantes. Na seara da contra-inteligência, planeja-se reforçar a proteção de setores estratégicos selecionados e a contextualização das condicionantes de ações adversas. Serão realizadas ações de obstrução e neutralização de espionagem e interferência externa contra interesses nacionais e instituições públicas estratégicas.

O Programa Nacional de Proteção do Conhecimento Sensível (PNPC) continuará sendo expandido às pastas ministeriais e às demais instituições públicas federais. Quanto a ameaças Químicas, Biológicas, Radiológicas e Nucleares (QBRN), serão desenvolvidas as ações: i) de análise de risco de agentes biológicos; ii) de avaliação de ameaças a instalações nucleares; iii) de treinamentos e capacitações; e iv) de compartilhamento de protocolos e boas práticas internacionais. Em relação ao enfrentamento ao terrorismo, planeja-se aperfeiçoar os canais de diálogo com instituições nacionais e internacionais para ampliar a capacidade de levantamento de dados, inclusive em ambientes virtuais, sobre grupos extremistas violentos e formas de financiamento do terrorismo, como redes de lavagem de dinheiro. Na área de tecnologia aplicada à inteligência, prevê-se, entre outras ações, o desenvolvimento de algoritmo criptográfico resistente a ataques de computadores quânticos e a ampliação da capacidade em inteligência cibernética por meio da análise de dados de ataques cibernéticos compartilhados por órgãos e empresas. Por fim, será ampliada a oferta de eventos de capacitação para o Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin) em todas as unidades da Federação.



**RELACIONAMENTO
COM CONGRESSO
NACIONAL, ENTES
FEDERADOS E
SOCIEDADE CIVIL**

O aperfeiçoamento da interlocução com o Congresso Nacional, respeitando as prerrogativas dos Poderes Constituídos, é visto pelo Governo Federal como ponto fundamental na descoberta de vias concretas para a solução dos problemas nacionais. Nesse sentido, em benefício da sociedade, o Governo busca estabelecer uma parceria consistente e harmoniosa entre Executivo e Legislativo, apresentando ao parlamento pautas que visem o desenvolvimento econômico e social e que atinjam os anseios da população brasileira.

No ano de 2020, importantes objetivos foram alcançados com a estreita e constante comunicação com os diversos poderes e órgãos representativos da sociedade, especialmente por meio de um diálogo aberto com os integrantes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, representantes do povo brasileiro.

Foram aprovados no Congresso Nacional importantes projetos para proteger a renda do trabalhador e proporcionar melhor acesso aos serviços de saúde diante da necessidade de enfrentamento da covid-19, como o Auxílio Emergencial aos trabalhadores informais, autônomos e sem renda fixa, o apoio emergencial aos Estados e Municípios e aos setores de aviação e portuário e, ainda, o programa de manutenção de emprego e renda.

Também em 2020, contou-se com o apoio do Congresso Nacional para transformar em lei projetos essenciais para promover mais eficiência a mercados e setores, como a *Lei do Risco Hidrológico*, de ajuda ao setor de energia hidrelétrica, e a *Lei de Falências*, que fomenta a concessão de crédito novo às empresas em recuperação judicial, entre outras facilidades. Outros dois importantes projetos aprovados foram o novo *Marco Legal do Saneamento Básico*, que visa proporcionar melhores condições de vida à população brasileira, e a *Lei de Segurança de Barragens*, que aumenta a proteção ao meio ambiente e à população, sem prejuízos à atividade econômica. Também foi sancionado o Novo Código de Trânsito Brasileiro — como ficou conhecida a *Lei nº 14.071, de 13 de outubro de 2020* —, atualizando a antiga legislação, retirando alguns excessos da regulamentação e, inclusive, beneficiando categorias profissionais de motoristas com racionalização da atuação do Estado.

No ano de 2021, o Poder Executivo perseguirá a continuidade de um diálogo franco e construtivo com o Legislativo, centrado no interesse nacional, que permita a aprovação de pautas consistentes para o desenvolvimento econômico e social da Nação. Projetos para abrir mercados, otimizar setores e reestruturar o Estado, possibilitando a geração de mais empregos, renda, melhores condições de vida e a modernização e a otimização do setor público continuarão prioritários. Alguns exemplos são a nova regulamentação da Navegação de Cabotagem, o Marco Legal das Ferrovias, projetos para o setor elétrico, partilha do pré-sal, mercado de câmbio, o Marco Legal das *Start-ups*, as reformas tributária e administrativa, bem como a regulamentação da posse e do porte de armas. Também permanecerá entre os objetivos do Governo Federal a aprovação de importantes reformas estruturantes, para melhoria do ambiente fiscal brasileiro.

Outra importante área de atuação com os parlamentares diz respeito à execução do orçamento impositivo, por meio da interlocução dos autores de emendas impositivas constantes da Lei Orçamentária Anual com órgãos executores e centrais do sistema de orçamento e administração financeira do Governo Federal. Nesse sentido, foi estabelecida metodologia para liberação de recursos originários das emendas impositivas de forma eficiente, objetiva, isonômica e transparente. O processo prevê que as pastas ministeriais encaminhem a relação dos contratos de repasse, convênios ou empenhos considerados aptos a serem pagos, com indicação de “vinculação de pagamento” de cada termo, a serem suportados por recursos destinados a emendas impositivas. As emendas são classificadas por ordem de prioridade pelos titulares das pastas ministeriais, com base na política pública de competência de cada órgão, minimizando o estoque ocioso de recursos financeiros.

Tais medidas, além de organizar fluxos e procedimentos, evidenciam a análise com base em critérios técnicos por todos os envolvidos, convergindo para a adequação das tratativas aos apontamentos registrados pelos órgãos de controle, ao mesmo tempo em que contribuem para a transparência das ações do Executivo Federal.

O aprimoramento do funcionamento do Estado e a consecução dos ideais propostos pelo Governo Federal passam, também, pela construção de um diálogo direto com a sociedade civil, com vistas à aprovação de medidas eficazes no que se refere à área social, sinalizadas pela própria população por intermédio da participação social.

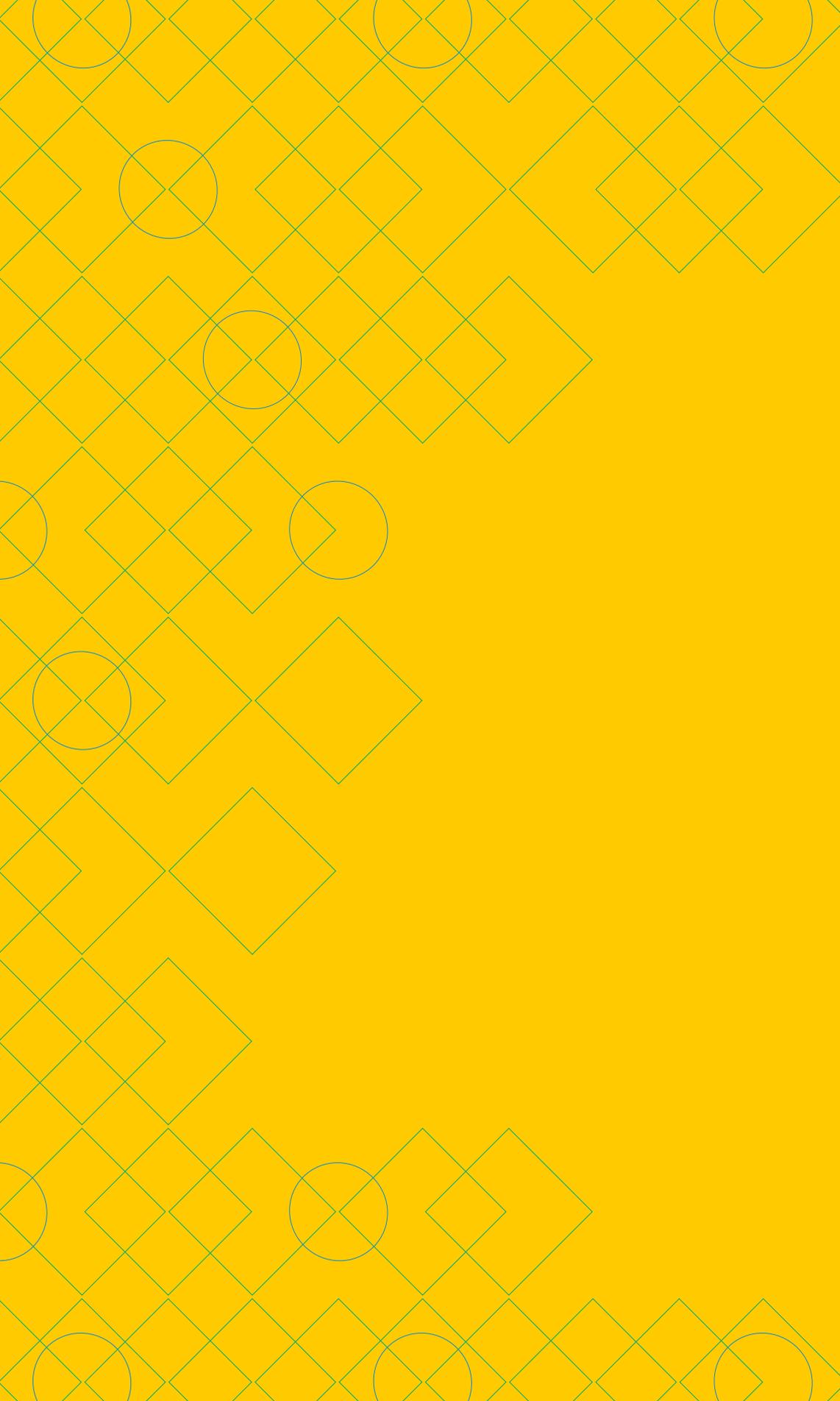
Nesse intento, o Governo Federal desenvolveu o “Participa + Brasil”, uma plataforma digital com o intuito de promover e qualificar o processo de participação social, potencializar a transparência no processo de tomada de decisões dos órgãos e fortalecer a cidadania. A plataforma oferece módulos que possibilitam a participação social na formatação de normas e projetos, bem como um ambiente para unificar informações sobre os colegiados e audiências públicas no âmbito da administração pública. Isso facilitará ao cidadão visualizar oportunidades de participação nas decisões públicas e exercer o controle social, parte essencial da democracia responsiva.

Como exemplos de uso da plataforma em 2020, consultas públicas foram abertas para contribuições da sociedade, como a “Anotação do horário de trabalho em registro eletrônico”, que recebeu mais de 440 contribuições, e a “Carta brasileira para cidades inteligentes”, com 259 contribuições. Atualmente existem consultas públicas em andamento na área da infraestrutura rodoviária, que tratam da regulamentação da circulação de veículos. Já no módulo “Opine aqui” da plataforma, os órgãos podem aplicar pesquisas rápidas para subsidiar a tomada de decisão. A ferramenta é utilizada, por exemplo, na coleta de contribuições para a regulamentação do Novo Marco Legal do Saneamento Básico.

Em 2021, o Governo Federal continuará trabalhando para que a plataforma alcance ainda mais brasileiros e amplie a participação de órgãos públicos e demais entes federativos, em uma junção de esforços para o fomento e a qualificação da interação do cidadão no processo de elaboração de políticas públicas.

No que tange à interlocução com Estados e Municípios, por ocasião das eleições municipais, intensificou-se o trabalho de colaboração federativa, por meio de apoio técnico ao processo de encerramento de ciclos de gestão nas prefeituras e organização dos processos de transição entre equipes. Para tanto, o Governo Federal elaborou e ofereceu o “Guia do Prefeito + Brasil: como deixar a prefeitura em dia no último ano de mandato”. O guia integra um conjunto de materiais digitais (textos, *links*, vídeos e publicações diversas) disponíveis no Portal Federativo, para apoiar gestores municipais no encerramento do mandato 2017-2020.

Para 2020, foi disponibilizado também o “Guia do Novo Prefeito + Brasil”, no intuito de auxiliar os governos municipais nas etapas relacionadas aos 100 primeiros dias de mandato, que envolve conteúdo sobre transição de governo, gestão fiscal, territorial e social. Ademais, está em elaboração na Presidência da República um programa de formação para gestores municipais com base em boas práticas de gestão e governança. A intenção é contribuir para que ocorra, em cada ente federativo local, uma transição democrática de mandatos que assegure o direito da população à continuidade dos serviços e garanta a supremacia do interesse público, além de permitir que a troca de mandatos se dê entre gestores de forma transparente, segura e bem conduzida.



G E S T Ã O
P Ú B L I C A

CENTRO DE GOVERNO

O Centro de Governo (CdG) brasileiro é a estrutura que presta apoio direto e coordenado ao Chefe do Executivo no gerenciamento integrado do governo. Esse núcleo é responsável por transformar as plataformas aprovadas pela sociedade em planejamento estratégico nacional e em políticas públicas que assegurem atuações tática e operacional da gestão do Estado, com o objetivo de atender às demandas dos cidadãos. Para isso, o CdG deve atuar no fomento da capacidade e da qualidade do sistema político-administrativo e na prospecção de informações fundamentadas em evidências para subsidiar as decisões do Chefe do Executivo.

Destacam-se três colegiados na atuação do CdG: a Junta de Execução Orçamentária (JEO), o Comitê Interministerial de Governança (CIG) e o Conselho Brasil-OCDE.

A JEO, instituída pelo Decreto nº 9.884, de 27 de junho de 2019, é órgão de assessoramento direto ao Presidente da República na condução da política fiscal do Governo Federal. O seu principal objetivo é zelar pelo equilíbrio fiscal, orçamentário e financeiro na gestão pública, tendo em vista a importância da redução de incertezas no ambiente econômico e a sustentabilidade do endividamento público. O Colegiado é composto pelos Ministros de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República e da Economia. A JEO conta com o apoio da Comissão Técnica de Gestão Orçamentária e Financeira (CTGOF), composta por nove integrantes das citadas pastas ministeriais. Ao longo das reuniões da junta em 2020, foram tomadas decisões que garantiram a estabilidade fiscal do País em um ano marcado por grandes incertezas e desafios ocasionados pela pandemia. Destaca-se que os pleitos de créditos adicionais e de limites financeiros encaminhados pelas pastas ministeriais que não tenham compensação são avaliados pela CTGOF para posterior apreciação no âmbito da JEO.

O CIG, criado pelo Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, e composto também pelos Ministros de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República e da Economia, além da Controladoria-Geral da União, é responsável pelo assessoramento ao Presidente da República na condução da política de governança da administração pública federal, bem como incentiva e monitora, de forma estratégica, a evolução da aplicação das práticas de governança. Esse Decreto também estabelece a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os princípios, as diretrizes e as práticas à governança pública, com foco na melhoria da prestação de serviços ao cidadão e na redução de custos. O CIG emitiu deliberações importantes em 2020: i) a Resolução nº 2, de 29 de junho de 2020, que estabeleceu o fluxo, os prazos e as obrigações relacionados ao monitoramento das recomendações e dos alertas emitidos pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no âmbito do Processo de Prestação de Contas do Presidente da República (PCPR); e ii) a Resolução nº 3, de 1º de outubro de 2020, que instituiu grupo de trabalho para o acompanhamento e a avaliação dos resultados da revisão por pares (*peer review*) de Centro de Governo.

No atual contexto de retomada, em que as necessidades socioeconômicas são muito intensas, o cenário fiscal mais rigoroso e as propostas de projetos das mais diversas áreas de governo se avolumam, o CdG assume papel ainda mais relevante como espaço de coordenação e priorização da ação governamental. Fundamental,

portanto, estabelecer um Centro Integrado e estruturado de governo para criar ambientes institucionais mais seguros, confiáveis e favoráveis para coordenação estratégica, priorização, acompanhamento, avaliação e comunicação de políticas públicas de maneira eficiente e efetiva.

Para tanto, é de suma importância zelar pelo fortalecimento da capacidade institucional do CdG, potencializando as condições para o atendimento às demandas da sociedade. Premido por essa lógica, o Governo Federal tem atuado em diversas frentes com o fim último de aprimoramento de entrega de resultados aos cidadãos.

Um aspecto fundamental da atuação do CdG diz respeito à preparação do processo de acessão do Brasil à Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). A acessão do País é um dos principais objetivos estratégicos do Governo Federal; não só o ingresso efetivo, mas o próprio processo de preparação para a acessão contribuirá de maneira significativa ao aperfeiçoamento das políticas públicas nacionais, aproximando-as às melhores práticas mundiais.

Para esse objetivo, criou-se o Conselho Brasil-OCDE, instituído por meio do Decreto nº 9.920, de 18 de julho de 2019. Trata-se de órgão colegiado de coordenação política e estratégica e de cooperação com a Organização até que a acessão seja concluída. O Conselho Brasil-OCDE é coordenado pelo Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República e composto pelo Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República e pelos Ministros de Estado da Economia e das Relações Exteriores, com previsão de inclusão do Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República. O Decreto também criou um Comitê Gestor composto por representantes das pastas ministeriais que integram o Conselho para subsidiar o exercício de suas atribuições. A governança do processo envolve, ainda, o engajamento efetivo de todos os órgãos e as entidades setoriais do Governo Federal.

Algumas importantes entregas ocorreram em 2020, entre as quais se destacam a contratação e o início da realização da *peer review* de Centro de Governo. A *peer review* é uma análise pormenorizada da atuação de um país em uma área ou política pública específica, a partir da comparação com boas práticas identificadas em outros países e com base em instrumentos (recomendações e princípios) aprovados pela OCDE. O objetivo é auxiliar o País a aperfeiçoar suas políticas públicas no atendimento das demandas dos cidadãos, considerando os padrões e princípios estabelecidos pelo Organismo.

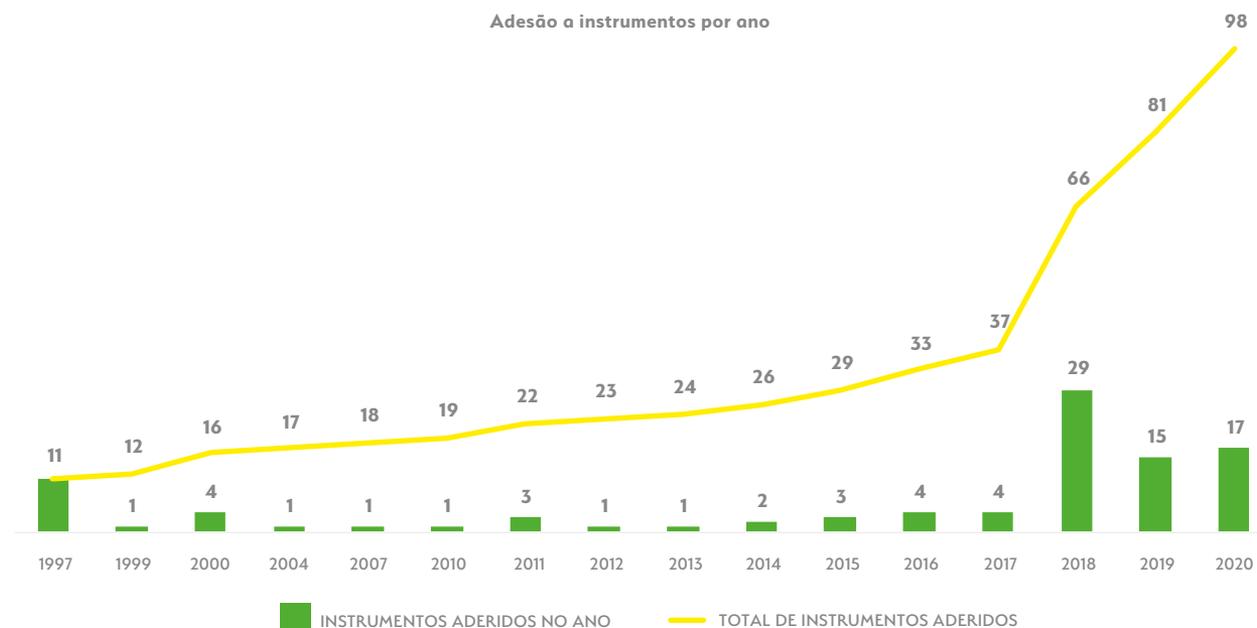
A *peer review* ensejará o aperfeiçoamento da organização institucional e funcional do CdG no Brasil, pois trará insumos para a criação de ambientes institucionais mais seguros, confiáveis e favoráveis para a coordenação estratégica, a priorização, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas de maneira eficiente e eficaz. A revisão também prevê um plano de ação com diversas recomendações de melhoria específicas para o funcionamento mais efetivo e sinérgico do CdG no seu papel de coordenar e integrar os projetos e a agenda prioritária de governo. Os componentes temáticos serão os seguintes: i) funções e capacidade de coordenação do Centro de Governo; ii) planejamento estratégico, priorização e objetivos; iii) papel do Centro de Governo na governança orçamentária; e iv) monitoramento e avaliação do Governo como um todo.

No ano de 2020, deu-se início ao processo sistemático de convergência das políticas públicas brasileiras aos padrões da OCDE. Nesse sentido, elaborou-se diagnóstico inicial em áreas mais importantes e estratégicas para o ingresso do País na Organização e com alto potencial de impacto no aperfeiçoamento das políticas públicas nacionais.

Em 2021, a análise de mais de 450 notas técnicas permitirá o fechamento da posição de governo a respeito dos instrumentos da Organização e possibilitará a implementação de plano de convergência das políticas nacionais priorizadas aos padrões da OCDE. Para tanto, prevê-se a constituição de grupos temáticos com diversas pastas ministeriais, em espelhamento aos comitês da Organização, visando, inclusive, fomentar o engajamento do País naquelas instâncias e contribuir para a consolidação de um discurso coeso, harmônico e cuidadosamente discutido, potencializando o posicionamento e a voz do País na Organização.

Se por um lado essa estratégia contribui sobremaneira para o processo de adesão, por outro, representará oportunidade única de aperfeiçoamento das políticas públicas nacionais. Atualmente, o Brasil está aderente a 98 instrumentos da OCDE, de um total de 245, e outros 49 estão em análise na Organização. A Figura 19 demonstra a evolução do processo de adesão, conforme disposto a seguir.

FIGURA 19 – EVOLUÇÃO DO PROCESSO DE ADESÃO À OCDE (NÚMERO DE INSTRUMENTOS)



Dentro dessa lógica, destacam-se algumas áreas estratégicas para o ingresso do Brasil na OCDE e que contam com ações de elevado impacto transformador da realidade nacional:

- na área de investimentos, por exemplo, o PL nº 5.387/2019, conhecido como PL de Câmbio, em discussão no Congresso, é essencial para modernizar o mercado de câmbio e fundamental também para a adesão do Brasil aos Códigos de Liberalização de Capital da OCDE. Essa adesão é exigida pela Organização como requisito de acesso;
- no setor de economia digital e telecomunicações, a conclusão em 2020 de duas *peer review* demonstrou a necessidade de reforma do arcabouço legal para introduzir regime com base em licença única para serviços de comunicação e radiodifusão. Outra ação sugerida por essa análise foi a necessidade de estabelecimento de uma Estratégia Nacional de Segurança Cibernética;
- na área de tributação internacional, opera-se a revisão das regras de preços de transferência, resultante de projeto com a OCDE, que prevê convergência do modelo brasileiro aos padrões de Preços de Transferência da OCDE e a adesão aos relevantes instrumentos da Organização nesse tema;
- a agenda regulatória contempla igualmente a realização em 2021 de *peer review* que propiciará amplo diagnóstico da política regulatória e um plano de ação para implementação das recomendações. Prevê-se como um dos resultados positivos desse projeto o aperfeiçoamento do Programa de Qualidade Regulatória do Governo e uma consequente melhoria dos indicadores nacionais no *Product Market Regulation* da OCDE, que mede o nível de restrições regulatórias nos diferentes setores; e
- no tocante às iniciativas de política antissuborno, diversas ações estão analogamente previstas como resultados de revisões de pares conduzidas com a OCDE. Destacam-se, nesse sentido, projetos para proteção aos denunciadores e revisões da *Lei de Conflito de Interesses* e dos tipos penais abertos previstos na lei de crimes de abuso de autoridade. Entre as propostas já em tramitação citam-se a aprovação do PL nº 84/2019, para estimular as empresas a adotar programas de integridade, e do PL nº 866/2019, que prevê a restituição de incentivos financeiros (*clawback*) devidos ou pagos a dirigentes, em caso de atos cometidos contra a administração pública.

O processo de acesso, portanto, destaca-se por sua governança e abordagem integrada de governo. Nesse esforço serão revisitadas políticas prioritárias para o desenvolvimento sustentável e inclusivo do País, no contexto de retomada econômica e da necessidade de criação de ambiente estável e seguro para os investimentos. Em 2020, outros dois colegiados formados no Centro de Governo merecem destaque: o Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid-19 e o Centro de Coordenação das Operações do Comitê de Crise da Covid-19, instituídos pelos Decretos nº 10.277, de 16 de março de 2020, e de 24 de março de 2020.

O Comitê tem como objetivo deliberar sobre as prioridades, as diretrizes e os aspectos estratégicos relativos aos impactos da covid-19, sendo composto pelos Ministros de Estado, presidentes de bancos estatais federais e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Já o Centro de Coordenação das Operações do Comitê de Crise da Covid-19 tem como objetivo: i) coordenar as operações do Governo Federal, conforme determinado pelo Comitê de Crise; ii) articular com entes públicos e privados e monitorar as ações adotadas por eles em relação ao enfrentamento da covid-19; e iii) manter informado o Presidente da República sobre as atividades realizadas.

No âmbito do Comitê, foram criados grupos de trabalho temporários para resolver questões relacionadas ao enfrentamento da situação de emergência causada pela covid-19: i) Grupo para a Coordenação de Ações Estruturantes e Estratégicas para Recuperação, Crescimento e Desenvolvimento do País (Resolução nº 1, de 13 de abril de 2020); ii) Grupo para a Coordenação de Ações Estratégicas para Construção de Hospitais de Campanha Federais e Logística Internacional de Equipamentos Médicos e Insumos de Saúde (Resolução nº 3, de 15 de abril de 2020); iii) Grupo para a Coordenação de Ações Estratégicas de Tecnologia da Informação (Resolução nº 4, de 13 de maio de 2020); iv) Grupo de Apoio aos Brasileiros no Exterior (Resolução nº 5, de 13 de maio de 2020); v) Grupo para a Consolidação das Estratégias de Governança e Gestão de Riscos do Governo Federal (Resolução nº 6, de 2 de junho de 2020); e vi) Grupo para a Coordenação de Esforços da União na Aquisição e na Distribuição de Vacinas Contra a Covid-19 (Resolução nº 8, de 9 de setembro de 2020).

Por fim, destaca-se a publicação do Decreto nº 10.609, de 26 de janeiro de 2021, que institui a Política Nacional de Modernização do Estado (Moderniza Brasil) e o Fórum Nacional de Modernização do Estado, na esteira das ações que buscam tornar a administração pública mais efetiva. O Moderniza Brasil irá integrar as iniciativas de modernização já existentes, com coordenação, articulação, adequação, monitoramento e avaliação de políticas, programas, ações e iniciativas do Poder Executivo Federal, em parcerias da União com Estados, Distrito Federal e iniciativa privada. Dentre as diretrizes do programa estão: i) assegurar a segurança jurídica necessária à inovação na gestão das políticas públicas e à dinamização do ambiente de negócios; e ii) ampliar o acesso e a qualidade dos serviços públicos. A fim de auxiliar o Fórum Nacional de Modernização do Estado na gestão do Moderniza Brasil, serão instituídas três câmaras temáticas, de caráter permanente, nas seguintes áreas: Modernização do Ambiente de Negócios, Governo Digital e Sociedade Digital.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NACIONAL

Em 2020, o Governo Federal instituiu a Estratégia Federal de Desenvolvimento (EFD), por intermédio do Decreto nº 10.531, de 26 de outubro de 2020. O documento tem por base o texto aprovado pelo Comitê Interministerial de Governança (CIG) e explicita a estratégia do Governo para os próximos dez anos — até 2031 —, de forma a fortalecer organicidade, coerência e estabilidade das ações de políticas públicas para

um prazo mais longo que os tradicionais instrumentos de planejamento do Estado, especialmente o Plano Plurianual da União, mantendo coesão com esses.

A partir da aprovação pelo CIG, consolidou-se um texto-base, apresentado à alta direção das pastas ministeriais, em reuniões organizadas por eixo, com coordenação da Casa Civil da Presidência da República. Um processo com diversas rodadas de validação que envolveu diálogo, interação, recebimento e consolidação das contribuições dos órgãos.

A EFD é uma atualização do texto-base da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Endes), elaborada em 2018, cuja diretriz principal é “elevar a renda e a qualidade de vida da população brasileira com redução das desigualdades sociais e regionais”. No anexo ao referido decreto são apresentados os cenários macroeconômicos, as diretrizes, os desafios, as orientações, os índices-chave e as metas-alvo. Os eixos e as respectivas diretrizes da EFD são as seguintes:

- eixo econômico: alcançar o crescimento econômico sustentado e a geração de empregos, com foco no ganho de produtividade, na eficiência alocativa e na recuperação do equilíbrio fiscal;
- eixo institucional: aprimorar a governança pública, com foco na entrega efetiva de serviços ao cidadão e na melhoria do ambiente de negócios, garantindo a soberania e promovendo os interesses nacionais;
- eixo infraestrutura: fomentar o desenvolvimento da infraestrutura, com foco no ganho de competitividade e na melhoria da qualidade de vida, assegurando a sustentabilidade ambiental e propiciando a integração nacional e internacional;
- eixo ambiental: promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, com foco na qualidade ambiental como um dos aspectos fundamentais da qualidade de vida das pessoas, conciliando a preservação do meio ambiente com o desenvolvimento econômico e social; e
- eixo social: promover o bem-estar, a família, a cidadania e a inclusão social, com foco na igualdade de oportunidades e no acesso a serviços públicos de qualidade, por meio da geração de renda e da redução das desigualdades sociais e regionais.

Acrescenta-se ainda que, anualmente, os órgãos deverão revisar os seus respectivos planejamentos estratégicos. Esse trabalho deve seguir o disposto no Plano Plurianual da União (PPA) e permitir que os órgãos e as entidades da administração pública federal harmonizem o planejamento estratégico institucional com a visão de futuro contida na EFD. Ressalta-se que essa estratégia está alinhada às boas práticas relacionadas ao funcionamento do Centro de Governo, em especial aderentes às publicações da OCDE.

O ano de 2020 foi marcado, adicionalmente, por uma reflexão, pelo Governo Federal, sobre um projeto de Brasil para as próximas décadas, constituindo-se na formação de duas agendas principais: i) Agenda Nacional Estratégica, que representa pensar o futuro do Brasil, e para tanto prevê a elaboração de um documento de caráter nacional, por meio do qual se olhará o País na perspectiva de longo prazo, propondo-se medidas que contribuam para a melhoria da qualidade de vida de toda a população brasileira, mediante reflexão sobre os cenários e as grandes tendências mundiais para a década de 2050, como instrumento de apoio para que o Brasil chegue a meados deste século preparado para um mundo complexo, dinâmico e desafiador; e ii) Política Nacional de Desenvolvimento, a qual, junto com a reflexão estratégica de longo prazo fundamenta uma Política Nacional de Desenvolvimento Equilibrado. Trata-se de um esforço inédito na administração pública federal para que haja interação e articulação de todas as pastas ministeriais na definição de objetivos de longo prazo, o que possibilitará a apresentação do primeiro marco referencial concreto da visão de futuro do Estado brasileiro. A iniciativa estabelecerá a grande visão estratégica do País, fortalecendo o planejamento nacional e sendo alicerce para a elaboração dos instrumentos de ação estatal.

EFICIÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA

Em 2020, a atuação estratégica de transformação digital dos serviços públicos e do aumento de eficiência do Estado foi redirecionada para o combate ao coronavírus e o amparo à população, mitigando as consequências do isolamento e garantindo o pleno funcionamento da máquina pública.

A prioridade foi facilitar a aquisição rápida de itens e serviços de saúde. Houve revolução nas compras públicas, com a ampliação dos casos de dispensa de licitação e o uso do suprimento de fundos, diminuição dos prazos do pregão, regulamentação do pagamento antecipado de contratos e extensão da aplicabilidade do Regime Diferenciado de Contratações Públicas. Essas ações emergenciais deixam um legado de desburocratização que, em várias frentes, foram absorvidas em regras permanentes. Além disso, para dar maior transparência às compras públicas, foi desenvolvido o Painel de Compras Covid-19, atualizado diariamente com as informações detalhadas sobre as aquisições.

Com foco em favorecer o isolamento, priorizou-se a implementação de serviços digitais que ajudassem a evitar deslocamentos desnecessários, por meio da automação de serviços públicos. Foram mais de 450 serviços transformados apenas durante a pandemia, entre eles a Carteira Digital de Trânsito, a solicitação de seguro-desemprego para empregado doméstico e a Carteira de Trabalho Digital. Além disso, 117 portais de órgãos públicos já foram migrados para o Portal Gov.br. Essas medidas juntas elevaram o número de acessos únicos a mais de 20 milhões mensais.

Em decorrência das recomendações dos órgãos de saúde e para manter a saúde e segurança dos servidores, a administração pública federal adotou uma série de providências de segurança e isolamento e estabeleceu as hipóteses específicas de trabalho remoto por meio da IN nº 19/2020 e suas atualizações. O trabalho remoto possibilitou uma redução dos custos administrativos na ordem de R\$ 1 bilhão — considerando custeio e interrupção de benefícios —, mantendo a qualidade do serviço prestado à população. A maior eficiência e transparência do processo gerou conhecimento e a possibilidade de disciplinar o teletrabalho nas organizações públicas federais de forma definitiva, por meio do Programa de Gestão de Demandas (IN nº 65/2020).

Para 2021, o Governo Federal se empenhará em entregas ainda mais transformadoras para a sociedade, considerando cinco principais objetivos. O primeiro é ampliar o acesso dos cidadãos aos serviços públicos digitais, diminuindo os custos operacionais do Governo e aprimorando a prevenção a falhas e fraudes. Para tanto, atuará na disponibilização à população de identificação digital com alto grau de segurança e na continuação da transformação digital dos serviços públicos ofertados pelo Governo via Portal Gov.br.

O segundo objetivo será aumentar a eficiência na aplicação dos recursos transferidos pelo Governo Federal, os quais atualmente são operacionalizados em diversos sistemas com regras e níveis de maturidade distintos, dificultando a melhoria da governança sobre eles. Considerando que cerca de R\$ 380 bilhões são transferidos por ano para prestação de serviços e indução de políticas públicas, pretende-se internalizar, em 2021, na Plataforma + Brasil, instituída pelo Decreto nº 10.035, de 1º de outubro de 2019, 20 das 31 modalidades de transferências de recursos da União, disponibilizando painéis de monitoramento para o governo central, os entes subnacionais e o cidadão.

O terceiro objetivo será modernizar a gestão de pessoas e a estrutura organizacional do Governo Federal para aumentar a produtividade da força de trabalho, o que ocorrerá no âmbito da Nova Administração Pública, cujo instrumento inicial foi a PEC nº 32/2020. O País possui hoje o duplo desafio de evitar o colapso na prestação de serviços para a população e nas finanças, corroborado pela estrutura de Estado complexa em processo de adaptação às dinâmicas da modernidade. Assim, o foco será na elaboração e no envio de projetos de lei que detalharão o desenho proposto na PEC e tratarão da modernização da macroestrutura do serviço público, com temas relativos a diretrizes das carreiras, consolidação de cargos, funções e gratificações, arranjos institucionais e gestão de desempenho, e da adequação dos sistemas de gerenciamento de pessoas.

Na mesma direção, o quarto objetivo será automatizar os serviços e aumentar a eficiência dos processos de trabalho de pessoal do Governo, reduzindo a burocracia e a despadronização, viabilizando uma gestão eficaz, a obtenção do conhecimento necessário sobre a força de trabalho, e otimizando o esforço dos servidores. Será feita a transformação digital dos principais processos de trabalho de pessoal, tornando-os mais simples, racionais na interação da administração com os servidores e centralizados em um único aplicativo.

O quinto objetivo para 2021 será aumentar a eficiência das contratações públicas, tornando-as menos morosas, reduzindo seus custos processuais associados e aumentando a escala de fornecedores e volume com os quais operam. Assim, busca-se a automatização e integração do processo de contratação pública de ponta a ponta, por meio da evolução e do desenvolvimento do Comprasnet 4.0 e da disponibilização de um *marketplace* governamental, plataforma *on-line* que permitirá a composição de diversas cestas de produtos diminuindo custos de transação.

Mais algumas iniciativas para incrementar a eficiência da administração federal merecem ser mencionadas. Visando implementar medidas de transformação institucional, de modernização das estruturas regimentais e de aprimoramento da gestão estratégica nos órgãos e nas entidades públicas, está em curso o Programa de Gestão Estratégica e Transformação do Estado (TransformaGov). Instituído pelo Decreto nº 10.382, de 28 de maio de 2020, o Programa teve ampla adesão das instituições públicas, com a participação de 61 órgãos, e possui mais de mil ações em andamento, que contribuem de forma efetiva para a modernização do Estado. Tecnologias aplicadas à administração pública possibilitaram a implantação de inovações como o Taxigov, o Almojarifado Virtual e o Protocolo Digital. Caracterizado pela meta de padronizar uma modelagem de excelência em desempenho institucional, o TransformaGov pretende, nos próximos anos, disponibilizar as soluções desenvolvidas aos Estados e Municípios brasileiros.

No âmbito da política da desburocratização, transparência, simplificação e modernização do Estado, outra relevante iniciativa tem se destacado no Governo: a consolidação do ordenamento jurídico pátrio, pela democratização do acesso à legislação ao cidadão e mais segurança jurídica aos brasileiros. Essas medidas buscam não apenas otimizar o trabalho dos operadores do Direito, mas também facilitar aos cidadãos o acesso desburocratizado, transparente e coerente ao arcabouço legal pátrio. O foco é a revogação de atos normativos considerados desnecessários. Nesse sentido, foram enviados os PLs nº 4.158/2019, e nº 5.063/2020, ao Congresso Nacional, que visam declarar a revogação expressa de mais de mil diplomas legais diversos, considerados superados por legislação mais atual.

Buscou-se, ainda, em uma iniciativa inédita, a redução do arcabouço de atos inferiores a decretos, com as determinações estabelecidas no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, que dispõe sobre a revisão e a consolidação desses atos normativos. Ainda em 2020, foram revogadas mais de 5,8 mil normas e a expectativa é de que outros milhares de atos normativos inferiores a decretos venham a ser declarados expressamente revogados até o final de 2021.

Na mesma seara, foi instituído o Projeto CodeX, que visa tornar o Poder Executivo Federal referência nacional e internacional em organização, compilação, integração e disponibilização das normas brasileiras. O projeto, previsto para ser finalizado em julho de 2021, além de aperfeiçoar ferramentas de busca e conexão entre normas para facilitar o acesso aos cidadãos, vai reunir, em um único local, todas as normas federais — legais e infralegais — atualizadas.

Portanto, o esforço completo de simplificação e racionalização das normas vigentes estima que, até 2022, sejam revogados pelo menos dois mil decretos e que sejam enviados, no mínimo, mais um projeto de lei por ano com vistas à revogação expressa de normativos considerados exauridos ou com sua eficácia prejudicada.

Ainda no campo da transparência pública, foi realizado o lançamento na Internet da Biblioteca Digital, que permitirá o acesso público ao acervo de obras raras da Biblioteca Machado de Assis, da Imprensa Nacional, bem como edições digitalizadas do acervo histórico do Diário Oficial da União desde 1808.

Durante o exercício de 2020, as ações de apoio à Comissão de Ética Pública (CEP) na função de coordenação, avaliação e supervisão do Sistema de Gestão da Ética Pública do Poder Executivo Federal (SGEP) merecem destaques: i) a criação de um fórum virtual permanente para a Rede de Ética do Poder Executivo Federal; e ii) a elaboração de Modelo de Maturidade-Ética (MM), para orientar gestores e aumentar o compromisso institucional dos órgãos e das entidades da administração pública federal com a gestão da ética pública.

Outro grande desafio é buscar um Estado moderno a partir da melhoria do ambiente de negócios, da obtenção de um ritmo de crescimento do PIB e do aumento da renda *per capita* da população, visando proporcionar melhor qualidade de vida e maior nível de emprego e produtividade. Nessa linha, cabe, ainda, citar iniciativas relativas aos procedimentos para abertura e fechamento de empresas, uma vez que foram iniciados projetos-pilotos nas cidades de São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ), para testar, avaliar e discutir novos métodos, como o guichê de certidões e da coleta única de dados para redução do tempo e procedimentos para realização de transações imobiliárias e para abertura e funcionamento de empresas. Por sua vez, o registro automático, aprovado pela *Lei da Liberdade Econômica*, tem possibilitado redução do tempo de abertura de empresas no Brasil, que, em média, está em 2 dias e 21 horas (conforme dados de setembro/2020). O registro automático retirou da etapa de análise anterior a emissão do número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), que passou a ser entregue automaticamente para o empreendedor. Outra melhoria são as ações de comunicação com a sociedade civil e com o empresariado que envolvem os principais escritórios de advocacia, associações de contadores, associações de notários e registradores, concessionárias de energia elétrica para apresentar as melhorias na regulação com impacto no ambiente de negócios do País.

Por fim, para se ter informações ainda mais precisas para subsidiar o processo decisório, foi iniciado o projeto *Doing Business* Subnacional, que visa promover um diagnóstico, utilizando metodologia internacional, do ambiente de negócios de cada capital brasileira. Com isso, espera-se promover ações conjuntas e integradas entre o Governo Federal, os governos estaduais, municipais e o Poder Judiciário, aplicando as melhores práticas nacionais e internacionais.

Com a implementação das iniciativas propostas, unindo esforços e *expertise* das áreas de Gestão, Pessoas e Governo Digital, ao fim de 2021, o Governo Federal firmará importantes alicerces de um Estado mais simples, eficiente, digital e focado em servir o cidadão.

CONTROLE E TRANSPARÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

O novo coronavírus impôs um desafio global para todos os governos. Além das ações planejadas para 2020, foi preciso realizar um conjunto de medidas emergenciais diante do contexto de enfrentamento à pandemia. Uma delas foi a criação de painel específico para consulta aos gastos do Governo Federal relativos à covid-19 e para a publicação da base do Auxílio Emergencial, detalhados no Portal da Transparência, ferramenta fundamental para fiscalização dos gastos públicos e um dos principais instrumentos de controle social do País. Informes semanais foram produzidos para dar transparência à sociedade sobre as estatísticas de pedidos e de recursos feitos com base na *Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011*, conhecida como a Lei de Acesso à Informação (LAI) durante a pandemia, com informações disponíveis em tempo real no [Painel da LAI](#).

Outra medida emergencial de destaque foi o lançamento do [Painel Gerencial Contratações Relacionadas à Covid-19](#), que permitiu acompanhar despesas realizadas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios para a aquisição de bens, insumos e contratação de serviços, relacionados ao enfrentamento da pandemia. O Painel fornece dados gerenciais e indica aos gestores um referencial de preços das aquisições no período da pandemia, com o objetivo de auxiliar a obtenção da melhor compra. Além de reforçar as medidas de transparência e controle social, o painel também poderá servir para apoiar a apuração de ilicitudes.

No âmbito das ouvidorias públicas, o Governo Federal disponibilizou canais específicos e temáticos para recebimento de manifestações sobre covid-19, Auxílio Emergencial e boas experiências de atendimento com profissionais da saúde. Uma força-tarefa passou a analisar as mais de 16 mil denúncias e comunicações de irregularidades que foram recebidas acerca do tema “coronavírus” com o objetivo de gerar informes e subsidiar as investigações.

Com relação ao monitoramento da execução das despesas relacionadas ao enfrentamento da pandemia com a utilização de recursos públicos federais, foram realizados cruzamentos de bases de dados governamentais para identificar fraudes e irregularidades na concessão do Auxílio Emergencial, em razão de existência de elementos indicativos de incompatibilidade de beneficiários com os critérios de elegibilidade para recebimento do benefício. Os achados foram enviados ao gestor da concessão do Auxílio Emergencial, para subsidiar atuação tempestiva na análise e evolução das rotinas já implantadas, no cancelamento de pagamentos indevidos, bem como aos órgãos de persecução penal, para providências em relação a fraudes e crimes eventualmente cometidos. Esse procedimento permitiu a identificação de mais de 200 mil pagamentos com indícios de irregularidades, sendo que quase 169 mil tiveram os benefícios cancelados, com economia na ordem de R\$ 99 milhões referente a pagamentos irregulares evitados.

Já no âmbito das trilhas relacionadas a irregularidades quanto aos critérios de elegibilidade, realizou-se o bloqueio de mais de 6,3 milhões de parcelas de Auxílio Emergencial e 8,6 milhões de parcelas do Auxílio

Emergencial Residual relativas a mais de 2,8 milhões de beneficiários, totalizando um não desembolso de R\$ 7,11 bilhões. Adicionalmente, houve a devolução voluntária de R\$ 110,1 milhões promovida por mais de 104 mil beneficiários que não cumpriam as condicionalidades para o recebimento do Auxílio Emergencial.

Nos casos de apuração do recebimento indevido do Auxílio por agentes públicos, houve instauração de investigação preliminar na maior parte dos casos, afastando-se os riscos de processar agentes públicos que tivessem sido vítimas de fraudes. Foi elaborado, ainda, passo a passo para as corregedorias estaduais e municipais que se depararem com o recebimento indevido de Auxílio Emergencial por agentes públicos.

Tendo enfoque nas situações de fraude e corrupção, o Governo Federal realizou 47 investigações conjuntas com demais órgãos de defesa do Estado no ano de 2020, com recursos envolvidos da ordem de R\$ 1,3 bilhão. Ademais, destacam-se: i) realização de 473 auditorias com avaliações sobre temas de grande relevância para o Governo e para a sociedade; ii) implementação de mais de 1,3 mil melhorias estratégicas e operacionais (benefícios não financeiros) nos órgãos e nas entidades do Poder Executivo Federal; e iii) contabilização de R\$ 17,9 bilhões em benefícios financeiros. Complementarmente aos trabalhos de auditoria, foram executados trabalhos de consultorias, com grande agregação de valor às políticas públicas federais, com destaque aos trabalhos de suporte às ações setoriais para combate à pandemia.

Valorizando a atuação organizada e a participação harmônica das múltiplas instituições que se dedicam ao combate à corrupção, o Comitê Interministerial de Combate à Corrupção (CICC) elaborou, em 2020, o Plano Anticorrupção, que tem como objetivo estruturar e executar ações para aprimorar os mecanismos de prevenção, detecção e responsabilização por atos de corrupção de competência do Poder Executivo Federal. O documento apresentou 142 ações a serem implementadas ao longo dos próximos cinco anos, divididas em temas, como: i) antilavagem de dinheiro; ii) recuperação de ativos; iii) medidas fiscais; iv) gestão e governança; v) integridade; vi) ética pública; e vii) investigação; entre outros, nas dimensões de prevenção, detecção e responsabilização quanto a atos de corrupção.

O Governo Federal tem atuado ativamente para garantir o cumprimento das obrigações de transparência ativa e a redução do índice de omissões em transparência passiva. Nos próximos anos, o Portal da Transparência disponibilizará a divulgação dos dados detalhados sobre a remuneração de aposentados e o pagamento de pensionistas civis e militares e serão disponibilizadas ferramentas para consulta às Notas Fiscais Eletrônicas de compras do Governo Federal e aos gastos efetuados com cartões de pagamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), e da área de pesquisa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível (Capes) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Em relação à gestão da política de dados abertos, vale ressaltar que o Portal Brasileiro de Dados Abertos será reestruturado para incorporar funcionalidades que aprimorem a gestão da política, estimulem o reuso dos dados e o intercâmbio entre usuários e um novo plano de ação sobre o tema entrará em vigor em 2021.

Adicionalmente, em 2021, órgãos e entidades do Governo Federal deverão implementar as novas regras de transparência de agendas, o que impulsionará a transparência das relações de representação privada de interesses, no âmbito do Governo Federal. Essas novas regras também permitirão avanços na prevenção do conflito de interesses, no controle social, na promoção da ética e dos princípios constitucionais da impessoalidade, da moralidade e da publicidade na administração pública, garantindo também maior isonomia de informações àqueles que objetivam acompanhar ou influenciar a tomada de decisão governamental.

Para o biênio 2021-2022, o Programa de Educação Cidadã terá novos conteúdos, com o foco agora em alunos do fundamental II (anos finais) e ensino médio. Acrescenta-se que 2021 será um ano importante para a pauta de governo aberto, pois o Brasil deverá entregar o seu 5º Plano Nacional de Governo Aberto e será avaliado pela OCDE sobre o tema.

Quanto à promoção da integridade nos próximos anos, destaca-se que a política continuará a ter como um de seus pilares a avaliação dos programas de integridade das empresas que estão negociando acordos de leniência no âmbito da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e do Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, bem como daquelas que já assinaram seus acordos. Atualmente, dos 12 acordos de leniência celebrados, dez continuam com o monitoramento dos programas de integridade das empresas envolvidas, totalizando 31 empresas que continuarão a ser monitoradas em 2021, além de outras que venham a celebrar acordos com a administração. Destaca-se também o Programa Empresa Pró-Ética, que incentiva empresas brasileiras e multinacionais que atuam no Brasil a adotar práticas negociais baseadas na ética e integridade, especialmente nas relações com o poder público, cuja edição de 2020-2021 comemora dez anos da iniciativa. No âmbito do fortalecimento da integridade pública, além da avaliação dos programas de integridade dos órgãos e das entidades, o Governo Federal está buscando o aperfeiçoamento das unidades de gestão da integridade e da gestão de riscos para a integridade dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Concluídos os estudos, inicia-se o trabalho de implementação das recomendações do projeto, que é resultado da parceria com a OCDE. Todos esses trabalhos convergem para a criação e implementação do sistema de integridade pública do Poder Executivo Federal e da estratégia federal de integridade pública.

Para o período de 2021 e 2022, estão previstas diversas ações de auditoria que têm o potencial de agregar valor, apoiar a gestão pública e prevenir prejuízos. A partir de acordo de cooperação técnica internacional firmado com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), será possível oferecer aos órgãos reguladores federais, estaduais e municipais capacitações e consultorias especializadas para a elaboração de planos de ação que contribuam efetivamente para a melhoria da atuação das agências reguladoras. Também permitirá apresentar os resultados da avaliação de 66 órgãos reguladores federais, estaduais e municipais em plataforma digital por meio da apuração do Índice de Capacidade Institucional para Regulação (I-CIR), com a divulgação de *benchmarks* e boas práticas regulatórias, o que norteará o alcance da melhoria da qualidade regulatória. Assim, poderá ser mais um importante elemento a contribuir com o processo de ascensão do Brasil à OCDE.

Por outro lado, em 2021 o Governo ampliará o processo de monitoramento das ações das unidades do Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Federal (Sisouv), integrando novas ferramentas de tecnologia da informação para a detecção de eventuais falhas na gestão. O modelo de maturidade de Ouvidoria Pública deverá ser implementado no âmbito federal, servindo de importante parâmetro para a estruturação de ouvidorias também no âmbito subnacional.

As ações relacionadas à implementação dos Conselhos de Usuários de Serviços Públicos deverão se prolongar durante o ano de 2021, com intensificação de ações de capacitação destinadas à criação de competências referentes a desenho de serviços com foco na experiência de usuários e a metodologia de pesquisa em ouvidorias públicas, bem como ações destinadas a ampliar o engajamento da sociedade nos mecanismos digitais de participação e controle social. Salienta-se que, já em 2021, deverá encerrar-se o primeiro ciclo avaliativo de serviços públicos por meio dos Conselhos, o que demandará importante esforço das unidades do Sisouv.

A fim de melhorar a gestão dos processos de ouvidoria e de detecção de irregularidades, em 2020 foram desenvolvidos um sistema de gestão de informações para tratamento de manifestações de ouvidoria e a Ferramenta de Análise de Risco em Ouvidoria (FARO), que utiliza inteligência artificial para realizar a pré-triagem de denúncias, apoiar a sua qualificação e classificá-la quanto a critérios de materialidade, relevância e verossimilhança. Ambos os sistemas deverão ser implementados e difundidos ao longo de 2021.

No que se refere às respostas às evoluções em marcos normativos que impactam as atividades das ouvidorias públicas, em 2021 prevê-se a regulamentação da *Lei nº 13.608, de 10 de janeiro de 2018*, especificamente no que se refere às proteções à identidade dos denunciantes e aos instrumentos para coibir retaliações. Tal regulamentação mostra-se como ação de suma importância e deverá repercutir no cumprimento de conjunto robusto de recomendações internacionais relacionadas ao combate à corrupção.

Outra iniciativa pioneira de destaque no âmbito do Governo Federal refere-se à provisão de um serviço contínuo e permanente de mensuração da exposição à corrupção, a partir de atividade sistemática e periódica de pesquisa. Até 2022, está prevista a conclusão das pesquisas sobre a experiência de pessoas naturais e jurídicas em relação à ocorrência de condutas ilícitas ligadas à administração pública, o que suprirá lacunas existentes nas capacidades institucionais do País em relação ao mapeamento da dinâmica da corrupção, indo ao encontro de compromissos e metas que afirmam a urgência de que a prevenção e o combate à corrupção tenham base em evidências sobre a ocorrência do fenômeno.

Com relação à investigação de ilícitos por agentes públicos, o Governo está na iminência de regulamentar a instituição do Sistema de Controle de Bens e Rendas dos Agentes Públicos Federais (Sistema e-Patri). Tal sistema será a plataforma oficial para a entrega de declaração eletrônica de bens e valores pelos agentes públicos federais e possibilitará à administração pública federal ter maior poder de investigação sobre as situações de enriquecimento sem causa. O projeto potencializará substancialmente a capacidade de identificar e punir agentes públicos do Executivo em que se percebam enriquecimento ilícito.

Outra inovação em fase de implementação no âmbito do Poder Executivo Federal é o modelo de maturidade correcional. O modelo a ser adotado pelo Executivo e disseminado aos demais poderes e esferas de governo, no âmbito dos esforços conjuntos para o fortalecimento da integridade pública, constitui-se de instrumento orientador dos padrões e requisitos, bem como de referência para avaliar a qualidade e produzir informações gerenciais da atividade de correição. O modelo ilustrará os estágios de desenvolvimento da organização, na medida em que define, implementa, monitora e aperfeiçoa os seus processos e práticas correcionais.

Além disso, em 2021 haverá o lançamento de todos os módulos do sistema ePad, que tem como finalidade facilitar, otimizar e padronizar o trabalho nos procedimentos correcionais. A atividade correcional se beneficiará, em razão da padronização dos processos, do amplo acesso às informações e do aumento na produtividade da atividade correcional.

Por fim, em decorrência do entendimento amplo entre os diversos atores estatais incumbidos do combate à corrupção, o Governo está aperfeiçoando o fluxo do processo de negociação dos acordos de leniência, para inclusão, por exemplo, de uma etapa de encaminhamento de informações ao Tribunal de Contas da União (TCU) para que se possibilite a resolução de eventuais danos ao erário quantificados pela Corte de Contas no âmbito do próprio acordo de leniência, uma inovação que permitirá significativos ganhos na celeridade processual e na efetividade da atuação estatal na recuperação de ativos desviados pela corrupção.

FIGURA 20 – PRINCIPAIS PROJETOS E AÇÕES DA CGU PARA 2021-2022



ATIVIDADES JURÍDICAS CONSULTIVAS E CONTENCIOSAS DA UNIÃO

A representatividade judicial e extrajudicial da União está associada à missão institucional de promover a proteção jurídica do Estado brasileiro em benefício da sociedade. No campo da atuação consultiva, em 2020 foram movimentados mais de 136 mil processos, que resultaram na expedição de quase 177 mil manifestações jurídicas, das quais 21 mil relativas à covid-19. No ramo da uniformização jurídica, foram editados seis Pareceres Vinculantes aprovados pelo Presidente da República e 87 Pareceres Referenciais, que têm por objetivo racionalizar a análise de processos e estimular a padronização e orientação geral a respeito de assuntos que despertaram ou possam despertar dúvidas jurídicas.

Entre os principais desafios para os próximos anos, pode-se citar: i) a necessidade de uniformidade nas manifestações jurídicas expedidas pelos mais diversos órgãos de consultoria distribuídos em todo o País; ii) a equalização na distribuição da força de trabalho; iii) a integração dos bancos de dados consultivos; e iv) o aperfeiçoamento da atuação coordenada com órgãos contenciosos e com órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo na elaboração e discussão de proposições legislativas e estabelecimento de novas métricas para aferição da produtividade.

No que diz respeito às metas estratégicas, a Advocacia-Geral da União (AGU) tem o indicador relacionado a uma maior celeridade nas manifestações jurídicas emanadas. Em 2020, a média alcançada foi de 15 dias, com considerável redução em relação a 2019, que estava em 25 dias.

No âmbito da prestação de consultoria e assessoramento jurídico para as autarquias e fundações públicas federais, o ano de 2020 foi marcado pelo direcionamento dos esforços para a uniformização jurídica da atuação consultiva. Para isso, foi criada a Câmara Permanente de Uniformização Consultiva, à qual compete elaborar pareceres parametrizados e referenciais em matéria de licitações e contratos, com vistas a proporcionar maior agilidade e uniformização do entendimento jurídico a respeito de tais matérias.

Outra vertente que tem sido buscada é o fortalecimento da representação extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais e dos respectivos dirigentes e servidores perante o TCU. Para isso, foi implementado em 2020 um núcleo com a finalidade de coordenar e orientar a atuação dos membros no exercício de tal representação. Devido à resposta positiva, o núcleo foi expandido, visando não apenas aprimorar e contribuir com o exercício da representação extrajudicial, mas atuar em regime de colaboração quando demandado. Assim, houve atuação em conjunto, das Procuradorias com as autarquias e fundações públicas federais, em 45 demandas extrajudiciais relevantes ou transversais no ano de 2020.

Ainda no escopo de prestar consultoria e assessoramento jurídico para as autarquias e fundações públicas federais, houve a revisita a toda sua produção jurídica, extraindo e transformando em enunciados os entendimentos vigentes, com a consequente exclusão daqueles que por algum motivo restaram superados, o que facilita a pesquisa sobre entendimentos jurídicos em vigor. A construção dos enunciados, que se encontra em processo final, deverá estar efetivada em 2021, ofertando ao Estado brasileiro uma consultoria e um assessoramento jurídico proativos, propositivos e uniformes.

Em 2020, ainda foram produzidas mais de dez mil manifestações judiciais em processos de controle difuso e concentrado de constitucionalidade, ressaltando-se que o acervo de feitos do STF — sob atuação do órgão — perfaz quase quatro mil processos judiciais ativos. Essa atuação resultou em aproximadamente R\$ 118,23 bilhões economizados para os cofres públicos e na ordem de R\$ 101,5 bilhões referentes a investimentos garantidos.

Para 2021, serão executadas as seguintes ações relevantes na área de contencioso constitucional: i) identificação de temas de repercussão geral que possam ser levados ao plenário virtual do STF, objetivando otimizar a atuação processual; e ii) implementação total do Projeto Sucesso Calculado, para a identificação do volume de recursos economizados pela atuação bem-sucedida nas ações.

Na esfera da administração direta da União, que abrange os três poderes da República e as funções essenciais à justiça, atuando perante as diversas instâncias do Poder Judiciário, a Procuradoria-Geral da União (PGU) é o órgão responsável pela representação judicial (ressalvada a matéria tributária e fiscal), bem como pelo contencioso internacional. Em 2020, a PGU recebeu mais de 558 mil ações judiciais, o que representou um aumento de 56% em relação ao ano anterior, consolidando uma marca de 65,9% de Taxa de Sucesso Judicial. De outro lado, mediante a atuação das centrais de negociação da PGU, que visam à redução da litigiosidade e do estoque de processos judiciais, foram formalizados mais de 26 mil acordos e a extinção de 7.463 processos, que resultaram em uma economia de cerca de R\$ 2,7 bilhões até novembro de 2020, consideradas as economias indiretas, decorrentes de juros de mora, correção monetária, honorários advocatícios e o custo unitário médio do processo.

A atuação na defesa da probidade administrativa e do combate à corrupção tem sido cada vez mais significativa na recuperação de recursos decorrente de acordos firmados com empresas investigadas pela prática de atos lesivos previstos na *Lei Anticorrupção* e de ilícitos administrativos previstos na *Lei de Licitações*. Estão vigentes 12 acordos de leniência, com compromisso de pagamento de R\$ 13,7 bilhões, dos quais já foram efetivamente pagos R\$ 3,8 bilhões, sendo R\$ 1,7 bilhão em 2019 e R\$ 2,1 bilhões em 2020.

Em 2020, foram instaurados 495 Procedimentos de Investigação Prévia, que culminaram no ajuizamento de 197 ações de improbidade administrativa, as quais buscam o ressarcimento de R\$ 283 milhões, além da

aplicação das demais penalidades previstas na legislação específica. Obteve-se o deferimento do bloqueio patrimonial em 39 dessas ações.

No tocante à arrecadação e à gestão dos créditos, a PGU tem competência para a cobrança de créditos não tributários da União, inclusive os apurados pelo TCU e os relativos às demandas que tenham por objeto questões afetas à probidade administrativa e à respectiva recomposição do erário. Nesse sentido, até novembro de 2020 foram recuperados R\$ 1,09 bilhão aos cofres públicos.

O ano de 2020 ofereceu desafios extraordinários à área de recuperação de ativos. Verificou-se, por exemplo, a inadimplência temporária de inúmeros parcelamentos judiciais e extrajudiciais celebrados com os devedores, especialmente nos meses de abril a junho, em razão da perda de receitas e rendas provocada pela drástica redução da atividade econômica nacional. Dado o contexto único, a diretriz foi no sentido de preservar, dentro do quadro legal autorizativo, tais parcelamentos, que representam ingresso contínuo de recursos nos cofres públicos até a integral quitação do débito.

Verifica-se, pois, o êxito das medidas adotadas para a melhoria da sistemática de recuperação de créditos das autarquias e fundações públicas federais, notadamente a consolidação da Equipe Nacional de Cobrança (ENAC), dos Grupos de Cobrança dos Grandes Devedores (GCGD), da Equipe Especializada em Probidade e da Equipe Especializada em Ações Regressivas e a criação das Equipes de Cobrança Judicial nas Procuradorias Regionais Federais (ECOJUDs).

Por fim, evidencia-se que o Governo Federal arrecadou em 2020 valores superiores a R\$ 4,9 bilhões, número 22% superior ao identificado para o mesmo período do ano de 2019. Nesse compasso, foram mais de 218,3 mil inscrições em dívida ativa e 46,7 mil execuções fiscais ajuizadas.

Projetos de inovação para o aprimoramento da recuperação de créditos estão em constante aperfeiçoamento, podendo ser mencionados o parcelamento eletrônico simplificado, o ajuizamento eletrônico de execuções fiscais e o protesto eletrônico de Certidões da Dívida Ativa (CDA). O parcelamento eletrônico simplificado viabilizará a desburocratização no requerimento, na homologação e no pagamento de parcelamentos de débitos, que poderão ocorrer de forma integralmente eletrônica. Por sua vez, o ajuizamento eletrônico de execuções fiscais e o protesto eletrônico de CDAs evitarão o moroso lançamento manual de informações, em prestígio ao eficiente fluxo de trabalho automatizado.

Não se pode deixar de mencionar a perspectiva de consolidação dos procedimentos relacionados à transação da *Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020*. Por meio dessas negociações, almeja-se estabelecer cultura que difere da antiga rigidez no trato das questões de cobrança, tradicionalmente presas aos ritos dos parcelamentos existentes.

Apesar do cenário desafiador, as perspectivas para 2021 continuam positivas no campo da inovação. Destaca-se que o Sistema de Inteligência Jurídica (Sapiens) foi o vencedor do Prêmio Innovare 2020, que reconhece iniciativas que deixam os órgãos da justiça mais próximos do cidadão. O módulo administrativo do sistema Sapiens servirá de base para o lançamento do Sistema Único de Processo Eletrônico em Rede (SUPER.BR), plataforma capaz de conectar todos os órgãos da administração pública e que poderá ser oferecida a todas as instituições que tenham interesse na adesão.

COMUNICAÇÃO SOCIAL DE GOVERNO

As ações de publicidade e promoção do Poder Executivo Federal são norteadas pelo princípio da transparência dos atos públicos e observam o disposto no art. 37 da Constituição Federal quanto ao caráter educativo, informativo e de orientação social. Associadas às ferramentas de comunicação digital, patrocínio e eventos, elas estimulam a participação da sociedade no debate e na formulação de políticas públicas, uma vez que oferecem informações qualificadas que contribuem para o conhecimento de decisões governamentais e seus impactos na vida do cidadão.

O ano de 2020 foi atípico na esfera pública. O advento do estado de emergência sanitária de escala global, decorrente da pandemia, impôs ao Governo Federal o desafio de mobilizar esforços nas diferentes áreas de atuação, para o seu enfrentamento. Nesse contexto, a comunicação publicitária desempenhou papel fundamental na divulgação de informações e orientação à população sobre medidas adotadas pelo Governo e protocolos de saúde. Durante todo esse período, destacou-se a realização de ações de comunicação auxiliares ao enfrentamento ao novo coronavírus, desde os primeiros momentos.

A interlocução diária com todo o sistema de comunicação do Governo oportunizou a produção do “Comunicado Interministerial”, documento regularmente publicado no Portal Gov.br, que condensa as ações, as agendas e os esforços de governo em um compilado diário. A publicação é uma ferramenta poderosa na publicização das ações do Governo e dá a real dimensão de tudo o que se tem feito em relação ao combate à pandemia. O trabalho serve ainda para monitorar e auxiliar na intervenção em ações de comunicação, em que são necessárias atuação coordenada e alinhamento entre porta-vozes.

No exercício de 2020, foram desenvolvidas várias ações publicitárias institucionais e de utilidade pública, entre as quais se destaca a campanha sobre o enfrentamento à pandemia, realizada em março e abril, que envolveu mais de 846 veículos para divulgação da campanha, de forma voluntária, bem como: i) Semana Brasil; ii) Lançamento da cédula de R\$ 200; iii) Combate ao mosquito *Aedes Aegypti*; iv) Plano Safra e Cadastro Ambiental Rural; v) Conscientização das famílias sobre riscos de exposição de crianças à Internet; vi) Semana Nacional do Trânsito; e vii) Ação de oportunidade sobre a situação

elétrica no Amapá. Além dessas ações, foram realizadas outras sobre o enfrentamento à pandemia, para ações no âmbito das políticas de cidadania e da saúde, bem como realizada ação de publicidade sobre o lançamento do Pix.

Nesse mesmo período, as redes sociais do Governo Federal no *Twitter*, no *Instagram* e no *Facebook* ganharam visibilidade inédita para um perfil institucional ao pautar, em muitos momentos, o debate nacional. A partir da intensificação de uma estratégia de posicionamento focada em séries especiais e editoriais temáticos, os perfis SecomVc, Governo do Brasil e Planalto cresceram no ano de 2020, em média, 1.500% em engajamento e 400% em número de seguidores.

Nessa seara, tiveram destaque as seguintes séries: i) Mulheres do Brasil — a primeira série do novo momento dos perfis do Governo, focada no valor das mulheres; ii) Um Povo Heroico — tirou do anonimato verdadeiros heróis brasileiros, como a professora Heley de Abreu, responsável por salvar a vida de 25 crianças em um incêndio em uma creche, e deu visibilidade aos pais fundadores da Pátria, como José Bonifácio e imperatriz Leopoldina; iii) Mestres do Brasil — homenagem aos educadores do País, trabalho que refletiu as ações do Governo Federal na área educacional; e iv) O Gigante Verde — reuniu medidas executadas pelo Governo para preservar o meio ambiente e principalmente a Amazônia. Já entre os editoriais, tiveram notoriedade: i) Governo de todo o Brasil — destaca como os recursos federais estão sendo investidos em cada Estado, seja na realização de obras, seja na aquisição de equipamentos para enfrentamento à covid-19; e ii) Brasil vai em frente — mostra como o Brasil reagiu de à crise do coronavírus e como se destacou entre os emergentes, com sinais de retomada econômica.

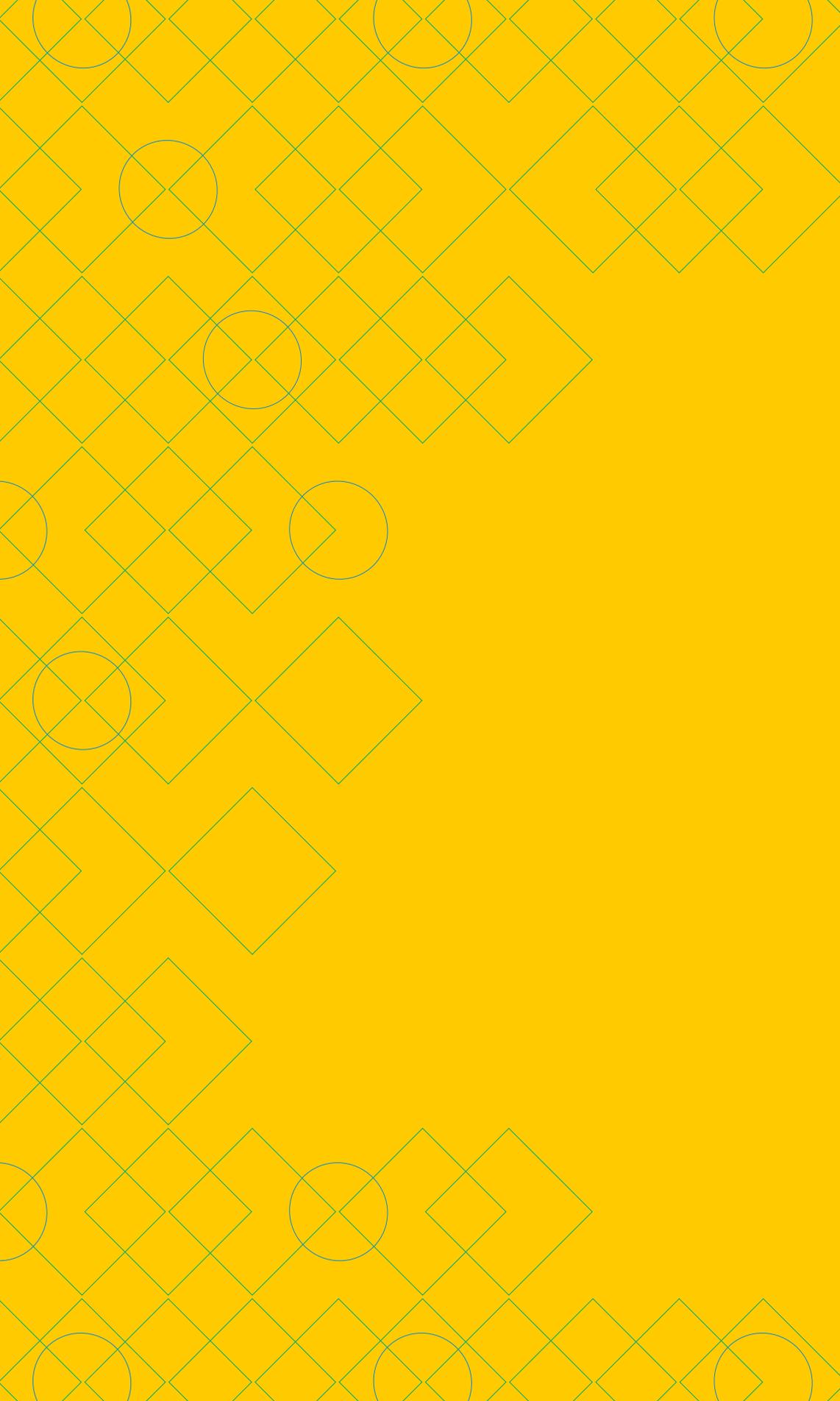
Quanto à prestação de orientações relativas a contratações de serviços de comunicação e à aplicação dos normativos às demandas de comunicação, foi elaborado normativo que disciplina a utilização de recursos de acessibilidade na publicidade nos pronunciamentos e nos discursos oficiais dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

Ainda, em decorrência do lançamento e da implantação do Portal Único do Governo Federal (Gov.br), houve o disciplinamento da implantação e da gestão do padrão digital de governo dos órgãos e das entidades do Poder Executivo.

No início de 2021, serão publicadas versões atualizadas de manuais de procedimentos e fluxos de gestão de contratos. Até o fim do primeiro semestre de 2021, serão realizadas as atualizações dos demais normativos com vistas a balizar todo o Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal (Sicom). Dessa forma, a expectativa é que, proporcionando mais segurança aos gestores, tenha-se uma gestão padronizada e mais eficiente dos contratos de comunicação do Governo Federal.

Ainda em 2021, em relação aos novos projetos da área de Comunicação Digital, terão início os preparativos para o Bicentenário da Independência do Brasil. A data será um momento oportuno para a defesa e a divulgação dos verdadeiros valores brasileiros. Ademais, a Comunicação Social do Governo Federal pretende, pautando-se pelo princípio da transparência, alcançar patamares maiores de engajamento com as redes do Governo, aliado a um noticiário mais dinâmico no Portal [Gov.br](https://www.gov.br), tudo com o objetivo de aumentar o alcance da população a serviços importantes oferecidos pelo Governo Federal.

No plano da produção de conteúdo em comunicação social, o ano de 2020 sedimenta a certeza de que o preparo e a experiência adquiridos e reforçados durante a pandemia do novo coronavírus se consolida como bagagem e repertório, com a voz direta do Governo, informando como se dá a condução dos assuntos de interesse nacional, em âmbito institucional e político, por meio de ações integradas.



A N E X O

**ANEXO: RELATÓRIO ANUAL SOBRE AS
ATIVIDADES DO CONSELHO E A SITUAÇÃO DO
MINISTÉRIO PÚBLICO NO PAÍS**

(ART. 130-A, § 2º, INCISO V,
DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA
DO BRASIL DE 1988)



Nossa missão:

Fortalecer, fiscalizar e aprimorar o Ministério Público, zelando pela unidade e pela autonomia funcional e administrativa, para uma atuação sustentável e socialmente efetiva.

(Composição: Biênio 2019/2021)

PRESIDENTE

Antônio Augusto Brandão de Aras

CORREGEDOR NACIONAL

Rinaldo Reis Lima

CONSELHEIROS

Luciano Nunes Maia Freire
Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Sebastião Vieira Caixeta
Silvio Roberto O. de Amorim Junior
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Otavio Luiz Rodrigues Jr.
Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Fernanda Marinela de Sousa Santos
Sandra Krieger Gonçalves

SECRETÁRIO-GERAL

Jaime de Cassio Miranda

SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO

Daniel Azevedo Lôbo

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Em meio a uma pandemia de proporções globais e seus consequentes desafios, vimos o admirável processo de adaptação dos cidadãos e das instituições do País a uma rotina diferente, mas não menos produtiva e, certamente, mais econômica.

Apesar das adversidades do atípico ano de 2020, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) conclui mais uma etapa em sua história institucional, marcada pela superação das dificuldades e pela adaptação de seus trabalhos ao tempo corrente.

Nesse contexto, o CNMP, consolidando sua estrutura e organização institucional, firma-se, mais uma vez, como catalisador da unidade e da coordenação dos esforços dos que integram o Ministério Público brasileiro. A fase hoje concluída demonstra a aptidão deste órgão de controle para uma trajetória otimizada rumo ao futuro, comprometida com as competências constitucionais e atividades afins.

Celebrado neste ano que se finda, o lema dos 15 anos do CNMP retrata o amadurecimento institucional do Conselho, pautado na inovação e na cooperação em favor da unidade nacional do Ministério Público.

Destaca-se que a atual composição do CNMP tem se dedicado a reafirmar a unidade institucional, buscando vetores de desempenho alinhados à atuação resolutiva e eficiente, em cooperação com diversos atores, sempre no cumprimento da melhor deontologia jurídica.

Busca-se a promoção da cultura do diálogo, do respeito à diversidade humana, do compartilhamento de boas práticas e do desenvolvimento da inovação na atividade ministerial.

Nessa ótica, para os próximos anos, o compromisso do CNMP permanecerá sendo a consolidação da agenda brasileira, notadamente em atividades que ensejam uma atuação do Ministério Público alinhada ao desenvolvimento econômico sustentável, ao incremento da segurança jurídica e ao respeito às garantias fundamentais.

Com isso, o CNMP segue absolutamente comprometido para que o Brasil seja alçado ao padrão esperado de desenvolvimento social, econômico e de respeito ao pluralismo de ideias merecido por sua população.

Segue o link para acesso ao **Relatório Anual de Atividades do Conselho Nacional do Ministério Público** referente ao exercício de 2020: <https://www.cnmp.mp.br/portal//images/documentos/relatorios/relatorio_cnmp_2020.pdf>.

Antônio Augusto Brandão de Aras
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL